

HELLEN HALIVERCY DE SOUZA JANEGITZ

**UMA PSICÓLOGA TRABALHANDO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
PROBLEMATIZAÇÕES DA PRÁTICA NUM CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)**

**ASSIS
2022**

HELLEN HALIVERCY DE SOUZA JANEGITZ

**UMA PSICÓLOGA TRABALHANDO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
PROBLEMATIZAÇÕES DA PRÁTICA NUM CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestra em Psicologia (Área de Conhecimento: Atenção Psicossocial e Políticas Públicas).

Orientador: Prof. Dr. Silvio José Benelli

**ASSIS
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

J33p Janegitz, Hellen Halivercy de Souza
Uma psicóloga trabalhando na assistência social:
problematizações da práxis num Centro de Referência
Especializado de Assistência Social (CREAS) / Hellen
Halivercy de Souza Janegitz. Assis, 2022.
217 f.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Sílvio José Benelli

1. Dispositivo intercessor. 2. Intercessão-pesquisa.
3. Políticas públicas. I. Título.

CDD 361

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: UMA PSICÓLOGA TRABALHANDO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
PROBLEMATIZAÇÕES DA PRÁXIS NUM CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

AUTORA: HELLEN HALIVERCY DE SOUZA JANEGITZ

ORIENTADOR: SILVIO JOSÉ BENELLI

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Psicologia, área:
Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. SILVIO JOSÉ BENELLI (Participação Presencial)
Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/FCL-Assis

Profa. Dra. ISABEL MARIA FARIAS FERNANDES DE OLIVEIRA (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia / UFRN/Natal

Prof. Dr. WALDIR PÉRICO (Participação Presencial)
Programa de Pós-Graduação em Psicanálise / UERJ/Rio de Janeiro

Assis, 30 de agosto de 2022

Eu não estou interessado em nenhuma teoria
Nem nessas coisas do oriente, romances astrais
A minha alucinação é suportar o dia a dia
E meu delírio é a experiência com coisas reais

(...)

Amar e mudar as coisas me interessa mais
Amar e mudar as coisas
Amar e mudar as coisas me interessa mais

Belchior

À Dona Tereza, que é mulher, mãe, trabalhadora e
representa toda a força do seu gênero e da nossa classe.

Mãe, com a senhora aprendi que a vida é uma

[...]

*Mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre*

E, com profunda admiração, ao Prof. Dr. Abílio
da Costa-Rosa (*in memoriam*), a quem a vida não me
permitiu encontrar presencialmente, mas que
deixou um legado extremamente sensível
e especial, que me instrui o caminho.

AGRADECIMENTOS

O processo de intercessão-pesquisa me possibilitou grandes encontros e reencontros. Durante o percurso pensei muito sobre esse momento, pois sabia que aqui poderia registrar o meu afeto e a minha gratidão às pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a construção desse trabalho, mas com toda certeza meus agradecimentos estarão muito além do que as palavras conseguem expressar.

Agradeço, inicialmente, ao Prof. Dr. Silvio José Benelli que acreditou no meu desejo e colaborou para que eu me tornasse uma “trabalhadora-pesquisadora-intercessora”. Desde o nosso primeiro encontro senti que o fato de ser trabalhadora era uma potência para esse processo e a partir da sua orientação descobri que esse lugar pode ser estratégico para operar a transformação social, intenção que nos é muito cara. Gratidão pelo apoio, acolhimento e orientação. Sua compreensão, em especial, no final desse ciclo foi muito significativa.

Agradeço aos trabalhadores da Secretaria Municipal de Assistência Social, com os quais foi construído muito aprendizado. Agradeço, sobretudo, aos colegas de CREAS Vanis, Luzia, Jaqueline, Eloisa, Durvalino, que foram solidários nos momentos de dificuldade e angústia.

Ao Luiz Fernando, meu companheiro de vida, que esteve ao meu lado durante todo o percurso. Meu amor, sei que não foi fácil, você abdicou de coisas importantes para estar comigo e sua presença foi fundamental para a construção desse trabalho. Jamais esquecerei seu conselho para o momento da entrevista: “Vai lá e mostra para eles o quanto você deseja esse mestrado”. Deu certo, fiz do desejo uma arma de luta.

Agradeço as várias mulheres que me cercam e que, à sua maneira, contribuíram para que me sentisse amparada e cuidada. À D. Alice, às minhas tias Aliverci, Nice, Leonor e Maria José, que infelizmente não tiveram a oportunidade de fazer a escolha pelos estudos, uma vez que o machismo e a condição de classe as obrigou a seguir outros caminhos.

Agradeço à minha família, que muitas vezes desejou a minha presença, mas compreendeu que eu precisava elaborar esse trabalho de escrita. Mãe, Ro e Li; vocês me fizeram acreditar “que o sonho que se sonha junto é realidade”.

Agradeço aos amigos que souberam lidar com minhas ausências, especialmente, à Daniele, minha irmã de luta e militância política, que participou de todas as etapas desse processo, me apoiando, incentivando e afirmando, que não “viemos até aqui pra desistir agora”.

Agradeço à Ana Lucia, que tem me auxiliado a deliberar sobre o desejo.

Agradeço aos meus companheiros não-humanos, Thoy, Carioca, Gaúcho, Nise e Frida! A presença de vocês tornou esse processo mais leve e cheio de ternura.

Agradeço ao Jonathan, amigo que reencontrei ao longo dessa trajetória e que foi muito disponível nessa etapa de conclusão.

Agradeço aos colegas do LATIPPSS, que me acolheram e transmitiram o saber do Prof. Abílio de maneira envolvente e cativante.

Agradeço aos colegas do grupo de orientação do Prof. Benelli, partilhar com vocês esse espaço de aprendizagem, construção e desconstrução é uma grande alegria – uma alegria intercessora, sobretudo, à colega Juliana Brasileiro, com quem iniciei esse processo e me fez sorrir, apesar do cansaço e das dificuldades nos encontros noturnos.

Agradeço aos colegas do grupo Clínico-institucional e Introdução à Psicanálise, que me inspirou em diversos momentos, e que me permitiram encontrar aquilo que tanto procurava – uma psicanálise que se articulasse com as questões sociais, de classe, de gênero e raça.

Agradeço à Prof. Carmen, que além de ter aceitado o convite para composição da banca de defesa, também esteve conosco durante os grupos de orientação. Sua capacidade de articulação e organização com os trabalhadores são inspiradoras.

Agradeço à Prof. Isabel, que aceitou o convite para compor nossa banca no exame de qualificação e na defesa, suas contribuições foram tão sensíveis e ao mesmo tempo, tão fortes e precisas. Seus apontamentos foram imprescindíveis para lapidação dos ensaios e finalização da dissertação.

Agradeço ao Prof. Waldir, que ocupou diversos papéis ao longo desse processo, colega integrante do LATIPPSS, camarada de luta política, supervisor clínico-institucional, membro da banca e um amigo que “eu guardo debaixo de sete chaves, dentro do coração”.

Agradeço a todos os sujeitos que tive a oportunidade de atender e me aproximar a partir da minha atuação profissional no CREAS. Sujeitos da classe trabalhadora, com os quais me identifico e me inspiro para seguir na luta.

JANEGITZ, H. H. S. **UMA PSICÓLOGA TRABALHANDO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES DA PRÁXIS NUM CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)**. 2022. 215 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2022.

Resumo: Essa intercessão-pesquisa é fruto da nossa experiência de trabalho como psicóloga em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Buscamos através do referencial teórico-metodológico, ético-político, nomeado de Dispositivo Intercessor (DI) dimensionar os impasses e as potencialidades do nosso campo de atuação. Decididos em operar com essa ética revolucionária, assumimos a posição de trabalhadora-intercessora e iniciamos uma experiência que se constituiu em dois momentos: o primeiro ocorreu na práxis, isto é, no próprio campo de trabalho, onde buscamos através da nossa implicação legitimar o saber que é produzido por meio das ações dos trabalhadores, e através desse saber, produzimos estratégias para um reposicionamento de nossa atuação em campo. O segundo momento da intercessão-pesquisa chamado de Dispositivo Intercessor como Modo de Produção de Conhecimento (DIMPC) nos permitiu elaborar as experiências vivenciadas por meio de uma formulação teórica. Através desse processo produzimos questões e reflexões que buscaram ampliar e contribuir para o debate sobre a interlocução da Psicologia com as Políticas Públicas. Desenvolvemos um conjunto de ensaios teóricos a partir dos problemas reais que encontramos no campo da prática durante esse percurso. Elaboramos uma apresentação sobre o DI e o DIMPC, assim como dos seus referenciais fundamentais, dos quais buscamos nos apropriar. Resgatamos a concepção de trabalho no Modo de Produção Capitalista (MPC), refletimos sobre o modo como o Estado se faz presente no nosso cotidiano institucional e o quanto desconhecemos a sua estrutura e os seus efeitos ideológicos. Desenvolvemos também uma discussão sobre as Políticas Públicas e, mais especificamente, quanto a Política de Assistência Social, a qual valorizamos e defendemos, mas afirmamos que é necessário estarmos atentos aos seus limites e possibilidades no contexto do capitalismo. Discorremos sobre o modo como adentramos ao CREAS e as dificuldades identificadas nesse campo institucional. Ampliamos nossas leituras e estratégias de atuação e descobrimos obstáculos ideológicos importantes que encobriam a nossa visão sobre o campo. Também fizemos um chamamento para que, sobretudo, em tempos tão sombrios, possamos nos organizar e lutar enquanto classe trabalhadora contra as diversas opressões que vivenciamos. Marcamos nossa posição política em favor de uma sociedade mais justa e igualitária e defendemos a proposta de ocupar estrategicamente os espaços institucionalizados para operar nas brechas disponíveis a favor da luta revolucionária.

Palavras-chave: Dispositivo Intercessor. Intercessão-pesquisa. Políticas Públicas. Assistência Social. CREAS.

JANEGITZ, H. H. S. **A PSYCHOLOGIST WORKING IN SOCIAL ASSISTANCE: PRAXIS' PROBLEMS IN A SPECIALIZED SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTER (CREAS).** 2022. 215 f. Dissertation (Master's in Psychology) – Faculty of Sciences and Letters, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2022.

Abstract: This intercession research is the result of our work experience as a psychologist in a Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS). We seek through the theoretical-methodological, ethical-political reference, named Intercessor Device (ID), to dimension the impasses and potentialities of our action field. Decided to operate with this revolutionary ethics, we assumed the position of worker-intercessor and started an experience that consisted of two moments: the first occurred in praxis, that is, in the field of work itself, where we seek through our involvement to legitimize knowledge which is produced through the actions of workers, and through this knowledge, we produce strategies for a repositioning of our work field. The second moment of the intercession research called Intercessory Device as a Mode of Knowledge Production (DIMPC) allowed us to elaborate on the lived experiences through a theoretical formulation. Through this process, we produced reflections that sought to expand and contribute to the debate on the dialogue between Psychology and Public Policies. We developed a set of theoretical essays from the real problems that we encountered in the field of practice during this journey. We prepared a presentation on DI and DIMPC, as well as their fundamental references, which we seek to appropriate. We rescued the conception of work in the Capitalist Mode of Production (MPC), we reflected on how the State is present in our institutional daily life and how much we are unaware of its structure and its ideological effects. We also developed a discussion about Public Policies and, more specifically, about the Social Assistance Policy, which we value and defend, but we affirm that it is necessary to be aware of its limits and possibilities in the context of capitalism. We discuss how we entered CREAS and the difficulties identified in this institutional field. We also called for, above all, in such dark times, we can organize and fight as a working class against the various oppressions we experience. We mark our political position in favor of a more just and equal society and defend the proposal to strategically occupy institutionalized spaces to operate in the gaps available in favor of the revolutionary struggle.

Keywords: Intercessory Device. Intercession-research. Public policy. Social assistance. CREAS.

LISTA DE SIGLAS

AIE – Aparelhos Ideológicos do Estado

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPSij – Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

DI – Dispositivo Intercessor

DIMPC – Dispositivo Intercessor como de Produção de Conhecimento

DRS – Departamento Regional de Saúde

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

LATIPPSS – Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MHD – Materialismo Histórico Dialético

MP – Ministério Público

MPC – Modo de Produção Capitalista

PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNEP – Política Nacional de Educação Permanente

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

PT – Partido dos Trabalhadores

RH – Recursos Humanos

RMA – Registro Mensal de Atendimento

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SRT – Serviço Residencial Terapêutico

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23

ENSAIO 1

O DESENVOLVIMENTO DE UMA INTERCESSÃO-PESQUISA

1.1 Introdução.....	25
1.2 A localização do serviço público na dimensão do trabalho	30
1.3 O Dispositivo-Intercessor e seus efeitos	36
1.4 O Dispositivo Intercessor (DI) como uma forma particular de atuação	40
1.5 O diário de intercessão como instrumento de elaboração da prática	43
1.6 Dispositivo Intercessor como Modo de Produção de Conhecimento (DIMPC).....	45
1.7 A especificidade da nossa intercessão-pesquisa desenvolvida em um CREAS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

ENSAIO 2

UMA COMPREENSÃO CRÍTICA SOBRE O ESTADO: UM ASPECTO FUNDAMENTAL PARA O TRABALHADOR-INTERCESSOR

2.1 Introdução	54
2.2 Um movimento de análise crítica a partir da noção de Estado	58
2.3 As contradições do MPC constituem a forma Estado	61
2.4 O Estado como uma proposta de mediação dos conflitos sociais	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71

ENSAIO 3

UMA CRÍTICA FUNDAMENTAL ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 Introdução.....	73
3.2 Uma análise estrutural das Políticas Públicas	85

3.3 As políticas públicas podem abrir espaços para um trabalho de politização e de consciência crítica	95
3.4 A suposição de que existe um “sujeito de direitos” encobre o verdadeiro “sujeito revolucionário”	99
3.5 As exíguas condições materiais de vida da população expõem a necessidade da transformação social	104
3.6 Síntese de um caso atendido no CREAS - “Jorge, um sujeito <i>sem-lugar</i> ”	106
3.7 A condição de classe como determinante no processo de subjetivação	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

ENSAIO 4

A PRÁXIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: O PROCESSO INTERCESSOR

4.1 Introdução.....	124
4.2 O processo de inserção institucional: um profissional a mais para dividir a demanda de atendimentos junto ao CREAS	127
4.3 O modo de funcionamento institucional do CREAS: a reprodução da lógica individualista e privada típica do MPC e o desafio de superá-las	131
4.4 Delineando um lugar para a Psicologia no campo da Assistência Social: a contribuição de uma psicóloga no CREAS	142
4.5 O processo de transição da Psicologia: de uma prática privatista e individual ao trabalho público e coletivo	146
4.6 A teoria crítica trouxe luz para a prática e produziu novos sentidos para nossa atuação	148
4.7 A instituição como um instrumento de subversão e transformação social por meio da práxis dos trabalhadores	152
4.8 O atravessamento disciplinar e de controle nas práticas desenvolvidas na PNAS	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162

ENSAIO 5

A LOCALIZAÇÃO DO TRABALHADOR-INTERCESSOR NO CONTEXTO DA LUTA DE CLASSES

5.1 Introdução.....	165
---------------------	-----

5.2 A remuneração como elemento para a fragmentação da classe dos trabalhadores públicos municipais	168
5.3 Os efeitos políticos advindos da posição de trabalhadora-intercessora inserida no CREAS	172
5.4 O efeito da divisão social do trabalho na organização da luta de classes	180
5.5 As estratégias da SMAS para a desarticulação dos profissionais	183
5.6 A formação-educação como perspectiva de organização da classe trabalhadora	187
5.7 Elementos fundamentais para a formação crítica dos trabalhadores/mediadores da Política de Assistência Social.....	194
5.8 O mecanismo ideológico: situações da prática e as reflexões possíveis	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207
 CONSIDERAÇÕES GERAIS	 212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	217

APRESENTAÇÃO

Vou mostrando como sou
E vou sendo como posso
Jogando meu corpo no mundo
Andando por todos os cantos
E pela lei natural dos encontros
Eu deixo e recebo um tanto¹

Nossa inserção no curso de Psicologia ocorreu em 2010, na Faculdade da Alta Paulista (Tupã), a partir do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Nos anos iniciais da graduação, pouco nos aprofundamos em temáticas que relacionavam a função do Estado e as suas ações políticas. Isso porque, como é hegemônico na maioria dos cursos de psicologia, as disciplinas dos primeiros anos eram, predominantemente, focadas em teorias descritivas e normativas sobre o funcionamento psíquico, com concepções de uma psicologia individualista, curativista e privada. Contudo, a partir dos estágios de formação, tivemos a oportunidade de nos aproximar dos serviços públicos de Saúde Mental e, conseqüentemente, do campo da Atenção Psicossocial. Dessa maneira, expandimos a concepção que tínhamos sobre os modos de atuação da psicologia.

O estágio e as supervisões favoreceram o contato com as Políticas Públicas e os movimentos sociais articulados à área da Saúde. Surgiram, então, as primeiras reflexões em torno da relação entre Estado e as necessidades sociais individuais e coletivas, bem como sobre o papel ocupado pela psicologia nesse processo de agenciamento.

O interesse por essa temática e por esse campo de atuação mobilizou a continuidade da nossa formação. Em fevereiro de 2016, fomos admitidos no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental ofertado pela Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA). A proposta da residência consiste no ensino em serviço, de forma que a atuação prática, associada aos espaços de formação teórica, resulta na especialização da área de interesse.

Durante os dois anos de Pós-Graduação na FAMEMA, tivemos a oportunidade de atuar em diversos estabelecimentos da Atenção Psicossocial do município de Marília-SP, tais como: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) II, CAPS álcool e outras drogas, CAPS infantil,

¹ Mistério do Planeta – Novos Baianos. Composição de Luiz Galvão e Moraes Moreira. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=WWfseMcAUZY>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

Ambulatório de Saúde Mental, Estratégia de Saúde da Família, Departamento Regional de Saúde, Enfermaria Psiquiátrica em Hospital Geral, Pronto Socorro, Enfermaria clínica e cirúrgica.

Considerando que a Residência é uma proposta multiprofissional, ressaltamos que essa experiência de formação foi compartilhada com uma miniequipe que era composta por uma enfermeira, uma terapeuta ocupacional e uma assistente social. Essa vivência nos possibilitou muitas aprendizagens, dentre elas o desafio do trabalho interdisciplinar e a possibilidade de extrair o conhecimento contido na prática cotidiana.

Por meio de sua proposta formativa, o programa de residência nos permitiu perceber que pode existir uma relação intrínseca entre ensino, prática social e comunidade. Em conjunto, esses elementos compõe um novo modelo de atenção e cuidado, configurando mudanças paradigmáticas na formação dos trabalhadores dos estabelecimentos institucionais.

Com o término da Residência Multiprofissional em Saúde Mental em fevereiro de 2018, demos início a um novo percurso institucional. Atuamos como psicóloga pelo período de 10 meses na Santa Casa de um município de pequeno porte no interior do estado de São Paulo. Naquele momento já desejávamos ingressar no programa de mestrado em psicologia e desenvolver uma pesquisa científica articulada à nossa atuação profissional, porém não nos identificávamos o suficiente com o campo de trabalho, além do que, a carga horária exercida naquele estabelecimento de saúde tornava muito difícil o desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado.

Pela falta de identificação pessoal e profissional com o trabalho desenvolvido na instituição hospitalar, regida pelo poder disciplinar (FOUCAULT, 2014) e pautada no paradigma filantrópico (BENELLI, 2014), demos início a uma série de concursos públicos na região do interior do estado de São Paulo. Prestamos provas para o cargo de psicólogo em diversos municípios, sendo que fomos aprovados em alguns deles e tivemos a experiência de trabalho em duas prefeituras municipais, através da nomeação para o cargo efetivo de psicólogo, até chegarmos à prefeitura na qual atuamos neste momento. A primeira experiência foi muito breve, cerca de três meses na área da Educação em uma prefeitura de um município de pequeno porte e a segunda já na área da Assistência Social durou seis meses e também em um pequeno município. A decisão de assumir a nomeação para o cargo de psicólogo na prefeitura em que atuamos neste momento levou em consideração o nosso desejo pela pesquisa, uma vez que estaríamos geograficamente mais próximos da Universidade e teríamos uma carga horária de trabalho um pouco mais adequada à realização da futura pesquisa.

Quando atendemos a nomeação da prefeitura e tomamos posse do cargo de psicóloga chegamos a considerar que nossa maior experiência profissional tinha sido no campo da Saúde, através de um Programa de Residência em Saúde Mental, porém a vaga disponibilizada foi para Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e como já estávamos atuando neste campo e tínhamos nos identificado com a proposta do trabalho socioassistencial decidimos aceitar o desafio e mudar de prefeitura, adentrando em um município de médio porte.

A experiência na área da Assistência Social se mostrou desafiadora desde o início e despertou algumas inquietações. As principais delas foram e são: o modo como os trabalhadores são introduzidos nos estabelecimentos institucionais, a inexistência de espaços de formação para esses trabalhadores e a pouca clareza que esses profissionais demonstram diante os instrumentais teóricos/técnicos e as perspectivas paradigmáticas que sustentam suas condutas. A hipótese inicial da nossa pesquisa era de que uma oferta de educação permanente aos nossos colegas, trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais, poderia operar uma melhora na qualidade do trabalho desenvolvido. Todavia, após um tempo de elaboração dessa proposta observamos que ela carregava uma perspectiva de saber-poder, na qual nos colocávamos como “os salvacionistas”, “os detentores de um saber legítimo”, considerando que estávamos inseridos numa Universidade. Esse lugar ilusório de poder é uma consequência típica do capitalismo, que tende a separar prática e ideologicamente o saber do fazer, comprometendo os profissionais-técnicos, e fazendo com que eles acreditem que o verdadeiro saber está com aqueles que estão fora do campo prático – os “cientistas enclausurados na Universidade”.

Essas questões e nosso desejo por construir um projeto de pesquisa para o programa de mestrado em psicologia nos aproximou de alguns autores essenciais para pensar o campo social/institucional como Karl Marx, Michel Foucault, Abílio da Costa-Rosa, Silvio José Benelli e outros. Nossas inquietações se ampliaram e o ensejo pela apropriação teórica nos levou a participar do processo seletivo para curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - SP, no ano de 2019, tendo em vista que, naquele momento, tínhamos adquirido uma maior clareza quanto à complexidade do tema que queríamos pesquisar e a quais questões buscaríamos discutir, na busca de encontrar novos sentidos para nossa atuação no CREAS, estabelecimento, que fomos alocados no contexto SMAS.

Nosso interesse pelo Programa de Mestrado em Psicologia e Sociedade, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Assis, ocorreu em função da linha de pesquisa “Atenção Psicossocial e Políticas Públicas”. As produções teóricas desenvolvidas pelos

pesquisadores vinculados a essa área de estudos valorizam e reconhecem que há um saber contido nas experiências dos trabalhadores. Desse modo, as pesquisas produzidas pelos estudiosos dessa linha levantam questões importantes sobre a produção de conhecimento, a relação entre teoria e prática, e a interação entre sociedade e pesquisador. Reconhecemos que nossa perspectiva inicial era bem tradicional e atravessada por um viés positivista, não dialética, pois entendíamos que a Universidade nos ofertaria as respostas necessárias para os impasses vivenciados no campo do trabalho. Mas, a partir do ingresso no programa de mestrado e do processo de orientação com o Prof. Dr. Silvio José Benelli, tivemos conhecimento do Dispositivo Intercessor (DI), que permitiu nos reposicionarmos e reformularmos o desenho da pesquisa, que passou a ser uma intercessão-pesquisa.

Durante todo o período do mestrado estivemos em atuação no CREAS, enquanto psicóloga desse estabelecimento institucional. Trilhamos os dois caminhos conjuntamente, através de uma relação suplementar, ou seja, ambas as experiências se relacionaram e nos permitiram ampliar nossos referenciais, assim como marcar nossa posição ético-política por meio do nosso campo de atuação profissional. O DI é uma ferramenta teórico-técnica que busca “superar as dicotomias introduzidas pela cisão fazer-pensar/decidir-executar das Formações Sociais fundamentadas pelo Modo Capitalista de Produção” (PEREIRA, 2011), o qual permite que o trabalhador-intercessor desenvolva uma análise paradigmática do campo em que está inserido e, então, produza intercessões e provoque o campo institucional.

Essa intercessão-pesquisa tem se construído de maneira ativa no nosso cotidiano de trabalho, nas experiências sentidas na pele e na alma, nos encontros com os sujeitos-usuários da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), parte da classe proletária, os quais, apesar de produzir toda a riqueza do mundo, são constantemente apartados, através da ideologia liberal, da consciência histórica e do seu potencial revolucionário. Nosso processo de intercessão no trabalho e na pesquisa se expande para além das paredes do CREAS e da Universidade, pois, em alguma medida, nos possibilita uma sensação pessoal de pertencimento social e político. É na construção da práxis que nos reconhecemos, que identificamos nossa capacidade transformadora e que experimentamos a possibilidade de um trabalho não-estranhado. Esse caminho tem sido construído ao vivo e a cores, a partir da “lei natural dos encontros”, pois conforme destacou Deleuze (1992, p. 156):

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios

intercessores. É uma série. Se não formarmos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos. Eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê.

A construção dessa intercessão-pesquisa foi realizada, literalmente, em movimento, nos entre espaços, pois trabalhamos em um município e residimos em outro; com isso, a práxis também aconteceu neste percurso de deslocamento. Parte das nossas reflexões foram formuladas em trânsito, já que utilizávamos o tempo na estrada para escutar materiais transferidos em áudio, refletir sobre nossas experiências e observar o contexto ao nosso redor. Foram incontáveis as vezes que, parados na pista, a qual passou por um processo de restauração com implantação de uma praça de pedágio (o Estado nos atravessando materialmente), olhamos para aqueles homens, trabalhadores, na maioria negros, pauperizados, expostos ao sol intenso, à chuva e à diversos outros fatores e pensamos sobre o modo como a luta de classes opera e determina um lugar social distinto aos sujeitos. Eis aí o materialismo histórico dialético – a materialidade do mundo vai sendo elaborada por nossa capacidade reflexiva e singularizada.

A história desses trabalhadores, proletários, que muitas vezes são atendidos pela Assistência Social, reconstruíram literalmente o nosso caminho, e o desenvolvimento da nossa consciência sobre a luta de classes nos impulsionou a fazer desse caminho o alicerce para a nossa contribuição a uma verdadeira transformação nas estruturas sociais.

No início dessa intercessão-pesquisa não imaginávamos o efeito pessoal que essa experiência nos provocaria, pois ainda alimentávamos a ideia de que existia uma separação entre o exercício da prática e o exercício reflexivo. No entanto, esse processo foi se tornando indissociável e fomos nos implicando politicamente e não apenas com o trabalho institucional realizado no âmbito do CREAS. Fomos expandindo as problematizações para outras esferas da nossa vida pessoal. Passamos a sustentar a genuína ideia de que tudo é político e, com isso, entendemos a necessidade de nos posicionarmos e nos envolvermos com a luta social dentro dos diversos espaços que ocupamos. Compreendemos que a escrita tem o seu valor, pois é inquestionável a importância das armas da crítica (MARX, 2010). Mas a intercessão-pesquisa pressupõe uma posição muito além da teoria, um engajamento com a práxis, em suma, uma posição política e ativa de resistência e de avanço. Afinal, “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 2007, p. 535).

Essa implicação com o campo social e com a luta de classes nos disparou diversas questões e buscamos desenvolvê-las por meio da construção dos ensaios apresentados a seguir. Destacamos que a construção dos ensaios está relacionada com a proposta do DI, que preza por

uma prática questionadora, que busca a transformação. Dessa forma, recomendamos que os ensaios sejam lidos

[...] por sujeitos com espíritos livres de preconceitos, sem estarem dominados pelo formalismo da ciência. Aqui o leitor não encontrará a disposição formal de um estudo que segue a divisão e a lógica estabelecida pelas metodologias científicas tradicionais. No lugar do objetivo geral, dos objetivos específicos, da justificativa, da fundamentação teórica, da metodologia que define os critérios de coleta e análise de dados e da conclusão, no ensaio a orientação é dada não pela busca das respostas e afirmações verdadeiras, mas pelas perguntas que orientam os sujeitos para as reflexões mais profundas (MENEGETTI, 2011, p. 321).

Os ensaios podem ser lidos separados e não necessariamente na ordem que os organizamos, mas consideramos que a disposição que fizemos possui um objetivo didático, uma vez que o primeiro ensaio apresenta a proposta do DI, de modo que facilita a leitura e o entendimento do leitor sobre o movimento teórico-metodológico realizado em campo. Sugerimos que os leitores com pouco conhecimento do Materialismo Histórico Dialético façam a leitura, considerando a seguinte sequência: ensaio 1, 4, 2, 3 e 5, tendo em vista que o Ensaio 4 fará uma contextualização sócio-histórica com relação ao nosso campo institucional, que são as políticas públicas, e assim, facilitará o dimensionamento das questões apresentadas nos ensaios que virão na sequência. Cada ensaio contém uma bibliografia própria e todos eles estão relacionados às problematizações da nossa práxis, enquanto psicóloga, trabalhadora-intercessora de um CREAS. Os ensaios formam um conjunto de reflexões sobre a nossa inserção no campo de trabalho e buscam colaborar com outros intercessores, a fim de mostrar que o campo institucional, assim como os serviços e programas criados pelas políticas públicas possuem limites que precisam ser reconhecidos, possuem potencial, mas sobretudo, constituem uma oportunidade de operar um movimento de transição e de transformação social.

No Ensaio 1 procuramos apresentar o DI e o Dispositivo Intercessor como meio de produção de conhecimento (DIMPC). Consideramos os efeitos do trabalho submetido ao Modo de Produção Capitalista (MPC) e destacamos como o DI possibilita, através da sua base teórica complexa e multirreferencial, que o trabalhador-intercessor perceba o seu campo institucional, a macroestrutura política e, assim, crie meios para driblar as cisões estabelecidas sobre o sujeito-objeto, teoria-prática, saber-fazer, gerir-executar. Consideramos que o DI se faz em movimento e que há um grupo de trabalho ativo operando a partir dessa proposta teórico-metodológica, o Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), o qual pressupõe uma lógica de trabalho cooperado. Destacamos também que o DI e o DIMPC acontecem em dois tempos e isso se justifica de

modo lógico. No momento do DI, o trabalhador está operando no campo, na articulação com os demais trabalhadores, está em intercessão junto ao processo de trabalho e neste momento ele não se apresenta como um pesquisador, é “mais um” membro junto a equipe do estabelecimento institucional em que atua. No momento do DIMPC que, do ponto de vista lógico, acontece sempre *a posteriori*, o trabalhador-pesquisador estará elaborando, refletindo seu processo de produção, analisando os atravessamentos e a sua própria posição, é o tempo de “pesquisar-se”.

No Ensaio 2 buscamos compreender com maior precisão a noção de Estado, a sua constituição no MPC, a sua forma, a sua função dentro dessa organização social e a sua relação política com as demandas atendidas no campo da Assistência Social, pois nossas ações no cotidiano do CREAS estão submetidas ao poder estatal. Consideramos nossa trajetória e os efeitos ideológicos que formaram nosso primeiro entendimento sobre o Estado e as suas possibilidades de intervenção. Apresentamos os impasses institucionais que nos exigiu essa análise crítica, os quais evidenciam as situações-limites vivenciadas pela população e os reais interesses do aparelho estatal. Utilizamos o referencial marxista para essa formulação e entendemos que o Estado é uma construção do capitalismo e isso faz com que tenhamos ainda mais atenção as suas proposições, pois muitas vezes estão apenas encobrindo a verdadeira origem dos problemas sociais. Buscamos destacar que o Estado não é impermeável aos interesses populares, tanto é que houve concessões importantes à classe trabalhadora no período dos governos de centro-esquerda – governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016) –, mas essas concessões caracterizam muito mais uma reforma do que a real superação dos problemas estruturais desse sistema.

No 3 Ensaio elaboramos uma análise crítica, dialética, das políticas públicas, tendo em vista que consideramos a necessidade de defendê-las, sobretudo neste momento em que elas sofrem constantes ataques pelo governo bolsonarista (2018-2022). Mas, além da defesa irrefutável das políticas públicas, entendemos que é imprescindível que os trabalhadores-executores dos estabelecimentos públicos institucionais tenham dimensão dos limites de uma atuação prática exercida no contexto das instituições, isto é, que percebam o modo como opera a alienação, exatamente, entre a aparência e a essência de um determinado fenômeno histórico. Como trabalhadores da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), procuramos destacar o aspecto reformista dessa política e a dimensão reprodutora do capitalismo nas práticas desse campo. Como conclusão principal desse ensaio, ressaltamos que a luta pelos direitos da população é urgente e necessária, mas não podemos perder de vista o horizonte revolucionário. Formulamos também uma análise sobre o efeito da ideologia jurídica, a partir da

problematização de uma vivência prática, na qual retratamos aspectos da história de um sujeito atendido pela rede intersetorial, que permaneceu por muitos meses sem um lugar adequado para acolhê-lo.

No Ensaio 4, discutimos como se deu nossa inserção no CREAS, a particularidade da nossa relação com o estabelecimento institucional e a sua lógica de funcionamento. Problematizamos o uso de alguns instrumentais técnicos, como as visitas domiciliares, os atendimentos individuais, as discussões de caso, entre outros, que utilizados de maneira habitual no campo da Assistência Social e que podem estar reproduzindo a lógica capitalista através de um viés ideológico. Essa problematização nos pareceu extremamente necessária, pois quando adentramos ao campo socioassistencial somos incorporados na rotina dos estabelecimentos e quase não temos a possibilidade de analisar criticamente esses instrumentos de trabalho. Para o desenvolvimento dessa reflexão utilizamos as contribuições de Michel Foucault e Louis Althusser. Buscamos identificar a relação estabelecida entre o funcionamento institucional disciplinar e a reprodução da racionalidade capitalista, assim como revelar a possibilidade de subversão desse lugar determinado ao trabalhador, concebido como um reprodutor acrítico da norma hegemônica. A partir da nossa experiência particular, consideramos alguns movimentos de mudança, algumas brechas que conseguimos operar e que reverberaram efeitos significativos para a lógica e fluxo de trabalho desenvolvido no CREAS.

Por fim, no Ensaio 5 problematizamos como a fragmentação da classe trabalhadora é uma estratégia do capitalismo, no sentido de alimentar a disputa e rivalidade entre os membros de uma mesma classe social, fazendo com que desconheçamos a nossa força coletiva. No desenvolvimento dessa formulação teórica procuramos ressaltar que a articulação e organização dos trabalhadores é a chave para o processo revolucionário. Buscamos, por intermédio de algumas vivências da prática, apontar meios que possam contribuir para esse processo organizativo a partir do campo institucional e dos estabelecimentos socioassistenciais. Ressaltamos que apesar de estarmos nos referindo a nossa prática particular, desenvolvida em uma prefeitura de um município de médio porte, localizado no interior do estado de São Paulo, mais especificamente, num CREAS, estamos levando em consideração que essa realidade é, via de regra, uma reprodução do que acontece no contexto maior da luta de classes. Apresentamos algumas experiências desenvolvidas a partir de atividades coletivas e destacamos o seu potencial emancipatório.

As elaborações, discussões e reflexões formuladas que agora são apresentadas como dissertação de mestrado contribuíram de maneira muito significativa para nos situarmos no

contexto institucional de grande efervescência política, considerando que há uma luta de classes extremamente violenta em operação, que predetermina lugares e interesses sociais antagônicos. Nossa intercessão-pesquisa tem colaborado para o fortalecimento, o compromisso e a representatividade da Psicologia na Assistência Social e, fundamentalmente, para nossa atuação profissional particular, no sentido de nos permitir estar mais atentos e posicionados nesse campo de luta – sintonizados com horizontes revolucionários –, e com uma perspectiva de um trabalho, que busca alcançar em alguma medida a superação do capitalismo. Trata-se de um trabalho desenvolvido por uma psicóloga, trabalhadora e intercessora, em um campo particular de atuação, mas consideramos que, por menor que seja os efeitos da nossa atuação, houveram ressonâncias. Ao longo do período de realização dessa intercessão-pesquisa encontramos muitas pessoas, usuários e trabalhadores do SUAS e seguindo a lei natural dos encontros “deixamos, e também, recebemos um tanto de coisas”.

Fomos mobilizados pelos afetos e tendemos a acreditar que o amor pode ser uma arma política, conforme descrito por bell hooks (2021), o amor pode ser mais que um sentimento, ele pode e deve ser ação. Os afetos, quando organizados e mobilizados para um propósito de luta, podem ser revolucionários. Dessa forma, sem temor, anunciamos que esse texto é também uma construção afetiva, a qual implicou muita persistência, exigiu muita força e coragem. Nossa intercessão-pesquisa é fruto de muito desejo e implicação. Desde quando concluímos a residência em Saúde Mental almejávamos o programa de mestrado em psicologia e esse interesse estava associado à ideia que, por intermédio dessa modalidade de pós-graduação, pertenceríamos a um grupo de pesquisa, o qual favoreceria o debate sobre nossas ideias e interesses científicos. Ocorre que esse pertencimento foi muito maior do que poderíamos imaginar, por meio da inserção no mestrado nos tornamos “trabalhadores-pesquisadores-intercessores” e, tão extenso quanto o nome, é a nossa identificação com o coletivo de luta e com o desejo de operar mudanças na estrutura social.

Nossa intercessão-pesquisa foi atravessada por alguns determinantes, dentre eles a pandemia da COVID-19. Desejávamos retornar à universidade para frequentar o campus e estar presencialmente com nossos colegas, mas isso não foi possível pela indicação de isolamento social como medida de prevenção. Mas, por mais difícil e impactante que tenha sido o isolamento do contexto da universidade, a partir da inserção no programa de mestrado não nos sentimos mais sozinhos diante das inquietações e angústias geradas pela atuação profissional e/ou pelas preocupações sociais, pois cultivamos a certeza de que passamos a pertencer a um coletivo de militância, que possui suas particularidades, mas que, sobretudo, acredita que é

possível, através dos vínculos e da camaradagem (DEAN, 2021), operar fissuras nesse sistema e, conseqüentemente, construir novas formas de existência e de atuação profissional.

Finalizar essa intercessão-pesquisa nos colocou um impasse importante, nos colocou num estado de ambivalência, pois aspirávamos a finalização da dissertação, mas ao mesmo tempo fomos atravessados por um temor de que essa ligação com o coletivo de trabalhadores-intercessores pudesse ser ameaçada e que retornássemos àquela lógica de trabalho tão solitária e impotente que sentíamos antes da nossa inserção no mestrado. Mas, a partir de um processo de elaboração pessoal, analisamos esse sentimento e conseguimos avançar para a finalização do texto, que não é necessariamente um ponto final. Entendemos que a entrega desta dissertação representa o fim de um ciclo, mas seguimos fortalecidos e daremos continuidade à luta e preservaremos a potência dos encontros por meio de outros espaços e configurações de luta política. Finalizamos essa produção teórica sobre nossa práxis no CREAS com a perspectiva de confiar aos novos intercessores o desejo de prosseguir – “passamos o bastão” aos futuros trabalhadores-intercessores. Dessa maneira, nenhum dos nossos ensaios teve a pretensão de findar um assunto, encerrar uma discussão, muito pelo contrário, buscamos despertar interesses por novas problematizações e intercessões.

Atentos às proposições de Marx e Engels (2008, p. 66) consideramos seriamente o convite tão desafiador: “Proletários de todos os países, uni-vos”, pois a consciência da luta de classe e os laços de solidariedade são o início de uma significativa mudança nos processos históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENELLI, S. J. **Entidades assistenciais socioeducativas**: a trama institucional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2004.
- DEAN, J. **Camarada**: um ensaio sobre pertencimento político. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DELEUZE, G. **Conversações (1972-1990)**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.
- HOOKS, B. **Tudo sobre o amor**. São Paulo: Elefante, 2021.
- MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de administração contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.

PEREIRA, E. C. **Ensaio de intercessão institucional em um CAPS** – Centro de Atenção Psicossocial. 2011. 115 f. Dissertação ((Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

ENSAIO 1

O DESENVOLVIMENTO DE UMA INTERCESSÃO-PESQUISA

1.1 Introdução

Pesquisar é uma atividade política. Uma pesquisa sempre expressa os interesses de um grupo, de uma classe, de um tempo histórico e seus efeitos cooperam para a manutenção dessa determinada visão de mundo, portanto uma pesquisa se constitui numa ação política e sociocultural. Nessa perspectiva, a escolha do referencial teórico-metodológico é uma tomada de posição no campo das ciências, o qual pode demonstrar o engajamento político do pesquisador. Mas, o que determina essa escolha? O mundo é um espaço relacional e inseridos nele nos relacionamos e interagimos (essa interação acontece entre os seres humanos e entre humano e natureza), a partir dessa relação de troca nos transformamos enquanto membros da espécie humana e transformamos a natureza. A relação do pesquisador com o campo é fundamental e decisiva no processo de pesquisa.

A forma como concebemos o “objeto” de pesquisa implica um modo específico de se relacionar com ele, ou seja, essa relação pode ser sustentada numa hierarquia e num distanciamento afetivo – atendendo aos preceitos dos referenciais teórico-metodológicos mais tradicionais – ou pode consistir numa relação horizontalizada e de interlocução com o meio, no qual se busca subverter a lógica social tuteladora, autoritária e prescritiva. Desse modo, correspondendo às perspectivas dos referenciais críticos. O exercício de análise dessa interação entre pesquisador e campo pode revelar muitas coisas, inclusive aquilo que é ocultado pelo discurso ideológico hegemônico, pois conforme considerou Lapassade e Lourau (1972, p. 47): “a implicação, longe de ser um obstáculo, é uma condição da pesquisa”.

A ciência se constitui através da interação e da intervenção humana na busca da transformação e do desenvolvimento. A ciência é um processo, que visa a aprofundar a compreensão de um objeto e a partir desse aprofundamento torna-se possível sistematizar um tipo de conhecimento. O fazer científico é atravessado por questões sociais, econômicas, políticas e ideológicas. A ciência é composta pela observação, interpretação e a transformação do mundo, mas para o desenvolvimento dessas etapas são necessárias algumas ferramentas. Ferramentas que instrumentalizam o processo produtivo da pesquisa e se articulam ao referencial teórico-metodológico escolhido.

A Universidade ainda é considerada o berço da ciência e, é no interior dessa instituição que se legitima socialmente a produção do conhecimento científico. Há um aspecto ideológico que sustenta essa posição, mas já existem problematizações importantíssimas a esse respeito, inclusive sobre o enclausuramento e a hierarquização do conhecimento científico no interior da cátedra. De acordo com Castro e Tittoni (2019, p. 302):

[...] não se trata de condenar ou deslegitimar a produção científica realizada nas universidades; a aposta é que se transforme a ciência em território de disputa, de fato. Entender que a Universidade contemporânea – enquanto principal organização que sustenta o saber científico – é, como qualquer outra organização, palco de embates éticos e políticos que produzem verdades.

Benelli (2019) também elaborou uma importante análise sobre os efeitos ético-políticos das pesquisas produzidas na Universidade e nas práticas psicológicas. O autor tomou a pesquisa como uma instituição e desenvolveu um mapeamento das produções científicas, a partir dos principais referenciais teórico-metodológicos utilizados nessa área e trouxe reflexões imprescindíveis ao universo da pesquisa acadêmica.

O campo de interesse de um pesquisador traz aspectos subjetivos e sociais. Conforme descrito por Kauark, et al. (2010): a escolha do tema de uma pesquisa científica se dá pelos fatores internos e externos ao pesquisador. Nossa escolha foi provocada pelo lugar social que ocupamos como psicóloga e trabalhadora de um estabelecimento institucional da Política de Assistência Social. O movimento inicial dessa pesquisa esteve sintonizado com o percurso padrão da pesquisa tradicional, isto é, retornamos à Universidade na busca de soluções para os problemas identificados no processo de trabalho, partindo do entendimento de que esse retorno à Universidade nos permitiria fazer do campo de trabalho um campo de pesquisa. Pautados numa perspectiva intervencionista acreditávamos que através de um processo de estudos sistemáticos, sugerido pela Universidade, alcançaríamos as respostas e soluções para as situações-problemas vivenciadas no cotidiano profissional/institucional. Nesse contexto, questionamos: poderíamos ter retornado à Universidade e escolhido outro objeto de pesquisa na condição de trabalhadora do campo social?

A resposta a essa pergunta é uma afirmação a um dos aspectos mais críticos da pesquisa tradicional, pois certamente poderíamos ter escolhido um campo totalmente distinto para a realização de uma pesquisa, o qual não tivesse necessariamente nenhuma relação com nosso campo de atuação profissional. Não haveria nenhum impedimento ético e/ou técnico com o fato de sermos uma trabalhadora do campo social e nos propor a pesquisar aspectos da psicologia clínica ou hospitalar, por exemplo. No entanto, seria mais uma relação de pesquisa

“estranhada”, em outras palavras, estaríamos desconsiderando mais uma vez a relação entre o trabalhador e a sua produção (MARX, 2004). Essa situação evidencia a cisão estabelecida entre o saber-fazer, típico das pesquisas hegemônicas tradicionais.

Mobilizados pelos impasses do campo de trabalho retornamos à Universidade e logo no momento inicial do processo de orientação com o Prof. Dr. Silvio José Benelli houve uma valorização da nossa posição social, enquanto trabalhadora, bem como do desejo de pesquisar o próprio campo profissional. A partir dos encontros de orientação esse desejo se aprimorou no sentido de vislumbrar o desenvolvimento de uma práxis, com isso, superamos a ideia inicial de fazer do trabalho um campo de intervenção e de achar que as respostas para os impasses vivenciados em campo estariam fora daquele contexto. Assim, foi possível romper com a perspectiva pedagogizante e normalizadora da pesquisa de corte positivista tradicional (BENELLI, 2019).

Por meio da interação com o orientador e da perspectiva teórica-metodológica do Dispositivo Intercessor (DI), foi possível reconhecer outra possibilidade de fazer pesquisa, ou melhor, intercessão-pesquisa, a qual colabora para que reconheçamos que o saber não está apartado do fazer. Dessa forma, compreendemos que não era na Universidade que estavam as respostas para os problemas identificados no cotidiano profissional, mas que as perguntas e respostas estavam no nosso próprio fazer, no exercício em campo, que também possui saber, um saber legítimo. Todavia, ideologicamente deslegitimado como saber científico. Nesse sentido, o desenvolvimento dessa intercessão-pesquisa veio do movimento de pesquisar nossa própria relação com o campo social, a análise da nossa experiência como trabalhadora advertida por referenciais críticos e os atravessamentos que sucederam desse processo.

Durante essa elaboração fomos nos apropriando dos referenciais teóricos que sustentam a proposta do DI, mas de maneira muito especial do Materialismo Histórico Dialético (MHD), que compõe uma das referências fundamentais para a sustentação do DI. O MHD é um método de trabalho desenvolvido por Karl Marx com a colaboração de Friedrich Engels (MARX; ENGELS, 2007), o qual possibilita uma leitura materialista da história. Segundo os autores,

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; mas, quanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87).

Conhecer a ciência da história é algo imprescindível para nossa formação e posição política. Enquanto marxistas partimos da premissa, segundo a qual a experiência material determina o método de estudo, logo, uma análise científica do campo social pressupõe a apropriação do método histórico-dialético. É através das categorias elaboradas por Marx que temos condição de operar uma análise aprimorada da macroestrutura social e de intervir no plano sociocultural e político-econômico. O núcleo do materialismo histórico é a dialética estabelecida entre a aparência e essência. De acordo com Marx (2017, p. 950): “[...] toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. É na análise das contradições, posta entre o manifesto e latente, que se desenvolve a história, mas ela não é linear.

O que torna a compreensão dialética da realidade ainda mais desafiadora é o fato de que não existe um movimento dialético de cada vez, mas uma sucessão de fatos históricos e conflitos que ocorrem ao mesmo tempo e exigem que análises e ações de mudança levem em conta níveis múltiplos de interdependência e contradição. Na dialética marxista, todo fenômeno pode, em algum momento, sob circunstâncias propícias, se transformar ou dar espaço a seu oposto (FERNANDES, 2020, p. 65-66)

Os aspectos imediatos do campo de trabalho, os fenômenos atendidos no contexto da Assistência Social nos fizeram buscar uma compreensão mais profunda da realidade e a radicalidade com a qual se propõe o MHD foi essencial, uma vez que precisávamos compreender as raízes dos problemas atendidos no campo institucional para poder problematizar e interceder junto à sua estrutura. Sentíamos que precisávamos ir além do discurso oficial da política pública, mantido no plano da aparência, pois ele era insuficiente para explicar perguntas básicas como: “por que é necessária uma política de Assistência Social?”, ou, “por que somente algumas pessoas necessitam dos mínimos sociais dispostos pela política pública?”, ou então, “por que se fala de enfrentamento à pobreza sem propor na prática uma mudança na estrutura social, econômica e política?”. Mobilizados por questões como essas, buscamos, por meio do MHD, analisar e entender a base e a identidade da Política de Assistência Social no Brasil e isso foi possível através do entendimento de que o imediato é mediado por fenômenos históricos e culturais, e somente a partir da mediação temos condições de operar o movimento de transformação.

Dessa maneira, consideramos que o MHD foi elementar para o desenvolvimento dessa intercessão-pesquisa, especialmente para o dimensionamento da macroestrutura política do campo social. Mas, também utilizamos outros referenciais, inclusive alguns autores que operam

no plano da transdisciplinariedade. A utilização de referenciais suplementares ao MHD é uma proposição do DI, que busca desenvolver um estudo aprimorado da especificidade institucional do campo, no qual o trabalhador irá operar a intercessão, bem como a micropolítica e os seus dispositivos. O emprego de referências transdisciplinares nessa intercessão-pesquisa contribuiu para que compreendêssemos o atravessamento dos fenômenos institucionais, das relações de poder, das demandas, dos valores e da ideologia dominante no nosso campo de atuação profissional. Em vista disso, afirmamos que Marx e o marxismo são fundamentais para compreensão das estruturas sociais, mas outros referenciais também possuem grande importância para a elaboração de uma análise sofisticada da particularidade institucional. Outras referências críticas como Lourau, Lapassade, Deleuze, Guatarri e Foucault, podem complementar essa análise e favorecer o processo de intercessão, uma vez que a revolução social apontada por Marx é o objetivo maior das nossas ações. Todavia, nosso campo de atuação imediato é o institucional, assim, é necessária uma interpretação das normas, dos mecanismos e dos operadores internos que compõe a institucionalidade da Assistência Social.

Inseridos no campo socioassistencial entendemos a importância de defender algumas estruturas mínimas, constituídas pelas instituições, para o alcance de uma sociedade emancipada. Dessa maneira, consideramos que bem situados nesse campo é possível contribuirmos para a construção de uma reforma social². Reforma, que presume uma boa leitura do funcionamento das instituições, dos seus estabelecimentos, das suas práticas discursivas. Afinal, os mecanismos institucionais de captura e controle foram se sofisticando para sustentar a ordem capitalista. O projeto revolucionário nas condições atuais do sistema socioeconômico, modulado pelo neoliberalismo, exige uma leitura aprimorada da funcionalidade institucional, para que através dos arranjos institucionais possamos contribuir para a formação da consciência de classe, da mobilização e da organização popular, sustentando uma mudança de paradigma (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012).

Reconhecemos que o caminho teórico-metodológico utilizado é heterogêneo, o que não significa que ele seja eclético e adote, “[...] indiscriminadamente todas as crenças, métodos, técnicas e instrumentos disponíveis de acordo com sua compreensão do que lhe parece necessário para enfrentar unicamente os desafios da prática” (FIGUEIREDO, 2009, p.18). Pelo contrário, a escolha que fizemos em operar com referenciais teóricos distintos e suplementares (MHD, a AI e a Psicanálise) é consciente e muito bem orientada. Através da experiência como

² Nossa compreensão de reforma está diretamente associada a uma estratégia, um meio, que seja capaz de operar a revolução social, no sentido da superação do capitalismo.

trabalhadora e militante política, percebemos que o desenvolvimento da práxis exige a superação do monoculturalismo científico, isto é, da supremacia de um único referencial teórico. Os desafios postos no campo institucional da Assistência Social demandam uma leitura afinada, complexa e consistente sobre a macroestrutura social (o efeito ético e político do capitalismo), mas também exige uma análise apurada da micropolítica (os mecanismos de captura, controle e regulação, bem como a reprodução ideológica forjada nas ofertas socioassistenciais).

A práxis desenvolvida no campo socioassistencial pressupõe referenciais diversos que podem, em alguma medida, divergir quanto as suas premissas fundamentais, mas que convergem no que tange à posição crítica ao Modo de Produção Capitalista (MPC). Compreendemos que essa escolha é alvo de duras críticas por parte de teóricos marxistas mais ortodoxos, os quais consideram que a análise científica precisa ser puramente pautada na leitura do MHD. No entanto, inseridos na materialidade da instituição não vislumbramos meio mais assertivo que a combinação dos referenciais críticos, que levam em conta a luta de classes e as lutas acessórias para operar a grande luta revolucionária. Admitimos que há pontos de divergências entre os referenciais, mas sobretudo, acolhemos suas complementariedades, especialmente no que tange ao projeto sociopolítico e econômico de transformação social.

Nesse ponto, apresentamos o DI como um referencial teórico-metodológico potente e oportuno ao trabalhador-pesquisador-intercessor, que vivencia no seu campo imediato os efeitos das cisões implementadas pelo MPC. Mas, antes de apresentarmos o DI, sua sustentação teórica, suas contribuições e possibilidades no campo da Política de Assistência Social faremos uma breve contextualização da categoria trabalho, tendo em vista que o DI se constitui como um meio, uma estratégia ético-política que visa a problematização das dicotomias estabelecidas entre o fazer-pensar, decidir-executar, impostos pela dinâmica de trabalho de uma sociedade capitalista. Nessa breve elucidação, pretendemos diferenciar pontualmente o trabalho ontológico do trabalho alienado e para essa clarificação daremos enfoque às atividades desenvolvidas dentro do serviço público, campo que contempla nossa atuação intercessora.

1.2 A localização do serviço público na dimensão do trabalho

Temos aqui um aparente paradoxo: nem todos os “trabalhadores” trabalham!
(LESSA, 2012, p. 45)

O MPC pressupõe uma oposição de lugares sociais entre aqueles que trabalham e aqueles que se apropriam dos resultados do trabalho, mantendo o prestígio e os privilégios para às classes dominantes (burguesia e classe média), as quais expropriam e manipulam o saber e o fazer da classe trabalhadora, impondo a luta de classes. O poder do capital garante “sua posição submetendo a sociedade às suas condições de apropriação” (MARX; ENGELS, 2008, p. 29). O trabalho no MPC é esvaziado de sentido, a dimensão ontológica que faria da atividade laboral algo dotado de significado e potência criativa se torna nula, gerando um processo de estranhamento, no qual

[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeits*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio [...] O trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto [...] a vida que ele concebeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2004, p. 81).

Nesse contexto, tomamos como referencial ético-político o Dispositivo Intercessor (DI), que se apresenta como um instrumento teórico-metodológico importante para a relativização dos impasses acerca do mundo laboral e das suas consequências, especialmente, com relação às cisões estabelecidas pela divisão social do trabalho, que tendem a separar sujeito-objeto, saber-fazer, teoria-prática. A partir da literatura que fundamenta a proposta do DI é possível fazer uma análise histórica e formular um entendimento conciso sobre as estruturas sociais e psíquicas, assim como compreender o funcionamento das instituições. Dessa forma, temos melhores condições de driblar os efeitos negativos de uma atuação profissional estranhada e fetichizada (NAVARRO; PADILHA, 2007) no campo social.

O trabalho é uma atividade essencial ao desenvolvimento da humanidade, mas a separação entre a força de trabalho e os meios de produção, característica do MPC, repercute no processo de subjetivação dos sujeitos submetidos a essa sociabilidade, causando um profundo e permanente mal-estar. Conforme descrito por Navarro e Padilha (2007), há um paradoxo envolvendo o trabalho desenvolvido no capitalismo, pois ao mesmo tempo que ele é fonte de significado e identidade para a vida, também produz um intenso sofrimento psíquico, sendo que a atividade laboral e a falta dela são as principais causas de abalos psíquicos na população brasileira (SANTANNA, 2019).

O sentido do trabalho é amplo e complexo, as atividades profissionais ocupam cada vez mais espaço na vida dos sujeitos. De acordo com Périco e Justo (2022, p. 77): “Se o trabalho

gera frustrações, sofrimentos e adoecimentos, a falta dele, o desemprego, gera males ainda maiores, como sentimento de impotência, depressão, insegurança; sobretudo culpabilizações profundas pelo fracasso em assegurar as bases da vida individual e familiar”. O trabalho, sob o viés ideológico capitalista, assume um significado genérico, no qual toda e qualquer atividade produtiva e improdutiva, isto é, atividades que criam mais-valia diretamente e/ou que assumem a condição de assalariamento são interpretadas como trabalho. No entanto, essencialmente, o que as unificam é que todas as atividades profissionais desenvolvidas no interior do capital estão submetidas à alienação³.

A expropriação do saber, a fragmentação do fazer em especialismos e a objetificação dos sujeitos, impede a afirmação da potência das atividades laborais, com isso, “[...] o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão” (MARX, 2004, p. 80). Esse esvaziamento de sentido também atravessa as atividades desenvolvidas no setor de serviços, incluindo os serviços públicos. O sujeito envolvido na operação dos serviços públicos também sofre o efeito empobrecedor de sua natureza humana, já que a lógica produtiva instituída nesse setor também reduz o servidor a mera força de trabalho e o submete ao processo de alienação (MATOS, 1994).

As atividades desenvolvidas no campo do serviço público também são organizadas a partir da cisão estabelecida entre a elaboração (o processo de gestão) e a execução (a prática estritamente). No campo da Assistência Social, por exemplo, o profissional que desenvolve a práxis no contato direto com a população não participa necessariamente do processo de planejamento e elaboração das políticas, tornando-se apenas um reprodutor da lógica instituída e predeterminada, perdendo a sua autoria diante a atuação profissional. Mas, não é apenas o modo de organização e/ou as condições para a execução das atividades que definem o trabalho.

Há diferenças fundamentais quanto à função social do trabalho concreto e do trabalho abstrato⁴. Inclusive, existe um debate extremamente complexo e fecundo no campo do serviço

³ Marx (2004) desenvolve a noção de “trabalho estranhado”, a qual também é traduzida como trabalhado alienado. O autor considera a alienação como uma forma muito precisa utilizada pelo Modo de Produção Capitalista para separar o trabalhador da sua criação. O efeito da alienação produz no sujeito a ideia de que o produto da sua ação existe “independente dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha” (MARX, 2004, p. 81). Desse modo, a alienação implica que o trabalhador perca a sua autoria diante o processo produtivo, tornando-se impotente. Marx evidencia que o trabalho alienado produz a mortificação do trabalhador, pois “a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo” (Ibidem, p. 83).

⁴ O trabalho concreto e o trabalho abstrato não são atividades diferentes, mas sim a mesma atividade considerada em seus aspectos diferentes” (BOTTOMORE, 2012, p. 599). Nesse sentido, podemos recorrer a uma nota muito didática elaborada por Engels a uma edição inglesa d’ O Capital: “A língua inglesa tem a vantagem de ter duas palavras para esses dois diferentes aspectos do trabalho. O trabalho que cria valores de uso e é determinado qualitativamente é chamado de *work*, em oposição a *labour*, o trabalho que cria valor e só é medido

social, no qual se discute a prática profissional do assistente social na dimensão do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006; LESSA, 2007). Mas, para além do serviço social temos o serviço público, numa esfera mais ampla, que se estabelece como um complexo ideológico que contempla uma diversidade de atividades profissionais (serviço social, psicologia, pedagogia, enfermagem, direito, etc.) e que opera no âmbito da regulação e do controle social.

Embora o trabalho concreto e o trabalho abstrato sofram os efeitos do MPC é necessário partirmos de uma negação elementar: a práxis desenvolvida no campo socioassistencial não é trabalho. Mas, por que essa negação é indispensável para uma análise aprimorada do campo social? Somente quando distinguimos a função social do trabalho das demais atividades, temos condições de afirmar a centralidade do proletariado e dessa forma reconhecer que é especialmente por meio do trabalho vivo e ativo que ocorre o desenvolvimento da sociedade. Pois, “[...] se os proletários cruzarem os braços a reprodução social para em pouco tempo”. Afinal, “sem o conteúdo material da riqueza por eles produzido, sem a conversão da natureza nos bens indispensáveis à reprodução humana, nem mesmo a sociedade capitalista mais avançada pode prosseguir sua reprodução” (LESSA, 2007, p. 177). O que não ocorre, por exemplo, com uma greve estabelecida por professores, psicólogos, assistentes sociais ou outras atividades profissionais que não transformam diretamente a natureza para produzir bens socialmente necessários, mesmo que no neoliberalismo algumas atividades abstratas tenham certa essencialidade, como por exemplo, os profissionais da economia e transporte. Há uma distinção fundamental entre a função social do trabalho produtivo (aquele que produz mais-valia) das demais atividades.

Entretanto, isso não quer dizer que as atividades profissionais desenvolvidas na forma de trabalho improdutivo sejam supérfluas ou que deva existir uma divisão e/ou rivalidade entre os sujeitos que desempenham o trabalho e os que desenvolvem as demais atividades sociais. Uma vez que, apesar dessas atividades não representarem o “trabalho” no seu sentido mais primitivo, uma vez que não operam a transformação direta da natureza, elas “[...] realizam e reproduzem as relações dos homens entre si” (LESSA, 2012, p. 47), ou seja, são elos importantes para o funcionamento da engrenagem social e seus agentes também estão submetidos aos efeitos nefastos do MPC.

quantitativamente se chama *labour* em oposição a *work*” (MARX, 2013, p. 602). Assim, fica claro o entendimento de que o trabalho concreto cria valor de uso imediato, enquanto o trabalho abstrato opera na valorização do valor, isto é, se expressa na relação abstrata que produz o valor de troca.

A condição de precariedade e exploração une proletários e demais sujeitos, que sobrevivem exclusivamente da venda da força de trabalho, enquanto membros de uma mesma classe – a classe trabalhadora. Todavia, a funcionalidade dessas atividades profissionais que não atuam na metabolização direta da natureza está estruturalmente relacionada a esse modo de produção. Ou seria possível imaginar uma função para a psicologia social, para o direito, para o serviço social numa sociedade comunista? Assim como o Estado e outras instituições, algumas atividades profissionais só fazem sentido no interior do capitalismo ou em um processo de transição como seria o socialismo, pois a essência dessas atividades profissionais servem para sustentar o desenvolvimento do capital. Todavia, partimos da premissa que elas também podem atuar a partir de uma ética subversiva diante da lógica capitalista, agindo em sintonia com os interesses populares e operando na construção de uma sociedade mais emancipada. A qual, quando alcançada, extinguirá a função dessas atividades que servem essencialmente para a reprodução ideológica, controle social e à gestão da pobreza.

Para o dimensionamento da ciência da história e da luta transformadora é necessário que tenhamos claro que a definição de trabalho para o senso comum é extremamente ampla, pois sustentada pela ideologia do capital considera que toda atividade que produz lucro se constitui em trabalho. Contudo, para o marxismo o trabalho é uma atividade muito específica: “[...] é o intercâmbio orgânico com a natureza e, por isso, é uma condição eterna da vida social” (LESSA, 2012, p. 85). Nesse sentido, é imprescindível o entendimento de que “entre o trabalho e o trabalho abstrato pode haver uma superposição, mas, jamais uma identidade” (Ibidem, p. 88).

Esse esclarecimento é fundamental para a legitimação da função produtiva do proletariado, uma vez que essa é a única e verdadeira classe que por meio do trabalho transforma a natureza e produz tudo que conhecemos no plano da materialidade tornando possível a reprodução humana. Sabemos que as atividades profissionais desenvolvidas no setor de serviços possuem uma função social distinta do trabalho como categoria fundante. Todavia, na evolução do capitalismo elas se tornaram indispensáveis para garantir a reprodução da ideologia que sustenta o capitalismo, bem como outras formas sociais. É por meio dessas atividades, desse trabalho improdutivo, que se mantém ativa a reprodução do capital no plano imaterial, por intermédio de processos subjetivos, como por exemplo a ideologia, que incide no inconsciente e opera através do exercício cotidiano dos “profissionais da ideologia” (ALTHUSSER, 1974, p. 22).

Partimos do entendimento de que as atividades profissionais reproduzem o capital por meio da propagação das suas formas abstratas. Isto é, a atuação da psicologia, do serviço social, do direito e de outros saberes institucionalizados no campo socioassistencial são cooptados pelos interesses estatais, os quais por sua vez atendem a ordem capitalista, interferindo no controle social e no agenciamento dos desejos da população atendida pelos serviços públicos, ou seja, o profissional não atua desprendendo sua energia de maneira direta na transformação da natureza, mas na transformação das relações sociais. A prática cotidiana dessas atividades incute uma determinada leitura de mundo, coage através do discurso sutil o ímpeto crítico dos sujeitos atendidos, tornando-os ainda mais submissos e resignados, satisfeitos com as migalhas ofertadas pelo Estado.

No entanto, esses saberes e essas práticas profissionais possuem potencial para subverter essa lógica produtiva, isto é, a partir do questionamento quanto à finalidade da sua atuação é possível operar transformações no âmbito da prática. O exercício da reflexão e da crítica podem colaborar para a destruição das ilusões ideológicas, assim como colaborar para que os agentes que desenvolvem as práxis sociais assumam um compromisso ético-político enquanto classe trabalhadora, subvertendo a função preestabelecida ao seu ofício e provocando rupturas na ordem-padrão.

Cabe a cada um de nós apreciar em que medida - por menor que seja - podemos contribuir para a criação de máquinas revolucionárias políticas, teóricas, libidinais, estéticas, capazes de acelerar a cristalização de um modo de organização social menos absurdo do que o atual (GUATTARI, 1985, p. 225).

A precarização e alienação do profissional inserido nas instituições, tal como a do proletário, serve ao capital e ao seu processo acumulativo, que impõe aos sujeitos uma cisão, uma ruptura e um sentimento de solidão: “[...] cada qual se encontra só, no meio da multidão, em um ambiente humano e social com características de hostilidade. A solidão e abatimento se instalam no mundo do trabalho e isso muda radicalmente o cenário no que diz respeito à relação subjetiva frente ao trabalho e à saúde mental” (DEJOURS; BÈGUE, 2010, p. 46). Subordinado à racionalidade capitalista, o trabalhador estranha sua atividade e as relações estabelecidas no campo do trabalho, tornando-se refém do individualismo e da competição. De acordo com Antunes e Pinto (2017, p. 53):

Se a atividade de trabalho, assim objetificada e alienada frente à personalidade do/a trabalhador/a, torna-se uma realidade comum, integrando-o/a como uma parte isolada num sistema em tudo estranhado a ele/a, a própria decomposição do processo de

trabalho na sua totalidade, como produção de valores de uso, corrói as conexões que ligam os/as trabalhadores/as entre si como uma comunidade.

Envolvidos nesse contexto social e ideológico, afetados pelos impasses do mundo do trabalho buscamos através do DI problematizar a nossa atuação e produzir fissuras no modelo instituído. Nossa intercessão-pesquisa trouxe alguns significados importantes para a nossa prática, assim como tem nos permitido entender a complexidade e os atravessamentos da instituição em que atuamos, a Assistência Social. As intercessões realizadas tiveram efeito no campo profissional e em nós mesmos, uma vez que a partir desse processo nos reposicionamos ética e politicamente em campo.

1.3 O Dispositivo-Intercessor e seus efeitos

A relação entre teoria e prática é revolucionária porque é dialética [...] (CHAUI, 2008, p. 75).

A proposta do Dispositivo Intercessor (DI) foi elaborada originalmente, através do processo de implicação do Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa, que como trabalhador, pesquisador do campo da Saúde Coletiva, psicanalista, analista institucional e professor universitário identificou a importância de um dispositivo, um instrumental ético-político sofisticado que fosse útil aos trabalhadores na construção de uma atuação revolucionária, o qual

[...] têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de brecha, de fissura, de fratura, que se entrecruzam e se misturam, acabando umas por dar noutras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento (DELEUZE, 1996, p.89).

O DI se estrutura a partir de alguns pilares epistemológicos, como a Psicanálise do campo de Freud e Lacan, o Materialismo Histórico Dialético, a Análise Institucional francesa (AI) de René Lourau e Georges Lapassade e alguns aspectos da Filosofia da Diferença (Foucault, Deleuze e Guattari) (BENELLI; PÉRICO; COSTA-ROSA, 2017). Esses referenciais possuem grande densidade teórica e se suplementam através de uma perspectiva ética transdisciplinar. O DI, enquanto dispositivo, estimula o trabalhador a revisar a história das estruturas sociais, a dinâmica das instituições, por meio de um viés crítico, que contempla a materialidade dos fenômenos e considera a necessidade da revolução social. O trabalhador-intercessor é “um a mais”, que de maneira implicada e processual se constitui no “mais um”

(JIMENES, 1994), isto é, aquele que interage e interroga o cotidiano institucional, provocando e sendo provocado por ele, que inspira, através do seu deslocamento uma nova posição pelos demais trabalhadores.

Costa-Rosa não fez uma sistematização de como o DI deveria operar, menos ainda de como deveria ser a atuação do trabalhador-intercessor em campo, o autor buscou subverter o modelo prescritivo, superando a tendência positivista da produção de conhecimento. Por meio das aulas e de suas obras promoveu reflexões e provocações acerca do campo institucional, levando em conta o atravessamento da luta de classes e a particularidade das experiências e dos sujeitos. Sua proposta metodológica está além da elaboração de uma pesquisa tradicional, inclusive, questiona esse tipo de produção teórica e se preocupa com os efeitos das pesquisas tradicionais para a Universidade e para o campo social. A intercessão é um movimento, portanto não considera a ideia de uma verdade absoluta ou de uma intervenção na realidade, o DI é uma produção de saber, que só faz sentido no ato da produção, ou seja, a intercessão é a própria práxis.

O DI não possui um enquadramento teórico-metodológico rigidamente formalizado, nem diretrizes prescritivas quanto ao seu modo de operar em campo. A pesquisa-intercessão não pressupõe a detenção de um saber sobre o outro, ela se sustenta numa base sólida e complexa, a qual considera que o pensar e o fazer estão implicados. O trabalhador-intercessor é alguém inserido e envolvido no campo institucional, orientado por uma ética singular. Para esse trabalhador é necessário também os “efeitos advindos da sua própria (psic)análise” (COSTA-ROSA, 2019a, p. 48). Dessa maneira, suas ações não buscam impor um outro modo de fazer, mas considera o seu próprio fazer, a sua própria experiência. Esse sujeito

[...] é um trabalhador como os demais; porém, sua formação singular e complexa lhe permite adotar uma atitude teórico-técnica e ético-política permanentemente pensante, problematizadora, crítica, buscando promover processos de grupalização, de coletivização, de participação, de formação, de assunção coletiva da tarefa institucional, no sentido da transformação social (BENELLI, 2019, p. 23).

Costa-Rosa formulou o DI “como resposta à separação entre o saber e fazer na Universidade” (FIOCHI, 2015, p. 30). O desenvolvimento do DI tem sido aprimorado por meio de um movimento permanente que contempla novos trabalhadores-pesquisadores, os quais se identificam com os processos de intercessão e, por meio dos seus referenciais teóricos-metodológicos, passam a produzir problematizações essenciais nos seus campos de atuação, dentre eles a Saúde Coletiva, a Saúde Mental e a Assistência Social. Esses profissionais

advertidos pela proposta do DI são originários de um grupo de trabalho nomeado de Laboratório Transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS). Esse coletivo funciona a partir de estudos sistematizados dos referenciais que amparam a proposta do DI (COSTA-ROSA, 2019b). Nos encontros do LATIPPSS também acontece um movimento de análise e discussão coletiva das práticas desenvolvidas pelos profissionais, espaço em que os intercessores experimentam a perspectiva do trabalho cooperado. O LATIPPSS é um grupo de trabalho que gesta tensões para o desenvolvimento de uma prática problematizadora.

Costa-Rosa ao constituir esse coletivo de trabalho, o LATIPPSS, elaborou uma Carta de Fundação⁵ e nela apresentou algumas definições que colaboram para um melhor entendimento da proposta do DI. Resgatamos a definição de dois conceitos fundamentais desse coletivo – “laboratório” e “transdisciplinar”:

O termo “laboratório” é utilizado por nós em sentido figurado, como atividade que envolve intercessões no campo das subjetividades concretas, estudos e exames críticos dos conceitos já produzidos sobre o tema, e, eventualmente, a produção de novos conceitos; sempre na perspectiva de que qualquer ação que pretenda afirmar-se como práxis envolve necessariamente o tratamento do real com as ferramentas do simbólico. O termo “transdisciplinar” será considerado, a princípio, nas condições em que é apresentado pelos autores estudados. Porém nosso horizonte teórico e ético inclui a perspectiva de superação da atitude “disciplinar” tal como definida e criticada por Foucault; ao mesmo tempo procuraremos balizar nossas intercessões-pesquisas nos paradigmas da psicanálise de Freud e Lacan, nos estudos iniciais de Marx e nas contribuições das Filosofias da Diferença, paradigmas nos quais identificamos outra origem que não o princípio sujeito-objeto tão caro às Disciplinas (COSTA-ROSA, 2019b, p. 6).

Nossa relação e identificação com o DI enquanto referencial ético-político se deu de forma orgânica. Quando o conhecemos ainda estávamos sob o efeito de uma concepção de ciência positivista, mas já nos interessávamos pela ideia de considerar nossa própria experiência de trabalho, bem como o nosso campo de atuação e os nossos impasses práticos como elementos para o desenvolvimento de uma pesquisa. Através do DI, levamos em consideração que os estabelecimentos institucionais que ofertam serviços públicos e a universidade tendem a funcionar, via de regra, de maneira homóloga às demais instituições sociais que estão organizadas sob a lógica do MPC. O *modus operandi* reproduzido no processo de trabalho desses estabelecimentos, na maior parte das vezes, é alienante, individualizante e serializado, capaz de amortecer o trabalhador e/ou pesquisador e tirar dele sua habilidade de organização

⁵ Carta enviada por e-mail, no dia 28 de fevereiro de 2010, àqueles que integraram a primeira formação desse coletivo de trabalho.

política, consequentemente seu potencial transformador. Nesse sentido, o DI opera sobre o instituído com o propósito ético de subverter a produção e a apropriação do conhecimento. Conforme descrito por Souza (2016, p. 66): “[...] ao invés de ir para a academia buscar um saber que mude o campo, por que não trazer o seu conhecimento para a academia e repensá-lo junto com o campo?”.

Foi exatamente esse movimento que nos levou a conhecer a proposta do DI. Já que como psicóloga e trabalhadora de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), socializada pelos pressupostos do MPC, considerávamos, equivocadamente, que o conhecimento verdadeiro estava restrito à Cátedra, assim, decidimos retornar à Universidade por meio do programa de pós-graduação, pois alimentávamos o imaginário de que na Universidade alcançaríamos o conhecimento verdadeiro, o qual responderia aos impasses provenientes da prática e nos ofertaria um outro modo de fazer, ou seja, retornamos à Universidade com o objetivo de nos aprimorar e nos tornarmos especialistas no nosso campo de atuação – as Políticas Públicas.

Felizmente, nesse processo de busca e reinserção na Universidade através do Programa de Mestrado em Psicologia, tivemos a satisfação de encontrar o DI, que subverteu esses interesses ingênuos, visto que a partir das suas referências foi possível identificar que estávamos submetidos a uma fantasia imposta pela cultura capitalista, que determina um lugar para o fazer e outro para o pensar, sendo esse último enaltecido e alocado na Universidade, instituição considerada socialmente como a única produtora de conhecimento. Advertidos da divisão social do trabalho e dos seus efeitos decidimos assumir a posição de trabalhadora-intercessora. Permanecemos na Universidade, ocupando a posição de trabalhadora-intercessora-pesquisadora, a fim de provocá-la e questioná-la. Compreendemos através do processo de intercessão que as respostas que procurávamos não viriam de um saber-poder, os sentidos necessários estavam na nossa própria experiência, no nosso campo de atuação e na coletividade dos trabalhadores.

O trabalhador-intercessor não é um trabalhador qualquer. Ele é aquele que se interessa e se apropria de maneira crítica pelo seu próprio fazer, buscando formalizá-lo. Deste modo, fomos nos reposicionando em campo, entendendo que a intercessão é uma prática de deslocamento, que tem como horizonte uma transformação efetiva da organização institucional e social. O DI propõe meios para que possamos elaborar uma crítica contundente sobre a divisão social do trabalho, mas também sugere estratégias, a partir de suas referenciais, que nos orientam a driblar algumas posições instituídas, como a de mestria. Afinal, “o trabalhador-

intercessor não é um intelectual (nos moldes cartesianos) que vai a campo para ensinar aos trabalhadores como estes devem operar” (MEXKO, 2017, p. 93). Quando escapamos desse lugar de detenção do saber-poder temos a oportunidade de ver surgir um saber de uma outra ordem e, com isso, operamos giros discursivos, nos quais o sujeito com o qual atuamos, nomeado usualmente de usuário da Assistência Social, assume legitimamente o lugar de protagonismo. De acordo com Costa-Rosa (2019a, p. 48): o trabalhador-intercessor “precisa se posicionar para poder driblar a confusão letal induzida pelo ‘olhar’ construído pelos especialismos disciplinares nos quais foi originalmente formado e instruído: psiquiatria, psicologia, serviço social, etc.”.

1.4 O Dispositivo Intercessor (DI) como uma forma particular de atuação

No momento da intercessão propriamente dita, o trabalhador está operando com os impasses, conflitos e possibilidades do campo institucional. Ele se mantém atento às convocações do processo de trabalho, interrogando as oposições determinadas pela separação sujeito-objeto e saber-fazer. O trabalhador-intercessor repensa constantemente suas produções e se reposiciona, a fim de driblar os impasses objetivos que lhes são direcionadas. Pois, conforme Costa-Rosa (2013, p. 32): somente através desse deslocamento é possível “virar pelo avesso os atuais laços sociais verticais”.

A intercessão-pesquisa permeia a relação entre os trabalhadores e nessa dimensão também produz intercessões, media possibilidades de um Modo Cooperado de Produção, considerando que “o trabalho cooperado é necessário” (COSTA-ROSA, 2013, p. 143) nas instituições, pois nessa outra organização de trabalho há uma convergência/divergência criativa entre os diferentes saberes que operam no campo institucional. De maneira dialética e cooperada a atividade desenvolvida em campo vai sendo ressignificada pelos profissionais e com isso produz subjetividades singularizadas. Costa-Rosa (2013, p. 162) considerou que a busca pela superação da divisão social do trabalho implica a transdisciplinaridade e referiu que

O coletivo ‘integração em profundidade’, após se dar conta das dicotomias que foi levado a reproduzir, e da postura necessária ao exercício da superação, só pode sustentar uma modalidade de “grupo aberto” ao não sentido, ao disruptivo, ao enigmático, ao sintomático, ao impossível de suportar, acontecimentos que atualizam, em metonímia, os processos de subjetivação nesse setor das instituições sociais. Em sua potência atualizada certamente esse coletivo passa por cada um que o compõe, mas esse um, como dito antes, já não é um só com o outro. É um participante dessa construção sujeito-Outro (imaginário e simbólico) que representa um coletivo funcionando fora da massa serializante definida por Freud.

A relação cooperada contempla o trabalhador-intercessor como parte de um coletivo de trabalhadores capaz de provocar perguntas, impulsionar movimentos e retomar a potência da coletividade, mas sobretudo considera a particularidade do tempo e da posição de cada sujeito. A consciência da luta de classes e o entendimento das disputas no campo institucional não ocorrem pelo desejo individual do trabalhador-intercessor, mas pela apreensão sócio-histórica e pelas contradições que se manifestam na realidade concreta. Quando os trabalhadores se apropriam da ideia de que é o seu saber que movimenta o campo institucional, eles entendem que são os agentes responsáveis por operar um movimento de reforma, buscando a revolução social e, com isso, introduzir um outro tipo de atenção para as demandas recepcionadas nos estabelecimentos institucionais, nos quais esses trabalhadores estão inseridos.

A redefinição do processo de trabalho como cooperado e a redefinição do produto “saúde subjetividade” permitem vislumbrar com mais clareza a necessária participação dos sujeitos do sofrimento como protagonistas dos processos de produção da Atenção, desde a gestão institucional até a gestão dos processos de produção da sua própria implicação subjetiva e sociocultural (COSTA-ROSA, 2013, p. 145).

Périco (2021), que é um trabalhador-intercessor-pesquisador e integrante do LATIPPSS, retomou na sua tese de doutorado uma diferenciação fundamental com relação a posição do trabalhador-intercessor. Segundo sua formulação, podemos definir o trabalhador-intercessor a partir da sua negação dialética – o trabalhador disciplinar –, que é “um agente do saber-poder que ainda prevalece no campo das políticas públicas, caracterizado não apenas por ser alienado em relação ao processo de produção do qual participa, mas, e por isso mesmo, por ser um agente produtor de subjetividades alienadas” (p. 107). O efeito da produção dos trabalhadores no campo institucional é um determinante para a caracterização da sua posição ético-política, ou seja, o trabalhador-intercessor busca, por meio de sua práxis, produzir um trabalho transdisciplinar, que está situada para além dos saberes e práticas disciplinares. A sua atenção está voltada para produção de subjetividades singularizadas.

Nessa lógica, a proposta do DI considera que a superação da divisão social do trabalho é a base para a emancipação dos trabalhadores, visto que a ideia de que há um saber indissociável em toda práxis investe ao trabalhador a sua condição revolucionária. Fortalecidos de que há um poder revolucionário na sua prática, no seu modo de atuar, o trabalhador-intercessor subverte a ordem dominante, reivindica sua posição política e social. O DI opera

através da perspectiva transdisciplinar, inclusive das categorias profissionais, a práxis intercessora não se limita a um núcleo de saber, isto é, sua intenção corresponde a uma formação interdisciplinar através do campo de trabalho. As práticas institucionais ainda exigem um domínio teórico-técnico relacionado a um saber específico, seja ele a Psicologia, o Serviço Social, o Direito, a Pedagogia, entre outros, contudo, o DI pressupõe que a apreensão do saber se constitua no cotidiano, na experiência compartilhada e produzida coletivamente naquele determinado contexto, nos *entre* dos saberes. As intercessões buscam recuperar o saber legítimo que está para além da formação de base disciplinar, mas aquele saber que é resultado de um processo contínuo e coletivo gerado pelas problematizações e interações com o campo material.

No momento da intercessão-pesquisa, o trabalhador-intercessor atua orientado por referenciais que lhe instrumentalizam e conduzem à uma prática reflexiva, transformadora e emancipatória. Sua posição em deslocamento se opõe ao funcionamento pragmático do MPC, o que, por vezes, faz com que o trabalhador-intercessor perceba sua práxis como insuficiente, tendo em vista os impasses e os limites institucionais/paradigmáticos extremamente complexos. Desse modo, é importante considerar que a intercessão se depara com situações que são estruturais e nesse caso o trabalhador-intercessor busca operar a partir das brechas, que geram um movimento instituinte e, assim, produzem pequenas fissuras e transformações. Mas é importante considerar que

[...] o saber também pode encontrar seu limite na própria práxis, ou seja, ele depende da capacidade de um sujeito ou de um coletivo tratarem a experiência produzida e vivida com as ferramentas do campo do simbólico ou apenas com as do imaginário, portanto, com maior ou menor grau de alienação – a própria práxis deve ser compreendida como possuindo sempre seu núcleo estruturalmente irreduzível ao saber (COSTA-ROSA, 2013, p. 112).

O DI possibilita que o trabalhador-intercessor altere sua concepção de produtividade, essa já não se restringe à realidade imediata e concreta. Trabalha na desconstrução da ideia de que para produzir um cuidado deve, necessariamente, gerar um resultado quantitativo, um efeito linear, muitas vezes atrelado à ideia de cura, de proteção integral e de segurança. Através dos pressupostos teóricos do DI, o trabalhador-intercessor percebe que a lógica produtivista exige que as ações produzidas em campo atendam aos interesses materiais do capital, portanto a intercessão-pesquisa busca subverter essa lógica e possibilita que o trabalhador-intercessor supere a expectativa positivista de adequar a realidade e de ajustá-la às suas hipóteses e interesses. O trabalhador-intercessor reconhece e valida as microrupturas, considera a

importância das pequenas fissuras, pois através das ações sutis também é possível alcançar a transformação social, dessa forma supera o ideal salvacionista e messiânico, típico das pesquisas tradicionais.

1.5 O diário de intercessão como instrumento de elaboração da prática

Durante a intercessão-pesquisa o trabalhador-intercessor é instruído a construir um diário de intercessão, no qual é elaborado os registros das experiências vivenciadas no campo concreto de trabalho. Nele, o trabalhador-intercessor descreve aspectos do cotidiano institucional, vinhetas relacionadas aos atendimentos, questões que lhe provocaram durante a rotina de trabalho, trechos de discussões de caso e atas de reuniões, enfim, fragmentos da sua prática cotidiana. O diário de intercessão sintetiza e colabora para a organização das experiências vivenciadas em campo e facilita que no momento do Dispositivo Intercessor como Meio de Produção de Conhecimento (DIMPC) o pesquisador retome com mais facilidade os elementos significativos do seu campo e de sua atuação.

Enquanto o trabalhador-intercessor transcreve suas experiências cotidianas, ele também repensa o lugar ocupado, reconstrói as situações, simboliza e as identificam num contexto sócio-histórico. O diário de intercessão se diferencia dos diários de campo das pesquisas tradicionais, pelo fato de que na sua formulação há uma dimensão reflexiva, a qual propõe uma elaboração primária da própria ação do profissional. O ato de escrever sobre a prática favorece que o trabalhador-intercessor repense suas ações e com isso se reposicione no campo de intercessão. O diário de intercessão tem inspiração na psicanálise, mais especificamente no relato clínico, que é um instrumento metodológico da clínica psicanalítica. O DI considera que os registros no diário de intercessão possuem efeitos semelhantes aos da elaboração psicanalítica feita por meio da construção do caso clínico, pois ambas as intervenções implicam o desenvolvimento do trabalho terapêutico e/ou político do seu agente (ZANETTI; KUPFER, 2006).

As narrativas consideradas no diário de intercessão materializam a experiência do trabalhador-intercessor. E será por meio da transcrição das vivências em campo que o profissional terá a possibilidade de elaborar sua prática, conforme descrito por Freud ([1914]/2010): Recordar, Repetir e Elaborar. No momento do registro o trabalhador-intercessor faz um retorno ao campo, por meio da memória. Ele reproduz as experiências através das lembranças e tem a chance de se reposicionar dialeticamente junto ao seu processo de trabalho, legitimando o saber produzido na práxis.

Os registros do diário de intercessão, assim como a própria intercessão-pesquisa, revelam a relação de implicação do trabalhador-intercessor com o campo de trabalho e possibilita a análise da implicação (LOURAU, 1975). Esse processo rompe radicalmente com os interesses da ciência positivista, que engendra e fomenta a produção de um conhecimento neutro, fragmentado, disciplinar e normatizador. O trabalhador-intercessor faz ressoar seu lugar de existência e transparece sua experiência afetiva com o campo. O afeto destacado aqui se relaciona com a ideia de mobilização [*affettare* do latim]: ir atrás, pôr(-se) em ação. Desse modo, a dimensão do afeto é manifestada nos registros e a escrita inscreve os sentimentos que atravessaram o trabalhador-intercessor no processo de recordação.

É fato que o DI opera na superação da divisão social do trabalho, o qual visa a impor uma distinção entre o sujeito-objeto por intermédio da intercessão. O trabalhador reconhece, analisa e atesta a sua relação dialética com o campo e com os sujeitos com os quais se relaciona. O trabalhador-intercessor não dispõe apenas da sua força produtiva durante a atuação, é também dispensado no campo de trabalho suas aspirações, seus desejos, suas contradições, seus referenciais éticos e políticos, uma vez que estamos sempre implicados, mesmo quando não se quer, afinal não se trata de vontade consciente, a implicação é algo que nos atravessa inconscientemente (COIMBRA, 2008).

Outro fator importante na caracterização do DI é sua preocupação com a afirmação das singularidades, a práxis intercessora reconhece as experiências como múltiplas, dessa forma se posiciona contrário aos movimentos universalizantes e totalizadores. No campo social, a singularização dos processos, das relações e das pessoas se faz fundamental e se constitui como mais um componente que opera contrário à lógica dominante, a qual, por sua vez, opera de forma mecânica, produzindo um modo de vida e de trabalho totalmente esvaziado de sentido. Lukács (2003, p. 203-204) descreveu que no MPC:

O homem não aparece, nem objetivamente, nem em seu comportamento em relação ao processo de trabalho, como verdadeiro portador deste processo; em vez disso, ele é incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que já encontra pronto e funcionando de modo totalmente independente dele, e a cujas leis deve se submeter. Como o processo de trabalho é progressivamente racionalizado e mecanizado, a falta de vontade é reforçada pelo fato de a atividade do trabalho perder cada vez mais seu caráter ativo para tornar-se uma atitude contemplativa.

Possibilitar a manifestação da “subjetividade singularizada” (COSTA-ROSA, 2013) é uma perspectiva da atuação do trabalhador-intercessor, o qual, atendendo as demandas sociais, se desvencilha por meio de um esforço constante das amarras do MPC, que busca por meios

sutis impor à subjetividade capitalista e serializada, a qual tende a reproduzir as relações de subordinação do capital.

1.6 O Dispositivo Intercessor como Modo de Produção de Conhecimento (DIMPC)

Situado num tempo lógico, o DIMPC é uma etapa necessária para a elaboração do DI. O DIMPC no contexto da Universidade é contingente, isto é, o trabalhador-intercessor pode atuar por meio do DI e não ter a pretensão de formular uma dissertação ou tese acadêmica, pois a ideia fundamental do DI é a superação das dicotomias impostas pelo MPC no exercício profissional. A elaboração teórica do DI por meio do DIMPC pode ser estendida para a Universidade, inclusive, nesse processo pode vir a problematizar e interceder junto a maneira instituída de produção de conhecimento, questionando a cisão entre o fazer-saber.

Há diversos trabalhadores-intercessores inadvertidos atuando nos estabelecimentos institucionais que não desejaram ou não tiveram possibilidade de operar a intercessão de maneira direta na Universidade. Não ocupar o papel de acadêmico não invalida as intercessões operacionalizadas pelo trabalhador-intercessor em seu campo institucional, pois a intercessão-pesquisa é apenas uma extensão dessa posição à Universidade. O DIMPC se relaciona com o fato de o trabalhador-intercessor ter sido mobilizado pelo desejo de formalizar sua experiência numa dissertação ou tese e também produzir intercessões junto à instituição de ensino superior, provocando as relações estabelecidas nesse campo, assim como, o modo de produção de conhecimento regido pelo capitalismo.

Nos textos elaborados pelo trabalhadores-intercessores, através do DI e do DIMPC, são descritos os impasses enfrentados pelo trabalhador no campo institucional, sob a luz de referenciais teóricos transdisciplinares. Essa formulação teórica busca mobilizar e colaborar para outros trabalhadores intercederem junto ao campo de trabalho, bem como mostrar que há similaridades entre os impasses institucionais. As vivências, discussões e reformulações apresentadas nos textos elaborados pelos trabalhadores-intercessores-pesquisadores, constituem um material útil a outros profissionais, sintonizados com o DI. Souza (2016, p. 65) considerou que os trabalhadores-intercessores são os leitores mais interessados nos textos provenientes das intercessões-pesquisas, vejamos:

Mas, para quem serviria a produção de um saber dinâmico que, à medida que se produz, interroga-se e se transforma, ou para quem serviria a produção de intercessões que tivessem como pretensão alterar a realidade, e que confrontassem com os impasses e as dificuldades que a realidade impõe? A resposta é simples: interessaria, certamente, aos outros intercessores. Um saber sobre os processos de produção da

práxis, na práxis, só poderia servir para instrumentalizar outros intercessores na práxis.

Neste contexto, consideramos que ao mesmo tempo em que o trabalhador-intercessor provoca o seu campo de trabalho, questionando e legitimando o saber produzido na práxis ele também, enquanto pesquisador, estimula debates relacionados a produção de conhecimento e problematiza as posições hierarquizadas reproduzidos no campo universitário, dentre elas a do profissional intelectual, o qual é tido como o produtor do conhecimento e o profissional técnico que é visto como o mero executor de um saber alienado. Saber este, que nessa relação pode ser associado a uma mercadoria, isto é, um saber que foi descolado da prática, numa relação autoritária de negação.

Andrade (2011, p. 177) foi muito assertivo quando considerou o movimento dialético que ocorre em torno do conhecimento, inicialmente operado pelo DI e que em um momento posterior deriva no DIMPC. A autora referiu que

Tenciona-se a produção da ação e a produção do conhecimento, assim, o intercessor pode produzir conhecimento sobre sua práxis como intercessor a partir do conhecimento produzido pelos sujeitos da práxis no momento da intercessão, de que ele também é um participante. Depois de transcorrido algum tempo da intercessão vivenciada é que o intercessor se volta para a tarefa específica de analisar o processo buscando elementos para a construção da argumentação em torno das questões que orientam a sua meta de produção de um conhecimento, assim, começa sua práxis de produção de conhecimento.

A Universidade supõe numa relação hierarquizada, a qual determina uma supervalorização do profissional intelectual, o acadêmico. Mas, consideramos que esse status social merece ser discutido, já que sua reprodução reforça a subalternização do trabalhador braçal ou profissional executor, mantendo a divisão social do trabalho. O DIMPC faz a problematização desse lugar tão estimado socialmente, assim como argumenta sobre a produção de conhecimento na Universidade, a qual corresponde à lógica capitalista. Costa-Rosa introduziu esse ponto, que ainda nos é essencial, e considerou que há uma distinção nas formações acadêmicas, que determina um lugar privilegiado ao trabalhador intelectual em detrimento do trabalhador executor, de forma que o “trabalho intelectual é sinônimo de decisório e o trabalho braçal como sinônimo de subordinado e simples executor” e com isso “fica claro que todo o braçal supõe um intelectual [...] e todo o intelectual supõe um executor [...]”, ou seja, “nenhuma teoria se sustenta sem uma técnica estritamente relacionada e vice-versa” (COSTA-ROSA, 2013, p. 144).

O DIMPC traz o pressuposto de que a prática está relacionada em uma unidade dialética com a teoria. Dessa maneira, o trabalhador-intercessor em conjunto aos demais trabalhadores do campo institucional produz um saber indissociável do fazer, e no momento da pesquisa-intercessão (DIMPC) ele analisa criticamente a reprodução do conhecimento universitário, o qual impõe divisões sociais aos trabalhadores.

A separação lógica entre DI e DIMPC é feita na intercessão-pesquisa para marcar uma ordem, na qual o DIMPC ocorre sempre *a posteriori*. Esse tempo lógico subverte o modelo de pesquisa positivista e disciplinar, no qual o pesquisador vai a campo para coletar dados e depois construir um saber refinado sobre aquela realidade, numa cronologia que ordena um tempo exato para o fazer e outro para o pensar, reproduzindo, assim, uma relação objetificada e permeada pela posição de poder que produz efeitos dilacerantes ao campo e aos agentes pesquisados. Benelli (2019, p. 93) fez uma elaboração muito precisa sobre as questões epistemológicas e éticas da pesquisa e considerou que no “dispositivo interventor”, relativo às pesquisas tradicionais,

[...] o cientista é um especialista autorizado e detentor de um saber-poder a partir do qual se intromete de modo autoritário, supostamente neutro e técnico, imparcial e objetivo, sobre um objeto, com a finalidade de conhecê-lo, para saber como funciona, visando modificá-lo de acordo com seu saber científico verdadeiro. Há uma subordinação objetificadora e coisificante do outro, o sujeito da pesquisa é reduzido a um objeto, normalmente um objeto passivo.

Quanto aos efeitos éticos desse dispositivo interventor, o autor expôs que há uma implementação de “efeitos tuteladores e subordinadores sobre o outro que é objetificado, manipulado e transformado a partir dos conhecimentos do cientista, detentor da verdade científica, que seria completa” (Ibidem, p. 94).

A afirmação lógica do DI/DIMPC, tende a atestar a práxis como o elemento fundante da intercessão-pesquisa e da revolução social. É através da experiência em campo, refletida e problematizada pelo DI que serão realizadas as teorizações, por meio do DIMPC. Nesse sentido, ressaltamos que o trabalhador-intercessor é também um pesquisador, contudo não teoriza sua prática *in loco*, ou seja, o trabalhador-intercessor enquanto opera no campo institucional não tem a intenção de formalizar e autenticar um conhecimento, a partir das suas vivências. Ele não é um interventor, suas intercessões serão elaboradas num momento lógico posterior, pois se for do desejo do trabalhador-intercessor,

[...] é possível produzir um conhecimento sobre a práxis da intercessão realizada, já situado no âmbito da universidade, inserido num programa de pós-graduação. Aí se

trata de produzir uma reflexão acadêmica sobre a experiência do intercessor e não discorrer sobre ‘sujeitos’ outros que são tomados, normalmente, como objetos (BENELLI, 2019, p. 91).

1.7 A especificidade da nossa intercessão-pesquisa desenvolvida em um CREAS

Para o desenvolvimento da nossa intercessão-pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico com recortes relacionados aos principais eixos da dinâmica do nosso campo de atuação. Preliminarmente, direcionamos a revisão bibliográfica às literaturas referentes à análise institucional, à construção de políticas públicas, à educação popular, à educação em serviço, à concepção de Estado, priorizando as produções do campo de saber da Psicologia, Serviço Social e Sociologia. Tratamos, de modo especial, as obras de alguns autores fundamentais, que constituem as bases epistemológicas do DI, como Marx, Freud, Lacan, Lourau, Lapassade, Foucault, Deleuze e Guattari.

Realizamos também um trabalho de apropriação dos documentos oficiais, tais como leis, portarias, resoluções, orientações técnicas, entre outros, produzidos pelo Estado, referente à PNAS (2004). As leituras foram conduzidas por um viés crítico e problematizador, permanecemos atentos ao contexto político e histórico dessa bibliografia. Por meio dessas etapas, buscamos cotejar a literatura com nossa práxis no campo da Assistência Social e sintetizar as ideias centrais em fichamentos.

A partir das intercessões realizadas no estabelecimento institucional em que atuamos, o CREAS e a análise da literatura selecionada, elaboramos alguns ensaios que integrarão a dissertação de mestrado e que têm o objetivo de transmitir ao leitor uma elaboração daquilo que mais nos impactou e sobressaiu no campo da prática. A ideia de organizar as produções textuais em ensaios está sintonizada com o pressuposto do DI, que considera essa modalidade de texto uma referência dialógico-interativa. Evidenciamos que a produção ensaísta para a construção de uma dissertação é um enfrentamento aos modelos tradicionais de pesquisa, pois conforme descrito por Meneghetti (2011, p. 325):

O ensaio é a transcendência do óbvio, de tudo o que tende a tornar-se senso comum, pensamento corrente. É tentativa de superação da relação entre tempo e espaço presentes na racionalização de uma realidade. É o pensar sobre algo que experimenta o objeto nas suas múltiplas possibilidades dentro de uma totalidade que não precisa apresentar-se de forma totalmente cognoscível. O ensaio não se utiliza da história, mas a constrói na lógica do seu próprio movimento de pensar o objeto nos imperativos da relação espaciotemporal.

Operando com o DIMPC, buscamos discutir o modo com o qual a Universidade, via de regra, restringe e legitima as produções científicas realizadas pelos pesquisadores acadêmicos, e quais as possibilidades de romper com essa divisão, entre o lugar do conhecimento e o da prática. A própria forma ensaísta de compor a dissertação buscou subverter o modo tradicional de organizar as formas de produção teóricas tradicionais do pesquisador acadêmico.

A produção dos ensaios fez com que tivéssemos que repetir algumas informações, como, por exemplo, a descrição do nosso campo institucional, os nossos interesses de análise e o nosso movimento de apropriação teórica, mas além de situar o leitor na discussão, essa retomada contextual colaborou para que marcássemos mais de uma vez nossa posição, que não é apenas a de uma pesquisadora, mas sim a de uma trabalhadora, que opera intercessões no seu local e nas suas relações de trabalho. A repetição foi também uma forma de reforçar a particularidade e singularidade da proposta de uma intercessão-pesquisa. A organização da dissertação nesse modelo exigiu um esforço importante da nossa parte, pois a cada ensaio elaborado, observávamos que era necessária uma descrição mais detalhada do estabelecimento no qual atuamos, da prática desenvolvida, do objetivo daquela discussão. A ideia do ensaio acadêmico é que eles possam ser lidos de forma avulsa, portanto, cada um deles precisa elucidar quem somos e o que pretendemos na relação institucional.

É comum vermos bancas apreciando o modelo tradicional de texto acadêmico, organizado em capítulos sequenciais, mas com essa estima perdemos de vista os problemas do modelo clássico de produção científica, dentre eles: o distanciamento do pesquisador com a escrita, a objetividade, como sinônimo de neutralidade, tão aclamada e útil ao modelo conservador e hegemônico de produção do conhecimento e a pouca expressão criativa do pesquisador.

Consideramos que a nossa intercessão-pesquisa foi realizada em dois momentos, sendo o DI e o DIMPC. O DI foi iniciado a partir da nossa inserção como psicóloga, trabalhadora do CREAS, situado em um município de médio porte no interior do estado de São Paulo. A intercessão ocorreu de acordo com nosso regime de trabalho, ou seja, 30 horas semanais, divididas em 6 horas diárias. A equipe do CREAS no período de atuação com o DI, era constituída por duas assistentes sociais, um orientador jurídico e uma auxiliar administrativa, além desses trabalhadores também participou da intercessão-pesquisa os demais profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), sendo que a SMAS possui profissionais distribuídos na sede da Secretaria, nos 4 (quatro) CRAS; na Casa de Acolhimento

e na Casa de Passagem, além desses profissionais, também consideramos no projeto de pesquisa a participação das famílias acompanhadas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias (PAEFI), ofertado no CREAS.

O projeto de pesquisa apresentado ao comitê de ética contemplou essas informações e esclareceu que recolheríamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de 14 (quatorze) trabalhadores e de 5 (cinco) famílias atendidas. O projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Assis (UNESP) e foi aprovado através do protocolo n.º 4.479.587. A submissão do projeto da intercessão-pesquisa ao comitê de ética exigiu que enquadrássemos a nossa proposta a alguns parâmetros da pesquisa tradicional, pois ainda há resistência na apreensão e na aprovação de propostas de pesquisas com um viés mais subversivo, o qual expõe, inclusive, o aspecto conservador de algumas modalidades de produção de pesquisas acadêmicas.

A intercessão encarnada (em ato) buscou ocupar as brechas disponíveis no campo institucional para fomentar a coletividade dos trabalhadores e, embasados nesta proposta, discutimos com os outros profissionais do campo a potencialidade da nossa organização enquanto coletivo de trabalhadores, assim como a importância de reconhecermos que há um saber contido no nosso fazer, um saber com potencial emancipador. A partir desses espaços, novos sentidos foram criados e orientaram nossa atuação, indicando novas possibilidades de equacionamento dos problemas do cotidiano de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

ANDRADE, M. C. Dispositivo intercessor – uma perspectiva multirreferencial de produção de conhecimento. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 10, n. 1, p. 171-183, 2011.

ANTUNES, R.; PINTO, G. A. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

BENELLI, S. J.; Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas. **Revista de psicologia da UNESP**, v. 18, n. especial, p. 88-120, 2019.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, v. 23, n. 4, p. 609-660, 2012.

BENELLI, S. J.; PÉRICO, W.; COSTA-ROSA, A. Por um psicólogo não normalizador no contexto das instituições públicas. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 01-17, 2017.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2004.

CASTRO, D. D.; TITTONI, J. Entre clausuras, verdades e resistências: a produção do conhecimento acadêmico no contemporâneo. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 298-304, 2019.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** Coleção Primeiros Passos (v. 13). São Paulo: Brasiliense, 2008.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, A. R. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. M. B. (org.) **Subjetividades, violência e direitos humanos**: produzindo novos dispositivos em saúde. Rio de Janeiro: edUFF, 2008. p. 143-153.

COSTA-ROSA, A. **Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica**: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva. São Paulo: Unesp, 2013.

COSTA-ROSA, A. Por que a Atenção Psicossocial exige uma clínica fundada na psicanálise do campo Freud-Lacan?. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 18, n. especial, p. 37-54, 2019a.

COSTA-ROSA, A. Carta de fundação do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e “Subjetividades em saúde” (LATIPPSS). **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 18, n. especial, p. 5-8, 2019b.

DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**: cinco textos e uma entrevista de Gilles Deleuze, Lisboa: Estudo Vega / Passagens, 1996.

DEJOURS, C; BÈGUE, F. **Suicídio e Trabalho**: o que fazer? Sobradinho (DF): Paralelo 15, 2010.

FERNANDES, S. **Se quiser mudar o mundo**: Um guia político para quem se importa. São Paulo: Planeta, 2020.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Revisitando as psicologias**: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. Petrópolis: Vozes, 2009.

FIOCHI, P. I. C. Q. **Entre laços e nós**: (im) possibilidades de um psicanalista nos espaços de Educação Permanente em Saúde. 2015. 168 f. Tese (Doutorado em Psicologia e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. (1914). In: **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia**: (“O caso Schreber”): artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10. p. 193-209.

GUATTARI, F. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. Porto Alegre: Brasiliense, 1985.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. D. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

JIMENEZ, S. (Org.). **O Cartel**: O Conceito e funcionamento na escola de Lacan. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

KAUARK, F.; MANHÃES, C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LAPASSADE, G.; LOURAU, R. **Chaves da sociologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LESSA, S. **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, S. **Serviço Social e trabalho porque o Serviço Social não é trabalho**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOURAU, R. **A Análise Institucional**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1975.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O Capital**: crítica da Economia Política, Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista, Livro 3. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATOS, A. G. Alienação no serviço público. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 14, p. 28-33, 1994.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de administração contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.

MEXKO, S. **Psicologia e Assistência Social**: contribuições da Psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, p. 14-20, 2007.

PÉRICO, W. **Ensaio sobre psicanálise, instituições e luta de classes no campo da Saúde Mental Coletiva**. 2021. 246 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PÉRICO, W.; JUSTO, J. S. O mal-estar no trabalho: A culpa como mal-estar e a culpa do mal-estar. In: MARTINEZ, W. (org.). **Labirintos do labor**: o futuro do trabalho no século XXI. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2022. p. 76-101.

SANTANNA, E. Para 78%, trabalho e a falta dele são responsáveis por doença e sofrimento psíquico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/para-78-trabalho-ou-a-falta-dele-sao-responsaveis-por-doenca-e-sofrimento.shtml>

SOUZA, W. A. O dispositivo intercessor na Assistência Social: um modo de transformação da realidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 15, n. 1, p. 53-69, 2016.

ZANETTI, S. A. S.; KUPFER, M. C. M. O relato de casos clínicos em psicanálise: um estudo comparativo. **Estilos da clínica**, v. 11, n. 21, p. 170-185, 2006.

ENSAIO 2

UMA COMPREENSÃO CRÍTICA SOBRE O ESTADO: UM ASPECTO FUNDAMENTAL PARA O TRABALHADOR-INTERCESSOR

2.1 Introdução

Muitas pessoas pequenas, em lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, podem
mudar o mundo.

Eduardo Galeano

Nossa formação em Psicologia foi realizada numa universidade privada, porém o ingresso nessa instituição foi mediado pelo Estado, através de um programa de incentivo ao acesso à educação de ensino superior – o Programa Universidade para Todos (PROUNI) –, instituído pela Lei n.º 11.096 (BRASIL, 2005). Durante os cinco anos da graduação não fizemos grandes reflexões sobre o papel do Estado, algumas disciplinas incluíam poucas discussões superficiais sobre a interlocução da Psicologia com as políticas públicas, mas não houve uma problematização profunda e ampla sobre a organização do Estado, sobre seu atravessamento nos estabelecimentos institucionais que, por sua vez, emprega um número significativo de psicólogos (CFP, 2016). Ressaltamos que no processo de democratização do Estado brasileiro a psicologia foi inserida no âmbito público para colaborar com a consolidação das políticas públicas na área da Saúde, Educação e Assistência Social. As disciplinas que frequentamos durante a graduação consideravam que o Estado era uma instância que garantia os direitos sociais e por isso defendiam seu fortalecimento, mas não elaborava nenhuma crítica aos seus limites, que pudesse fundamentar criticamente nossa futura atuação num serviço público estatal.

Após o término da graduação continuamos a nossa formação profissional através de um Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental, de forma que mais uma vez fomos atravessados pela mediação do Estado, tendo em vista que o Programa de Residência Multiprofissional é uma proposta do Ministério da Educação que busca garantir a formação profissional de trabalhadores no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da educação em serviço. Ou seja, o Estado possibilita que profissionais de diversas áreas da Saúde se aperfeiçoem enquanto trabalham nos estabelecimentos públicos que ofertam serviços de saúde.

Trata-se de uma espécie de “aprendizagem na prática”, na qual o aluno tem acesso a uma pós-graduação e o Estado passa a contar com mais mão de obra especializada.

O Estado é presente nas nossas vidas desde que nascemos, mas são poucos os espaços que contribuem para que possamos problematizar a sua constituição e sua forma de atuação. Ele permeia as diversas instituições que frequentamos e pertencemos, tais como a família, a igreja, a escola, os estabelecimentos de saúde, entre outros (ALTHUSSER, 1974). No entanto, quase não há menção à sua organização e ao seu modo de funcionamento. É como se ele operasse independente da nossa consciência. Dessa forma, o Estado vai se instituindo no imaginário cultural como algo natural, como se tivesse existido desde sempre, que é necessário para a gestão social e, por meio da ideologia liberal, tendemos a acreditar que o Estado é uma instância neutra e democrática, que a sua direção é operada por representantes legítimos dos interesses populares – os políticos profissionais –, que ocupam os cargos no poder executivo.

A atuação profissional no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) nos incitou a buscar um aprofundamento sobre a noção de Estado. Desejávamos superar a concepção tão superficial que possuíamos quanto ao Estado. De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas do CREAS (BRASIL, 2011): esse estabelecimento institucional é uma unidade pública estatal. Isto é, nosso cenário de atuação é parte do Estado, foi criado para ofertar serviços e programas de proteção social, é “referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS” (Ibidem, p. 8). Implicados com as ofertas desse estabelecimento institucional começamos a questionar a suposta neutralidade do Estado, o suposto senso de justiça, que direcionaria as suas ações.

A partir da vivência no CREAS percebemos que o Estado se mantinha inerte diante de algumas questões decisivas para a vida da classe trabalhadora. No nosso cotidiano havia situações reais que revelavam o limite das propostas políticas de proteção social e fomos percebendo que, mesmo diante desse limite, não havia uma problematização sobre a origem dos problemas sociais. Com isso, fomos entendendo que o Estado não colocava em xeque o Modo de Produção Capitalista (MPC), pois este era o seu limite, um limite fundamental. Afinal, conforme descrito por Mascaro (2013, p. 18), o Estado é “um fenômeno especificamente capitalista”, portanto, se o Estado é capitalista não há neutralidade, o Estado opera a favor dos interesses de uma classe – a classe dominante –, e de uma ideologia política liberal.

A inquietação gerada pela experiência como trabalhadora da política pública de Assistência Social nos mobilizou a buscar referenciais críticos que colaborassem para

entendermos o funcionamento institucional do Estado. O processo de trabalho desenvolvido com a população usuária do CREAS nos mostrou que todo aquele arranjo de direitos, que está descrito nos textos oficiais das políticas públicas, não se concretiza de maneira efetiva na prática. Inicialmente nos sentimos inseguros, pois era como se tudo aquilo que defendíamos teoricamente fosse insuficiente para as questões com as quais nos deparávamos no campo da materialidade.

Nossa defesa em torno da Saúde pública, da Assistência Social e da Educação pareciam esvaziadas de sentido diante dos desafios do campo prático. Operávamos os atendimentos socioassistenciais com a oferta de uma escuta sensível, com orientações sociais, com a mediação judicial, mas ainda assim, alguns problemas resistiam, uma vez que a sua origem advinha de algo que era inalcançável pelas políticas públicas: a relação predatória entre capital e trabalho.

As ofertas na forma de serviços assistenciais não conseguiam garantir soluções efetivas para as diversas demandas que chegavam até o CREAS, dentre essas demandas, destacamos: a solicitação recorrente de alimentos; situações de violência contra mulheres; demais violências intrafamiliares; suspeita de abuso sexual de crianças e adolescentes; negligência contra pessoas idosas; adolescentes em situação de evasão escolar; pessoas em situação de rua; entre outras. Demandas complexas e com uma estrutura extremamente profunda, as quais não poderiam ser reparadas de forma definitiva, pois eram efeito-sintomas dessa organização social que se sustenta na exploração da classe trabalhadora. Sob efeito da pouca efetividade das ações ofertadas pela política de Assistência Social nos sentíamos impotentes com relação ao processo de trabalho, tendo em vista que nossa atuação operava na ponta do processo, na interação direta com a população, que sofre de maneira intensa com a precarização da vida e com as diversas privações.

Dessa maneira, iniciamos um movimento de leitura crítica, tomando as contribuições de Marx e Engels como ponto de partida para compreensão do modo de organização social capitalista. A decisão de pautar nossa análise nesse referencial foi amparada por autores como Alysson Mascaro, que definiu o marxismo:

[...] como a mais alta contribuição para a compreensão do Estado e da política nas sociedades contemporâneas”. Segundo o autor, “o marxismo não só entende a política por horizontes distintos daqueles tradicionais como, na verdade, reconfigura totalmente o âmbito do político e do estatal, atrelando-o à dinâmica da totalidade da reprodução social capitalista (MASCARO, 2013, p. 11).

O percurso pelas leituras marxistas trouxe grandes inquietações, mas também contribuições fundamentais para nossa ação como trabalhadora do campo público. Nos colocou em movimento e nos permitiu iniciar um processo de desconstrução em torno da percepção superficial que tínhamos sobre o Estado e que era alimentada continuamente por seus aparelhos ideológicos. Esse processo nos permitiu lidar melhor com os limites institucionais da PNAS e da SMAS, e perceber a amplitude da responsabilidade quanto à necessidade de promover a mudança social, pois não éramos os únicos responsáveis por garantir os direitos da população atendida, essa era também uma atribuição dos gestores e políticos (secretários, vereadores, prefeito, deputados, entre outros).

A aproximação com o Materialismo Histórico Dialético (MHD) contribuiu para que pudéssemos elaborar uma compreensão sobre o aparelho estatal utilizando a categoria da totalidade e, conseqüentemente, resgatarmos a importância da consciência de classe e do nosso papel político crítico e ativo na atuação como psicóloga nas políticas públicas, como é o caso da Assistência Social. Esse aprofundamento teórico nos orientou quanto à necessidade de permanecermos atentos frente às estratégias reacionárias, as quais, na maioria das vezes, aparecem mascaradas por ideais progressistas. As análises críticas dos fenômenos nos daria condições de escapar dos discursos reducionistas formulados pela ordem dominante.

Como trabalhadores-intercessores atuando no campo social, situados a partir da dinâmica de trabalho em um CREAS, localizado em um município de médio porte do interior do estado de São Paulo, deparamo-nos com os limites do Estado e com os efeitos de suas práticas sociais, que propõem um movimento conciliatório aos conflitos sociais, sendo que estes são intrínsecos e permanentes ao MPC. Atuando no contexto desse sistema, entendemos que nossa prática poderia contribuir para manutenção do capital ou poderia produzir efeitos subversivos com relação à lógica capitalista, daí a necessidade de uma leitura crítica sobre o Estado, compreendido como uma instituição social e histórica que adquiriu feições próprias no contexto do capitalismo.

Trilhar esse percurso em torno da caracterização do Estado através da teoria marxista foi extremamente necessário, considerando que há armadilhas postas pelo discurso dominante que podem facilmente conduzir o trabalhador a assumir uma posição na defesa irracional do Estado e de suas estratégias para minimização do colapso social – as políticas públicas – sem a criticidade necessária para avançar no debate. O pensamento liberal contém na sua essência a ideia de que a sociedade civil deve ser mantida apartada da política e, reagindo a isso, numa manifestação insurgente decidimos expressar por meio da práxis que nossas ações,

supostamente técnicas e pragmáticas, também são políticas e podem produzir efeitos importantes para a realidade social.

Ocupar um cargo público num estabelecimento institucional da Assistência Social, como é o caso do CREAS, sem possuir uma apreensão crítica ou sem uma leitura aprofundada da história pode fazer com que o sujeito assuma uma posição inadvertida e rasa, isto é, tenha uma visão obscura e/ou distorcida do verdadeiro caráter das coisas e possa acabar sustentando uma postura acrítica em defesa do Estado, que é burguês pela sua forma original, independente de seus dirigentes, de suas proposições sociais e discursos arrojados. Não podemos desconsiderar o caráter astuto do capitalismo, bem como o uso de estratégias ideológicas e repressivas que sustentam a lógica de opressão, dominação e exploração.

Marcamos que nossa posição ético-política não se opõe radicalmente ao Estado, muito pelo contrário, como sujeitos que desejam e lutam por outro modo de produção social – o comunismo –, defendemos o uso provisório do Estado, preparando-o para se tornar um Estado revolucionário, que tenderá ao perecimento. Consideramos que a superação do capitalismo pressupõe um processo de transição – o socialismo –, o qual se constitui como a primeira fase do comunismo. O Estado, neste período, possuirá características próprias, ele representará o interesse popular e fomentará a participação efetiva das massas nas iniciativas políticas. Nesse sentido, é importante esclarecer que no capitalismo vivemos uma pseudodemocracia, em outras palavras, vivemos uma ditadura disfarçada, sustentada pelo poder e pelos interesses da classe dominante, mas diante o processo de luta revolucionária, almejamos o levante e o poder popular, que por sua vez demanda pela ditadura do proletariado, na qual o Estado finalmente lhe servirá como instância de proteção com relação às forças reacionárias. O Estado entrará num processo de definhamento conforme for aumentando o poder popular autônomo e autogestivo, em direção da total eliminação das classes sociais. Marx (2012, p. 43), considerou que “entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado”, marcada pelo poder do povo.

2.2 Um movimento de análise crítica a partir da noção de Estado

Marx e Engels (2008, p. 14) sintetizaram de forma conceitual o papel do Estado no MPC. Segundo os autores: “O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo”, isto é, o Estado no capitalismo é uma

instância de poder político que a burguesia utiliza para sustentar a produção e reprodução do capital. Sua posição foi estabelecida de forma planejada pela classe dominante para que forjasse um papel aparente de mediação dos conflitos intraclasses. Mediar aquilo que é fundamentalmente, antagônico e inconciliável, os interesses entre as classes, radicalmente opostas – burguesia e proletariado. O Estado no MPC habita estrategicamente, “onde existem contradições de classe e luta de classes” (LÊNIN, 2017, p. 9), para que, possa fragmentar e oprimir os interesses proletários, aliás, ele faz isso por meio dos Aparelhos de Estado (os quais operam pela violência e repressão) e pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (que atuam por meio do viés ideológico) (ALTHUSSER, 1983).

Lênin (2017, p. 9) foi enfático ao afirmar que o Estado não é um “órgão de conciliação de classes”. Essa foi uma compreensão deturpada no marxismo e também uma estratégia liberal para a alienação das massas. Segundo o revolucionário, “o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra, é a criação da ‘ordem’ que legaliza e consolida esta opressão moderando o conflito de classes”. Lênin se posicionou radicalmente e considerou que “a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta, mas também sem a destruição do aparelho do poder de Estado” (Ibidem, p.10). Nos seus textos sobre o levante político e a organização popular, retomou Engels e ressaltou que na transição socialista o Estado será extinto, através de um processo de definhamento, após a tomada do poder pela classe trabalhadora.

A ideia de que o Estado é um instrumento de conciliação dos conflitos sociais e que ele também contempla os interesses da classe trabalhadora resistiu e ainda hoje, permeia as relações sociais e o posicionamento político da população, inclusive de parte importante da própria esquerda. Desse modo, pareceu-nos significativo clarificar a forma e a função do Estado no modo de organização social capitalista, pois como trabalhadores-intercessores atuantes em serviços públicos, os quais são geridos pelo poder estatal, sofremos efeitos importantes da atuação do Estado – somos atravessados por suas determinações legais e ideológicas. É interessante pensar que apesar de haver uma relação direta entre o Estado, as ofertas institucionais e os servidores públicos, o debate sobre essa questão permanece distante. Parece estratégico manter a discussão sobre o Estado apartada do horizonte popular. Afinal, “não há dúvidas de que a diminuta classe burguesa só tem a perder com as possibilidades de análises críticas dos sujeitos sociais e do Estado” (PÉRICO, 2021, p. 44).

A concepção sobre o Estado que prevalece nos discursos institucionais oficiais se baseia na ideia de que ele é uma instância que visa ao bem comum, um agente capaz de

contribuir para a organização da vida pública. A classe trabalhadora é instruída a considerar que o Estado é capaz de atender às demandas populares e de moderar os conflitos sociais. Somos doutrinados pelos aparelhos ideológicos do Estado a acreditar que por meio dele, ou, através de um governo de centro-esquerda, seria possível equacionar os problemas sociais e/ou eliminar os efeitos massacrantes do MPC, mas essa é uma expectativa irreal, uma vez que o núcleo desses problemas é o próprio capitalismo. Não desconsideramos que podem haver melhorias importantes para as demandas populares, quando o governo de Estado tem maior sintonia com as necessidades da população, todavia as intervenções estatais não podem ameaçar a lógica do capital – a acumulação e a exploração – e, normalmente, pouco avançam para além de discursos oficiais que legitimam as autoridades do governo.

A partir dos referenciais marxistas, tivemos acesso à “teoria derivacionista do Estado” (CALDAS, 2013; MASCARO, 2013; PACHUKANIS, 1988), um referencial sofisticado, que resgatou as proposições de Marx e Engels e considerou que o Estado é derivado da forma mercadoria, logo, ele é um “pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 109). É importante entendermos que o processo de derivação não é algo linear e/ou de caráter lógico, a sua correspondência é estrutural. A teoria da derivação se preocupa em mostrar que “o Estado deriva do capitalismo, não sendo, portanto, mero resultado da vontade da classe dominante, mas, sim, de um determinado modo de produção e das relações sociais que lhe são inerentes e diferenciadoras de todos os modos anteriores” (CALDAS, 2015, p. 19).

Os discursos empreendidos pela classe dominante buscam camuflar a essência do Estado e utilizam, para tanto, de um véu ideológico, atribuindo-lhe uma ardilosa aparência de neutralidade para que possam embutir a ideia de que o aparelho estatal, mesmo no MPC, conseguiria garantir soluções integrais para os impasses da classe trabalhadora. Sem uma consciência crítica da condição estrutural do Estado, tendemos a interpretá-lo como um agente aliado, partidário à luta proletária, uma instância capaz de equilibrar ou até mesmo de eliminar os efeitos devastadores, aos quais estamos submetidos. É incutida na população, por meio dos “aparatos de consenso”, a ideia de que o Direito é um instrumento legitimador das pautas populares e, assim, se produz o processo de hegemonia, constituído pelo consenso e pela coerção (JACOMINI, 2020, p. 5). Nesse sentido, a teoria da derivação rejeita as “esperanças de que reformismos jurídicos ou rearranjos políticos conduzirão à efetiva solução dos agudos problemas sociais atuais” (CALDAS, 2015, p. 25).

O sujeito subordinado e formatado de acordo com a ideologia liberal é instruído a considerar o Estado como uma instituição que se posiciona a favor da classe trabalhadora, um apoiador na disputa política e, com isso, perdemos de vista o horizonte revolucionário. Somos mais uma vez consumidos pelo capital, tal como descrito por Marx (2013, p. 222): o “capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga”. Não podemos esquecer que esse vampiro é constituído por um pequeno grupo de pessoas – a burguesia –, os quais foram qualificados por Engels (2010, p. 307): como uma classe “profundamente imoral”, “incuravelmente corrupta” e “incapaz de avançar para além do seu medular egoísmo”.

2.3 As contradições do MPC constituem a forma Estado

Não desconsideramos que o Estado carrega as contradições do MPC, portanto ele não é totalmente impermeável às pressões populares. Reconhecemos que, no caso do nosso país, houve conquistas importantes para a classe trabalhadora, as quais atravessaram o poder político estatal, tais como: a Constituição Federal de 1988; o Sistema Único de Saúde (SUS) de 1990; a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993; a Política Nacional de Assistência Social de 2004; o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005b. Levamos em consideração que houve um período de significativas concessões táticas por parte do Estado, conquistas legítimas do poder popular, mas a partir do processo dinâmico e cíclico do capital também houve períodos de importantes retrocessos (recuperação do que o Estado foi obrigado a conceder).

A fruição de políticas públicas sociais poderia representar para as classes populares a oportunidade de experimentar melhorias em suas condições de vida proporcionadas pelo Estado e isso poderia aguçar sua percepção de que possuem direitos que devem ser garantidos pelo poder público, passando a lutar e a reivindicá-los com força. Isso dificilmente acontece por que as políticas públicas oferecidas são constituídas pelo imaginário e pela ideologia hegemônica. Mas coletivos de trabalhadores-intercessores advertidos, aproveitando as brechas institucionais, podem fazer ofertas mais alinhadas com os interesses populares.

Há uma dialética na consolidação política do Estado, contudo as aquisições em forma de direitos sociais possuem normalmente mais um aspecto reformista do que propriamente revolucionário, pelo que se pode constatar pelos discursos oficiais das políticas públicas, tais como as de Saúde, de Educação e de Assistência Social, por exemplo. Todas as ações políticas

alcançadas por meio da luta social e/ou por concessões táticas do Estado visaram ofertar uma melhor condição de vida para a classe trabalhadora no contexto do próprio MPC. Precisamos levar em consideração que seus efeitos foram relevantes no plano imediato, garantiram em alguma medida a satisfação de algumas necessidades básicas da população, mas as políticas públicas não conseguiram e nem poderiam sanar a verdadeira origem dos problemas sociais, menos ainda, conseguiriam se efetivar integralmente, pois o capital é o seu limite, e é a raiz de todas essas contradições. Retomamos Luxemburgo (2015, p. 101-102), que nos advertiu, considerando que

[...] quem quer que se pronuncie a favor do método das reformas legais, em vez e em oposição à conquista do poder político e à revolução social, não escolhe, na realidade, um caminho mais tranquilo, mais calmo e mais lento, levando a mesma finalidade, e sim uma finalidade diferente, isto é, modificações superficiais na antiga sociedade, em vez da instauração de nova sociedade. Assim, partindo das concepções políticas do revisionismo, a conclusão é a mesma a que se chegou tendo partido de suas teorias econômicas, isto é, que no fundo, não tendem elas à realização da ordem socialista, mas unicamente à reforma da ordem capitalista, *não à supressão do assalariado, mas à diminuição da exploração*, em suma, *a supressão dos abusos do capitalismo e não do próprio capitalismo* (grifos nossos).

Temos preocupação com os sujeitos da classe trabalhadora que se posicionam de maneira acrítica em defesa do Estado e das políticas públicas, pois afastam do seu campo de análise e discussão a intenção liberal, que na maioria das vezes, constitui essas deliberações políticas. Eles acabam por desconsiderar a contradição insolúvel que há entre a garantia dos direitos sociais e a manutenção do MPC, que é encoberta por uma estratégia refinada, que captura as demandas coletivas e as metamorfoseiam a seu próprio favor. Por isso, é preciso estar atento para compreender os riscos de uma posição inadvertida, tendo em vista que a luta por uma sociedade mais justa precisa estar acompanhada de um caráter vigilante, desperto e sensível, capaz de perceber que o aparato estatal no MPC não visa, necessariamente, ao bem comum e ao coletivo.

É necessário estar atento ao discurso ideológico que afirma que o Estado é uma instituição neutra, pois sem uma postura sagaz, tendemos ao conformismo e nos tornamos propensos a celebrar as ações do Estado em nome daquilo que almejamos e defendemos, enquanto integrantes da classe trabalhadora. Persuadidos por estratégias burguesas deixamos de perceber que as decisões políticas e sociais são na verdade concessões, isto é, implicam uma operação de troca, na qual o saldo para a classe trabalhadora é sempre minorizado, a condição de vida para a população permanece em desvantagem com relação aos privilégios das classes dominantes.

É uma estratégia tática do MPC separar sistematicamente a gestão política e econômica, mantendo a articulação entre ambas de maneira encoberta, pois se essas práticas fossem executadas por um mesmo grupo permaneceríamos no modo de produção escravista, no qual os senhores detinham o poder econômico e político. Nesse modo de produção não havia condição de sustentar, mesmo que no plano da aparência, o discurso ilusório da democracia. Dessa maneira, no MPC a gestão política é feita pelo Estado e a gestão econômica é operada pelos capitalistas do Mercado, mantendo uma articulação necessária para a regulação, manutenção e reprodução do sistema. A democracia possível no capitalismo consiste na liberdade necessária para a reprodução sem limites do capital, não é propriamente o cenário da liberdade humana.

Essa separação ocorreu, a fim de preservar o capital, pois somente assim, é possível manter a organização social dividida em classes antagônicas e dar continuidade à exploração da classe trabalhadora e a expropriação dos frutos da sua força de trabalho para retroalimentar o movimento de acumulação, de valorização do capital, bem como promover o equilíbrio necessário para a relação dos capitais individuais. Essa divisão estrutural entre política e economia se sustenta na ideia de liberdade jurídica, uma formulação liberal que eleva o indivíduo ao *status* de “sujeito de direito”, para que, dessa forma, o trabalhador “realize de forma plenamente voluntária, numa relação jurídica de igualdade e liberdade, a sua própria submissão ao capital, isto é, a entrega voluntária de si próprio, das suas próprias forças à exploração pelo capital” (KASHIURA, 2015, p. 56).

Existe uma tendência autodestrutiva no capital – o princípio da concorrência entre os capitais individuais –, fator que torna insustentável a segurança e o desenvolvimento do capitalismo por si mesmo. Em última instância, podemos entender que o capitalismo contém, em si, o seu próprio veneno e para gerir essa pulsão mortífera se faz elementar o aparelho estatal, o qual se constitui com uma autoridade externa. Engels (2010, p. 213), fez uma síntese muito didática sobre a necessidade do aparelho estatal no MPC e referiu que esse,

É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

O Estado não é neutro por sua natureza constitutiva, mas no MPC lhe é atribuída uma função neutralizadora, que se contradiz no âmbito interno e externo da produtividade capitalista. No âmbito interno, vemos o Estado traçando regras para proteger o capital do efeito da livre concorrência e, no âmbito externo, o vemos silenciando a luta de classes e redirecionando as lutas proletárias, assim como estabelecendo limites para a exploração exercida pela classe dominante sobre a classe trabalhadora, considerando que no processo de produção ocorre o esgotamento da força de trabalho. Dessa forma, há uma demanda para que o Estado faça a manutenção mínima dessa classe expropriada, garantindo que os corpos dos trabalhadores permaneçam vivos, dóceis, úteis e ativos, num exército abundante e fundamentalmente produtivo. Para tanto, existem as ações estatais – as políticas públicas – constituídas por determinações legais que ofertam no plano da aparência uma suposta seguridade social.

Existem particularidades do Estado no MPC que implicam diretamente os fenômenos e as relações sociais, assim como há manobras políticas burguesas que buscam camuflar o papel do Estado por meio do trabalho da ideologia. Tais percepções são incorporadas de maneira estratégica ao imaginário social, a fim de manter a classe trabalhadora alienada da sua potência revolucionária. A ideia de que o Estado sempre existiu, de que ele “é indispensável para a vida social e de que ele é fruto de um consenso tácito ou expreso dos cidadãos” (CALDAS, 2013, p. 72), é um mecanismo nocivo para o movimento revolucionário, implicando diretamente a resignação e a desmobilização da classe trabalhadora.

O discurso liberal opera em busca de naturalizar os movimentos históricos, afastando do entendimento das massas o verdadeiro interesse da classe dominante – a acumulação do capital a qualquer custo. Desse modo, o Estado atua de forma a proteger o capital em detrimento da natureza e da vida humana. A verdadeira intenção do Estado aparece encoberta, dissolvida em meio a tantas proposições e, dessa maneira, o nosso desafio como trabalhadores advertidos pelo MHD, consiste em evidenciar por meio da práxis que aquilo que aparece como natural e a-histórico foi, na verdade, planejado e estrategicamente estruturado para garantir a manutenção desse modo de organização social.

É muito significativo para nossa posição, enquanto trabalhadores, ter consciência da luta de classes, a compreensão da dinâmica do aparelho estatal, levando em consideração que compreender o encadeamento histórico capitalista consiste em forças motrizes para um processo de engajamento e transformação social. É imprescindível dimensionar as contradições do MPC, que se constituem como a verdadeira origem do aparelho estatal, pois somente assim

será possível pensar as possíveis estratégias de superação e/ou de subversão desse modo de produção.

2.4 O Estado como uma proposta de mediação dos conflitos sociais

A manifestação do Estado é especificamente moderna, ele advém com a estruturação do capitalismo, apesar de terem existido na história outras formas políticas de poder, é somente no MPC que se constitui o Estado moderno. Mascaro (2013, p. 54) referiu que “dos velhos aparelhos políticos à moderna forma de Estado, o processo é de ruptura, criação e reconfiguração de instituições políticas que se sucedem”.

O Estado moderno surgiu com o dever fundamental de colaborar para a garantia e a expansão do capital, entretanto, para cumprir essa atribuição foi colocado como uma instância terceira na luta de classes, a partir de onde opera no controle e no acirramento dos conflitos, mantendo-os dentro de limites adequados para o funcionamento do sistema. Posicionado exatamente na fronteira dos interesses burgueses e da classe trabalhadora, o aparelho estatal se constitui na zona limítrofe, na qual tende a garantir a reprodução do capitalismo e ao mesmo tempo possibilitar que a classe trabalhadora acesse um mínimo necessário para sobrevivência e produção de mão de obra ao capital. Sua aparência diante a classe trabalhadora é planejadamente disfarçada, de forma que a sua origem permanece velada. A verdadeira natureza do aparelho estatal é apartada da consciência da classe trabalhadora, afinal ele precisa colaborar para que essa classe permaneça submetida à exploração exercida pela classe dominante.

As políticas públicas carregam em si as contradições políticas e sociais desse modo de produção, ao mesmo tempo que reverberam a reivindicação legítima da população, o clamor e a voz da classe trabalhadora que, por meio de longas batalhas, conseguiu se fazer ouvir, mesmo que por breves momentos e, assim, alcançou, ao menos no discurso teórico, a ideia de um mínimo necessário para sua subsistência como os definidos no âmbito da Seguridade Social, que integram ações relacionadas aos direitos do trabalhador, à Saúde pública, à renda básica, enfim, aos serviços e ações voltadas para a proteção social da população, também contempla os pressupostos necessários para manutenção do capitalismo, inclusive a garantia e a proteção da propriedade privada. As políticas públicas incluem os interesses da classe dominante, substanciadas na lógica do consumo e da produtividade, além do fato de que o Estado opera uma manipulação dos dados correspondentes à Seguridade Social, como estratégia para legitimar um governo e sua capacidade de promover “justiça social”.

Lessa (2013, p. 24) considerou que a partir da manipulação dos dados relacionados às ações de proteção social “retiram-se da miséria, com um golpe de caneta, sem alteração alguma da estrutura produtiva, parcelas inteiras da população”, dessa forma, “estatisticamente assistiremos a uma melhora na distribuição de renda sem nenhuma modificação da concentração da propriedade dos meios de produção ou da capacidade desta população se tornar independente da esmola estatal”. O autor fez uma diferenciação valiosa quanto a noção de renda e riqueza, considerou que essas categorias se relacionam, mas na materialidade operam funções distintas. A partir dessa diferenciação se torna evidente o aspecto ideológico presente nos dados estatísticos divulgados pelo governo estatal.

Ser proprietário de meios de produção é muito diferente de ser proprietário da televisão ou da geladeira, da moradia ou do carro que é o transporte da família. Muito diferente das ações de uma DuPont é a riqueza representada pela poupança do trabalhador. Ao desconsiderarem as diferentes funções sociais das diferentes propriedades, as estatísticas velam a concentração real da riqueza que decorre do fato de que, tipicamente, o 1% ou os 2% mais ricos da população concentram a propriedade dos meios de produção e os 50% mais pobres possuem principalmente carros, geladeiras, televisões etc (LESSA, 2013, p. 24)

A Seguridade Social, que integra a Saúde, a Previdência Social e a Assistência Social é compreendida pelo capital como uma estratégia para ofertar alguma forma de mitigação e de cuidado básico ao sujeito-trabalhador para que possa continuar a extrair mais-valor dessa mão de obra e também para tentar evitar o colapso ambiental e social em função de sua própria degradação. As políticas públicas acabam por ofertar um ganho secundário ao sistema, equalizando o efeito perverso da lógica capitalista e garantido sua autoexpansão.

O efeito ideológico operado pelo Estado é tão perspicaz e nocivo, que conforme constatou Bizerra (2014, p. 14): “sabe-se que, à direita e à esquerda, sustenta-se, implícita ou explicitamente até os dias atuais”, na falsa ideia de “que a expansão das políticas públicas dos anos 1940 até o final dos anos 1960 significou uma alteração essencial no caráter de classe do Estado”. Consideramos que para se opor a esse pensamento perpassado pela ideologia liberal, temos a nosso favor a materialidade dos lamentáveis fatos históricos, bem como os últimos acontecimentos políticos do Brasil, localizados entre os anos de 2016 a 2022, prenes de retrocessos em todos os indicadores sociais. Dentre alguns deles: a execução da vereadora Marielle Franco e Anderson no Rio de Janeiro; disparos de tiros contra a caravana do ex-presidente Lula no Paraná, ambos os ataques ocorreram em 2018; em 2019, um sujeito bolsonarista assassinou um idoso a socos e pontapés em Balneário Camboriú (SC); em 7 de setembro de 2021 um grupo de bolsonaristas armados atacou e tentou invadir acampamento

indígena em Brasília; já em 2022 a lista de crimes se intensificou, sendo que em 17 de maio o deputado estadual Rodrigo Amorim, apoiador de Jair Bolsonaro, assediou, constrangeu e humilhou a vereadora Benny Briolly do Rio de Janeiro; em 10 de julho de 2022 em Foz do Iguaçu, um homem invadiu uma festa de aniversário e assassinou o dirigente petista Marcelo Arruda, a motivação do crime é claramente uma oposição política. O Estado é chamado a se posicionar diante de tais crimes e ataques, mas permanecemos reféns de um governo de tonalidade fascista como é o caso do governo de Jair Bolsonaro, que expõe e incentiva o ódio e a violência contra os grupos minoritários.

O Estado expõe o seu papel, forjado como mediador dos conflitos, quando acolhe uma dada demanda pública, seja na área da Saúde, da Educação, da Assistência Social, do Meio Ambiente, etc., pois tomando-a como encomenda terá que legitimar a necessidade da população, reconhecendo o clamor da classe trabalhadora por acesso aos direitos sociais, mas também terá que avaliar se serão favoráveis e convenientes aos interesses do capital, para que, então, possa deliberar a respeito. Nesse aspecto, o Estado burguês dispõe de uma de suas formas essenciais, a forma jurídica, que opera fundamentalmente na preservação dos interesses da classe dominante e no sentido da autoexpansão do capital. Não é por acaso que todas as políticas públicas são constituídas por determinações jurídicas e ofertadas, essencialmente, aos sujeitos de direitos – interpelação ideológica –, que “recruta os indivíduos como sujeitos e lhes impõe, na ilusão (jurídica) da liberdade, o seu lugar no processo social” (KASHIURA, 2015, p. 65).

A forma jurídica é uma das manifestações do Estado no MPC, uma linha de expressão, utilizada para legitimar os interesses da classe dominante. É a forma jurídica que normatiza e formaliza o acesso aos direitos sociais. No entanto, esse processo desconsidera a dominação de uma classe social sobre a outra, a forma jurídica opera a partir do ideal de liberdade e igualdade. O aparato jurídico atrelado ao Estado pressupõe que as relações sociais estão pautadas pelas manifestações livres entre as partes, contudo o fato de não articular a condição de classe desvela o efeito desigual e violento desse modo de produção, uma vez que o acesso aos direitos não é independente da condição de classe, muito pelo contrário, é determinado por ela. O Estado, nesse contexto jurídico formal, atua de forma enganosa na defesa dos direitos humanos e na propagação do dever social, pois como em toda operação de transação, se os seres humanos são sujeitos de direitos, possuem também os seus deveres sociais, os quais serão controlados pelas forças ideológicas, coercitivas e/ou repressivas do Estado.

É também a forma jurídica que opera sobre os aspectos fundamentais das políticas públicas, determinando e organizando as normativas, as condicionalidades e delimitando o

papel dos agentes envolvidos, tais como a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público. É através da determinação de uma lei que se promulga uma política pública, ou seja, para que um direito social seja ordenado oficialmente, é necessária uma formulação jurídica que irá dispor sobre a responsabilidade de cada agente envolvido.

Na avaliação que o Estado realiza para examinar a pertinência de uma resposta positiva aos clamores populares, ele leva em consideração a utilidade dessa demanda ao MPC. Podemos tomar como exemplo, a proposta de Educação Permanente aos trabalhadores dos estabelecimentos públicos de Saúde e de Assistência Social. Trata-se de uma demanda que foi apresentada pelos trabalhadores e usuários por meio de um processo laborioso, a partir dos espaços de conferências, as quais carregavam a reivindicação popular quanto à importância da formação dos profissionais nos processos de trabalho. Mas, para atender a esse pedido dos trabalhadores, o Estado considerou o quanto aquela demanda poderia contribuir para a manutenção do capital. Dessa forma, capturou a necessidade coletiva e a transformou em algo que contribuísse para a manutenção da lógica capitalista.

Neste exemplo, de acordo com nossa percepção crítica, a demanda por uma educação popular, emancipadora, coletiva foi recebida pelo Estado e modulada como encomenda, visando a atender aos interesses capitalísticos e, então, devolveu aos trabalhadores uma formação com perspectiva utilitarista, sustentada no modelo taylorista-fordista, que busca qualificar e submeter a força de trabalho aos parâmetros do mercado, isto é: produtivista e adaptacionista (ANTUNES; PINTO, 2017). Esse processo de apropriação e de tradução das demandas populares é manobrado de modo sutil, de forma que a classe trabalhadora pense que a sua demanda foi contemplada e não identifique vestígios das estratégias de exploração e usurpação operadas pela classe dominante.

O Estado, conforme descreveu Engels (2010, p. 309), também se constitui como um estorvo para burguesia, pois o

[...] ideal seria operar numa ordem social privada de Estado, na qual cada um pudesse explorar livremente o próximo [...]. Mas como não pode dispensar o Estado, já que não teria como conter o proletariado sem ele, a burguesia utiliza-o contra a classe operária, ao mesmo tempo em que procura, na medida do possível, afastá-lo de seus próprios negócios.

O Estado aparece em última instância como um limitador do gozo burguês, afinal ele busca atenuar ou mascarar, em alguma medida, o efeito da desigualdade social e faz isso através das políticas públicas. Tais práticas, engrenam um ciclo vicioso, pois o MPC não cessa sua irrefreável operação de extração de valor. Consequentemente, permanece ativa a exploração da

classe trabalhadora, assim, o contraste social, a vulnerabilidade e os riscos vão se maximizando e, ao mesmo tempo, precisam ser gerenciados por meio das políticas públicas, de modo especial por meio da política da Assistência Social, que é executada por trabalhadores que assumem nesse processo uma posição de “administradores da miséria” (MARX, 2004, p. 92).

O trabalhador social, submetido ao poder do Estado, opera seu processo de trabalho num esquema, que pode ser ilustrado pela formulação comumente utilizada nos estabelecimentos institucionais, de “enxugar gelo”. O trabalhador faz a mediação entre as necessidades do sujeito e a oferta pública, contudo essa oferta é sempre menor que a demanda e não teria como ser diferente, tendo ciência que o capitalismo é fundamentalmente um sistema complexo de exploração e de acumulação. Nesse sentido, a engrenagem é ininterrupta, nunca cessa a produção social de penúria, logo, as ações sociais passam a compor um ciclo que se estabelece de modo contínuo e de maneira paliativa.

O Estado não é apenas um instrumento da classe dominante, ele tem uma função estrutural na manutenção do equilíbrio no MPC (CALDAS, 2013) e, por consequência, o trabalhador submetido a esse modo de ação estatal é considerado uma peça fundamental no jogo. Ao trabalhador social, também é atribuído o papel ilusório de conciliador, uma vez que o Estado busca atender muito parcialmente as reivindicações populares e ao mesmo tempo às necessidades e exigências do capital (BOTTOMORE, 2012). O Estado impõe ao servidor público a posição de “meio-campista”; com isso ele precisa desempenhar a função de ligar a defesa ao ataque durante a partida e evitar golpes de adversários. Assumindo essa função, o trabalhador tal como o jogador de futebol, assume o poder de “ditar o ritmo do jogo” e com isso, chegamos a uma das questões centrais da nossa intercessão-pesquisa.

Como trabalhadores-intercessores apostamos que pautados na ética da Atenção Psicossocial (COSTA-ROSA, 2013), podemos utilizar das brechas institucionais para subverter em alguma medida o papel que nos é imposto, enquanto reprodutores da lógica capitalista. Consideramos que esse lugar ocupado como psicóloga, servidora pública num estabelecimento institucional como o CREAS, pode promover outros efeitos, para além da resignação e da frustração. De acordo com Costa-Rosa (2011, p. 750) a ética da Atenção Psicossocial se constitui como uma “possibilidade de produzir sentido novo para diferentes injunções sociais e subjetivas do cotidiano” (...), a qual propõe “a participação popular no planejamento, na gestão e no controle dos processos de produção; bem como nas decisões de o quê e como produzir”.

Nesse sentido, vislumbramos que o nosso fazer, mesmo que institucionalizado, pode colaborar para uma transformação social coletiva, mas certamente não será suficiente para

alterar o sistema metabólico do capital. Obviamente não será por meio da nossa atuação intercessora individual ou de uns poucos que conseguiremos avançar numa mudança na macroestrutura do Estado, todavia, acreditamos que transformações no nível da micropolítica podem gerar efeitos importantes para o processo de consciência política da população que atendemos. Pois, as nossas ofertas podem produzir, em alguma medida, algo de singular para o sujeito. Nossa atuação coletiva e advertida pelo MHD não irá operar a revolução, mas pode agenciar novas formas de conceber a realidade, um pouco mais crítica e atenta ao poder ideológico – conhecer a estrutura reprodutiva do capital, a organização e fundamentação do Estado –, pode colaborar para o estabelecimento de outras formas de luta, pode contribuir para o tensionamento do domínio do capital por meio do campo das instituições que compõem a Seguridade Social.

A capacidade de articular as propostas do Estado, através de um projeto que tenha como horizonte a emancipação social, pode evitar que nos fechemos em um esquerdismo retrógrado e paralisante, permitindo que façamos uma análise histórica e estrutural sobre a concepção de Estado. Dessa forma, reconhecemos a possibilidade de legitimar aquilo que Marx e Engels advertiu:

A burguesia vive em conflitos permanentes: inicialmente contra a aristocracia; mais tarde, contra segmentos da própria burguesia, cujos interesses passaram a se opor ao progresso da indústria; e sempre contra a burguesia dos demais países. Em todas essas lutas, a burguesia se vê forçada a apelar para o apoio do proletariado e arrastá-lo para a arena política. Ela mesma, portanto, supre os elementos para a formação política do proletariado, isto é, as armas contra ela mesma (MARX; ENGELS, 2008, p. 26).

Tomamos o cuidado de destacar que a institucionalidade das políticas públicas, assim como as mobilizações populares e as conquistas pelos direitos não constituem fins em si mesmos. A luta está ligada a uma causa e a uma compreensão muito maior e, nesse sentido, precisamos reconhecer que as políticas públicas, tal como o próprio Estado, podem ser tomados de forma transitória, são instrumentais necessários para a luta revolucionária. Os trabalhadores advertidos pela ciência da história, situados politicamente e conscientes da luta de classes, podem utilizar as armas desenvolvidas pela classe dominante contra a própria ordem burguesa, mas sem perder de vista os ideais revolucionários que permanecem como norteadores para as lutas atuais.

As instituições estatais são palcos de lutas (LUZ, 2013), dessa maneira os trabalhadores-intercessores organizados e orientados por uma ética alinhada aos interesses populares, podem disputar esses espaços e fazer emergir outra oferta, horizontalizar as relações

e se manter alinhado aos interesses da classe trabalhadora. Os estabelecimentos institucionais são atravessados pelo Estado e, na verdade, podem representar a forma viva do Estado, mas também carregam as diversas expressões da luta de classes e através das fissuras institucionais podemos reivindicar outra forma de relação e de organização, capaz de gerar uma ruptura e iniciar um processo de transformação da ordem social. O trabalho institucional desenvolvido por meio da Assistência Social pode, em certa medida, colaborar para a preparação das massas, para provocar os sujeitos atendidos quanto a sua capacidade revolucionária, assim como a importância da sua organização coletiva para além da institucionalidade e para a superação desse lugar subordinado, passivo e acrítico, que a classe dominante nos impõe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

ANTUNES, R.; PINTO, G. A. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 8080**, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos. Brasília, 2005a.

BRASIL. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF: MDS, 2005b.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BIZERRA, F. A. **Alteram-se as formas, preserva-se a essência: a funcionalidade do Estado à reprodução do capital**. 2014. 163 f. Mestrado (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

CALDAS, C. O. L. **A teoria da derivação do Estado e do Direito**. 2013. 214 f. Doutorado (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CALDAS, C. O. **A teoria da derivação do Estado e do Direito**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COSTA-ROSA, A. Ética e Clínica na Atenção Psicossocial: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 743-757, 2011.

COSTA-ROSA, A. **Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica**: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva. São Paulo: Unesp, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relatório Final. **Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: DIEESE, 2016.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

JACOMINI, M. A. O conceito gramsciano de Estado Integral em pesquisas sobre políticas educacionais. **Educação e Pesquisa**, v. 46, p. 1-19, 2020.

KASHIURA JR, C. N. Sujeito de direito e interpelação ideológica: considerações sobre a ideologia jurídica a partir de Pachukanis e Althusser. **Revista Direito e Práxis**, v. 6, n. 10, p. 49-70, 2015.

LÊNIN, V. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LESSA, S. **Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LUZ, M. T. **As instituições médicas no Brasil**. Porto Alegre: Rede Unida, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**, Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

ENSAIO 3

UMA CRÍTICA FUNDAMENTAL ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

3.1 Introdução

Elaborar uma análise crítica das políticas públicas é um autêntico desafio, ainda mais quando se ocupa uma função na sua reprodução enquanto psicóloga, trabalhadora de um estabelecimento institucional tipificado pelo SUAS (BRASIL, 2009), como o CREAS, unidade que oferta serviços de Proteção Social Especial (PSE), implementado a partir da promulgação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 1993). Essa discussão é ousada, mas é também imprescindível e candente ao nosso campo de atuação.

A experiência como trabalhadora-intercessora no CREAS, a articulação com outros estabelecimentos instituídos pela PNAS, somado aos estudos sobre a estrutura política e econômica da sociedade, permitiu-nos entender que uma crença absoluta nas políticas públicas – como soluções efetivas e capazes de resolver os problemas sociais – pode impor armadilhas ao movimento revolucionário, ou seja, seus efeitos podem nos tornar reféns desse sistema de opressão, colocando nos numa posição de submissão e aceitação. Os programas e serviços instituídos pelas políticas públicas podem, em certa medida, estar colaborando para a preservação e reprodução do capitalismo. Desse modo, observamos a necessidade de analisar de maneira criteriosa os pressupostos e os efeitos das políticas públicas no Modo de Produção Capitalista (MPC) que é hegemônico no Brasil.

Nossa proposta reflexiva considerou uma perspectiva autocrítica, levando em conta o cargo que ocupamos no CREAS e o próprio campo de atuação, a PNAS. Em outras palavras, essa crítica foi feita a partir da nossa posição na instituição, é como trabalhadora do SUAS, que formulamos essa reflexão. O interesse em analisar as políticas públicas surgiu da nossa experiência intercessora e dos limites vislumbrados enquanto psicóloga desse estabelecimento institucional que atua com os efeitos mais drásticos das contradições do capitalismo. O movimento crítico se contrapõe ao quadro mais comum dentro do contexto da militância política, que sugere uma posição intransigente na defesa das políticas públicas e que as concebe

como mecanismos do Estado que permitiram que a classe trabalhadora recuperasse seus direitos básicos, os quais foram expropriados no processo de exploração, tais como: saúde, educação, cultura, segurança e assistência social.

Nosso posicionamento crítico não nega a importância das políticas públicas, mas as compreende como possíveis ferramentas de transição para outro modo de produção. Consideramos que as proposições políticas e os estabelecimentos assistenciais, instituídos pela PNAS, podem contribuir para que a classe trabalhadora fortaleça sua consciência política, enquanto sujeito e se organize coletivamente para operar a luta pela transformação das estruturas políticas e econômicas. Apostamos que uma prática pautada no paradigma psicossocial (COSTA-ROSA, 2013), no âmbito do SUAS, pode produzir efeitos políticos libertadores, no sentido da autonomia, da consciência crítica e de uma relativa emancipação. Nossas reflexões partem do interesse por uma revolução social, sustentada no poder popular e busca, a partir da nossa experiência de trabalho em um estabelecimento institucional da Assistência Social, elucidar as contradições e os limites estruturais que são inerentes às políticas públicas, assim como o perigo de uma defesa irracional e acrítica, que desconsidere os pressupostos do contexto histórico e a base elementar do MPC – a exploração da classe trabalhadora.

Além do desafio que é elaborar essa crítica, atuando como agente desse campo, implicada em uma relação institucional, temos como sobredeterminação o momento histórico, no qual uma gestão política inepta da pandemia de Corona-vírus avassalou a saúde pública e uma crise ordinária do capital agravou ainda mais as condições materiais de vida das classes trabalhadoras no país. Advertidos da complexidade que é o desenvolvimento desse trabalho, destacamos que nossas reflexões-críticas buscaram ter coerência com a materialidade, tendo em vista que nossos esforços por vislumbrar possibilidades de outra ordem social podem ser interpretados de forma descontextualizada, como se negligenciássemos a relevância das melhorias imediatas garantidas pelas políticas públicas. Como marxistas, consideramos que “cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas” (MARX, 2012, p. 20).

Enfatizamos que não é possível operar esse trabalho crítico sem ocupar uma posição ética radicalizada, no sentido literal, no qual se busca encontrar as raízes dos fenômenos que compõem as políticas públicas. Retomamos Freire (2019, p. 34) que, ao confrontar o processo social que denominou de sectarização, afirmou que essa

[...] é sempre castradora, pelo fanatismo de que se nutre. A radicalização, pelo contrário, é sempre criadora, pela criticidade que a alimenta. Enquanto a sectarização é mítica, por isto alienante, a radicalização é crítica, por isto libertadora. Libertadora porque, implicando o enraizamento que os homens fazem na opção que fizeram, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva.

A realidade social, estruturada no MPC, agravada pela pandemia da COVID-19, evidenciou que um mínimo efetivo de Seguridade Social poderia ter salvado numerosas vidas. Dessa maneira, entendemos que o momento histórico no qual nossas reflexões foram construídas exigiu maior fundamentação e clareza teórica, pois o posicionamento mais comum seria o de reafirmar a necessidade das políticas públicas frente ao contexto político de total desmonte e retrocesso dos serviços públicos sem, necessariamente, fazer uma análise crítica das razões desse desmantelamento. Ressaltamos que não renunciamos à defesa das políticas públicas e aos seus alcances na forma de direitos para a classe trabalhadora, apenas consideramos que além de lutar pela preservação desses direitos é fundamental que façamos uma análise profunda e crítica da origem dos problemas sobre os quais elas atuam, bem como das razões do desmonte e destruição dos direitos sociais. Como trabalhadores da política pública de Assistência Social, consideramos necessário nos perguntarmos: qual é a origem da pobreza? de onde surgem os riscos sociais? quem são os maiores violadores de direitos da população atendida num CREAS? Perguntas que não impedem que marquemos uma posição de defesa às políticas públicas sociais, mas que após nos servirmos delas, nos impulsione a caminhar para além da institucionalidade (PÉRICO, 2021).

O MPC é a resposta mais explícita e contundente a esses questionamentos, afinal ele impõe uma oposição fundamental entre trabalho e capital, com isso, determina que a concentração de riqueza permaneça nas mãos de poucos, resultando na pobreza e na exposição de risco social para uma grande maioria. O sistema capitalista está constituído sob uma estrutura econômica e política de exploração e opressão. Mas, a sua superestrutura, formada pelas instâncias jurídico-político e pela ideologia, busca encobrir os efeitos dessa organização social. Ou seja, o nosso modo de pensar é (sobre)determinado pelos aparelhos ideológicos do Estado, dentre eles: a família, a igreja, a escola, a mídia, entre outros (ALTHUSSER, 1974), que faz com que a nossa visão de mundo também esteja em sintonia com os interesses da classe dominante. Sabemos que estamos na ideologia, mas procuramos nos orientar por uma ideologia contra hegemônica, aquela que interessa à classe trabalhadora. Nesse sentido, consideramos que enquanto trabalhadores-intercessores advertidos pela ciência da história, é imprescindível que além de defendermos a necessidade e a importância das políticas públicas saibamos que a

superestrutura é determinada pela base econômica capitalista, que determina igualmente a exploração da classe trabalhadora. Deste modo, não serão ações políticas isoladas que findarão os efeitos devastadores do capitalismo, efeitos esses com os quais lidamos cotidianamente no nosso campo de atuação-intercessão.

“A violência social da classe dominante, por meio da exploração e expropriação concentradora de riquezas para poucos, produz a miséria para muitos, de diversos modos” (BENELLI, 2014, p. 99). Ter consciência desse processo e da forma como o MPC se constitui é fundamental para que não sucumbamos à perspectiva liberal que considera a pobreza um fenômeno natural e individualizado, assim como a perspectiva da “social-democracia”, que propõe uma reforma no sistema capitalista e considera possível a superação da pobreza e do risco social, a partir de um Estado de Bem-estar e de suas ações políticas. Assim como Scheeffer (2013, p. 146), afirmamos que “[...] a erradicação da pobreza só pode ser pensada a partir da construção de outra lógica que não a capitalista. A premissa fundamental é de que a pobreza ou os custos sociais são parte estruturante do modo de produção capitalista e, mais do que isso, ‘motor’ para o mesmo”.

As crises tendem a expor as condições de precariedade vivenciada pelos proletários em tempos comuns e nesses momentos mais críticos, as políticas públicas são reafirmadas como as únicas saídas e de fato, quando efetivadas elas podem garantir, num nível imediato, possibilidades de sobrevivência para a população, mas são saídas que acabam por perpetuar a ordem imperante. A situação pandêmica vivenciada no Brasil (2020-2022) evidenciou a potência e a relevância do SUS para a garantia dos cuidados de saúde da população. No entanto, consideramos importante problematizar a fragilidade das políticas públicas, que são desconstruídas de maneira muito fugaz, quando há a retomada do poder dos governos de direita, como é o caso do governo de Jair Bolsonaro. Temos vivido desde o golpe de 2016 um processo de desmantelamento e precarização do SUS, SUAS, Educação, enfim de todos os direitos sociais.

A partir da retirada da ex-presidenta Dilma do governo federal houve uma sucessão de desmontes e retrocessos em torno das políticas públicas e nos perguntamos por quais razões os programas e serviços regulamentados em leis não conseguiram se sustentar e resistir. A desconstrução e o desmantelamento foram operados de forma tão drástica que tornaram clara a fragilidade da base das políticas públicas, demonstrando que elas não conseguiram operar uma mudança estrutural e uma ruptura com o MPC. As políticas públicas se constituíram numa base inconsistente, que incluem o poder judiciário e o poder legislativo, os quais servem ao capital.

Dessa forma, apesar de defenderem em tese os ideais transformadores, as políticas públicas tendem a cair no domínio dos interesses capitalistas. Pautados em outra perspectiva ético-política, vemos a necessidade de superar esse ciclo vicioso, no qual conquistamos alguns direitos durante os governos de centro-esquerda que governaram o Brasil entre 2003 e 2016 e perdemos esses mesmos direitos quando os governos de direita reassumiram o poder, deixando a classe trabalhadora à mercê da própria sorte.

É fundamental que possamos refletir sobre os fatores que originaram o estado de crise sanitária e econômica vivenciada no mundo, cujo maior impacto afetou os países de capitalismo periférico. É indispensável que façamos uma retomada do movimento histórico para entender quais são as causas fundamentais dos problemas sociais e, dessa maneira, identificar os pilares que sustentam esse governo genocida, que permitiu a morte de milhares de vidas, mas especialmente a vida da classe trabalhadora, vidas de mulheres, vidas de pessoas negras. Partimos do entendimento de que se no atual contexto, em que há um acirramento da luta de classes, posicionarmos-nos apenas em defesa das políticas públicas, sem uma reflexão acurada sobre o que produziu esse cenário catastrófico, cairemos em práticas paliativas e trataremos os sintomas sociais sem desenvolver uma proposta de cura para o verdadeiro problema da sociedade, que é o MPC, e continuaremos submetidos aos efeitos nefastos do capital.

Como psicóloga, trabalhadora e operadora da Política de Assistência Social, observamos como é efetivo entender o que compõe os objetivos das políticas públicas, os seus elementos fundantes e suas possibilidades dentro do capitalismo. A experiência de trabalho no CREAS nos mostrou que ocupar essa posição de forma desavisada, sem um entendimento crítico dos limites das políticas públicas e dos direitos sociais, pode gerar uma sensação de impotência ou até mesmo contribuir para que assumamos uma posição onipotente, a qual desconsidera os elementos históricos e, assim, passemos a buscar soluções simplistas para demandas que são altamente complexas e estruturais.

A crença de que a política pública é o caminho autêntico para a garantia da seguridade social da população pode levar à frustração, pois enquanto estivermos no MPC existirá exploração econômica e, conseqüentemente, existirão necessidades explícitas de ações públicas e coletivas pela via do Estado. As políticas sociais são ações do Estado e portam a incapacidade de superar os males do capitalismo, dentre elas a desigualdade social, assim como não conseguirá atender de maneira integral as demais necessidades da classe trabalhadora (saúde, segurança, cultura, entre outras).

Apesar das políticas públicas terem origem recente, uma vez que estão diretamente associadas ao surgimento da proposta do Estado de Bem-Estar (LESSA, 2013), a discussão sobre os interesses reformistas do Estado é antiga, vasta e profunda. A partir de uma retomada histórica, destacamos que esse debate já foi muito caloroso entre os revolucionários. Marx, por exemplo, escreveu uma carta muito criteriosa e coerente, na qual expressou o quanto é necessário a radicalidade política para implementar o movimento emancipador. O texto nomeado de “Crítica do programa de Gotha” (MARX, 2012) expõe uma análise implacável sobre as interpretações oportunistas de alguns sujeitos, assim como o efeito danoso do movimento conciliatório operado em benefício do capital. Virgínia Fontes (2012, p. 6) num comentário a respeito desse texto referiu que Marx “revolta-se contra a tendência a suprimir a autonomia da classe trabalhadora e a torná-la dependente do Estado”.

Essa carta é um documento histórico que, ainda hoje, colabora de maneira muito especial para uma análise crítica das ações políticas estatais, pois nela o autor argumentou de forma contundente sobre temas relevantes e muito próximos dos discutidos em torno das atuais políticas públicas. Marx considerou os limites do direito burguês e expôs que:

O direito, por sua natureza, só pode consistir na aplicação de um padrão igual de medida; mas os indivíduos desiguais (e eles não seriam indivíduos diferentes se não fossem desiguais) só podem ser medidos segundo um padrão igual de medida quando observados do mesmo ponto de vista, quando tomados apenas por um aspecto determinado, por exemplo, quando, no caso em questão, são considerados apenas como trabalhadores e neles não se vê nada além disso, todos os outros aspectos são desconsiderados (MARX, 2012, p. 32).

A proposta de igualdade é um elemento central na constituição das políticas públicas, pois há uma tendência no discurso ideológico-jurídico burguês em afirmar que todos os sujeitos são iguais e que esse é um princípio da organização social capitalista. Dessa forma, são desconsideradas as distinções que operam dentro da própria classe trabalhadora, incluindo as diferenças econômicas, culturais e sociais. Essa condição de igualdade confronta as categorias de raça e gênero, que são na maioria das vezes menosprezadas na prática das políticas públicas. Nossa leitura da “Crítica ao programa de Gotha” destacou a apreciação elaborada por Marx sobre a noção de “igual direito”, que por sua vez nos remeteu ao fato de vermos na prática das ações assistenciais o reforço e a reprodução das desigualdades, legitimadas em nome da aplicação do “padrão de igual medida”, que desconsidera as diferentes posições históricas e socioeconômicas dos sujeitos atendidos. Em síntese, as ações estatais operam a favor da reprodução da desigualdade, mas sustentam um discurso ideológico forjado e arrojado sobre a noção de igualdade.

Rosa Luxemburgo (2015) também foi uma expoente fundamental na discussão sobre as ações reformistas. Na sua obra elementar e ainda muito atual: “Reforma ou Revolução?” a autora sustentou uma crítica importante às afirmações reformistas de Bernstein, que defendia a conquista do socialismo por meio de ações progressivas do Estado. Bernstein afirmou que o capitalismo tinha superado suas crises e que os sistemas de créditos minimizaram significativamente as contradições econômicas entre a população. Assim, segundo ele, o socialismo não viria por meio do movimento revolucionário, mas através das reformas pacíficas e graduais do Estado. Bernstein considerou a ampliação da democracia parlamentar como a melhor estratégia de luta, mas Rosa Luxemburgo (2015, p. 60), por sua vez, contra-argumentou de maneira radical que as

[...] relações jurídicas e políticas estabelecem entre a sociedade capitalista e a sociedade socialista um muro cada vez mais alto. Muro este que não é arrastado, antes, porém reforçado, consolidado pelo desenvolvimento das reformas sociais e da democracia. Por conseguinte, é somente o martelo da revolução que poderá abatê-lo, isto é, a conquista do poder político pelo proletariado.

A posição de Bernstein se assemelha a de diversos militantes progressistas atuais. Nesse sentido, a obra de Rosa Luxemburgo ainda possui uma grande relevância para a conjuntura contemporânea. A argumentação dessa líder revolucionária nos ofereceu parâmetros importantes para pensar a quem serve as políticas públicas, sobretudo a Política de Assistência Social e quais seriam seus efeitos quanto ao objetivo de alcançar a emancipação da classe trabalhadora. Estamos sintonizados com Luxemburgo, no sentido de articular as estratégias para a transformação social, ou seja, consideramos que a perspectiva das reformas sociais não invalida a revolução, muito pelo contrário, acreditamos que as políticas públicas são alternativas necessárias para organização da classe trabalhadora. Há “um laço indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução” (LUXEMBURGO, 2015, p. 17). Mas é fato que as reformas precisam estar sintonizadas ao ideal revolucionário, o qual prevê a superação radical do MPC. Estabelecendo uma articulação concomitante entre o movimento da reforma e da revolução.

Luxemburgo (2015, p. 64) expôs que o movimento revolucionário difere por seu conteúdo e objetivo. Ela afirmou que “a reforma social em regime capitalista não passa e não pode passar de uma concha vazia, qualquer que seja a tática empregada” e que “a consequência lógica” empreende necessariamente a “decepção”.

Nossa problematização em torno das políticas públicas se refere à sua forma política, que, tal como o Estado, deriva da forma mercadoria, portanto, conserva a natureza do mercado, ou seja, elas possuem um aspecto fundamental que é conservador. Há um processo de

derivação, no qual temos de considerar que a mercadoria é a forma social básica do MPC, e o Estado e suas políticas são derivações dessa forma. Conforme descrito por Mascaró (2019a, p. 6):

O fenômeno da derivação das formas sociais alcança a dinâmica de um processo ao mesmo tempo aberto e determinado, sem sujeito nem finalidade, mas feito por uma miríade de sujeitos e impulsionado pela valorização do valor. Num mesmo complexo, forma mercadoria, forma valor, forma dinheiro, forma Estado e forma jurídica constituem a nucleação inexorável e exemplar da derivação das formas sociais capitalistas.

As políticas públicas, são de saída, efeitos-sintoma das contradições insanáveis do capitalismo. Por conseguinte, carregam em seu cerne demandas genuínas dos polos subordinados, que foram processadas pelo Estado e ajustadas aos interesses burgueses. Rosa Luxemburgo destacou algo fundamental com relação à posição política da estratégia reformista, ao que concernem as contradições do MPC. De acordo com a revolucionária:

Está claro que o revisionismo não se coloca no terreno do capitalismo e não nega, com os economistas burgueses, as contradições deste. Pressupõe, ao contrário, a existência destas contradições, do mesmo modo que a concepção marxista. Mas, por outro lado – e é precisamente isto que constitui o ponto fundamental de sua concepção, e que, de modo geral, a diferencia da concepção vigente até agora na social-democracia – não se baseia a sua teoria na supressão dessas contradições como resultado de seu próprio desenvolvimento lógico. Entre os dois extremos, a teoria revisionista ocupa uma posição intermediária. Não visa levar à maturidade as contradições capitalistas e suprimi-las por meio de uma transformação revolucionária, e sim atenuá-las, suavizá-las (LUXEMBURGO, 2015, p. 65-66).

As contradições são intrínsecas ao MPC e são fenômenos importantes para as ações políticas, assim como ao processo de transformação social. Definitivamente, o modo como se encara essas contradições é determinante para reconhecermos a posição ético-política, ou seja, se não buscamos meios de superar o antagonismo das classes, se não partimos das contradições sociais para através delas operar a transformação social, então, estaremos atuando na preservação da lógica reprodutiva do capital (na sua metabolização). A partir da práxis no campo socioassistencial se tornou evidente que as políticas públicas, na maior parte das vezes, não operam por meio de uma perspectiva revolucionária, pois elas instituem “a permanência do que na realidade só pode ser transitório” (MÉSZÁROS, 2011, p. 133).

A crítica elaborada à estrutura das políticas públicas não é um desmerecimento quanto aos seus efeitos e aos seus alcances, mas sim uma crítica necessária para que se possa evidenciar o que as intervenções do poder público podem estar encobrindo dos diversos atores sociais. Trata-se de promover uma análise da cena política, levando em conta que as instituições são

espaços de disputa e o polo dominante opera por meio de verdades dissimuladas, discursos mascarados e proposições políticas alienantes. Seguimos advertidos por Boito Jr. (2007, p. 140), que: “praticar análise política designando os agentes presentes na cena política pelos nomes e objetivos que eles próprios se dão é permanecer na superfície enganosa do fenômeno e muitos marxistas incorrem nesse erro, típico da ciência política vulgar”.

Os movimentos de militância e alguns partidos de esquerda consideraram que a expansão das políticas públicas alterou, essencialmente, o caráter do Estado e que por isso “o Estado dos nossos dias deixou de ser ‘o comitê encarregado de administrar os negócios do conjunto da burguesia’ para ser a expressão da sociedade como um todo” (LESSA, 2013, p. 8). A compreensão dessa nova concepção de Estado foi captada inclusive pelos movimentos sociais, que incutiu em boa parte dos trabalhadores a ideia de que o alcance das políticas públicas teria sido uma conquista da classe trabalhadora sobre a burguesia. Lage (2019, p. 84) fez uma importante retomada dos efeitos da estratégia democrático-popular estabelecida no Brasil após os anos da ditadura militar. O autor considerou que “o desfecho catastrófico dos governos petistas tem mais identidade com processos gerais de cooptação, reformismo e peleguismo escancarado, do que com uma luta encarniçada, de tipo socialista”.

Não desconsideramos o caráter aquisitivo presente nas políticas públicas, reconhecemos que houve conquistas importantes através delas, as quais minimizaram a agonia imediata da classe trabalhadora. Porém, nosso interesse maior consiste em problematizar que essa vitória, ao ser vista como um fim em si mesma, tende a produzir uma resignação política e um conformismo de classe ou a desidentificação da classe trabalhadora, visto que as alianças estabelecidas entre a aristocracia operária e a burguesia para alcançar os direitos e a promoção social por meio das instituições públicas camuflou a verdadeira classe revolucionária da história – o proletariado. Isso contribuiu para que abdicássemos da necessária luta emancipatória, a qual teve seu sentido dispersado entre as políticas públicas segmentadas. Lessa (2014, p. 76), muito bem orientado nessa questão, considerou que “a aliança da aristocracia operária [vulgarmente chamada de classe média] com o grande capital, que se expressa na ação castradora da potência revolucionária dos trabalhadores pelos sindicatos e partidos de origem operária, que garantiu (e ainda garante) ao grande capital colher os frutos dessa vitória”.

Os direitos alcançados por meio das políticas públicas possibilitaram a melhoria de alguns aspectos da vida da classe trabalhadora, dessa forma é indiscutível que as ações políticas também carregam uma força vital, contudo por estarem sujeitas à dinâmica do capital, vivem sob constantes ameaças. Trotsky (2017, p. 27), ao elaborar “O Programa de transição para a

revolução socialista”, fez afirmações que ainda são muito relevantes ao nosso momento histórico, tais como: “[...] nas condições do capitalismo em decomposição, as massas continuam a viver a vida morna de oprimidos que, hoje mais do que nunca, estão ameaçados de serem lançados no abismo da miséria. Elas são obrigadas a defender seu pedaço de pão, mesmo se não podem aumentá-lo ou melhorá-lo”.

A compreensão do Estado de Bem-Estar é imprecisa e indefinível, mas opera fundamentalmente de modo a “organizar as desigualdades” (LESSA, 2013, p. 14). O percurso histórico de institucionalização, especialmente, o da Política Pública de Assistência Social mostrou que não houve uma busca efetiva pela superação das desigualdades e da vulnerabilidade social e que foram feitas apenas algumas concessões, que determinaram um limite tolerável para a pobreza. Isto é, o capital por meio do Estado demarcou um nível de tolerância quanto ao pauperismo e incutiu, através dos aparelhos ideológicos, a ideia de que a pobreza possui um caráter individual e sua superação será realizada pelo desenvolvimento das habilidades pessoais dos sujeitos e da sua autonomia, ofertando-lhes oportunidades para a reinserção social.

Nosso objetivo a partir da práxis desenvolvida enquanto trabalhadora-intercessora, é construir um trabalho de desmascaramento, por meio do qual possamos tornar visíveis os pontos cegos das políticas públicas e, dessa maneira, contribuir para a desconstrução das ilusões políticas incutidas nas ações sociais de um governo que se levantou a partir de uma ordem neoliberal. Acreditamos que “[...] é a análise científica que pode desvelar a realidade profunda encoberta pela realidade aparente” (BOITO JR., 2007, p. 138).

Não se trata de desconsiderar aquilo que foi garantido por meio das políticas públicas, seja no segmento das políticas públicas de Assistência Social, Saúde, Habitação ou Educação, mas de problematizar a necessidade de transformações substanciais, tendo em vista que vivenciamos nos últimos anos, sobretudo, a partir do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (2016), um processo de intenso desmonte dos direitos assegurados pelas políticas públicas, que demonstra que as ações políticas do Estado não conseguem se auto sustentar, pelo contrário, estão totalmente submetidas aos planos de governo. Com isso, os direitos sociais básicos, amparados pelas políticas públicas, tornam-se vulneráveis, uma vez que a configuração política é organizada no contexto do capitalismo. Trotsky (2017, p. 22) considerou que “[...] a burguesia sempre retoma com a mão direita o dobro do que deu com a mão esquerda (impostos, direitos alfandegários, inflação, deflação, preços altos, desemprego, regulamentação policial das greves etc.)”.

O MPC se consolida em meio às crises, que são “manifestações orgânicas inseparáveis da economia capitalista” (LUXEMBURGO, 2015, p. 69). O processo de expansão do capital se constitui sob essa dinâmica e de acordo com Mascaro (2013, p. 125): “as crises do capitalismo não são excepcionais a esse modo de produção, mas sim suas características estruturais”, o autor acrescentou que “[...] O Estado tem papel fundamental na constituição das crises, na medida em que é forma necessária desse modelo de reprodução social”.

As crises do capital incidem duramente nas pulsações das Demandas Sociais⁶ (alimentação, segurança, saúde, etc.) as quais, o Estado tenta amenizar de maneira superficial. As necessidades sociais atendidas pelas políticas públicas são originadas pelo MPC, que tem como base de sua expansão a barbárie, a exploração máxima da natureza e do consumo dos corpos que compõem a força de trabalho, mas na constituição das políticas públicas é totalmente ocultado e/ou desconsiderado que é o capitalismo o sistema gerador de tais demandas. Tanto é, que nos textos oficiais que institucionalizam as políticas públicas (BRASIL, 2004, 2005), não há menção ao sistema capitalista e suas ofertas acabam por assumir um caráter paliativo.

O Estado encobre por meio do discurso oficial a luta de classes e atende de forma parcial os clamores sociais por condições básicas de sobrevivência. As concessões feitas à classe trabalhadora carregam mais dos interesses da classe dominante do que da efetividade dos direitos sociais. Tomemos, como exemplo, a política de concessão dos benefícios de transferência de renda mínima, que dentro da lógica capitalista está mais articulada com a capacidade de transformar os sujeitos atendidos em consumidores que com a real possibilidade de garantir a seguridade dessa população. A única dimensão considerada por esses benefícios é a econômica, mas a pobreza é um fenômeno extremamente controverso, que também carrega uma dimensão política, cultural e ideológica.

Périco (2021, p. 203) afirmou a partir da sua experiência no SUS que no capitalismo “não há saúde mental coletiva” e, homologamente, tomando como referência a nossa própria experiência no campo do SUAS, consideramos que não há possibilidade de existir proteção social dentro do MPC, pois o risco social, compreendido como a exposição dos sujeitos às

6 A Análise Institucional (ARDOINO; LOURAU, 2003) opera com alguns conceitos fundamentais, dentre eles, a análise da encomenda, da demanda e da oferta, e o conceito de transversalidade. Nossa atuação considera esses conceitos no sentido de que a instituição sempre apresenta uma encomenda, um pedido manifesto de intervenção, que ao ser analisado porta algo mais – “O trabalho de análise institucional se inicia quando dinâmicas não observadas se expressam, juntamente ao pedido explícito de intervenção” (ROSSI; PASSOS, 2014, p. 163). Nesse movimento pulsante, advém as demandas sociais, que portam produções de sentido, forças que atravessam a estrutura institucional, a análise da oferta tende a considerar a relação entre aqueles que compõem a instituição, todos foram ativos no processo de construção da encomenda ou foram incluídos num processo de decisão hierarquizado? A transversalidade, por sua vez, busca a superação dessa relação verticalizada, considerando a relação transferencial e a dinâmica subjetiva da instituição.

situações de violência e carência econômica, é uma das bases fundamentais do capitalismo. As políticas públicas estão em alguma medida voltadas para garantir a reprodução e o controle dos corpos da classe trabalhadora, mantendo inviolável a ordem e a fonte de exploração, o MPC.

Não vislumbrando a superação daquilo que origina as demandas sociais, as políticas públicas tendem a propor repostas técnicas e pragmáticas para problemas que são estruturais. Dessa forma, seu impacto não tem alcance ampliado, seus efeitos são apenas no plano imediato e de forma parcial. As intervenções das políticas públicas podem reparar os problemas sociais, mas não superam aquilo que engendra a condição de desigualdade, elas atenuam de forma que se possa promover o ajustamento dos sujeitos atendidos e (re)inseri-los no tecido social – “excluir pela inclusão e incluir pela exclusão” (COSTA-ROSA, 2013, p. 275). Iamamoto e Carvalho (2006, p. 100) ressaltaram que as políticas públicas se constituíram como um instrumento para “controlar e prevenir possíveis insubordinações dos trabalhadores que escapem ao domínio do capital”.

Como trabalhadores do campo social das políticas públicas, somos designados por nossa formação técnico-ideológica e posteriormente pelo poder público, a atuar através de ações burocratizadas, prescritivas e punitivas, as quais buscam a resolutividade dos problemas sociais de maneira superficial. Somos instruídos de forma implícita pelos discursos oficiais a contribuir para a ocultação das disputas operadas no campo social, somos designados a encobrir a luta de classe em nome de um ideal de cidadania e de promoção social no âmbito da sociabilidade capitalista, somos encarregados de operar como “agentes da exploração”, fazendo uso de características bem peculiares como: “resignação, submissão, por um lado, cinismo, desprezo, altivez, segurança, categoria, capacidade para bem-falar”, habilidades ensinadas pelos diversos aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, 1974, p. 66). Por meio do pacto legal feito entre o Estado e o Capital devemos, como trabalhadores alienados que esperamos que sejamos, deslegitimar as diferenças concretas entre as classes, tomando como base uma suposta condição de liberdade, igualdade e fraternidade, extraclasse, entre as pessoas. De acordo com Boito Jr. (2007, p. 139): “a cena política é uma realidade superficial, enganosa que deve ser desmistificada, despida de seus próprios termos, para que se tenha acesso à realidade profunda dos interesses e dos conflitos de classe”.

Apesar da redação dos textos das políticas públicas fazer uso de um discurso que prega a autonomia dos sujeitos, a participação popular e a equidade, suas intervenções correspondem na maior parte do tempo, à ordem dominante. Suas proposições reafirmam constantemente a superioridade da democracia liberal e propõe ações que operam sobre o outro, através de uma

posição hierarquizada. A sua configuração reproduz a organização estatal, que por sua vez repete a dinâmica capitalista, a qual se sustenta no uso do poder, na divisão social do trabalho e no ideal de soberania. O sujeito é identificado na prática das ações públicas como um objeto, um ser passivo, um usuário ou um consumidor (COSTA-ROSA, 2013). A classe trabalhadora é concebida como corpos marginalizados, que devem ser moldados para compor a engrenagem produtiva e com isso, se reproduz o sistema capitalista. Mas é preciso destacar também que “a relação entre forma política e instituições públicas é contraditória, conflituosa, instável e muitas vezes até mesmo oposta [...]. Determinadas instituições políticas podem surgir de modo contrário ao processo de valorização do valor ou mesmo de modo oposto ao interesse de algumas classes dominantes (MASCARO, 2013, p. 32).

Partindo do fato de que há contradições nas instituições e de que as políticas públicas surgem, a partir dos efeitos-sintoma da luta de classes, seria possível por meio da nossa práxis intercessora subverter em alguma medida a ordem reprodutiva do capital? Estamos determinados a recriar por meio da micropolítica a lógica de atenção desenvolvida no campo da Assistência Social. Para tal, temos buscado através das nossas ações cotidianas no CREAS operar pequenas transformações, levando em conta o movimento que existe nos estabelecimentos institucionais.

Costa-Rosa (2013, p. 58) afirmou que “a instituição é articulação de saberes e práticas por um discurso lacunar”, com isso, considerou a instituição como um dispositivo de produção, isto é, através da sua experiência, identificou que há possibilidade de reproduzir a racionalidade capitalista no desenvolvimento do trabalho institucionalizado, seja ele na saúde coletiva ou na Assistência Social, gerando a produção de subjetividade alienada e serializada, mas também considerou que existe a possibilidade de subverter essa ordem e produzir outro tipo de oferta, uma produção de subjetividade singularizada e engajada com a necessária luta revolucionária.

3.2 Uma análise estrutural das Políticas Públicas

O Estado tem como função regular a dinâmica da luta de classes, seu papel está restrito ao controle dos efeitos imediatos das crises do capital. De acordo com Luxemburgo (2015, p. 58) são crescentes “as funções de interesse geral do Estado, suas intervenções na vida social, seu ‘controle’ sobre essa vida, e, por outro lado, o caráter de sua atividade e seus meios de coerção para campos que só são úteis ao caráter de classe da burguesia”. O Estado não está autorizado a operar e/ou modificar o núcleo do capitalismo. Mesmo que o aparelho estatal seja

dirigido por um governo de centro-esquerda, conforme já existiu no Brasil, não seria possível por meio de ações estritamente governamentais, garantir a transformação social, pois sua forma é essencialmente burguesa. Por isso, a estratégia revolucionária para uma sociedade emancipada prevê o definimento do Estado e tem como sustentação o trabalho de mobilização das massas por meio da consciência de classe, a partir de uma formação de base popular, uma *educação* emancipadora, que se estabeleça *para além do capital* (MÉSZÁROS, 2008).

Nossa leitura e posicionamento crítico “rejeita a possibilidade de se abolir o modo capitalista de produção por intermédio de graduais reformas no aparato do Estado e por meio de aprimoramentos legislativos, ou seja, no nível meramente jurídico” (CALDAS, 2013, p. 68). Acreditamos que a chave para iniciar a transformação social pode estar implicada nas ações do Estado, que levaram à institucionalização das políticas públicas, tendo em vista que elas carregam forças antagônicas e hospedam nos seus objetivos as reivindicações legítimas da classe trabalhadora.

Apostar que as instituições públicas portam a possibilidade de mudança e carregam o verdadeiro poder popular, é algo muito caro para nós, pois acreditamos que há potência no nosso campo de atuação, mas através da experiência percebemos que essa crença não pode ser ingênua, acrítica ou descontextualizada. Conforme considerado por Mascaro (2013, p. 116): “[...] não há capitalismo sem formas políticas estatais necessárias. E, por outro lado, os sonhos de intervencionismo estatal como salvadores de um capitalismo de bem-estar social também revelam o desconhecimento da natureza estrutural do Estado”.

O discurso oficial da PNAS opera como uma referência técnica para a atuação dos agentes institucionais, mas a sua redação textual não contempla uma narrativa crítica aos problemas destacados em seu conteúdo. Entre os objetivos descritos no texto oficial da PNAS, consta a necessidade de enfrentar as desigualdades socioterritoriais, além de considerar a intenção de prover a “garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais” (BRASIL, 2004, p. 33). A redação textual dessa política pública porta uma promessa fundamental à classe trabalhadora, a “garantia dos mínimos sociais”. No entanto, não há evidência de uma análise histórica que tenha buscado compreender e expor nesse documento qual seria a causa dessa desigualdade, que aparece naturalizada e descontextualizada. Não identificamos uma elaboração teórica crítica que busque compreender o que justifica a existência das diferentes classes sociais (burguesia e classe trabalhadora). A omissão desse conteúdo é em si uma negação ao caráter da luta de classes. Nesse sentido, consideramos a sugestão de Mézáros (2011, p. 133):

Para proceder de maneira diferente, seria necessário discutir as causas como causas – em vez de tratar os problemas com que se deparou como efeitos manipuláveis da sacrossanta ordem causal –, para intervir de modo desejável e convincente no plano das próprias causas básicas. Pois estas, mais cedo ou mais tarde, tendem a reproduzir, e com grande exagero, os efeitos negativos temporariamente ajustados e resolvidos [...]. O projeto socialista representa a necessidade gritante da humanidade de discutir as causas como causas no modo de controle sociometabólico estabelecido, para erradicar, antes que seja tarde demais, todas as tendências destrutivas do capital, já bastante visíveis e cada vez mais preponderantes.

O discurso oficial da PNAS considera como pretensão a garantia de um mínimo social para a população, bem como o enfrentamento à situação de risco e de vulnerabilidade social, mas não expõe a causa estrutural e produtora dessa situação de pobreza. O discurso oficial omite que os programas e serviços, implementados no SUAS, irão ter força apenas para operar junto aos efeito-sintomas dessa organização social capitalista, isto é, minimizando os danos, numa condição temporária, mas não poderá impedir, por exemplo, que esse indivíduo e/ou família assistido pelo SUAS retorne à condição de risco, uma vez que para haver a efetivação da proteção social seria necessário lutar contra o capitalismo, que é o verdadeiro gerador da pobreza e dos riscos sociais. Durante a leitura dos documentos oficiais da Política de Assistência Social surgiu um incômodo importante com o fato de que o fenômeno – desigualdade social – é constatado e repetido diversas vezes, mas não há nenhuma menção a sua causa. Trata-se a pobreza, os riscos e a violência como elementos naturais, individuais e sem articulação histórica. Desse modo, se não há uma posição contrária e esclarecida quanto à origem desses efeito-sintomas, restará agir a favor da sua mitigação, o que no limite colabora para sua manutenção.

Neto (2020) fez uma análise muito pertinente e que se articula à nossa proposta intercessora. O autor considerou de forma relevante os limites das políticas públicas e afirmou que

As políticas públicas atendem, assim, às pressões que vem “de baixo”, dentro dos limites que estão postos acima. Resolver conflitos não é o mesmo que superá-los, pelo contrário, dentro deste cenário, os conflitos e contradições são algo a ser controlado, dirimido, contornado, mediado, articulado. Enquanto que os limites do Estado não são questionados, contrariados, subvertidos; mas reafirmados pela lógica pragmática das políticas públicas (p. 309).

O aspecto reprodutivo da lógica capitalista incorporado nas políticas públicas é facilmente identificado quando analisamos as práticas socioassistenciais. Um exemplo representativo da reprodução da racionalidade capitalista, incorporado na PNAS, é a ideia de “matricialidade sociofamiliar” (BRASIL, 2004, p. 87), a qual propõe que os serviços da

Assistência Social atuem a partir da centralidade familiar, ou seja, considera que a família monogâmica constitua o núcleo fundamental das ações assistenciais, limitando as relações afetivas e sociais. Há nas políticas públicas uma tendência à preservação das necessidades reprodutivas do capital – o Estado, a propriedade privada, e o trabalho assalariado – sendo que tais estruturas são reproduzidas por ações muito específicas, que dão seguimento à derivação das formas da sociabilidade burguesa.

Michel Foucault fez uma importante contribuição para compreendermos o modo como operam as relações de poder na sociedade capitalista. A partir da sua obra foi possível observar que as políticas públicas também hospedam uma dimensão de poder, dessa forma exercem uma regulamentação sobre a vida da população. Considerando o aspecto da matricialidade sociofamiliar, retomamos Foucault que considerou: “quando se quiser obter alguma coisa da população quanto ao comportamento sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente de passar” (FOUCAULT, 2008, p. 139). Nesse sentido, entendemos que as ações propostas pela Política de Assistência Social agem de modo a reproduzir as ideias e os padrões de vida, determinados pela classe dominante.

Benelli (2014, 2020) com sua trajetória intercessora colaborou para que possamos constatar o quanto a política pública de Assistência Social tende a pautar pelo paradigma tutelar, no qual o sujeito é objeto de intervenção e como tal precisa ser manipulado para compor a lógica produtivista do capital, enquanto trabalhador e consumidor. As ações assistenciais predominantes transformam o pobre em trabalhador, consumidor e pagador de impostos e não em sujeito revolucionário. Benelli nos mobilizou por meio de sua posição crítica a detectar as teias sociais e institucionais que capturam os sujeitos atendidos pela Assistência Social e também como são diversas as figuras dos trabalhadores sociais. O autor formulou um entendimento crítico, considerando uma luta entre paradigmas de assistência, no que se refere à posição desses trabalhadores e considerou quatro hipóteses sobre esses agentes: a hipótese da ignorância, da consciência, do cinismo e da responsabilidade ética singular (BENELLI, 2020, p. 148-168), sendo que a ética da singularidade consiste como nosso horizonte de atuação. A experiência nesse lugar de disputa nos impulsionou a vislumbrar alternativas para driblar essas amarras e ocupar as brechas necessárias para a consolidação de uma práxis transformadora.

Outro aspecto da nossa reflexão consiste no fato das políticas públicas carregarem em seus discursos oficiais a promessa de que irá garantir a plenitude dos direitos sociais. Trata-se de uma redação extremamente idealista. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) refere em seu texto que irá “garantir o atendimento às necessidades básicas da população, através de

um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade” (BRASIL, 1993). Esse discurso é vazio em termos de efetividade e estabelece uma ilusão, bem como coloca armadilhas para a classe trabalhadora, pois a população se torna alienada a partir da promessa de efetivação dos seus direitos e abre mão da radical luta revolucionária.

Quando o Estado institui uma política pública, assume um compromisso com a classe trabalhadora, considerando que as grandes feridas sociais, tais como a fome, o desemprego, a violência, as doenças, os problemas de habitação, entre outros, serão efetivamente atendidos. Mas, esse acordo é atravessado pelos interesses e limites do capital. Logo, não é cumprido integralmente. Através da nossa experiência no CREAS, observamos diversas pessoas tendo que recorrer ao Poder Judiciário para tentar legitimar um serviço e/ou um direito social, regulamentado pelo discurso oficial das políticas públicas. Essas ações judiciais, de cunho individualizado, expressam a incapacidade das políticas públicas cumprirem aquilo que sustentam enquanto oferta coletiva. Afinal, é “no interesse do capital que as reformas acham seus limites naturais” (LUXEMBURGO, 2015, p. 48), assim, “a classe operária não pode contentar-se com reformas enquanto não for realizada a transformação socialista. Esta última condição é, certamente, justa, e a garantia disso está na insuficiência das reformas capitalistas” (LUXEMBURGO, 2015, p. 64).

Tomemos como exemplo a história de Ana, uma idosa de origem proletária, atendida no CREAS, encaminhada por ser vítima de uma situação de violência intrafamiliar. Ao longo dos atendimentos observamos que ela era também vítima de um sistema público institucionalizado, que negou um direito básico de saúde à essa senhora, apesar dele estar implementado no SUS. Ana é uma mulher, negra, trabalhadora, que durante o acompanhamento socioassistencial nos relatou sofrer de uma doença crônica que a fez perder parte significativa da audição. Em decorrência dessa perda, a médica que lhe acompanha no ambulatório de saúde prescreveu o uso de um aparelho auditivo. Ela seguiu todo o trâmite sugerido pelo estabelecimento de saúde, porém após cinco anos aguardando numa lista de espera para obter o aparelho e sofrendo com os diversos agravos da perda de audição, decidiu buscar outros meios legais para efetivar o seu direito e ter acesso ao aparelho prescrito pela médica. A estratégia de recorrer ao Judiciário expõe o quanto somos interpelados pela ideologia de que o Poder Judiciário poderá determinar a execução de um direito que já está regulamentado em lei e consolidado através de uma política pública, como é o caso do SUS, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências” (BRASIL, 1990).

Passaram-se mais três anos até que houvesse uma decisão judicial a favor da Sr.^a Ana. O juiz determinou que a Secretaria de Saúde do município atendesse a necessidade da idosa, contudo a decisão não foi cumprida, caindo num sistema de muita burocratização. Durante o acompanhamento socioassistencial foi possível perceber que Ana sentia uma profunda revolta com o quadro vivenciado, bem como uma intensa frustração por ter acreditado que o acesso ao aparelho era de fato um direito consolidado. Ela considerou que já não tinha mais o que fazer, pois em tese o seu “direito” estava garantido, afinal, no discurso oficial da Política de Saúde ela havia atendido todos os critérios necessários para ter acesso ao aparelho auditivo, porém mesmo recorrendo ao Judiciário seu direito não se efetivou.

A experiência vivenciada por Ana, tal como a de diversos outros sujeitos atendidos nos estabelecimentos da Assistência Social revelam que as promessas contidas nas políticas públicas, muitas vezes propõem apenas uma ilusão. Os direitos básicos da classe trabalhadora (saúde, educação, segurança, assistência e previdência social) estão contemplados no plano constitucional, porém nem sempre se efetivam no plano material, uma vez que possui um limite intransponível – a expansão do capital. As proposições políticas neutralizam a ameaça de uma possível revolução e de maneira muito perigosa, distanciam a consciência de classe dos trabalhadores ou na pior das hipóteses, constrói uma falsa consciência de classe. O poder ideológico dominante age sobre os grupos representativos, de forma a fazê-los louvar as políticas públicas e com isso encobrem o aspecto lacunar existente nelas. Inspiram os militantes a defendê-las sem o crivo da crítica e incutem nesses grupos a ideia de que as políticas públicas poderão transformar efetivamente a sociedade.

É possível identificar nas propostas das políticas públicas certa predisposição ao reformismo, isto é, busca-se pelas ações políticas operar mudanças *no* sistema e não se vislumbra uma mudança radical *do* sistema. Suas pretensões vulgares almejam melhores condições de vida dentro desse modo de produção, que está alicerçado sobre a exploração da classe trabalhadora. Há uma tendência ideológica que insiste em fazer com que os trabalhadores acreditem que, a partir das políticas públicas, o Estado estabelece um compromisso com o polo subordinado e, com isso, atuará a favor dos oprimidos, corrigindo as desigualdades sociais. Essa fantasia nos remete a “autoimposta camisa de força das determinações causais do capital” (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Apegarmo-nos às promessas das políticas públicas, dentro do capitalismo, pode nos manter alienados quanto ao fato de que a classe trabalhadora é a produtora de toda a riqueza existente, uma vez que os direitos tipificados pelas políticas públicas não evidenciam que esse

é o mínimo que um Estado que contribui para a exploração e opressão dessa classe deve oferecer. Esse apego ingênuo, quando deixa de passar pelo crivo da crítica, pode afastar a população do horizonte socialista, que tem como perspectiva ética a “solidariedade, justiça social, equidade, cooperação e universalização” (FROTA, 2012, p. 127).

Na prática, quando os direitos sociais são parcialmente efetivados no contexto desse sistema, também ocorre a reprodução da racionalidade capitalista, pois sua efetivação parcial determina em certa medida a subalternização dos sujeitos ao seu *modus operandi*. Comumente, o acesso aos direitos sociais preestabelece uma condicionalidade para a população, a qual tende a submeter os usuários dos programas e serviços à lógica do capital determinando que esse sujeito atendido sirva ao mercado através do trabalho e do consumo. Os benefícios de transferência de renda são exemplos dessa subordinação, ou seja, os beneficiários são condicionados a cumprir um protocolo de ações disciplinares para manter o acesso à renda mínima e com isso se tornam objetos da lógica de dependência e subordinação da racionalidade capitalista. Consideramos que a transferência de renda está longe de significar uma redistribuição de renda, uma vez que enquanto transferência ela prevê apenas um repasse minimíssimo daquilo que já foi produzido pela classe trabalhadora, buscando aumentar seu poder de consumo e consequentemente, o acúmulo do capital.

Outros exemplos que demonstram como os direitos sociais reproduzem o lugar de subalternização da classe trabalhadora é a compra de uma casa por meio de programas habitacionais, geralmente localizada em espaços territoriais marginalizados; o acesso ao ensino superior privado através de bolsas de estudo integrais ou parciais, incluindo o sujeito numa formação privada e acrítica, além de favorecer o crescimento das lucrativas instituições particulares de ensino; a possibilidade de obter um subemprego através das oficinas ofertadas pelos serviços socioassistenciais e/ou programas de geração de renda, os quais mantêm as condições de precariedade, exploração e expropriação para a classe trabalhadora. Marx (2013, p. 453) foi enfático ao afirmar que

[...] a melhoria de vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não suprimem a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco suprimem as do assalariado. O aumento do preço do trabalho, que decorre da acumulação do capital, significa apenas que, na realidade, o tamanho e o peso dos grilhões de ouro que o trabalhador forjou para si mesmo permitem torná-las menos constringentes.

Ainda, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2006, p. 100):

As políticas sociais e os serviços delas derivados são relegados a dimensões particulares e particularizadas da situação da vida dos trabalhadores: saúde, habitação, educação, alimentação, etc., subordinadas às estratégias político-econômicas que sustentam o processo de reprodução ampliada do capital.

O que vemos como grande impasse na defesa acrítica das políticas públicas é que, com ela, se cria certa estima a tais concessões estatais, compreendendo essas garantias de sobrevivência como vitórias genuínas da classe trabalhadora. Essa posição impossibilita uma análise crítica substancial, o apego dificulta que possamos enxergar os pontos cegos de uma dada política pública, dentre eles, o aspecto reprodutivo do capital, que se encontra encoberto nesse jogo e que autoriza, em certa medida, que a classe trabalhadora consuma uma pequena parte daquilo que ela mesma produziu e lhe foi expropriado. Inclusive, as próprias políticas públicas são sustentadas pela riqueza produzida pela classe trabalhadora, afinal o fundo público que financia os serviços que atendem as demandas sociais é mantido por meio dos impostos, os quais “representam a transferência de uma parcela da riqueza produzida pelos operários para o Estado que, então, a emprega para pagar os profissionais que atuam na organização das relações sociais e nas instituições úteis à burguesia” (LESSA, 2012, p. 70).

Reforçamos que as políticas públicas, num plano imediato, podem possibilitar melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora. Conforme descrito por Frota (2012, p. 127):

Embora a conversão desses direitos sociais em direitos positivos não garanta sua plena materialização, eles tendem a facilitar a luta na esfera dos movimentos sociais e na articulação destes com o poder público com vistas a torná-los efetivamente um dever do Estado: garantir alguns direitos básicos, algumas vezes deficitários, e minimizar as desigualdades sociais através da concessão de uma rede de proteção social ainda insuficiente.

Todavia, quando as políticas públicas são compreendidas como garantias efetivas no cenário do capitalismo, tendem a implementar um sentimento de resignação e fatalismo à população, como se o máximo que pudéssemos alcançar, quanto aos direitos sociais fossem essas concessões, sustentados num plano jurídico-ideológico. Nossa crítica propõe uma reflexão quanto à necessidade de reconhecer as políticas públicas como estratégias de transição – meios necessários, mas insuficientes e limitados –, que possam garantir o mínimo de bem-estar social e possibilitar a formação de uma consciência crítica quanto à luta de classes.

Engels (2010) ao analisar “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” apresentou uma reflexão crítica, que se aplica muito bem a nossa atualidade, reolocando a essência e a motivação das ações políticas. O autor ponderou:

Como falar da insensibilidade desses ricos burgueses diante dos pobres, se eles criaram instituições de beneficência que não existem em nenhum outro país? Beneficência... Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, *dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou*, apresentar-se ao mundo com a aparência de campeã da caridade! Beneficência que degrada mais quem a concede que aquele que a recebe, beneficência que torna mais subalterno aquele a quem é dirigida, pois lhe impõe – a ele, tornado pária nesta sociedade – *a renúncia ao seu único bem, sua aspiração a uma condição humana*, exigindo que comece por mendigar o perdão da burguesia antes de obter a graça que ela lhe oferece: uma esmola e, na frente, o estigma da humilhação! (ENGELS, 2010, p. 309, grifos nossos).

O aspecto reformista das políticas públicas merece uma análise rigorosa, pois este fator está latente e encoberto, desse modo tende a afastar a perspectiva revolucionária, mantendo a população alienada, incutindo nos sujeitos atendidos, e nos próprios trabalhadores das políticas, a falsa ideia de que é possível obter qualidade de vida duradoura sem um enfrentamento estrutural da ordem capitalista. É urgente e necessário quebrar a ilusão de que o Estado, o Direito e suas instituições podem garantir a cidadania em seu sentido pleno. Enquanto trabalhadores-intercessores, engajados na luta pela transformação social, temos responsabilidade em articular meios e estratégias insurgentes para atender as emergências sociais, reconhecendo que por meio do Estado sempre haverá limites insuperáveis. Consideramos também que esses limites não devem impedir que preparemos o terreno e façamos alianças para além dos estabelecimentos públicos e dos seus discursos oficiais.

Neto (2020) afirmou a impossibilidade de uma política pública ser realmente efetiva no contexto da gramática do capital, pois por mais que carregue intrinsecamente a luta de classes, o desejo pela igualdade e o acesso aos direitos básicos, os modos de funcionamento das políticas públicas são cooptados pelos interesses dos proprietários dos meios de produção, a burguesia. O autor fez considerações que tornaram claro o atravessamento do capital no corpo das políticas públicas, dentre eles, o aspecto institucional que as sustentam. Considerou a organização das pautas, a estruturação de uma agenda, a carga jurídica e moral, o aspecto legal e, fundamentalmente, seu conteúdo prescritivo e deliberativo para orientar as condutas sociais. É notório, através de suas considerações, os atravessamentos do poder, da hierarquização, o aspecto disciplinar e de controle que perpassam a constituição de uma política pública.

Parece indiscutível que as políticas públicas, enquanto forma social, carregam parte dos interesses do MPC e estabelecem um limite para um processo revolucionário, visto que para efetivar a transformação social seria necessário que as políticas públicas se opusessem a sua própria origem – o capital. É importante considerar que a ideia de revolução compreendida por nossa leitura, retoma o conceito de um movimento radical, um processo de transformação

da ordem estrutural dessa sociedade. Sendo assim, seria possível vislumbrar nas políticas públicas um meio para subverter a ordem capitalista e construir coletivamente a transformação social?

Apostamos nessa possibilidade, levando em conta que há também na estrutura das políticas públicas os interesses da população. Afinal, o reconhecimento dos direitos da classe trabalhadora veio a partir da sua própria ação coletiva, do movimento espontâneo de luta e reivindicação da população, através dos conselhos, assembleias, conferências, entre outros. Consideramos que a defesa das políticas públicas pode ser uma tática para um processo revolucionário, mas só fará sentido se estiver ligada a uma causa mais profunda – a emancipação dos sujeitos – através da superação do capital. As políticas públicas expõem as contradições do MPC, pois lidam com as situações-extremas desse sistema e exigem um posicionamento dos trabalhadores. Desse modo, visualizamos nos estabelecimentos públicos a oportunidade de estreitar as relações, de exercer a coletividade, de contribuir para a identidade de classe e assinalar que a luta pela tomada do poder político também está em nossas mãos, mas para isso precisamos nos unir e nos organizar coletivamente.

Outro ponto relevante apresentado por Neto (2020, p. 304) é o do campo parlamentar, o qual opera como o legislador das políticas públicas e se constitui como “uma esfera da vida social, relativamente autônoma com suas próprias dinâmicas, das quais, muitas vezes, a sociedade civil não participa, ou, sequer, compreende”. O autor elucidou a composição desse corpo parlamentar e expôs o quanto ele é apartado e distinto do grupo subordinado da sociedade de classes e mesmo se distinguindo da classe trabalhadora, o campo parlamentar tem poder decisivo sobre ela. Neto (2020, p. 307) complementou: “os interesses públicos, os desejos e anseios do conjunto social ampliado, só serão atendidos e consolidados ‘na letra da Lei’, pelos atores políticos, os parlamentares; se estes desejos e anseios estiverem coerentemente alinhados, com as estratégias políticas daqueles parlamentares”.

Tendo consciência dos limites das políticas públicas e da atuação do Estado em prol da preservação do capitalismo, o que nos sobra? Resistir! A práxis intercessora é vital e nos mostra que há possibilidades, talvez não num plano imediato, mas consideramos que nossas ações alinhadas a uma perspectiva ética-transdisciplinar podem produzir transposições e implicações fundamentais. Assim, atendemos a proposição de Lenin (2010, p. 12) de que devemos nos unir “[...] por uma decisão livremente tomada, precisamente a fim de combater o inimigo e não cair no pântano vizinho ao lado, cujos habitantes desde o início nos culpam de termos formado um grupo à parte, e preferido o caminho da luta ao caminho da conciliação”.

Para isso, é fundamental que tenhamos condições de fazer uma leitura paradigmática, bem como nos localizarmos na militância política, conscientes de que nosso campo de atuação é permeado pelas disputas de classe.

3.3 As políticas públicas podem abrir espaços para um trabalho de politização e de consciência crítica

As políticas públicas carregam aspectos dos interesses da classe trabalhadora, do engajamento e da organização popular, apesar da sua institucionalização estar diretamente associada aos interesses do capital, que busca por meio das ações políticas estatais garantir sua reprodução. É indiscutível que há nas políticas sociais uma dimensão de esperança para os trabalhadores, uma expectativa por melhores condições de vida e uma reivindicação popular que é legítima. As instituições constituídas através das políticas públicas - tais como as de Saúde, de Educação, de Assistência Social, etc. -, se apresentam como espaços de disputas ideológicas e consideramos que é exatamente o aspecto do conflito, inerente a tais campos, que expressa o potencial contido nos espaços públicos. Uma vez que esses também são compostos pela verdadeira força transformadora da realidade social – a mobilização popular – é a contradição que evidencia a necessidade histórica da superação do MPC. De acordo com Costa-Rosa (2013, p. 80), atuamos com “demandas expressas de suprimento, mas que carregam sempre uma subversão: demandas de produção de sentido novo que não escapam de ouvidos atentos”.

Partimos da premissa de que as políticas públicas e seus estabelecimentos institucionais incluem as contradições do MPC e por meio dessas contradições podemos contribuir para o desenvolvimento de uma consciência política. Investimos nas brechas que se abrem no cotidiano dos atendimentos, os quais se constituem como oportunidades de falar sobre a organização social, sobre a divisão da sociedade em classes, sobre a exploração do trabalho, sobre a violência do Estado, enfim sobre as questões vivenciadas pelos sujeitos e que são encobertas pela ideologia. Os direitos sociais assegurados na legislação e no discurso das políticas públicas estão condicionados aos limites do capital que, para manter sua posição dominante, cedeu algumas migalhas à classe trabalhadora – “perde-se os anéis e ficam os dedos”. Mas, também consideramos que as conquistas e a própria condição de sobrevivência do proletariado nesse sistema tão perverso e opressor, inclui sua capacidade de organização, sua força e resistência. Dessa forma, reconhecemos que as reivindicações das massas e dos movimentos populares que demandaram os provimentos e a institucionalização desses direitos

básicos, carregam uma força que pode ser desenvolvida e canalizada para um processo de transformação social.

A leitura crítica e estrutural do caráter político das ações estatais é imprescindível para a condução de uma práxis intercessora dentro de um estabelecimento socioassistencial como o CREAS, estabelecimento assistencial no qual atuamos, tendo em vista que partimos da ideia de que as políticas públicas abrem brechas e microespaços, que se constituem como meios estratégicos para que juntamente com as ações que são desenvolvidas em outros planos institucionais – como, por exemplo, os movimentos populares independentes –, possamos problematizar a condição social, isto é, operar um trabalho de formação política junto aos oprimidos. A atuação no CREAS nos permitiu dialogar com a população sobre questões fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência de classe, a partir das suas demandas, das suas questões era possível fazer circular a palavra. Nosso papel, enquanto trabalhadora-intercessora, consistiu em permitir que o saber da população prevalecesse, que os usuários pudessem refletir sobre as ofertas socioassistenciais, de forma que não fossem mais receptores passivos diante o discurso institucional.

Mascaro (2013, p. 61) observou que as contradições internas do MPC revelam a necessidade da transformação social e apontou que

Apenas em situações extremas das contradições, os termos da forma política estatal podem se revelar insuficientes. É justamente em tal *antagonismo-limite* que se vislumbra que as próprias condições políticas do capitalismo não são imunes a transformações revolucionárias que venham a extingui-las, nem suas formas sociais são eternas (grifos nossos).

A operacionalização do trabalho social, eticamente orientado pela perspectiva da garantia dos direitos, previstos pelas políticas públicas pode ser realizada de maneira insurgente. Isto é, nós, trabalhadores-intercessores, atuando no campo social em vez de pautar nossa práxis pela inclusão do polo subordinado à lógica capitalista podemos operar com uma ética que tenha como horizonte uma mudança radical na organização social, uma transformação efetiva da sociedade. Melhor dizendo, podemos atuar e interceder junto ao campo social com o propósito de “virar pelo avesso os atuais laços sociais verticais” (COSTA-ROSA, 2013, p. 32). Ressaltamos que a ideia de efetividade está diretamente articulada com uma mudança radical, a qual de acordo com Mészáros (2008, p. 35):

[...] não pode ser senão o rasgar da camisa de força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle

exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito.

Seguimos advertidos de que “não se pode confundir as medidas paliativas convenientemente propostas pelo estado burguês com formas de superação efetivas das mazelas produzidas por ele” (NETO, 2020, p. 296). Nosso percurso nessa intercessão-pesquisa nos permitiu ter clareza, não sem muitas tensões, de que não serão as políticas públicas em si, que irão promover a transformação social, mas apostamos que está contido nelas parte da força e da resistência necessárias para a luta a ser feita. As políticas sociais são meios necessários para a organização de um possível levante revolucionário. Nesse sentido, é fundamental que ocupemos as brechas institucionais do processo de trabalho desenvolvido junto à Política de Assistência Social, sempre com muita atenção, pois precisamos estar alertas de que a estratégia meramente reformista do MPC implica um risco significativo, sobretudo, se considerarmos os fatos que a história mais recente do Brasil (2016 a 2022) nos revelou: a estima das políticas públicas fez com que a transformação social parecesse supérflua.

Nessa perspectiva, a história “não fez muito das nossas ilusões militantes” (LESSA, 2014, p. 59), mas nos deu pistas de que a transformação social só pode ser produzida a partir da superação dialética da institucionalidade. A revolução socialista só irá ocorrer através da consciência de classe, da luta política e do poder popular, as quais forjam meios legítimos para o desmoronamento do sistema capitalista e, assim, poderá suprimir suas contradições. Concordamos com Dantas (2019, p. 281) que “não se trata de cobrar do presente o que se teria perdido no passado, mas de enxergar o passado como parte ineliminável do presente”.

Lessa (2014), em “Cadê os operários?”, obra elementar para a compreensão histórica da democracia liberal brasileira, sinalizou algumas das armadilhas que capturou os governos de centro-esquerda e os tornou um alvo fácil diante a voracidade do capital. O autor retomou os discursos ideológicos que conduziram os movimentos populares e nos preveniu sobre quais resultados são alcançados quando insistimos em alianças e negociações que louvam a ordem, a democracia liberal e o progresso. Façamos uma breve retomada de algumas de suas proposições, a fim de reafirmar que a história se repete, “a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. 25).

Para os movimentos populares dos anos de 1970-80, o objetivo final era o socialismo; o meio para alcançar esse objetivo era o aprofundamento da luta democrática contra a ditadura: lutar pela democracia era lutar pelo socialismo. Acreditávamos – defendíamos explicitamente – que a luta pela saúde, pela escola, pelo asfalto, pela terra, contra a carestia etc., eram passos das massas em direção ao socialismo (LESSA, 2014, p. 58).

Os governos de centro-esquerda no Brasil não conseguiram operar uma ruptura radical com as formas da sociabilidade capitalista e as alianças estabelecidas comprometeram a verdadeira causa da luta, bem como suas ações preservaram a institucionalidade hegemônica. Suas atuações geraram um saldo positivo para a população. Não iremos negar que houve conquistas de direitos importantes entre o período de 2003 a 2011, contudo, também houve uma obstrução quanto à direção da luta. As políticas públicas sociais implementadas se caracterizaram como meios de adaptação da população pobre ao MPC e, conforme considerou Luxemburgo (2015, p. 26): essas estratégias “não só não conduzem à revolução socialista, como a tornam, ao contrário, supérflua”. A autora referiu, ainda, que

O estado atual é, antes de tudo, uma organização da classe capitalista dominante. Se ele impõe a si mesmo, no interesse do desenvolvimento social, funções de interesse geral, é unicamente porque e somente na medida em que esses interesses e o desenvolvimento social coincidem, de uma maneira geral, com os interesses da classe dominante. A legislação operária, por exemplo, é feita tanto no interesse da classe capitalista, como da sociedade em geral. Mas essa harmonia não dura senão até certo ponto do desenvolvimento capitalista. Quando este desenvolvimento tiver atingido certo nível, os interesses da burguesia, enquanto classe e os do progresso econômico começam a chocar-se, mesmo no sentido capitalista (LUXEMBURGO, 2015, p. 54).

Retomamos Lessa (2014), que afirmou que foi a partir dos movimentos populares de 1970-80 que “[...] teve início a ‘costura’ da colaboração de classes entre a aristocracia operária, representada pelo ‘sindicalismo autêntico’ (Lula, Jair Meneguelli, Jacó Bittar, Vicentinho, Paulo Gushiken etc.) e a grande burguesia” (LESSA, 2014, p. 59). E foi assim que nos tornamos agentes de uma história, cujo “discurso radical, que se apresentava como a experiência mais importante e revolucionária do ponto de vista dos trabalhadores brasileiros”, se camuflou em “uma prática de acomodação ao capital” (ibidem, p. 60).

É, exatamente, por levar em conta a historicidade dos fatos, que destacamos a importância de distinguir os interesses do polo subordinado dos interesses do polo dominante, lembrando que ambos estão integrados nas políticas sociais e tal distinção exige uma análise rigorosa, visto que as reivindicações populares são manipuladas e processadas pelo MPC. Esse processo de alienação é realizado de forma aprimorada, sem deixar grandes rastros e/ou evidências. Uma leitura desatenta das proposições políticas, sem uma análise crítica ou uma inserção advertida no campo social pode levar o sujeito a acreditar que o reformismo é a única via possível para alcançar os direitos da classe trabalhadora. Nesse sentido, entende-se que o projeto reformista é lógico, racional e fruto do desenvolvimento do capitalismo, fazendo com que a perspectiva revolucionária seja revestida por um idealismo utópico.

Precavidos pela ciência da história – o Materialismo Histórico Dialético (MHD) –, reconhecemos que não será por meio das políticas públicas, enquanto forma política burguesa, que alcançaremos a transformação social. Consideramos o potencial subversivo que está contido nesse embate de forças, a demanda reivindicatória da classe oprimida sustenta nossas apostas. Há uma dialética intrínseca nas políticas públicas, tais como a consciência de classe e o poder revolucionário estão suprimidos nas demandas apresentadas pela massa popular.

A institucionalização das políticas públicas, em sua maioria, prescindiu da luta dos movimentos populares e nossa ação, enquanto trabalhadora-intercessora, buscou identificar e reconhecer a potência desse caráter militante, dessa organização coletiva, desse impulso genuinamente democrático que resiste e persiste mesmo diante das mais diversas formas de opressão e exploração do MPC. Não generalizamos o fato de todas as políticas públicas terem surgido de um movimento popular, pois é necessário levar em conta a particularidade de cada política pública. Por exemplo, o movimento de institucionalização da Política de Assistência Social contou com uma menor atuação por parte da população, sendo que a política socioassistencial se caracterizaria mais como uma outorga estatal. Vejamos a importante contribuição de Benelli e Costa-Rosa (2012, p. 639-640), que ressaltaram:

O SUAS é a resultante ‘curiosa’ do poder de ‘clamor público’ e político a que chegou a amplitude do estado de pobreza miserável, cronicamente construído, de um imenso contingente de trabalhadores excluídos dos processos de produção e consumo; em conjunção com a possibilidade de escolha, por eleição direta de uma facção dos detentores do poder, que se utilizaram, em boa hora, de um candidato de raízes populares e de discurso ideológico afeito a transformações sociais apenas cosméticas. Mesmo como política de Estado, o SUAS se utilizou da brecha aberta pelo SUS, uma política pública, servindo-se inclusive de parte de seu ideário para a construção do Discurso Oficial da Assistência Social, e dos conselhos populares como instrumentos de ‘planejamento, gestão e controle’ dos aparatos institucionais e das diretrizes para a sua ação concreta. Essas circunstâncias e seus motivos candentes (serem um efeito estrutural do aumento das desigualdades sociais predatórias no neoliberalismo globalizado) nos autorizam a hipótese de que a práxis da Assistência Social pode ser uma oportunidade, isto é, uma brecha aberta nas práticas do Processo de Estratégia de Hegemonia, capaz de permitir a organização e o implemento de Estratégias capazes de fomentarem preciosos avanços micropolíticos dos interesses socialmente subordinados que nelas se atualizam neste momento.

3.4 A suposição de que existe um “sujeito de direitos” encobre o verdadeiro “sujeito revolucionário”

“Quem sabe faz a hora, não espera acontecer
Vem, vamos embora, que esperar não é saber [...]”

Geraldo Vandré

O convívio direto com a população que é explorada e oprimida ininterruptamente pelo capitalismo nos convence de que há uma reserva de força que possibilita que esses sujeitos resistam, existe algo que os sustenta, mesmo quando seus corpos são violentados nos mais diversos níveis. Essa força vital pode ser explicada por meio de diversas óticas, mas os referenciais que fundamentam o Dispositivo Intercessor (DI) são úteis para uma análise mais aprimorada. O MHD e a Psicanálise do campo de Freud e Lacan dispõem de referências fundamentais para a identificação dessa força motriz, a qual garante a sustentação da classe trabalhadora. Essa reserva de energia que se manifestará plenamente quando os sujeitos estiverem livres da alienação que os apassiva, essa força que pode gerar a transformação social e está alojada na classe subalternizada, pois conforme afirmado por Marx e Engels (2008, p. 27): “De todas as classes que hoje se opõe à burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária”.

É a classe trabalhadora que produz toda a riqueza do mundo, que sustenta com seus corpos e subjetividades o desenvolvimento da cultura, da ciência e de todos os aspectos sociais. É também essa classe que vive abafada, fatigada, oprimida e sem nenhum espaço para gritar suas dores, são os homens e mulheres trabalhadores que vivenciam a fome, a violência de Estado e a morte de maneira cotidiana. Toda essa opressão se intensifica ainda mais sobre alguns grupos identitários: população negra, especialmente mulheres negras, moradores de favelas e a população LGBTQIA+. Essa divisão social dentro da mesma classe é retroalimentada e faz emergir as contradições do sistema capitalista, as quais são veículos importantes para movimentar e produzir transformações na história.

O MHD inclui o conceito de carecimento como uma potencialidade humana e o diferencia das carências como a dimensão das necessidades. O carecimento está associado à capacidade criativa e de transformação do sujeito. Costa-Rosa (2013) fez uma distinção importante do conceito de carecimento e de carência, além de considerar as dimensões criativas que constituem essa pulsão, particular do gênero humano. Vejamos:

Carecimento, por oposição ao conceito de carência ou de necessidade, abarca uma dimensão do homem que inclui o desejo (como se o propõe na psicanálise) e toda a abertura para os ideais, possíveis ou não de imediato. Mas abrange também a abertura para a produção e usufruto de todos os bens da produção social, muito além do preenchimento de necessidades. Pode-se considerar que aqui estão incluídas também as criações da filosofia, da arte, da ciência e até da religião, mas não sem passar pela aspiração pertinente ao usufruto das comodidades socialmente produzidas no mais alto grau da sua evolução histórica (COSTA-ROSA, 2013, p. 235).

A psicanálise de Freud e Lacan, por sua vez, opera por meio da perspectiva do desejo, que considera essa força pulsante como aquilo que movimenta o sujeito em direção de algo e que o coloca em movimento. Partimos do entendimento que o desejo e o carecimento são processos que se correlacionam, material e subjetivamente, mas que dentro do MPC tendem a ser anulados. Conforme abordado por Périco (2021, p. 86): “a riqueza na sua forma social capitalista aparece como negação do desejo e do carecimento dos trabalhadores”, fazendo com que esses sujeitos se sintam despossuídos do seu saber e que suas ações pareçam desidentificadas e sem sentido na materialidade e isso é uma das consequências do processo de alienação e subordinação ao qual estamos submetidos.

A sobrevivência humana não é mais algo da ordem primordial, diferentemente de todos os outros modos de produção, inclusive os mais primitivos: no capitalismo não há uma tendência para a preservação da vida, tampouco da espécie humana, assim como da própria natureza e isso demonstra a sua irracionalidade. A prioridade desse sistema é a preservação do capital, a garantia da sua reprodução e de sua valorização, a sobrevivência humana passa a ser secundária e vislumbrada apenas como objeto e força de trabalho. O capitalismo tende a negar e anular as singularidades e, a cada dia que passa, aprimora suas estratégias, tornando-se ainda mais perspicaz e voraz. Sustenta um discurso pautado na individualidade, mas na verdade tende a produzir uma massificação dos sujeitos, bem como opera uma divisão estratégica dos grupos oprimidos, objetivando a dispersão da força coletiva, que ameaça sua corrente hegemônica. O capitalismo atua sobre o corpo da classe trabalhadora e através dos aparelhos ideológicos produz uma subjetividade artificial, pautada no consumismo, no individualismo e na competitividade, tornando os sujeitos embrutecidos e distanciados da sua própria essência.

Mas, por mais que a exploração e a opressão operem, a fim de objetificar o sujeito, ainda há resquícios de uma capacidade de resistência sensível, uma reserva de desejo e de carecimento, que tem sido capaz de manter a essência humana, mesmo sob condições intensas de miséria social, material e psíquica. Essa força vital que pulsa demonstra que há algo nesses sujeitos que ainda não foi absorvido pelo sistema, uma força que preserva o potencial de resistência. Essa energia é uma matéria pouco desenvolvida socialmente, uma pequena faísca contida nos trabalhadores, mas que possui potencial para se tornar incendiária. O processo de hegemonização do capital busca minimizar e bloquear esse impulso, tendo como objetivo a total extinção dessa força e dessa resistência política, a qual pode remeter ao devir e a revolução social.

Consideramos que se houver abertura no plano institucional para a manifestação do desejo e do carecimento, se existir espaços que empoderem os sujeitos, que os permitam reconhecer que há saber em sua prática, perceber que há poder em suas atividades e, fundamentalmente, que sua organização e consciência crítica são as chaves necessárias para transformar essa ordem social. Então, poderá existir uma nova história, um novo modo de produção capaz de contemplar as verdadeiras necessidades humanas. Estamos considerando o socialismo como o modo de produção alternativo ao MPC e, certamente, nele continuará existindo conflitos da natureza humana, mas serão conflitos de outra ordem material. Nesse sentido, permitirá que os sujeitos expressem livremente aquilo que possuem de mais singular, o socialismo se apresenta como uma estratégia fundamental para a emancipação humana, uma vez que a superação desse lugar de opressão/dominação exige a abolição da prática do poder sobre o outro.

Esse processo se baseia na ideia de uma educação libertadora e para isso nos mantemos advertidos pela proposição de Freire (2019, p. 71) de que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Desse modo, o debate que nos mobiliza é: os serviços públicos, constituídos pelas políticas sociais, podem contribuir para a produção desse processo de libertação comunal? Acreditamos que sim, mas desde que seus agentes produzam uma leitura crítica da organização social da qual fazem parte, bem como dos limites do trabalho desenvolvido por meio da instituição na qual se localizam enquanto trabalhadores. Os serviços públicos podem ser espaços de coletivização, de organização e luta desde que os trabalhadores estejam dispostos a superar o modelo de prática preestabelecida pelo capitalismo. Os estabelecimentos institucionais de Assistência Social podem ofertar uma atenção que não reproduza o lugar de subalternização, que potencialize o saber intrínseco à população atendida, mas esse trabalho precisa estar articulado a outros movimentos sociais para produzir efeitos decisivos, uma vez que estamos trabalhando com um complexo arranjo de forças e poderes.

Nossa aposta consiste no desenvolvimento de uma práxis cujas ações discutam o efeito da reprodução da racionalidade capitalista no campo social. Isto é, através do lugar ocupado como trabalhadora-intercessora, num estabelecimento da política pública de Assistência Social, o CREAS, buscamos em interlocução com outros aliados subverter o instituído, driblar as imposições de lugares e sob essa outra ética, ofertar espaços de pertencimento de classe, os quais sejam capazes de contribuir, mesmo que micropoliticamente para a libertação pessoal e coletiva dos sujeitos. Procuramos através da nossa atuação promover relações pautadas na

solidariedade de classe e subverter algumas premissas ideológicas tipicamente capitalistas, tais como o machismo que produz uma série de violências contra as mulheres, o individualismo que repercute na fragilização do coletivo social e o familialismo que tende a responsabilizar a família e desresponsabilizar o Estado pelas questões de vulnerabilidade vivenciada pela classe trabalhadora.

Levando em conta a perspectiva dialética não temos a intensão de conscientizar os sujeitos atendidos, como se fossemos os portadores da luz para uma consciência crítica diante da ciência da história, mas de construir em conjunto com a população, usuária da Assistência Social, uma consciência de classe. Forjar coletivamente uma luta de base que seja capaz de produzir mudanças, inclusive ideológicas, e que contribua para a superação da exploração dos oprimidos. Destacamos algumas estratégias que balizam esse outro tipo de relação e que estimulam a emancipação: a autogestão, a educação popular e o trabalho cooperado.

O campo socioassistencial possui potencial para desenvolvermos um trabalho que promova processos de organização coletiva. A população atendida nesses estabelecimentos é na sua maioria composta por proletários, ou seja, o público com o qual nos relacionamos no CREAS sofre diretamente o efeito opressor, ideológico e violento do MPC. Esses sujeitos são expropriados e condenados a uma vida pautada na carência, na privação e na miséria. Conforme nos relatou seu João (usuário da Assistência Social, atendido no CREAS): “Pobre não vive, apenas sobrevive aos dissabores desse mundo”. Como efeito da ideologia liberal essa população desconhece o seu potencial revolucionário. Afinal, são eles que sustentam a cadeia produtiva do mercado, são esses sujeitos que constituem o coração do capitalismo – a força de trabalho desses homens e mulheres faz girar o motor do capital –, fazendo com que a máquina lucrativa opere permanentemente.

Ao longo da nossa trajetória profissional fomos percebendo que poderíamos ocupar esse lugar de psicóloga num estabelecimento socioassistencial e articular um trabalho de politização, fazer uso desse espaço e da relação desenvolvida com os usuários, que é também transferencial, para produzir uma práxis, um sentido que pudesse vislumbrar algo além dos “dissabores desse mundo”.

Para efetivar essa atuação, orientada por uma perspectiva ética que busca a superação do capitalismo, é necessário que tomemos uma posição na luta política, é imprescindível que como trabalhadores-intercessores façamos uso da nossa consciência de classe e desenvolvamos ações que busquem fortalecer a solidariedade intraclasses, num processo de identificação e de engajamento com a causa da luta proletária. Temos em vista que o horizonte norteador de todas

as frações da classe trabalhadora deveria conter o mesmo ideal, a possibilidade de fazer emergir uma sociedade pautada na igualdade e na solidariedade. Dean (2021, p. 87) explorou um conceito que é capaz de fundamentar a base dessa relação: a camaradagem. A autora explanou sobre a ideia de camarada e postulou que essa é “[...] uma relação política entre aqueles que se comprometeram a trabalhar juntos para derrubar esse sistema” e considerou que esse nível de relação

[...] implica tomar um lado, em vez de se recusar a reconhecer e admitir a existência de lados. Pertencer a um mesmo lado confere uma qualidade genérica à camaradagem: camaradas são indiferentes às diferenças individuais e são iguais e solidários no que diz respeito ao seu pertencimento. A camaradagem exige, portanto, a dissolução dos apegos à fantasia de autossuficiência, hierarquia e singularidade individual (DEAN, 2021, p. 87).

Reconhecemos que há limites para a construção de um trabalho emancipatório no contexto institucionalizado como é o caso da nossa atuação no CREAS. A disponibilidade e o engajamento dos trabalhadores são elementos indispensáveis, porém não são suficientes. Será necessário estabelecer alianças, especialmente, com os movimentos populares autônomos e reconhecer que os espaços institucionais terão uma tendência a delimitar a luta, pois as políticas públicas portam em seu cerne os interesses do mercado e, de acordo com Lessa e Tonet (2012, p. 59): “o capitalismo não destruirá a si próprio ao desenvolver suas próprias contradições”, mas certamente “cria seu próprio coveiro”.

O trabalho de mobilização poderá ser iniciado nos espaços institucionais, mas deverá ser expandido. A ideia de que o capitalismo contém os meios necessários para a revolução soa como uma grande inspiração, pois se as políticas públicas transportam os interesses da classe dominante é também através delas que se evidenciam os efeitos implacáveis desse modo de produção, que é patogênico em sua base e que produz uma desigualdade descomunal. Assim, consideramos que as políticas públicas velam a necessidade premente da revolução e demonstram que somente uma mudança societária radical poderá garantir condições plenas de existência para os seres humanos.

3.5 As exíguas condições materiais de vida da população expõem a necessidade da transformação social

Apesar de a ideologia liberal tentar mistificar a realidade opressora na qual vivemos, ela não consegue encobrir a materialidade, isto é, a ideologia opera no plano imaterial

naturalizando as desigualdades e as violências que afetam a classe trabalhadora, mas se observarmos a realidade concreta com criticidade iremos perceber que o discurso dominante não consegue justificar racionalmente as diversas contradições impostas pelo MPC. Observar e analisar a realidade são movimentos elementares para traçar o caminho da luta, desconstruir algumas convicções socioculturais é crucial para este processo, pois se não evidenciarmos quem é o verdadeiro inimigo há uma predisposição a lutar contra nossos companheiros de classe.

O trabalho ideológico sustentado pela classe dominante é rigoroso, no sentido de encobrir quem são os nossos opressores, e sem exatidão quanto à sua localização acabamos nos sujeitando ao medo e podemos permanecer paralisados. É necessário compreender como o capitalismo opera e implementa em nós a naturalização dos fatos e do próprio sistema, incutindo falsas ideias sobre a história. Ressaltamos que “[...] uma ideologia não possui um poder absoluto que não possa ser quebrado e destruído. Quando uma classe social compreende sua própria realidade, pode organizar-se para quebrar uma ideologia e transformar a sociedade” (CHAUÍ, 2008, p. 24).

A fim de exemplificar como a ideologia opera por meio das diversas instituições, inclusive por meio do Poder Judiciário, apresentaremos a história de um sujeito atendido no CREAS e em diversos outros estabelecimentos institucionais, que teve sua vida interpelada pelo sistema de justiça e de direitos, mas que permaneceu desassegurado quanto aos direitos sociais mais básicos, numa situação grave de adoecimento psíquico.

A partir da formulação desse caso, que na essência representa muitos outros que foram e continuam sendo atendidos no CREAS, torna-se evidente que a consolidação dos direitos sociais na realidade brasileira ainda é algo extremamente frágil. A proteção social está declarada nos documentos oficiais, os direitos universais estão chancelados nas leis, todavia na prática ainda existem lacunas intransponíveis. O CREAS foi constituído como um estabelecimento socioassistencial que busca atender “famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos” (BRASIL, 2011, p. 8), mas enquanto unidade pública estatal, os trabalhadores do CREAS poderiam atuar diante às violações do próprio Estado? Quais os limites dessa atuação? É flagrante, que na prática, o Estado negligencia direitos constitucionais. Todavia, nessas situações a quem poderíamos recorrer? Há uma referência cultural que indica que os sujeitos de direitos podem judicializar as situações de violência e/ou negligência institucionais que sofrem, buscando sua solução. Nesse sentido, há outra questão fundamental: o poder Judiciário é realmente independente dos poderes Legislativo e Executivo? A Constituição Federal afirma que os poderes da União são “independentes e harmônicos entre

si” (BRASIL, 1988, artigo 2º). Essa harmonia estaria relacionada com o fato dos três poderes sustentarem a reprodução do capitalismo e garantir que ele seja o modelo econômico e político hegemônico? Considerando esse consenso tácito entre os três poderes, torna manifesto os limites e as contradições para a garantia dos direitos sociais.

3.6 Síntese de um caso atendido no CREAS - “Jorge, um sujeito *sem-lugar*”

Art. 6º da CF - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a **assistência aos desamparados**, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Art. 4º do ECA - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público **assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes** à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à **convivência familiar e comunitária** (BRASIL, 1990).

A história narrada a seguir foi protagonizada por Jorge, um adolescente pardo e filho de proletários, diagnosticado com um transtorno mental grave, que em consequência das condições materiais de sua família se tornou um sujeito *sem-lugar*. Por todos esses determinantes temos dúvidas se Jorge é protagonista ou espectador da sua própria história.

O caso do Jorge chegou ao CREAS, a partir de um pedido de informação do Ministério Público (MP), o qual havia recebido uma representação do Conselho Tutelar municipal informando que o adolescente estava evadido da escola. Situações como essa são frequentemente encaminhadas pelo MP ao CREAS com o pedido de informações, mas como a família de Jorge não era acompanhada pelos estabelecimentos assistenciais do município, seria necessário localizar a família para buscar compreender as razões do adolescente não estar frequentando as atividades escolares.

Nossa chegada ao estabelecimento institucional coincidiu com a inserção da família no CREAS. A organização do processo de trabalho do estabelecimento consistia numa distribuição dos casos novos entre as técnicas (três assistentes sociais e eu como psicóloga). A distribuição seguia um rodízio, no qual cada caso novo era atribuído à uma técnica, que decidiria individualmente como atuar. A família de Jorge nos foi atribuída e passamos a ser a referência técnica no acompanhamento do caso. Naquele momento éramos uma profissional recém-chegada no CREAS, inexperiente quanto ao trabalho desenvolvido no campo da Assistência Social e sem muita dimensão de como iniciar o acompanhamento da família.

Tivemos que aprender, em serviço, a avançar a partir do desenvolvimento da prática e de maneira individual, pois não havia abertura da equipe para realizar os acompanhamentos em conjunto. Tomamos como referência a atuação das assistentes sociais que trabalhavam conosco no estabelecimento e decidimos realizar uma visita domiciliar para conhecer a família e buscar entender os impasses que levaram o Conselho Tutelar a fazer a representação ao órgão de garantia de direitos das crianças e adolescentes, o MP.

A visita domiciliar possibilitou que conhecêssemos a Sr.^a Lúcia, genitora de Jorge, que naquele primeiro momento não estava muito disposta ao diálogo. Ela justificou que estava muito atarefada e cansada pelo fato de estar sendo procurada por profissionais de diversos estabelecimentos, dentre eles: o CAPSij, o CREAS, o Conselho Tutelar e a própria escola. Acolhemos sua justificativa, fizemos uma breve orientação quanto ao nosso papel, no sentido de que estávamos ali para tentar entender a situação de Jorge e fazer os encaminhamentos necessários. Sugerimos que ela e sua família procurassem o CREAS num outro momento para um atendimento individualizado, Sr.^a Lúcia concordou e compareceu ao CREAS na semana seguinte. A partir dali, iniciamos o acompanhamento socioassistencial da família. Durante esse momento inicial buscamos nos articular com outros trabalhadores da rede que já atendiam Jorge, dentre eles: os profissionais da saúde mental, do conselho tutelar e da escola.

No primeiro momento do acompanhamento, ainda, nutríamos uma crença acrítica sobre a potencialidade emancipatória das políticas públicas, acreditávamos que os órgãos de garantias de direitos, como o MP, tinha o interesse genuíno de efetivar os direitos preconizados legalmente à população, portanto considerávamos que se informássemos a complexidade das demandas apresentadas pela família ao Ministério Público, ele iria compor com o CREAS na busca de ações e melhorias efetivas para o quadro socioassistencial da família, mas essa expectativa foi sendo desconstruída gradativamente.

A partir dos atendimentos realizados junto à família, foi possível identificar que o núcleo familiar era composto pelo pai, Sr. José (desempregado), a mãe, Sr.^a Lucia (funcionária celetista de uma escola), um filho mais velho - Pedro (18 anos, desempregado e dependente químico), Jorge (16 anos) e uma filha caçula - Julia (8 anos). A renda familiar era composta por um salário mínimo. Eles viviam numa casa alugada, localizada na periferia do município, sendo um dos territórios com maior índice de violência e vulnerabilidade social.

Foi a mãe quem participou dos primeiros atendimentos e logo no início dos contatos expôs a angústia vivenciada diante o adoecimento do filho. Ela considerou que Jorge “tinha uma doença na cabeça” e por isso deixou de frequentar a escola. Segundo os trabalhadores da

Saúde Mental, Jorge havia sido diagnosticado com esquizofrenia pela psiquiatra do CAPSij. Sr.^a Lucia considerou que o filho passou a ter crises nervosas e começou a apresentar mudanças importantes de comportamento, por consequência, quando ia para escola sofria *bullying* por parte dos outros alunos, dessa forma foi deixando de frequentar a unidade escolar.

A partir dos atendimentos com a família foi possível observar que havia problemas de uma ordem estrutural que marcavam impasses importantes na dinâmica familiar, havia muitos conflitos entre os familiares. Os vínculos com a família extensa (avós e tios) eram extremamente fragilizados e permeados por relações de conflito e muita agressividade. A condição socioeconômica da família também era uma reprodução transgeracional de pobreza. Os pais de Jorge não concluíram os estudos e, para garantir a sobrevivência, se inseriram ainda muito jovens no mercado de trabalho marginalizado, ocupando posições de trabalho autônomo, sendo que o pai trabalhou por algum tempo como vendedor ambulante e a mãe como faxineira. Todavia, naquele momento o pai estava sem trabalho e a mãe estava trabalhando numa escola, porém devido às questões do filho, ela temia que fosse despedida.

Outro aspecto importante e constitutivo para a família era a referência que o discurso religioso operava na sua organização: todos eles frequentavam uma igreja evangélica pentecostal e era esse estabelecimento que colaborava com o auxílio material para subsistência da família, doando cestas básicas, bem como ofertando uma explicação objetiva para o sofrimento vivenciado cotidianamente por aqueles sujeitos, especialmente, o sofrimento psíquico vivenciado por Jorge. Sr.^a Lucia repetiu diversas vezes que o filho estava doente “porque sua fé havia falhado e Jorge estava sendo usado por Deus para fortalecer e transmitir alguns ensinamentos à família”. Esse também era o discurso transmitido pelo seu líder religioso, o pastor da igreja, que acompanhava e orientava a família.

Realizamos diversos atendimentos individualizados com a Sr.^a Lucia e Jorge, outros mais pontuais com o Sr. José, buscamos abrir espaços para que eles expusessem suas percepções e o que pensavam como possibilidades de encaminhamento para os impasses nos quais estavam envolvidos. Surgiram várias dúvidas em torno do sofrimento psíquico do adolescente. A família não conseguia compreender aquele conjunto de sintomas que eles nomeavam como crise, enquanto um impasse de saúde mental. Os familiares também não compreendiam as propostas terapêuticas ofertadas pelos serviços de saúde, uma demanda recorrente se estabelecia na oferta da oficina de capoeira, disponibilizada pelo CAPSij, pois os recursos utilizados nessa atividade terapêutica conflitavam com a referência cultural e mística

da família, visto que eles concebiam as atividades de matrizes africanas como algo marginalizado e de cunho religioso, contrário à religião evangélica pentecostal.

Foi intensificado o contato com o serviço de saúde, na busca de que pudessem trabalhar conjuntamente com a família na desmistificação das propostas terapêuticas e do próprio tratamento do adolescente. Houve um investimento em contatos e articulação com relação à escola que Jorge frequentava, a fim de pensar com os trabalhadores escolares outras possibilidades de reinserção do adolescente, considerando sua singularidade e a especificidade do seu estado de saúde. Todas essas ações e encaminhamentos foram realizados de forma individual por nós, enquanto psicóloga e técnica de referência da família. A lógica de trabalho instituída no CREAS não nos possibilitava compartilhar as estratégias de acompanhamento ou realizar os atendimentos em conjunto com outra profissional. Dessa forma, sentíamos um sobrepeso, pois estávamos desenvolvendo um trabalho complexo e ainda éramos atravessadas pela insegurança de ser uma profissional recém-chegada no estabelecimento institucional, mas fomos tentando driblar nossos medos e construir um trabalho ético com a família.

Buscamos atender à solicitação do MP elaborando um relatório informativo, outro instrumental técnico que nos exigiu bastante esforço, já que não sabíamos como descrever as dificuldades da família sem uma grande exposição de suas mazelas, tendo ciência que os profissionais do MP não possuem a mesma dimensão ética e técnica dos trabalhadores da Assistência Social. Consideramos nesse relatório, destinado ao MP, os problemas estruturais que permeavam o motivo da ausência do adolescente no ambiente escolar, relatamos que Jorge havia sido diagnóstico recentemente pela psiquiatria com um transtorno mental grave e que a família estava tendo dificuldades para compreender o sofrimento psíquico do filho e, sobretudo, se tratava de uma família que vivia numa situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Consideramos as ações desenvolvidas e a sugestão feita à escola para que respeitasse a singularidade do adolescente e a garantia do direito à educação. Mas, a resposta do MP determinou apenas que a mãe de Jorge participasse e aderisse às propostas e encaminhamentos do CREAS como se apenas com as nossas orientações ela fosse conseguir desenvolver todos os impasses familiares, sendo a maior parte deles de uma ordem socioeconômica.

As situações conflitantes que apareceram no início do acompanhamento foram sendo minimizadas. Os membros conseguiram desenvolver uma comunicação um pouco mais assertiva e com isso as discussões diminuíram. Jorge continuou em acompanhamento terapêutico no CAPSij, mas seus pais ainda tinham diversas questões em torno do tratamento e da própria condição do filho. Dessa forma, era evidente a importância dos espaços de escuta,

orientação e de apoio contínuo para família, no intuito de minimizar os efeitos da vulnerabilidade vivenciada. A partir das discussões pontuais com as outras trabalhadoras do CREAS ficou decidido que encerrariamos o acompanhamento e encaminharíamos a família ao CRAS do seu território com a indicação de atendimentos sistemáticos. A família foi informada sobre a conduta do CREAS e sobre o papel do CRAS, que também foi informado sobre as principais necessidades da família.

Um ano após o desligamento do caso no CREAS recebemos uma informação do Conselho Tutelar, considerando que a composição da família havia se modificado e que o adolescente estava passando por um agravamento do seu quadro psíquico e que os pais o haviam deixado numa situação de risco social. A exposição do Conselho Tutelar era que o adolescente passou a ter recorrentes crises psicóticas com a manifestação de comportamentos agressivos e com isso Jorge passou a ser levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município para tentar obter uma estabilização da crise, mas após a indicação de alta, o adolescente lá permanecia, pois, seus pais não iam buscá-lo, alegando que já não conseguiam mais lidar com o agravo do seu adoecimento. A partir da informação do Conselho Tutelar, buscamos informações junto ao CRAS para entender como estava sendo realizado o acompanhamento socioassistencial e soubemos que a equipe do CRAS não deu seguimento aos atendimentos com a família. Os trabalhadores alegaram que a responsável familiar, a Sr.^a Lúcia, não atendeu aos chamamentos dos profissionais. Diante da evidente necessidade de acompanhamento do contexto familiar reabrimos o caso no CREAS e retomamos os atendimentos com os pais de Jorge, além das articulações com os serviços da rede intersetorial.

A organização da família estava completamente modificada, os pais de Jorge haviam se separados, sendo que o Sr. José havia passado a conviver com a sua genitora, Sr.^a Joana. Jorge morou um período com o pai e a avó, porém em decorrência das crises contínuas, retornou à convivência com a mãe. A Sr.^a Lucia havia ficado desempregada devido à situação de pandemia e passou a viver com Jorge e Julia numa casa custeada pela igreja. O filho mais velho havia constituído um relacionamento e tinha ido morar com sua companheira e com a filha que tiveram.

Foram retomados os contatos com a Sr.^a Lucia, a qual expôs seus sentimentos e sua desesperança com relação à vida, considerou que na última crise do filho, ele danificou a estrutura material da casa que viviam e o proprietário, ciente da situação, pediu a retomada do imóvel. Jorge havia sido levado para UPA e a mãe sem ter para onde ir com a filha caçula aceitou a proposta de uma irmã e foi residir com a criança em outro município.

A partir da indicação de alta, Jorge não tinha para onde ir, pois seu pai considerou que a Sr.^a Joana não aceitava que o neto retornasse para a convivência com eles e como ele estava sem emprego e renda não poderia alugar uma casa para ficar com o filho, a mãe do adolescente, por sua vez, também alegou que a família que a tinha recebido não concordava em receber Jorge. Após algumas reuniões com os serviços da rede intersetorial ficou definido que o adolescente seria acolhido na Casa de Acolhimento Institucional e que o Conselho Tutelar informaria tal decisão ao Poder Judiciário.

O CAPSij intensificou a proposta de tratamento do adolescente, a fim de contribuir com o manejo dos trabalhadores da Casa de Acolhimento, que desde o início do acolhimento se mostrou receosa pelo fato dele estar apresentando um intenso sofrimento psíquico. Jorge passou a ser atendido de maneira intensiva pelos profissionais do CAPSij, ele permanecia no serviço em período integral, retornando para Casa de Acolhimento no final do dia. Porém, após três dias do acolhimento institucional, o adolescente apresentou uma crise dentro do estabelecimento socioassistencial, situação que evidenciou a fragilidade desse espaço, assim como a dificuldade dos trabalhadores da Assistência Social em compreender e manejar técnica e eticamente aspectos de uma crise em saúde mental. Após ser atendido na UPA, o adolescente retornou para o serviço de acolhimento e manteve a rotina junto ao CAPSij. No entanto, após dois dias ocorreu outra crise, ainda mais grave, quando ele estava na Casa de Acolhimento, a qual fez ruir o trabalho que a rede estava tentando estruturar, mas que já estava bem fragilizado. A partir do contato com os trabalhadores desse estabelecimento socioassistencial, foi possível observar que eles interpretavam situação de Jorge a partir de uma perspectiva manicomial. Possivelmente, pela falta de conhecimento da própria Reforma Psiquiátrica, eles ainda tinham a ideia de que Jorge deveria ir morar num hospital, onde seria asilado.

Após essa última crise, a psiquiatra do CAPSij fez a indicação de uma internação psiquiátrica e Jorge foi internado na ala psiquiátrica do hospital geral do mesmo município em que residia. A equipe técnica da Casa de Acolhimento informou o Judiciário sobre as crises e consideraram uma preocupação com as outras crianças e adolescentes, que também estavam acolhidos no estabelecimento assistencial, sugeriram o desacolhimento de Jorge. O Poder Judiciário acatou a sugestão das técnicas da Casa e determinou o desacolhimento institucional do adolescente. Ressaltou a necessidade da internação, contudo não propôs nenhuma alternativa para a situação de Jorge após a alta. Diferentemente do que é feito em outros casos de acolhimento, não foi solicitado nenhum estudo social que pudesse indicar um guardião para o adolescente e/ou que pudesse analisar a situação dos pais. Também não houve pedido de

acompanhamento para o CREAS, nem envio de informações sobre a situação do adolescente, conforme protocolo adotado pelo próprio Judiciário.

O trabalho com a família e a articulação com a rede permaneceu sendo realizado durante a hospitalização de Jorge, uma vez que era evidente a necessidade do trabalho socioassistencial e de fortalecimento de vínculos. Os pais se mostraram extremamente vulneráveis diante do desdobramento da situação. Ambos permaneciam desempregados, residindo com familiares, que também estavam em situação de pobreza, mantendo muita dificuldade em compreender a condição de saúde do filho, eles não entendiam que as crises eram manifestações de um sofrimento psíquico agravado. O discurso familiar oscilava entre explicações místicas/religiosas e morais, julgando que o sofrimento de Jorge era unicamente de sua própria responsabilidade.

A indisponibilidade dos pais em receber o filho após a alta perpassava questões emocionais, pois era perceptível que eles não tinham recursos psíquicos para lidar com o sofrimento do adolescente, mas também havia um atravessamento da realidade socioeconômica da família. Os profissionais envolvidos no acompanhamento (CREAS, CRAS, CAPSi) mobilizaram meios legais que pudessem contribuir para a subsistência material da família e/ou a garantia de um local seguro que pudesse acolher Jorge, sendo o investimento nas seguintes alternativas:

- Solicitação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao adolescente, inclusive foi formalizado ao Judiciário um pedido para que o órgão solicitasse urgência na avaliação junto ao INSS, contudo há um fluxo institucional burocrático específico de cada órgão;
- Solicitação técnica, elaborada por mim, psicóloga do CREAS, pela psicóloga do CAPSi e pela psicóloga da Casa de Acolhimento, direcionada à Prefeitura Municipal para a disponibilização do “aluguel social” como benefício eventual, regulamentado pelo SUAS, todavia a gestão municipal justificou que o município não possuía regulamentação jurídica para a concessão de tal benefício socioassistencial, mesmo esse sendo um benefício regulamento na esfera federal.
- Proposição ao Conselho Tutelar de um novo acolhimento institucional, tendo em vista que o adolescente já se encontrava com sinalização de alta e os pais continuavam sem possibilidade de recebê-lo. O órgão informou que tal conduta era inviável, pois na decisão do desacolhimento anterior o judiciário havia considerado que a permanência de Jorge na Casa de Acolhimento colocaria em risco a integridade de outras crianças e

adolescentes acolhidos, com isto o direito de Jorge sofreu detrimento aos demais acolhidos.

Não restando alternativa, cientes da intensificação do sofrimento psíquico do adolescente frente a uma sinalização de alta, bem como a violação de direitos do mesmo, elaboramos uma informação ao Judiciário sobre a situação de Jorge. Nesse relatório técnico já estávamos mais bem situados criticamente e apresentamos os limites das alternativas trabalhadas, fizemos a exposição de todas as estratégias que buscamos desenvolver durante a internação do adolescente, destacamos as restrições técnicas-institucionais e reforçamos o aspecto da responsabilidade do Estado e do poder público quanto aos direitos de um cidadão, que mesmo próximo de completar a maioridade, como era o caso de Jorge, continuaria sendo um sujeito de direitos. A decisão judicial foi contrária às nossas sugestões técnicas e deferiu que o adolescente fosse encaminhado para um Serviço Residencial Terapêutico (SRT)⁷.

Não entendemos como o judiciário chegou a essa decisão, pois de acordo com a tipificação do serviço, o adolescente não atendia aos critérios do estabelecimento de saúde, já que Jorge não era egresso de uma internação psiquiátrica de longa permanência. A decisão judicial, como em sua maioria, foi feita de maneira isolada, arbitrária e descontextualizada. Não houve discussão com a rede sobre a viabilidade dessa determinação, pois além de não ser o serviço adequado para as demandas do Jorge, o encaminhamento do adolescente a um SRT, o afastaria do seu município de origem e dos cuidados ofertados pelos serviços que o acompanhavam de longa data, tendo em vista que não existia SRT na microrregião que o adolescente estava inserido e isso fragilizaria ainda mais a situação social de Jorge. Afinal, estamos tratando de um adolescente que estava totalmente exposto e a mercê da própria sorte. Jorge havia saído da sua casa para passar por um atendimento na UPA, por causa de uma de suas crises e não havia retornado mais para seu lar. Ele estava sendo apenas transferido de um estabelecimento para o outro, mas permanecendo institucionalizado e sem perspectiva de retorno ao convívio familiar. O Departamento Regional de Saúde (DRS) foi oficializado para cumprir a decisão judicial, mas comunicou à rede que justificaria a negativa ao Judiciário, alegando a especificidade do serviço, bem como a falta de vagas na sua regional.

⁷ “Entende-se como Serviços Residenciais Terapêuticos, moradias ou casas inseridas, preferencialmente, na comunidade, destinadas a cuidar dos portadores de transtornos mentais, *egressos de internações psiquiátricas de longa permanência*, que não possuam suporte social e laços familiares e, que viabilizem sua inserção social” (Portaria n.º 3.090/ GM/MS de 11 de fevereiro de 2000, grifo nosso).

Sem ter para onde ir, o adolescente permaneceu hospitalizado por mais um mês, mesmo com indicação de alta. Como uma estratégia de redução de danos, o adolescente passou a ser levado ao CAPSij diariamente, para receber os atendimentos multidisciplinares e retornava ao hospital após o fechamento do estabelecimento. Nesse período em que ele passava pelo CAPSij retomamos o atendimento pessoal com o próprio Jorge, pois antes disso discutíamos seu plano de acompanhamento com os pais, com o irmão mais velho, com a avó e com os profissionais dos serviços, mas nosso contato com ele havia ficado mais restrito. Os atendimentos no CAPSij foram compartilhados com os profissionais da saúde mental e essa estratégia foi de grande potência, visto que naquele momento tínhamos com quem dividir nossas impressões e compartilhar o manejo do cuidado.

A situação de Jorge foi se agravando a cada dia, ele estava ciente de todas as alternativas buscadas pelos trabalhadores envolvidos no seu plano de cuidado, mas seus direitos não se efetivavam, pois mesmo com indicação de alta ele permanecia hospitalizado por uma condição estritamente social. Contra a sua vontade, Jorge retornava à unidade hospitalar todos os dias. Nos atendimentos realizados no CAPSij, o adolescente nos perguntava se ficaria em situação de rua e mesmo sem a certeza de que isso não aconteceria, buscávamos manejar com ele essa preocupação, deixando claro todas as estratégias utilizadas para garantir os direitos preconizado em lei. Passaram dias, semanas e meses, o adolescente vivenciou situações de extrema angústia e teve seu quadro de saúde mental muito agravado com a manifestação de novas crises. Durante as reuniões de discussão do caso, ficou evidente que a equipe do hospital onde ele estava internado há mais de sessenta dias já não conseguia mais manejar os comportamentos apresentadas pelo adolescente. Houve então, uma transferência de hospital.

O adolescente saiu do hospital geral e foi encaminhado para um hospital psiquiátrico em outro município e lá permaneceu por mais algumas semanas, neste período completou a maioridade. Com a sinalização de alta, os trabalhadores que o atendiam no município de origem se reuniram mais uma vez e consideraram à gestora da Assistência Social que era urgente a garantia do direito a uma moradia para Jorge e foi sugerida a Casa de Passagem, estabelecimento que oferta acolhimento aos sujeitos que estão em situação de rua. Apesar de não ser o ideal e não garantir o direito preconizado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente essa foi a única alternativa viabilizada pelo poder público. Jorge chegou da internação e foi acolhido nesse estabelecimento institucional, permaneceu na Casa de Passagem por cinco meses até que foi deferido seu BPC e ele conseguiu custear a locação de um imóvel. Jorge permaneceu em situação de vulnerabilidade, mas passou a contar com uma

renda mínima para garantir sua subsistência. Continuamos no acompanhamento de Jorge e ainda, enfrentamos juntos diversas situações que colocavam a prova os direitos sociais.

3.7 A condição de classe como determinante no processo de subjetivação

A situação vivenciada por Jorge nos permitiu refletir criticamente sobre alguns pontos fundamentais para nossa atuação no campo social, dentre eles: 1) a condição de classe como um determinante no processo de subjetivação dentro da sociabilidade capitalista e, 2) o modo como a ideologia opera um efeito alienante, abstraindo uma situação concreta do seu conjunto histórico, tornando-a natural e limitada ao aspecto da fatalidade individual e familiar, destituindo-a de qualquer interação com esse modo de produção e com seus efeitos materiais e subjetivos altamente opressores.

A narrativa sobre Jorge nos possibilitou um aprofundamento sobre esses dois aspectos, a implicação da classe e do contexto social no processo de subjetivação; e o aspecto ideológico empregado sobre o Poder Judiciário como cumpridor das leis. No início do acompanhamento do caso Jorge, ainda mantínhamos uma crença de que o Poder Judiciário atuaria no sentido de determinar o cumprimento dos direitos do adolescente. Todavia, essa expectativa foi se esfacelando ao ver que o Ministério Público e o Judiciário também não garantiriam à Jorge um lugar para viver que não fosse o hospital, um lugar de habitação e acolhimento, pois existiam impedimentos colocados pela própria organização social e institucional. Apesar de estarem tipificados na Política de Assistência Social, alguns serviços e programas tais como o aluguel social e a residência inclusiva, verificamos que o poder executivo tende a relutar no seu cumprimento, justificando a escassez de recursos orçamentários, dificuldades de regulamentação jurídica, enfim, há muitos limites para a concretização dos direitos sociais dos sujeitos cidadãos brasileiros. A falta de ação efetiva por parte do poder judiciário no caso Jorge revelou que “as normas jurídicas são produto de um jogo político entre forças sociais que possuem peso distinto dentro do processo decisório” (MOREIRA, 2016, p. 833). A noção de “sujeito de direito” se sustenta a partir de um grande ideal de igualdade e democracia, quando na verdade encobre a desigualdade explicitada pela luta de classes. A exclusão social de Jorge implicou no agravamento do seu sofrimento psíquico, na prática ele não foi nem sujeito de direito, nem sujeito de desejo. Sofreu as ações institucionais e teve seus direitos e desejos impossibilitados.

O sofrimento psíquico carrega dimensões subjetivas, mas também dimensões socioculturais, tal como, afirmado por Costa-Rosa (2013, p. 24): “[...] é fato que diferentes

modalidades de produção de subjetividade implicam diferentes modalidades de saúde psíquica”. A atuação no caso de Jorge nos permitiu compreender que a classe, a raça, o gênero e outros aspectos de identidade são determinantes para as possibilidades de vida, dentro de uma organização social capitalista. Durante vários momentos do acompanhamento familiar, problematizamos: como seria o desenvolvimento de Jorge se sua família não fosse de origem proletária? Se suas condições materiais fossem diferentes? Quais outras perspectivas de vida ele poderia ter tido? A constante exposição às situações tão estressoras como as implicadas em necessidades básicas para a sobrevivência, tais como alimentação, habitação e segurança, horizontes existenciais, podem ter contribuído para o agravamento dos impasses subjetivos?

Costa-Rosa (1999, p. 15) problematizou alguns fatores que podem desembocar no processo de desencadeamento dos problemas psíquicos, assim como no processo de subjetivação psíquica. Ele considerou que “[...] são cada vez mais raras as teorias que afirmam que os contextos socioculturais são produtores das psicoses. Entretanto, não há dúvidas sobre a influência dos contextos no seu processo de desencadeamento e, sobretudo, nos processos de sua evolução como problemas”. Périco (2021, p. 170) também elaborou uma relação dialética entre a constituição psíquica e a estrutura social, segundo o autor: “[...] o processo de constituição do sujeito não independe totalmente das especificidades do laço social em que ele ocorre que é histórico-social: a situação socioeconômica dos que acolhem esse novo sujeito a se constituir tem impacto nas possibilidades de melhor acolhê-lo ou não”. Nesse sentido, consideramos que o sofrimento psíquico de Jorge tem uma correlação com o seu lugar social de origem, um contexto de privações e de carências fundamentais à sua sobrevivência.

A perspectiva clínica extrapola o campo de atuação socioassistencial, mas seu conhecimento é uma ferramenta essencial, que pode orientar a práxis dos trabalhadores da Assistência Social. Dessa maneira, resgatamos uma contribuição importante de Costa-Rosa (2013, p. 323) que ao desenvolver a concepção de uma “Clínica Crítica dos processos de subjetivação” ofertou uma reflexão necessária ao campo social.

O termo crítica refere também uma dimensão política, isto é, ética dessa clínica que, dando aos diferentes impasses subjetivos (o sintoma é apenas um dos casos) seu caráter de objeção radical ao contexto sociocultural-territorial em que emergem, deve decantar sempre os momentos paroxísticos sob os quais essa objeção aparece como problemática privada do indivíduo, fazendo-a remontar à situação crítica (originária) da qual o sofrimento e os impasses privatizados são só o efeito mais imediato.

O próprio diagnóstico de esquizofrenia feito a um adolescente de dezesseis anos nos pareceu um analisador sociocultural importante, pois no desenvolvimento do caso fomos

interrogando esse diagnóstico, uma vez que considerávamos a necessidade de um diagnóstico que contemplasse a constituição estrutural do sujeito, que relacionasse a sua dinâmica social e as outras possibilidades de estruturação psíquica. Desde os nossos primeiros contatos com Jorge foi possível perceber sua particularidade, em termos de comportamento e na forma de se comunicar, mas também levamos em consideração que apesar das crises havia algo muito preservado no adolescente, uma dinâmica psíquica mais sistematizada, uma capacidade consistente de elaboração dos seus sintomas. Após os períodos críticos vivenciados, Jorge conseguia fazer um retorno à dimensão da realidade e associar o desencadeamento das crises às tensões geradas pelo seu contexto social. As crises portavam algo da sua subjetividade, mas também evidenciava o quanto as privações materiais incidiam sobre o seu aparelho psíquico.

Advertidos pelos pressupostos de uma clínica-crítica, consideramos a hipótese de que as crises são manifestações sintomáticas associadas ao contexto sociocultural do sujeito. No caso Jorge observamos que as crises continham algo da estrutura subjetiva e particular do adolescente, mas também uma tentativa radicalizada de dar conta dos impasses vivenciados no plano da materialidade. A falta de um lugar para morar foi um elemento favorável para o retorno das crises durante o período de hospitalização. A agudização dos sintomas psíquicos consistia numa resposta rudimentar aos elementos externos – havia uma interlocução entre as privações materiais vivenciadas por Jorge e o agravamento dos seus sintomas. Essa análise só é possível quando deslocamos a tendência psiquiátrica hegemônica de suprimir a crise. A clínica-crítica nos orienta a ampliar o olhar e a considerar determinantes coletivos, especialmente a questão de classe. Dessa forma, destacamos que sofrimento psíquico pode ser uma expressão das iniquidades da realidade material, das injustiças e das desigualdades sociais. Marx (2006, p. 15) afirmou a necessidade de uma “crítica radical da sociedade burguesa como forma de vida ‘antinatural’”.

A partir dessa posição crítica é possível evidenciar que no caso de Jorge, a loucura e a pobreza reforçaram o seu *não-lugar* numa sociedade organizada pelo MPC. O fato de estar em sofrimento psíquico impossibilitou que ele ocupasse alguns espaços como a casa de seus familiares, os quais pela própria fragilidade psíquica e econômica temiam a manifestação dos seus sintomas sob a forma de comportamentos agressivos e a reinserção na Casa de Acolhimento Institucional, pois segundo o entendimento técnico dos trabalhadores do estabelecimento, dos conselheiros tutelares e do próprio Judiciário se o adolescente retornasse para a Casa de Acolhimento estaria colocando em risco outras crianças e adolescentes. A condição social de Jorge e de sua família inviabilizou outras possibilidades, inclusive a de uma

participação política e de maior poder de decisão sobre sua própria existência. Embora Jorge tenha sido enredado numa complexa rede de atenção, composta pelo sistema de justiça, pelos serviços de saúde mental, pelas ofertas assistenciais houve uma marginalização do seu corpo e do seu desejo, houve uma negação do seu *status* de sujeito, apesar do seu nome e das suas demandas terem sido evidenciados nos estabelecimentos institucionais com muita frequência, o seu lugar social foi silenciado e invisibilizado. Jorge é um caso que teve as suas demandas psíquicas e sociais incluídas no complexo contexto institucional (assistencial-sanitário-jurídico), mas sofreu exclusão da sua potencialidade como sujeito. A dinâmica social funcionou a partir do princípio “excluir pela inclusão e incluir pela exclusão” conforme descreveu Costa-Rosa (2013, p. 275).

O sofrimento mental do adolescente e os seus impasses familiares foram incluídos nas discussões técnicas e nas reflexões dos trabalhadores, mas a sua condição de classe como um determinante fundamental de todo esse contexto foi negligenciada. Buscamos afirmar isso, dentro das nossas articulações, tentamos considerar que o contexto social e a condição socioeconômica da família marcavam diversas impossibilidades para o desenvolvimento do caso. Porém, essa pauta não ganhou evidência, até porque admitir isso colocaria em xeque toda a estrutura social que continua a produzir opressão, exploração e sofrimento em diversos níveis. Além do que, “a natureza desumana da sociedade capitalista fere os indivíduos das mais diversas origens sociais” (MARX, 2006, p. 18).

A noção de direitos defendida no MPC, a partir do caso de Jorge, deu materialidade à concepção de Pachukanis (1988, p. 37): “[...] as categorias jurídicas não têm outra significação além da sua significação ideológica”. Isto é, o desenvolvimento do caso explicitou que a ideia de direito e até mesmo de justiça social, tal como apresentada por Althusser (1999, p. 85): “não existe, a não ser em função das relações de produção existentes”. As políticas públicas pautam a ideia do direito sob a referência do Juspositivismo, ou seja, consideram que o direito é “um fenômeno contido nos limites do Estado” (MASCARO, 2019b, p. 80) e com isso aplicam um frio tecnicismo a situações extremamente complexas e sensíveis.

A inserção da família de Jorge no CREAS foi realizada por meio de um encaminhamento do Ministério Público, órgão incumbido de defender os interesses da sociedade e a ordem jurídica. Porém, quando o MP tomou ciência da situação do adolescente e de sua família, definiu que a mãe de Jorge continuasse em acompanhamento no CREAS como se isso fosse suficiente para garantir a resolução dos problemas estruturais vivenciados por essa família. O que esperávamos do MP? Que ao menos ampliasse a responsabilidade e não

delegasse apenas à família, marcada pela figura da mulher/mãe, responsável pelo lar, o dever de cuidar e proteger dos filhos. Acreditávamos que o MP consideraria que existem outros determinantes que justificavam a situação de evasão escolar, questões complexas, políticas, sociais e econômicas, e fizesse outras interlocuções.

Diante do agravamento das situações envolvendo Jorge e suas crises, inclusive pela posição negativa do poder público municipal, quando demandado, o Judiciário foi provocado pelos diversos serviços da rede socioassistencial, assim como pelos serviços de saúde e sua decisão demonstrou total desinteresse pelas particularidades vivenciadas pelo adolescente. A decisão do poder Judiciário não efetivou os direitos constitucionais do sujeito, mas criou de modo arbitrário e reducionista outra via para a questão central e altamente complexa, que consistia no problema da moradia, enfrentado há anos pela família. A decisão de encaminhar o adolescente para um Serviço Residencial Terapêutico reproduziu a lógica de institucionalização e asilamento, a qual pretende alocar um problema num esquema ou conjunto preestabelecido e distante, desconsiderando e/ou negando, inclusive a perspectiva legal do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que considera que a criança e o adolescente são sujeitos de direito e, como tal, têm o direito à convivência social e familiar.

A crença no sistema de justiça fez com que o adolescente, seus familiares e os próprios trabalhadores da rede acreditassem que o juiz cobraria uma ação por parte do governo municipal, no sentido de garantir que o adolescente fosse acolhido em algum estabelecimento institucional ou determinasse que o município custeasse o aluguel social à sua família, conforme está tipificado na legislação que respalda a Política de Assistência Social. No entanto, essa expectativa não chegou nem próxima de ser correspondida, mas trouxe outro nível de entendimento, o qual tem sido apurado com leituras críticas, que revelam que o “o discurso jurídico pode funcionar como um veículo de disseminação de ideologias e como uma instância de disputa de poder [...] um espaço de batalhas entre posições favoráveis à manutenção de certas hierarquias sociais” (MOREIRA, 2016, p. 832). A noção de justiça no MPC tem como função manter e garantir os aspectos desse sistema e isso implica afirmar e legitimar que são justas as condições de desigualdade social, assim como as de precarização da vida.

A ideia de que somos sujeitos de direitos impõe para a classe trabalhadora o ideal universal de justiça, somos instruídos por nossa formação pessoal, cultural e profissional a acreditar que recorrendo ao Poder Judiciário teremos acesso aos direitos preconizados em lei, mas essa é uma expectativa localizada no plano da aparência. As pífias respostas do Judiciário diante a situação de Jorge, expressaram uma total abstração da realidade. As condutas jurídicas

desprezaram a causalidade dos fenômenos e determinaram saídas imediatas, superficiais e simplistas.

Contribuir para a desideologização da forma jurídica burguesa e a concepção de direito estabelecidas pelo MPC é imprescindível para engendrarmos os caminhos para a transformação social. Como isso é possível? Desmascarando os discursos e as promessas que sustentam a noção de direito e justiça. A realidade em si faz isso, pois as contradições e as “situações-limites” se estabelecem na materialidade dos fenômenos jurídicos, precisamos apenas fazer uso dessas situações, marcá-las como elementos determinantes para a necessidade de uma transformação social. Segundo Freire (2019, p. 120): “O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação”.

Enquanto agentes desse campo de disputa, podemos criar juntamente com a população saídas que estejam além da experiência individual, pautada apenas no sentimento de raiva e resignação; devemos criar meios para canalizar coletivamente a revolta e o senso de injustiça, pois, “é na própria luta concreta que reside o nascedouro da consciência, moldada e construída a partir da experiência das massas” (GUIMARÃES; GUERRA, 2013).

Certamente não há uma única formulação teórica para instruir esse movimento revolucionário, mas a perspectiva dialética oferta algumas possibilidades. Chauí (2008, p. 118) considerou que “somente uma prática política nascida dos explorados e dominados e dirigidas por eles próprios” poderá dismantelar o discurso ideológico. Ainda, fundamentados nas proposições da autora, consideramos que é importante ampliar as narrativas, quebrar os silêncios e abrir espaço para que o senso de injustiça possa advir e, então, ser canalizado para os coletivos de luta pela transformação social. Entendemos que a sensação de iniquidade e frustração experimentada pelos espoliados e oprimidos se apresenta como um combustível essencial para a verdadeira consciência revolucionária e para a transformação dessa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ARDOINO, J.; LOURAU, R. **As Pedagogias Institucionais**. São Carlos: RiMa, 2003.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, v. 23, n. 4, p. 609-660, 2012.

BENELLI, S. J. **Entidades assistenciais socioeducativas**: a trama institucional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BENELLI, S. J. **Psicologia e Assistência Social**: interfaces políticas, clínicas e éticas. Curitiba: CRV, 2020.

BOITO JR., A. **Estado, política e classes sociais**: ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Unesp, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. **Portaria nº 3.090/ GM/MS** de 11 de fevereiro de 2000, que cria o Serviço Residencial Terapêutico (SRT) no âmbito do SUS. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF: MDS, 2005.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF: MDS, 2009.

CALDAS, C. O. L. **A teoria da derivação do Estado e do Direito**. 2013. 214 f. Doutorado (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COSTA-ROSA, A. Modo Psicossocial um novo paradigma nos Tratamentos Psíquicos na Saúde Coletiva. **Revista Vertentes**, v. 05, p.11-22, 1999.

COSTA-ROSA, A. **Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica**: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva. São Paulo: Unesp, 2013.

CHAUI, M. **O que é ideologia?** Coleção Primeiros Passos (v. 13). São Paulo: Brasiliense, 1980.

DANTAS, A. Controle Social e Estratégia Democrático-Popular: Notas para um Balanço Histórico. In: IASI, M. et al. (orgs). **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 273-296.

DEAN, J. **Camarada**: um ensaio sobre pertencimento político. São Paulo: Boitempo, 2021.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FROTA, M. M. R. **Políticas Sociais no Capitalismo e no Socialismo: Uma análise comparativa entre Brasil e Cuba**. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2012.

GUIMARÃES, M. C. R.; GUERRA, E. C. Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista. **Revista Katálisis**, v. 16, p. 63-71, 2013.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. D. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

IASI, M.; FIGUEIREDO, I. M.; NEVES, V. **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

LAGE, D. Elos da Estratégia Democrático-Popular com a Socialdemocracia: a Atualização do Estado Burguês. In: IASI, M. et al. (orgs). **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 273-296.

LENIN, V. I. **Que Fazer?** Problemas candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LESSA, S. **Serviço Social e trabalho porque o Serviço Social não é trabalho**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S. **Capital e estado de bem-estar**: o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LESSA, S. **Cadê os operários**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LESSA, S.; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Sobre o Suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

- MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da Economia Política, Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MASCARO, A. L. Formas sociais, derivação e conformação. **Revista Debates**, v. 13, n. 1, p. 5-16, 2019a.
- MASCARO, A. L. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Atlas, 2019b.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOREIRA, A. J. Direito, poder, ideologia: discurso jurídico como narrativa cultural. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, p. 830-868, 2017.
- NETO, G. H. Políticas públicas: dos conceitos à sua impossibilidade na gramática do capital. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v.13, n. 26, p. 293-319, 2020.
- PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- PÉRICO, W. **Ensaio sobre psicanálise, instituições e luta de classes no campo da Saúde Mental Coletiva**. 2021. 246 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- ROSSI, A.; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista Epos**, v. 5, n. 1, p. 156-181, 2014.
- SCHEEFFER, F. Pobreza, um conceito controverso. **CSONline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 16, 2013.
- TROTSKY, L. **Programa de transição para a revolução socialista**: a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional. São Paulo: Sundermann, 2017.

ENSAIO 4

A PRÁXIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: O PROCESSO INTERCESSOR

4.1 Introdução

Ao adentrarmos no contexto das políticas públicas, enquanto trabalhadora-intercessora de um CREAS, sentimos profunda necessidade de nos situarmos criticamente nesse campo institucional tão complexo, constituído por planos teórico-técnico, ideológico, político e ético. Dessa forma, buscamos referenciais que nos possibilitassem uma análise aprofundada e precisa do cenário sociopolítico, para que tivéssemos um melhor entendimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), pois considerávamos que somente através de muita clareza paradigmática (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012) teríamos possibilidade de exercer uma prática pautada na ética da Atenção Psicossocial (COSTA-ROSA, 2013).

A inserção na política pública de Assistência Social como trabalhadora-intercessora do CREAS, concomitante aos estudos realizados sobre o modo de organização social vigente, nos permitiu identificar que as ofertas institucionais desenvolvidas nos estabelecimentos socioassistenciais reproduzem em grande medida a racionalidade capitalista, pois essa instituição, assim como outras, constituem uma “[...] parte importante do sistema de internalização dos valores mercantis regidos pelo capital” (MOURA, 2020, p. 418). O discurso oficial que sustenta a PNAS tem uma aparência arrojada e progressista, traz conceitos interessantes sobre a importância da autonomia, da participação popular, do controle social, do fortalecimento de vínculos. No entanto, as ações produzidas no campo prático, ainda permanecem sintonizadas com a reprodução do MPC, dessa forma carregam contradições essenciais desse sistema e determinam, de forma majoritária, condutas técnicas conservadoras, isto é, que conservam os padrões e os valores essenciais à reprodução do capital.

De acordo com nossa experiência e com a bibliografia pesquisada (NETO, 2020; MEXKO, 2017; SOUZA, 2015; ROS, 2014), observamos que a trama institucional que inclui os estabelecimentos socioassistenciais é extremamente complexa e que há um processo de disputa paradigmática acontecendo em campo. Existem referenciais jurídico-ideológicos e teórico-técnicos distintos, operando no interior dos estabelecimentos institucionais da Assistência Social, sendo predominante o “paradigma da Caridade, da Promoção Humana e da Filantropia”, os quais orientam a ética de trabalho dos “dirigentes e técnicos das entidades

assistenciais, o paradigma Clientelista Assistencialista é típico dos funcionários e técnicos das prefeituras municipais” (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012, p. 615).

Nossa experiência particular, como trabalhadora inserida numa Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), atuante no CREAS, nos permitiu perceber que as ofertas dos estabelecimentos institucionais da Assistência Social corroboram, via de regra, para que a população assistida por essa política pública permaneça subordinada a um modo de pensar e agir tipicamente capitalista. Conforme descrito por Ros (2014, p. 23),

Não se pode deixar de considerar, então, que a construção do SUAS se dá a partir de referências políticas e ideológicas específicas que não têm como objetivo qualquer alteração da ordem vigente. Ao contrário, visam à manutenção da estrutura capitalista e da política neoliberal, bem como o controle dos pobres, ou, em outras palavras, a manutenção e reprodução da pobreza.

A fim de construir uma análise crítica pertinente à formação dos novos trabalhadores-intercessores elaboramos uma narrativa sobre a nossa inserção no CREAS, considerando que nossa chegada no estabelecimento evidenciou aspectos importantes do seu modo de funcionamento. Nossa presença foi compreendida pelos outros trabalhadores como mais um profissional que dividiria a usual demanda de trabalho e isso se tornou um analisador institucional⁸, significativo ao processo de intercessão. Assim, como também gerou um movimento de mudança para os demais trabalhadores e para a dinâmica geral do trabalho desenvolvido no estabelecimento. A nossa chegada em si, afetou a rotina do estabelecimento institucional, uma vez que os trabalhadores que lá estavam tiveram que alterar minimamente o seu processo de trabalho para nos orientar, para contar um pouco sobre a história da instituição de Assistência Social e do CREAS, e aproveitaram a brecha no instituído para liberar um pouco de suas emoções e perspectivas sobre a atuação no campo da Política Municipal de Assistência Social.

Para a escrita desse texto, procuramos realizar uma retomada detalhada sobre como foi nosso processo de inserção nesse cenário institucional, destacamos algumas das vivências mais expressivas desse percurso, tendo em vista que as primeiras impressões foram impactantes e fundamentais para essa formulação teórica. O próprio itinerário trilhado até o início das

⁸ Para a produção desse ensaio utilizamos alguns norteadores propostos pela Análise Institucional, dentre eles, o conceito de analisador, que pressupõe um acontecimento capaz de colocar em análise a realidade da instituição. Trabalhamos com as ideias proposta por Ardoino e Lourau (2003, p. 14), os quais consideram que os analisadores, são “acontecimentos ou fenômenos ‘insignificantes’, mas portadores do sentido oculto no não dito”. É exatamente aquilo que não é verbalizado, que não está em evidência, mas que produz efeitos importantes para a organização institucional.

atividades no CREAS, percorrendo os corredores da Prefeitura e da SMAS, expressaram aspectos sensíveis da instituição.

Consideramos que escrever sobre nossa experiência pessoal envolveu um esforço importante, pois é extremamente desafiador tomar as nossas vivências de trabalho, os nossos encontros e a nossa relação profissional como objeto de análise crítica. Essa dificuldade é efeito da cisão estabelecida entre o fazer e o pensar, pois somos socializados de modo a não refletir sobre nossas práticas e fazer o movimento de se contrapor a essa determinação sociocultural exige persistência e muita coragem. A falta de referências quanto ao processo de “pesquisar-se”, isto é, de pesquisas que incluam de modo radical a experiência vivenciada pelo trabalhador no âmbito da instituição, também colabora para essa problemática, afinal ainda são poucos os trabalhadores que podem e desejam elaborar formalmente, por meio do processo de escrita, o seu saber na construção de uma práxis. A sensação inicial ao tomar a própria experiência de trabalho como conteúdo de reflexão foi de estranhamento, sentíamos que estávamos infligindo a regra do distanciamento científico e da neutralidade. A retomada das nossas experiências para a construção desse texto disparou afetos e tensionamentos, mas sobretudo nos permitiu um reposicionamento ético-político diante da nossa inserção no campo socioassistencial municipal.

A partir da nossa experiência de trabalho particular foi possível ter uma melhor dimensão da universalidade, na qual as instituições públicas e privadas operam como aparelhos ideológicos, correspondentes ao MPC. Com isso, identificamos que a estrutura institucional da Assistência Social, o seu arranjo discursivo, suas práticas e suas condutas estão orientadas de modo hegemônico para a manutenção da ordem do capital. Os instrumentos-técnicos utilizadas nesse campo são forjados para garantir que os sujeitos-usuários dos estabelecimentos da política de Assistência Social sejam preparados para atender o modelo ideal desse modo de produção. Isto é, a organização de trabalho nos estabelecimentos assistenciais busca fazer com que os sujeitos atendidos sofram um processo de ideologização liberal e, a partir disso, sejam incluídos no mercado de trabalho, dando seguimento à lógica de exploração da mão de obra. Conforme considerou Lane (1989, p. 85): “[...] num sistema capitalista, os papéis sociais sempre reproduzem a dinâmica básica dos papéis históricos, ou seja, a relação dominador-dominado”. Fazendo, assim, com que os usuários das políticas públicas consumam parte daquilo que eles mesmos produziram e que lhes foi expropriado sem aquisição da consciência crítica. De acordo com Althusser (1999, p. 179): “[...] a ideologia não existe no ‘mundo das ideias’ concebido como ‘mundo espiritual’, mas em instituições e nas práticas próprias dessas mesmas instituições”.

A apropriação da teoria crítica desenvolvida por Michel Foucault e Louis Althusser foi extremamente útil e necessária para construção desse ensaio, pois através desses referenciais se tornou possível questionar a ordem dominante e a imposição desse lugar acrítico conferido aos trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais. Nossa intercessão-pesquisa teve como objetivo questionar e propor mudanças nas práticas instituídas, todavia para que possamos romper e transpor de alguma maneira aquilo que está preestabelecido é necessário entender seu modo de operação, suas bases e estruturas. Afinal, “só se pode compreender qualquer instituição se aprendermos o processo histórico no qual ela foi produzida” (LANE, 1989, p. 83), e foi exatamente isso que essa produção teórica nos proporcionou: a partir dela nos sentimos melhor amparados para interceder junto ao processo de transformação social, considerando que o atual momento – ideológico e político – do país, torna ainda mais difícil os movimentos de luta e de transformação social. Vivemos um período de efervescência política e de acirramento da luta de classes.

A organização textual desse ensaio buscou corresponder à organização temporal do nosso processo intercessor. Na primeira parte do texto apresentamos alguns aspectos do nosso processo de integração junto à equipe do CREAS e, no momento posterior, resgatamos as contribuições teóricas que produziram novos sentidos para nossa atuação prática, desenvolvida em conjunto com os demais trabalhadores do estabelecimento socioassistencial, e, por fim, uma análise de como a ideologia capitalista está penetrada nas condutas técnicas dos trabalhadores desse campo e de como elas determinam a condição de subordinação dos usuários da política pública de Assistência Social. Essa foi a sequência do percurso intercessor, que vivenciamos a partir da nossa experiência institucional. Levantamos questões fundamentais e buscamos desenvolvê-las por meio das nossas reflexões teóricas, o que gerou uma ressignificação da nossa prática e um reposicionamento teórico e prático quanto ao campo de atuação.

4.2 O processo de inserção institucional: um profissional a mais para dividir a demanda de atendimentos junto ao CREAS

Nossa inserção no campo da Assistência Social municipal se deu através de uma nomeação oficial, a qual nos convocou a assumir o cargo de psicóloga através da aprovação no concurso público. Atendendo à convocação da prefeitura, nos apresentamos no departamento de Recursos Humanos e fomos informados que a vaga disponibilizada era para a Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), chegamos a considerar que nossa

formação/especialização e trajetória profissional estava voltada para o campo da saúde mental, mas isso foi totalmente desconsiderado no plano institucional. Após a entrega de diversos documentos e preenchimento de formulários no RH, fomos orientados a procurar a gestora da SMAS, pois seria ela quem nos direcionaria quanto ao estabelecimento de atuação, bem como nos orientaria sobre o horário de trabalho.

Ao chegarmos no prédio da SMAS observamos que a arquitetura e o fluxo de entrada no estabelecimento restringiam o acesso ao público, pois se tratava de um prédio com escadas e interfone, elementos que dificultavam a acessibilidade da população ao interior do edifício, que por sua vez é um espaço público, mas pouco coletivizado. Tivemos que aguardar na recepção pelo atendimento da gestora. Durante o período de espera, foi possível construir uma primeira impressão da estrutura física e da forma de relacionamento do estabelecimento com a população. A sala de espera dava acesso a um corredor com diversas salas, repartições, que organizavam uma espécie de trabalho burocrático, onde podíamos ver alguns trabalhadores em frente a um computador, numa postura enrijecida e inanimada.

O estabelecimento são os muros, os locais, o mobiliário, tangíveis e visíveis, os agentes com, caso necessário, o uniforme que vestem, atestando o pertencimento ao aparelho. São, ainda, as estruturas da organização, a hierarquia, os horários, o emprego do tempo, os regulamentos – já menos evidentes, mais abstratos, porém apesar de tudo, perceptíveis porque explicitamente significados, afixados, codificados (escritos, graduações, galões, atitudes mais ou menos sistematizadas, estatutos, etc.) (ARDOINO; LOURAU, 2003, p. 18).

O diálogo com a Secretária foi extremamente sucinto e pouco acolhedor, ela informou que a vaga de psicóloga era para atuação no CREAS e orientou que no dia seguinte deveríamos nos apresentar no estabelecimento, não houve nenhum tipo de contextualização do processo de trabalho, apresentação da equipe, tampouco uma abertura para que pudéssemos falar da nossa experiência profissional, menos ainda, a possibilidade de escolher outro estabelecimento para atuação. Imperou a ordem do poder hierárquico, o qual despotencializa as relações interpessoais e profissionais.

Tomados por sentimentos diversos, tais como ansiedade e insegurança nos apresentamos no CREAS e lá fomos recebidos pela equipe de trabalhadores. A estrutura física do estabelecimento, assim como a da SMAS permitia controlar o acesso da população através de um interfone. O CREAS estava alocado numa casa, num território residencial e centralizado, o estabelecimento funcionava naquele imóvel desde a sua inauguração, há aproximadamente treze anos, tratava-se de um prédio alugado pela prefeitura. Apesar do estabelecimento funcionar numa estrutura domiciliar, ao adentrar no seu interior não tivemos uma primeira

impressão de ser um espaço acolhedor. Havia três “salas técnicas” com modelo padrão, nas quais eram realizados os atendimentos, organizadas com mesa, computador e cadeiras, também havia uma cozinha de uso dos funcionários, dois banheiros, uma sala de recepção e no fundo do imóvel um espaço para guarda de arquivos e móveis não utilizados.

Não houve muita demora para que fôssemos integrados ao fluxo de trabalho comum do estabelecimento socioassistencial, pois havia por parte dos profissionais uma necessidade urgente de partilhar o grande volume de trabalho. Logo na primeira semana fomos incluídos nos atendimentos e de maneira mecânica fomos incorporados à rotina do serviço, passamos a realizar as visitas domiciliares e de forma imediata nos tornamos referência técnica para os usuários atendidos. Através de um processo naturalizado, fomos colocados para reproduzir a lógica vigente no estabelecimento, numa perspectiva de trabalho abstrato e alienado.

Fomos incorporados à sistemática do CREAS e não sentimos que os trabalhadores do estabelecimento compreenderam a nossa chegada como uma profissional que portava um saber a mais, pelo contrário, a partir das suas narrativas ficou evidente que havia uma sobrecarga de trabalho e de demanda reprimida, uma vez que já fazia mais de um ano que o cargo de psicólogo estava em vacância e a expectativa era de que com a nossa presença seria possível dividir essa demanda acumulada, independente da formação e/ou experiência que possuíamos. Fomos recebidos como “um a mais”⁹ para compor a distribuição dos casos, modo como são denominados os usuários e seus problemas, e esse processo foi realizado de forma literal, pois na segunda semana de trabalho nosso nome foi incluído numa planilha, que relacionava todos os casos atendidos pelo CREAS e isso nos tornou oficialmente mais uma técnica de referência para o acompanhamento das famílias atendidas pelo estabelecimento socioassistencial. Essa planilha é um recurso central para a burocratização e organização do fluxo de trabalho institucional, inclusive era por meio dela que os casos novos eram inseridos no estabelecimento e atribuídos para acompanhamento de uma profissional.

Se tratava de uma planilha simples, mas consideramos que funcionava como um importante analisador. Ela era alimentada digitalmente pela recepcionista do CREAS. Na

⁹ Lacan teorizou a respeito de um dispositivo de formação para analistas, o cartel, que se constitui a partir de um grupo de trabalho, composto por pelo menos três pessoas e de no máximo cinco. Dentre esses, há uma posição específica nomeada de “mais um”, ou seja, aquele que estará encarregado de provocar o grupo a “responder um desafio”. Nessa mesma formulação teórica, o autor referenciou o processo de massa, no qual os indivíduos são qualificados como “um a mais” quando, por sua condição de homogeneidade, compõe o padrão, se juntam a um grupo sem, necessariamente, somá-lo, por exemplo: 1+1+1+1 que não somam 4 (SOUZA, 2016; LIMA, 2015; MARTINS, 2018).

planilha era registrado: o nome da vítima¹⁰, a data e origem da denúncia, a categoria da violação de direito (por exemplo: violência contra pessoa idosa; suspeita de abuso sexual; evasão escolar; trabalho infantil; entre outros) e o nome da técnica de referência que deveria se ocupar do caso, selecionada através de um esquema de rodízio. A planilha havia sido instituída há alguns anos e segundo o relato das profissionais, surgiu como uma forma de digitalizar o trabalho que até então, era realizado apenas de forma manuscrita. Todavia, a recepcionista, que era responsável por alimentar a planilha, expressava certa insegurança com essa tecnologia, dessa forma ela afirmava que preferia fazer o trabalho duplicado, ou seja, anotar os dados do novo usuário num livro que compunha o arquivo institucional e em seguida digitava na planilha do computador para que dessa forma tivesse a certeza de que o caso foi incluído no CREAS (material e virtualmente).

A recepcionista era a pessoa responsável pela admissão dos casos novos no CREAS e essa atribuição tinha relação com o fato de ser ela a profissional que acolhia as informações iniciais dos usuários. Era ela quem atendia as ligações telefônicas, nomeadas pela equipe como “denúncia”, assim como recebia os encaminhamentos provenientes de outros estabelecimentos institucionais e também fazia o atendimento inicial das pessoas que se dirigiam presencialmente até o CREAS. Essa figura foi ao longo do tempo se mostrando como um agente central para o funcionamento do estabelecimento, uma vez que era ela a pessoa que estabelecia o primeiro contato com a população. A sua forma de acolher era determinante para a construção da impressão inicial daqueles que contatavam o estabelecimento e além de toda habilidade burocrática, ela também precisava ser sensível às demandas apresentadas. O que nos chamou a atenção é que não houve, durante o período da intercessão-pesquisa, nenhum investimento na formação técnica dessa profissional, menos ainda uma oferta de cuidado para com a sua saúde psíquica, mesmo quando ela se queixava de sua sobrecarga de trabalho.

Durante algum tempo questionamos junto à equipe se não seria importante acrescentarmos na “planilha de casos do CREAS”, outras informações referentes aos indivíduos

¹⁰ Vítima era um conceito instituído no CREAS para nomear o sujeito que vinha espontaneamente ou que era encaminhado para atendimento, através daquilo que chamávamos de “denúncia”, realizada por algum membro da sociedade civil e/ou por algum estabelecimento institucional (UBS, CAPS, Ministério Público, Judiciário, Escola, Conselho Tutelar, entre outros). A partir do diálogo com os profissionais foi possível perceber que essa nomeação foi articulada por eles, considerando o pressuposto de que as demandas de CREAS estavam atreladas a uma situação de violência e/ou violação de direitos, portanto, aquele(a) que se encontrava demandante do serviço era considerada uma vítima. Ressaltamos que esse conceito traz na sua origem a ideia de sacrifício voluntário ou involuntário e um aspecto jurídico, que afirma a passividade do sujeito, isto é, que determina uma posição contrária à do algoz, que é um agente executor ativo numa ação de violência. O conceito de vítima reproduz a relação de dominação, típica do capitalismo. Acolher tais pessoas a partir da perspectiva de sujeitos de direitos poderia ter outros efeitos.

e/ou famílias atendidas. Destacamos a importância de dados tais como o gênero, grau de escolaridade, cor, raça, território da residência, enfim, alguns analisadores que poderiam ser filtrados e indicar a maior incidência das situações de violência e/ou violação de direitos sobre alguns grupos específicos. Porém, nossa sugestão não foi bem aceita. A recusa dos técnicos consistia na argumentação de que esses dados não teriam nenhuma utilidade para o trabalho do dia-a-dia e demandaria mais tempo para alimentar a planilha. Buscamos contra argumentar, expondo que através dessas informações poderíamos desenvolver um diagnóstico da especificidade da nossa realidade e requerer ações particularizadas, todavia a equipe considerava nossa sugestão como uma perda de tempo, uma vez que não acreditavam nos efeitos de um trabalho de planejamento e vigilância socioassistencial. A rotina de atendimento do CREAS se limitava ao “modo bombeiro”, visando apenas a apagar incêndios.

4.3 O modo de funcionamento institucional do CREAS: a reprodução da lógica individualista e privada típica do MPC e o desafio de superá-las

A organização do processo de trabalho no CREAS, logo de início, evidenciou que havia uma fragmentação na atenção assistencial ofertada. Os atendimentos eram realizados de forma unilateral, numa divisão rígida e aleatória, que desconsiderava qualquer singularidade por parte do trabalhador, do usuário e de suas demandas. Afinal, não importava a queixa, ela era simplesmente transformada num “caso novo” e atribuída para um técnico qualquer da equipe, sob um esquema de revezamento, no qual cada caso que chegava ao CREAS era distribuído para um profissional que, de maneira individual e isolada, decidiria como atender e como conduzir o processo de acompanhamento, sem necessariamente interagir e/ou se articular com os demais trabalhadores. Não havia reuniões de equipe, assim como nenhum outro espaço formal para discutir as demandas que chegavam ao estabelecimento, tampouco as possíveis formas de condução dos casos.

A reflexão inicial sobre a forma de organização do CREAS revelou que o estabelecimento institucional funcionava a partir de uma estrutura de produção taylorista, serializada, disciplinar e totalmente fragmentada.

A atuação dos trabalhadores mais antigos nos foi apresentada como uma referência a ser seguida, com isso, de maneira sutil o fazer das nossas colegas assistentes sociais foi colocado como o modelo a ser reproduzido e em nenhum momento foi considerada a especificidade da nossa formação e experiência profissional. A equipe técnica do CREAS, naquele momento inicial, era composta por três assistentes sociais, sendo que uma delas

também respondia pela coordenação do estabelecimento, um advogado e por mim, enquanto psicóloga. A única particularidade destacada em torno do saber da psicologia ressaltada pelos trabalhadores apareceu sob a expectativa de que realizaríamos sozinhos os atendimentos das crianças e adolescentes encaminhadas ao CREAS, em razão da suspeita de que haviam sido vítimas de abuso sexual, demanda essa que se encontrava reprimida, compondo uma lista de espera com mais de dez casos.

Na percepção das assistentes sociais, a formação em psicologia nos possibilitava um melhor manejo para esse tipo de demanda, mas a partir de algumas conversas a respeito desse assunto foi possível perceber que na verdade existia uma insegurança por parte delas e uma fantasia de que somente o profissional da psicologia teria a competência técnica de realizar a escuta especializada¹¹, como se essa fosse uma atribuição específica da psicóloga. Após várias problematizações e debates sobre o tema com a equipe, essa demanda também passou a seguir a lógica dos outros casos, apesar da sua complexidade. Ou seja, os sujeitos encaminhados ao CREAS com a suspeita de abuso sexual infantil também passaram a ser distribuídos entre as quatro profissionais, no esquema do um-a-um, um caso atribuído para uma técnica através da lógica do rodízio. Os atendimentos eram realizados unicamente de forma individual, chegamos a considerar a importância da articulação dos nossos saberes (a potência da parceria entre a dupla assistente social e psicóloga), assim como a possibilidade dos atendimentos em grupos, mas a equipe apresentou certa resistência em mudar o modelo de atendimento desenvolvido por elas há anos.

O advogado que também compunha o RH da equipe técnica do CREAS não constava na lista de revezamento dos casos, uma vez que sua inserção no estabelecimento estava articulada a um arranjo político. O seu contrato de trabalho havia sido estabelecido a partir de uma relação de confiança com a figura do prefeito, dessa forma ele não assumia a responsabilidade técnica com o atendimento dos casos. Na prática ele estava presente fisicamente, mas sem fazer uma contribuição efetiva para o processo de trabalho e, dessa forma, havia uma maior sobrecarga para as demais profissionais.

A fragmentação no fluxo dos atendimentos era um dos elementos mais significativos da lógica de funcionamento do CREAS, uma marca característica da modalidade de produção

¹¹ No CREAS são atendidas situações de violência envolvendo crianças e adolescentes e existe um procedimento técnico, consolidado através da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece a “escuta especializada” como um instrumento capaz de assegurar o acompanhamento da vítima ou da testemunha de violência, a fim de contribuir para a superação das consequências da violação sofrida, estando limitado ao estritamente necessário para o cumprimento da finalidade de proteção social e de provimento de cuidados. Esse procedimento é realizado por qualquer profissional que integre os órgãos da rede de proteção.

taylorista, na qual há uma separação rígida entre o processo de gerenciamento do trabalho e da execução prática, algo típico da lógica capitalista (PINTO, 2007; COSTA-ROSA, 2013; CUNHA; FERRAZ, 2018).

Os trabalhadores do CREAS, no intuito de nos familiarizar com o modo de funcionamento e organização do estabelecimento, tiveram a iniciativa de apresentar informações sobre a história da Assistência Social no município, bem como compartilhar suas concepções sobre o público atendido, sobre os impasses vivenciados com a rede de Saúde, Educação e Assistência Social, apresentaram também suas percepções sobre o efeito de suas práticas. Relataram que o CREAS tinha uma história de aproximadamente treze anos no município, a qual consideravam ser marcada por um esvaziamento de sentido.

Referiram que havia pouca clareza quanto às ofertas de atenção socioassistencial e sobre a função do estabelecimento para a população e para os próprios trabalhadores da SMAS. Mencionaram que existia uma expectativa por parte da população de que deveríamos resolver de forma imediata os problemas apresentados e consequentemente, uma frustração, pois o trabalho desenvolvido era na maior parte das vezes, apenas paliativo e dependia de outras instâncias como o poder Judiciário, que foi descrito como um órgão de grande interação com o CREAS. Relacionamento esse, que posteriormente foi identificado como um trabalho de despacho, isto é, o Judiciário, bem como, o Ministério Público despachavam solicitações de relatório e informações ao CREAS, com prazos estreitos, sem abrir a menor possibilidade de diálogo e articulação.

Os trabalhadores destacaram que havia uma reincidência contínua das famílias acompanhadas pela Assistência Social municipal, segundo eles: “os casos vão e vem o tempo todo” e estão sempre entrecruzados, “atendemos uma família que tem elo com outra e assim, os casos estão sempre articulados entre si”. As assistentes sociais consideraram ainda, que a população atendida no CREAS, geralmente possuía demandas relacionadas a outros estabelecimentos, especialmente, com os de Saúde Mental e do Conselho Tutelar, tornando-se, “figuras conhecidas por toda a rede de atendimento”. Ficou evidente que a repetição dos casos e a pouca valorização do trabalho realizado pela equipe do CREAS, culminava numa descrença por parte dos trabalhadores, quanto aos possíveis efeitos resolutivos da sua atuação. Eles se viam como parte de um ciclo vicioso de produção e reprodução de uma mesma dinâmica social, mas não possuíam uma crítica elementar a essa condição.

Tais considerações nos causou uma profunda inquietação, uma vez que desejávamos entender melhor o campo institucional, aquele universo descrito na documentação oficial da

PNAS (BRASIL, 2004; 2011a), do qual começávamos a fazer parte. Existia uma naturalização e um fatalismo no discurso dos trabalhadores. Eles nos contavam sobre as demandas e o funcionamento da Assistência Social municipal, mas não consideravam haver nenhuma perspectiva de mudança, era explícito o sentimento de desgaste da equipe, pois além das demandas praticamente insolúveis e recorrentes dos usuários também tinham que lidar com os atravessamentos institucionais de uma prefeitura. Os trabalhadores mais antigos nos relataram que eram frequentes as situações de perseguição política dentro dos estabelecimentos públicos, o que implicava numa grande instabilidade para os profissionais, que sentiam medo de serem transferidos de forma compulsória para outras funções em outros estabelecimentos e referiram também, que todo movimento de mudança promovido pelos trabalhadores não era bem recebido pelos gestores da SMAS.

Outro ponto importante da apresentação dos trabalhadores era que eles se identificavam pessoalmente com o processo de trabalho, descreviam suas características pessoais como componentes importantes para a atuação desenvolvida no CREAS. Sintonizados com o trabalho burocrático e subjetivados pela ideologia liberal transformavam seus interesses particulares nos interesses do Estado (VIANA, 2015). As colegas assistentes sociais expuseram quais eram as características pessoais que consideravam necessárias para compor o “perfil ideal” de um profissional da Assistência Social e utilizaram uma série de adjetivos tais como: o trabalhador deveria apresentar uma postura proativa, tarefaira, conservadora e autoritária, logo, percebemos que esse estereótipo estava fortemente associado à concepção que as profissionais tinham do público atendido.

Os trabalhadores justificaram que como o CREAS era um estabelecimento que atendia situações de risco, violência e negligência era imprescindível que o técnico tivesse uma posição mais incisiva e rígida, que adotasse uma postura dura e decidida nos atendimentos, pois segundo nossos colegas: “o usuário da Assistência Social possui uma inclinação para omitir os fatos vivenciados e uma tendência a enganar os profissionais” e caberia ao técnico “desvendar as denúncias”. Essa caracterização do público atendido incluía a ideia de que os pobres eram perigosos, espertos e mentirosos e, diante disso, a atuação profissional deveria estar pautada no controle firme e na vigilância atenta.

Outra colocação relevante trazida pelos trabalhadores estava associada às especificidades do trabalho desenvolvido no CREAS, dentre elas, o fato de que os profissionais do CREAS deveriam se deslocar até os usuários por meio das visitas domiciliares, na

perspectiva de um trabalho de busca ativa¹². Eles consideravam que os sujeitos demandantes dos serviços disponibilizados pelo CREAS não procuravam espontaneamente pelo atendimento ofertado no estabelecimento socioassistencial, suas demandas chegavam ao CREAS por meio de denúncias e/ou encaminhamentos de outros estabelecimentos da rede socioassistencial, sendo pouco comum que o próprio sujeito em condição de violência e/ou violação de direitos procurasse pelas ofertas do CREAS. Segundo os trabalhadores, esse aspecto marcava uma diferença significativa entre os estabelecimentos da Proteção Social Básica (PSB) e Especial (PSE), pois na PSB era muito mais recorrente a população procurar ativa e pessoalmente pelo CRAS.

Em decorrência da baixa procura espontânea dos usuários pelos serviços ofertados pelo CREAS, o prédio era ocupado na maior parte do tempo apenas pelos profissionais. Não havia um grande fluxo de usuários circulando pelo espaço, uma vez que os atendimentos, quando realizados no estabelecimento eram programados, individuais e desenvolvidos num curto período de tempo. Percebíamos que essa rotina estava tão instituída, que era notório o incômodo das nossas colegas quando realizávamos um atendimento um pouco mais demorado. Ouvimos várias vezes que se continuássemos atendendo naquele ritmo não daríamos conta da demanda. Esse mesmo impasse se estendia às visitas domiciliares, uma vez que essa era a forma de atendimento de maior prevalência no CREAS.

As visitas eram realizadas com um veículo da prefeitura e com um motorista da SMAS e a organização para essas saídas do estabelecimento precisava ser programada com o “chefe dos motoristas”, um trabalhador que fazia a gestão dos carros e motoristas vinculados à SMAS. Essa situação gerava diversos impasses, pois a disponibilidade do veículo nunca era imediata, precisávamos ouvir que eles tinham outros afazeres e de fato, além das visitas com as técnicas, eram esses profissionais que levavam documentos de um estabelecimento ao outro, faziam compras, organizavam o almoxarifado e outras atividades. Desse modo, precisávamos argumentar sobre a importância da visita para aquela família e “convencê-lo” a liberar um profissional para nos levar até a residência da família. Mas, o maior impasse consistia numa

¹² A busca ativa (BRASIL, 2009; BRASIL, 2011a; BRASIL, 2013a; BRASIL, 2013b) consiste numa atividade que exige uma postura ética específica, exercida pelo trabalhador no âmbito do campo social por meio da qual pretende ofertar uma forma de atenção no território do sujeito, usuário das políticas públicas. É uma estratégia disciplinar que opera na prevenção dos riscos sociais, ou seja, o trabalhador da Assistência Social circula pelos territórios, identificando potenciais riscos e situações de vulnerabilidade, levando a oferta de serviço para fora dos estabelecimentos institucionais. Assim como outras metodologias de trabalho social tais como a visita domiciliar e o acompanhamento dos casos, a busca ativa pode ser operada num viés vigilante e de controle ou numa perspectiva crítica e atenta quanto aos seus efeitos.

questão ética, pois os motoristas no geral se incomodavam muito com o tempo de duração das visitas. Enquanto realizávamos o atendimento domiciliar eles aguardavam do lado de fora da residência e sempre que saíamos, rolava comentários do tipo: “não sei o que tanto os psicólogos conversam com essa gente, as visitas das assistentes sociais são muito mais objetivas e rápidas”. Tentamos algumas vezes usar desses comentários para explicar que se tratava de saberes distintos com modos de atuação e perspectivas de escuta diferentes, porém percebíamos que nossas reflexões produziam pouco efeito.

Outro impasse nessa relação com os motoristas emergia a partir dos comentários moralistas que eles enunciavam, tais como: “vocês ficam aí insistindo nesses sujeitos que não tem mais jeito”; ou “vocês gastam o tempo de vocês com essa gente que não quer trabalhar”. Percebíamos que a revolta era ainda maior quando levávamos uma cesta básica em forma de benefício eventual para alguma família atendida. O efeito imediato das falas dos motoristas nos despertava um grande incômodo, mas conseguíamos perceber, após uma elaboração crítica, que por trás daquele julgamento moral havia uma sustentação ideológica, que tende a acirrar os conflitos intraclasse. Afinal, o motorista, nós e as famílias atendidas nessas visitas, somos membros da classe trabalhadora, apesar de na maioria das vezes não nos reconhecermos como tais, além de termos necessidades imediatas distintas. A intenção da ideologia burguesa é que não nos reconheçamos no nosso lugar de classe e que continuemos com conflito de interesses meramente interpessoais, para assim não nos opormos coletivamente à classe que detém o poder.

Quanto ao distanciamento da população com o CREAS, isso nos levou a interrogar sobre a forma de relação do estabelecimento com a população local: será que a postura disciplinar exercida e valorizada pelos trabalhadores do CREAS estaria, em alguma medida, implicando no acesso espontâneo da população? A localização do estabelecimento institucional onde funcionava o CREAS dificultava o acesso das pessoas? O que permeava o imaginário sociocultural da população que precisava acessar os serviços ofertados pelo CREAS? Considerando, que a oferta cria a demanda, era bem provável que a rispidez e o autoritarismo dos trabalhadores contribuíssem para que os usuários evitassem ir ao estabelecimento, mantendo distância e repulsa das ações ofertadas, assim como a localização centralizada do estabelecimento no município inviabilizava a presença da população, uma vez que o CREAS ficava há quilômetros de distâncias de alguns bairros mais marginalizados do município.

Em vista disso, a visita domiciliar (BRASIL, 2011a; CFP, 2012; CRESS, 2017) nos foi apresentado como o principal instrumento de trabalho dos profissionais atuantes no CREAS.

Os trabalhadores descreveram alguns aspectos específicos sobre o modo como deveríamos realizar as visitas, eles consideravam que a visita domiciliar era a melhor estratégia para flagrar e/ou surpreender a família atendida. Eles entendiam que se chegássemos sem aviso prévio à residência dos usuários seria possível constatar o conteúdo da denúncia e assim, apurar a veracidade dos fatos denunciados. Essa era uma visão extremamente policalesca e inquisitiva e percebemos que os trabalhadores que portavam essa concepção do trabalho desenvolvido no CREAS até se davam conta de que essa ética autoritária destoava do próprio discurso protetivo presente na PNAS, mas consideravam que na prática a teoria se fazia diferente.

Essa lógica investigativa, na qual o profissional exercia um papel de investigação, e sustentava uma posição de autoridade era extremamente valorizada pelos trabalhadores do CREAS, pois eles pareciam decididos a desvendar uma espécie de verdade que estava sendo encoberta/ocultada pelo sujeito ou pela família atendida. De acordo com Benelli (2004, p. 242-243), algumas instituições podem operar como um “microtribunal”, ou seja, a atuação dos trabalhadores dos estabelecimentos determinava um “mecanismo penal autônomo” que “funciona no interior das diversas instituições disciplinares” e que é “possuidor de um privilégio auto-outorgado de fazer justiça, de impor leis próprias, elaborar catálogo de delitos específicos, criar instâncias de julgamento e formas particulares de sanção”.

Nos primeiros dias de atuação no CREAS, tivemos a possibilidade de acompanhar algumas visitas e alguns atendimentos individualizados realizados por nossas colegas mais experientes e notamos que a lógica do inquérito policial prevalecia. A conversa com o usuário era pautada numa entrevista diretiva, isto é, havia pouco ou nenhum espaço para que os sujeitos trouxessem espontaneamente suas próprias percepções sobre os problemas enfrentados e/ou suas estratégias para superação da situação vivenciada. A organização da conversa, assim como o espaço físico do atendimento determinava um lugar de submissão ao usuário.

Independente do conteúdo da demanda que chegava ao CREAS, os atendimentos tinham como perspectiva ofertar uma solução para os problemas relatados de forma individual e isolada. As orientações dos técnicos estavam sempre focadas em dizer o que o outro precisava fazer para sair daquela situação de risco ou violência, imperava um discurso de mestria, tendo como referência as “soluções” típicas do MPC, como por exemplo: a meritocracia e o individualismo.

Houve diversas situações em que as profissionais orientaram os sujeitos atendidos a superar as situações de violência, através da empregabilidade, geralmente na condição da informalidade, pois consideravam que o trabalho daria o mérito daquela pessoa viver com

independência. Esse tipo de orientação desresponsabilizava o Estado, desconsiderava a base estrutural das violências vivenciadas pelos sujeitos/usuários das políticas públicas e expressava certa ingenuidade ou até o mesmo um cinismo por parte dos profissionais, diante a realidade econômica do país, pois como poderíamos acreditar que uma pessoa vivendo de serviços informais poderia alcançar a total independência financeira e assim, romper com um ciclo de violências estruturais?

Percebíamos também algo da ordem do familismo, uma vez que não havia nenhuma problematização em torno da omissão do Estado, mas sempre uma centralidade na família, que era considerada totalmente responsável pela proteção dos seus membros. Mesmo quando os profissionais observavam as diversas dificuldades e limitações materiais de uma determinada família em acompanhamento socioassistencial, o discurso tendia a culpabilizá-la e responsabilizá-la pela condição de risco, era como se a violência vivenciada não tivesse relação nenhuma com os fenômenos sociais. Esse aspecto mereceria uma discussão específica, pois de acordo com Santos (2017, p. 394): “A análise dos traços do familismo na assistência social” evidencia “o quanto os padrões presentes nas políticas públicas podem reforçar graus de opressão e desigualdade, quando reforçam a transferência de responsabilidade da proteção social do Estado e dos governos para as famílias”.

As prescrições técnicas desconsideravam a participação do usuário e nem sempre tinham um aspecto sutil, muitas vezes eram ordens explícitas, as quais eram dadas com toda a brutalidade de uma prática repressiva e opressora, havia uma determinação imperativa sobre como o outro deveria agir para superar a condição de violência. Tais condutas omitiam toda a complexidade sociocultural dos problemas narrados, uma vez que as situações de violência, violação ou negligência eram descontextualizadas da estrutura social brasileira mais ampla, era como se os profissionais desconsiderassem que as demandas de trabalho dos estabelecimentos assistenciais estão relacionadas diretamente ao modo de organização social – o capitalismo. Percebíamos, através da nossa inserção no CREAS, que os profissionais da SMAS levavam em conta apenas a postura isolada do sujeito e acreditavam que a superação daquela situação de risco dependia somente de uma atitude do próprio indivíduo e não de uma série de mudanças estruturais. Havia uma psychologização da condição de risco social, ou seja, as práticas desenvolvidas pelos profissionais do CREAS tinham como enfoque as condutas individuais dos sujeitos atendidos. Os usuários eram responsabilizados e muitas vezes culpabilizados por estarem numa situação de risco e vulnerabilidade. Essa atuação, frequentemente, pretendia “ser neutra e isenta com relação aos problemas sociais e estruturais” (BENELLI, 2020, p. 230).

Nos espaços informais que criamos para discutir os casos atendidos (brechas durante o cafezinho e/ou nas conversas de corredor), uma vez que não havia um espaço formal de reunião de equipe, foi possível observar que antes mesmo dos profissionais conhecerem a família e/ou o sujeito, encaminhado ao CREAS, eles já possuíam uma conduta preestabelecida para cada categoria de violência e/ou violação de direito. Era como se existisse um manual de ações para cada demanda que chegasse ao estabelecimento, mas eram condutas que desconsideravam os aspectos particulares e estruturais do contexto familiar.

Para os casos de violência contra idosos, a orientação era quase sempre o acolhimento institucional; para os casos de evasão escolar, era adotada uma conduta de responsabilização da família, mais especificamente da mulher/mãe; para os casos de violência doméstica, a orientação era que a vítima formalizasse a denúncia na delegacia e procurasse um emprego para alcançar a independência financeira. Situações extremamente complexas atendidas de forma superficial e pragmática, a partir de uma orientação extremamente tecnicista, ou seja, de forma autoritária e sem a menor construção de um vínculo transferencial.

O aspecto tutelador das práticas de atendimento era notório, mas também estava naturalizado, fazendo com que os trabalhadores acreditassem que aquela era única maneira possível de atuar sobre a demanda recebida. A aquisição da verdade era vista como o grande objetivo do trabalho, não importava sob que circunstâncias. O objetivo era fazer com que o sujeito revelasse sua condição de vítima e seu sofrimento (FOUCAULT, 2005), mesmo que após a declaração não houvesse nenhuma perspectiva de mudança ou superação daquela determinada realidade, pois a maioria das situações apresentadas eram atravessadas por aspectos políticos, estruturais e históricos, os quais demandavam uma ação coletivizada e o que restava aos profissionais eram orientações vagas e paliativas.

Nesse sentido retomamos Foucault (2014, p. 149), que ao considerar o poder disciplinar, afirmou que

Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. As disciplinas estabelecem uma “infra-penalidade”; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença.

As primeiras colocações sobre o modo de funcionamento e as funções do CREAS nos causou uma profunda angústia. A apresentação realizada por parte da equipe de trabalhadores nos fez associar o CREAS a um trabalho policialesco, era como se nós, trabalhadores

implicados nesse campo, tivéssemos que operar como – polícia das famílias (DONZELOT, 1980) –, atuando sob a ética do controle e da investigação. Nossa inserção no estabelecimento foi marcada por uma grande preocupação, insegurança e ansiedade, sentíamos que para nos ajustarmos aos parâmetros apresentados, deveríamos reproduzir aquele modo de atuação e se quiséssemos compor a equipe teríamos que reproduzir aquele modo de funcionamento. Afinal, no plano imediato não vislumbrávamos a possibilidade de operar outros modos de fazer.

Com muito receio e cautela fomos ocupando algumas brechas, buscando micro aberturas e subvertendo os discursos na medida do possível e, apesar do enrijecimento da equipe, conseguimos desenvolver algumas estratégias para transversalizar o instituído e fazer insurgir outros modos de atuação, assim como produzir outros efeitos institucionais para a população atendida. Uma das primeiras mudanças que foi possível operar juntamente com as colegas do CREAS foi uma reorganização do espaço de acolhida e atendimento. Nossa intercessão começou a operar do externo, daquilo que é material, para o interno da instituição até alcançar dimensões subjetivas.

A partir de algumas conversas com a equipe, fomos considerando o quanto a estrutura física poderia favorecer a sensação de acolhimento por parte dos usuários e favorecer o desenvolvimento do nosso trabalho. A equipe concordou em reivindicar junto à gestora da SMAS, recursos para uma mudança na estrutura da sala de atendimento. A sala foi reformada, ganhou um aspecto mais acolhedor e um clima mais humanizado, entretanto o espaço ficou marcado como “sala da escuta”, nomeação que carregava uma referência confessional e jurídica. Na prática, a sala de atendimentos não deixou de ser um espaço de escuta, mas para nós a questão fundamental se tornou: escuta para quê, do quê e para quem? Escuta pautada em qual referencial ético-político?

Consideramos que a maior contribuição, específica do saber psicológico, ao campo socioassistencial é a potência da escuta clínica, que inclui o sujeito na sua singularidade e particularidade social. Nossa atuação no CREAS junto às famílias e sujeitos atendidos buscou ofertar uma escuta para além das demandas manifestas. Buscamos atender as situações de violência e/ou violações que chegavam ao estabelecimento com uma perspectiva ética que contemplava algo da posição subjetiva dessa população, pois estávamos dispostos a ofertar uma escuta que acolhesse as particularidades daquela vivência, daquelas histórias, daquela posição subjetiva, levando em conta que “[...] fazer clínica é exercer uma escuta sensível, que não espera o óbvio. É este instrumento que permitirá que o profissional detecte qual a posição do sujeito

diante de seu sintoma e quais as potencialidades de que ele dispõe para reposicionar-se” (MARCOS; NEVES, 2019, p. 142).

Houve diversos recortes marcantes durante nosso processo de inserção na dinâmica de trabalho do CREAS, dentre eles, a fala de uma colega que ao nos contar sobre a sua experiência nos estabelecimentos assistenciais, comparou a atuação do trabalhador social com a de um bombeiro, referindo “que na Assistência Social os trabalhadores são os agentes responsáveis por apagar os incêndios”. Não de forma plenamente advertida, mas já num movimento intercessor, fizemos ressoar uma pergunta, que ainda hoje, nos parece fundamental: quem é que atea o fogo, do qual somos responsáveis por apagar? Afinal de contas, como se produz esse incêndio? Nesse sentido, consideramos que os problemas sociais com os quais atuamos no CREAS possuem uma relação direta com o modo de organização social capitalista, pautado na violência e exploração, se desdobrando em violências diversas que lesam os direitos da população. De acordo Ros (2014), há uma relação intrínseca entre a violência intrafamiliar e a sociabilidade burguesa. A autora fez uma análise sistemática das tipologias de violência classificadas no Registro Mensal de Atendimentos (RMA), instituído pela PNAS e considerou que

Ao reduzirem os sujeitos aos papéis de vítimas ou algozes, desconsideram a complexidade que envolve as relações sociais nessa sociabilidade, bem como o conjunto de mediações universais e singulares que confluem para a ocorrência dessa violência, ignorando, inclusive, a violência estrutural produzida pelo modo de organização social capitalista e, com ela, uma série de outras violações de direitos que antecedem e sucedem os fatos em questão (ROS, 2014, p. 32).

A vivência inicial, enquanto trabalhadora-intercessora do CREAS, foi marcada pelo sentimento de desamparo, sentíamos uma cobrança por produtividade, mas ao mesmo tempo não conseguíamos criar espaços coletivos para refletir e socializar as práticas desenvolvidas individualmente. As discussões realizadas pela equipe tinham sempre uma orientação pragmática, burocrática e permeada por um tom prescritivo. As trabalhadoras mais experientes nos diziam como operar, com isso, reproduziam a mesma posição que mantinham com os usuários: de saber e poder. O discurso de mestria prevalecia nas relações e esse modelo autoritário e detentor de saber sustentava a ética de transmissão instituída no modo de operação do estabelecimento. Em vários momentos, buscamos entender quais referências pautavam o exercício daqueles profissionais, qual referencial teórico instruíra aquelas condutas, mas a resposta vinda dos trabalhadores mais antigos era de que na “prática a teoria é sempre outra”.

O incômodo com a pressão por termos que atender as demandas dos indivíduos e famílias sem questionar os pressupostos e as encomendas que estavam subjacentes foi se tornando uma pedra em nosso sapato e, mobilizados pelas contradições, bem como pelos impasses presentes no cotidiano institucional, iniciamos um percurso de problematização da nossa práxis, facilitado pelas inserções possibilitadas pela pós-graduação, como os grupos de supervisão, as disciplinas de teor crítico e especialmente, as trocas com outros trabalhadores-intercessores. Através do referencial sócio-histórico, buscamos obter maior clareza quanto à lógica que imperava naquele processo de trabalho e para isso consideramos que existe uma luta paradigmática acontecendo no campo socioassistencial e há uma predisposição dos trabalhadores a seguirem o discurso social hegemônico e assim, reproduzir as práticas tuteladoras.

O desenvolvimento de uma análise crítica sobre a base teórico-metodológica da PNAS, em especial, das referências técnicas do CREAS (BRASIL, 2011a), surgiu como uma pauta urgente para nossa formação. Precisávamos nos orientar para o desenvolvimento da intercessão-pesquisa, em vista disso, buscamos investigar a existência um caráter reprodutivo do MPC embutido no discurso teórico e nas metodologias de trabalho da política de Assistência Social para então, pensarmos as possibilidades de subversão.

4.4 Delineando um lugar para a Psicologia no campo da Assistência Social: a contribuição de uma psicóloga no CREAS

Quando chegamos para atuar na Assistência Social, após uma trajetória de formação e trabalho na Saúde Mental, não tínhamos muita clareza quanto a nossa identidade e contribuição profissional dentro do SUAS. Não possuíamos uma dimensão da especificidade do saber da Psicologia no campo da PNAS. Nossa formação em Psicologia esteve concentrada na clínica e a primeira advertência que recebemos dos colegas do campo social, bem como dos documentos oficiais norteadores da atuação da Psicologia na Política de Assistência Social (CFP, 2007, 2009, 2012) era de que não poderíamos desenvolver a prática clínica nos estabelecimentos institucionais do SUAS, essa era uma negação quase que inquestionável. Mas, negar aquilo que o(a) psicólogo(a) poderia fazer, não indica, necessariamente, o que se deve ser feito e a falta de referenciais para uma atuação ampliada, crítica e interdisciplinar acaba gerando um sentimento de desamparo nos profissionais que iniciam a atuação profissional na Política de Assistência Social.

É interessante notar que a negação da psicoterapia no SUAS é justificada a partir de uma compreensão da clínica tradicional e privada, cuja perspectiva ética é individualizante, ou seja, desconsidera as dimensões sociais no sofrimento do sujeito. Os documentos oficiais propõem o “atendimento psicossocial” como algo que se contrapõe ao atendimento psicoterápico e orienta que a demanda de psicoterapia “[...] identificada pelo profissional de psicologia na Assistência Social, em casos que necessitem de atendimento, será encaminhada para outros equipamentos da rede local ou regional, vinculados à política pública de saúde” (CFP, 2012, p. 50). Complementam, afirmando que

[...] é tarefa da(o) psicóloga(o) aprender a reconhecer o sofrimento psíquico não somente como demanda de psicoterapia, mas o exercício e o desafio que se coloca para a psicologia na Assistência Social é justamente o de construir outras respostas que considerem as características do território de origem do usuário e que possam incidir na melhoria das condições de vida desse sujeito (IBIDEM).

Entendemos que nosso papel na Assistência Social está para além do consultório, deve estar pautado numa práxis ampliada, mas isso se deve a que compreensão de clínica, que pauta os documentos oficiais, a qual permanece restrita ao modelo clássico, elitista e individualista da Psicologia tradicional. Consideramos que, o que é denominado de “atendimento psicossocial” não garante que essa perspectiva seja superada, pois é necessário transpor a ética e não apenas a técnica, e essa superação ética precisa atravessar a Psicologia como um todo e não apenas sua inserção no campo das políticas públicas. Afinal, concordamos que a psicoterapia ofertada pela política de Saúde e/ou pelas clínicas-escolas ligadas às Universidades poderia continuar sustentada nos referenciais tradicionais, tendo como enfoque apenas o indivíduo, desconsiderando todas as produções e efeitos ético-político-sociais, e apenas a prática da Psicologia na Assistência Social deveria buscar superar esse modelo de atuação?

Benelli (2020, p. 224) fez uma análise muito bem sustentada sobre essa proposta do atendimento psicossocial e com ela buscou “verificar se estas supostas novidades *psi* seriam apenas variações e mais do mesmo, sob roupagem diferente, ou se elas seriam portadoras de diferenças diferenciadoras, no sentido de se apresentarem como contradições dialéticas radicais uma das outras”.

Durante um período de atuação no CREAS nos sentimos deslocados, como se fosse necessário reaprender a prática da Psicologia, inclusive, houve momentos em que tínhamos dúvida de como afirmar nosso saber profissional num espaço que exigia que nos homogeneizássemos enquanto técnicos, como se esse papel de “técnico” fosse algo neutro e mecânico, que qualquer sujeito, independente da especificidade do seu saber, pudesse ocupar,

ou que, quando ocupássemos o papel de técnico da Assistência Social deixássemos a especificidade do nosso saber enquanto psicóloga e apenas reproduzíssemos um manual de condutas uniformizadas e indiferentes às particularidades da nossa formação. Não foram poucas as vezes que ouvimos “você deve atuar como uma assistente social”, mas por que faríamos isso, se não somos uma assistente social?

Há uma mistura no imaginário da população e até mesmo de alguns profissionais do campo do SUAS, que tendem a confundir a atuação da Psicologia e do Serviço Social, confundir no sentido literal, isto é, negligenciando as particularidades de cada formação. Pois, apesar da complementariedade, esses saberes são distintos. Outro ponto relevante é a quantidade de assistentes sociais, muito maior, com relação ao número de psicólogos atuantes nos estabelecimentos socioassistenciais do município no qual trabalhamos. De maneira equivalente a análise que Costa-Rosa (2013, p. 121) fez no campo da saúde mental, consideramos, que “o limite da possibilidade da organização do trabalho já está dado pela proporção em que as profissões se encontram representadas na composição das equipes, e pelo modo como são exercidas por cada profissional particular”.

O município onde atuamos possui quatro CRAS, um CREAS, uma Casa de Acolhimento, uma Casa de Passagem voltada ao atendimento das pessoas em situação de rua e a SMAS, e para esse número de estabelecimentos temos quatro psicólogas e doze assistentes sociais em atuação. O número total de profissionais é resultado de muita precarização, mas ainda assim, o predomínio de assistentes sociais tende a reforçar essa hegemonia do saber, fazendo com que o trabalho da Psicologia pareça algo acessório e o lugar do Serviço Social mantenha a essencialidade, sendo que a grande potência está na articulação proporcional dos saberes e da interdisciplinaridade.

Costa-Rosa (2013) desenvolveu um ensaio teórico no qual discorre sobre a “Interprofissionalidade, Disciplinas e Transdisciplinaridade: Modos da divisão do trabalho nas práticas da Atenção Psicossocial”, e retoma a partir das suas experiências institucionais no campo da saúde, que há tentativas de contornar a divisão social do trabalho, todavia por mais que existam experiências exitosas de trabalho compartilhado, ainda não houve a superação do “poder de mando”, isto é, na Saúde Mental o Psiquiatra ainda concentra uma relação de poder. Homologamente, no campo da Assistência Social, o saber do Assistente Social busca prevalecer sobre os demais, inclusive, sobre o da Psicologia. Essa hierarquização dos saberes permanece, pois dentro do MPC é possível driblar os efeitos da divisão técnica do trabalho, considerando a possibilidade de uma atuação interdisciplinar, que não seja apenas a junção de diversas

disciplinas, mas a superação da divisão social do trabalho requer outro modo de produção e organização social.

Insistimos numa atuação profissional cuja perspectiva ética alcance a transdisciplinaridade que “está simultaneamente entre, através e além de toda a disciplina” (COSTA-ROSA, p. 123). No entanto, temos ciência que esse horizonte pressupõe a divisão das especialidades, uma vez que

Está claro que em certos setores da prática humana pode ser extremamente vantajoso dividir a produção em “especialidades”. *O que se trata de questionar é a fragmentação dentro de cada especialidade (especialismos) e o alijamento dos trabalhadores*, individualmente ou em conjunto, das decisões a respeito, tanto do planejamento do processo de trabalho, quanto dos destinos da produção (Ibidem, 2013, p. 131, grifos nossos).

Lamentavelmente, o fluxo de trabalho instituído que nos foi apresentado de início no CREAS, dissolvia as particularidades da nossa formação. O discurso institucional pretendia que as condutas entre psicólogos e assistentes sociais fossem as mesmas – como se existisse um “profissional polivalente” (COSTA-ROSA, 2013, p. 121), que fosse capaz de resolver todas as demandas, sem expressar a particularidade do seu saber. Não havia um reconhecimento das particularidades de cada formação e a potência da articulação dessas especialidades, que podem ser suplementares, enquanto ofertas de atenção assistencial. A lógica do atendimento individualizado por parte dos técnicos e o esquema de rodízio, no qual cada caso novo era atribuído para uma profissional, fazia com que nossos saberes permanecessem deslocados.

Essa fragmentação no processo de trabalho impedia que, como única psicóloga da equipe, desenvolvêssemos parcerias com as assistentes sociais, realizando um trabalho conjunto e integrado. Nos recordamos quando o advogado, que compunha a equipe técnica do CREAS, comentou: “essa lógica de distribuição aleatória dos casos, faz com que alguns usuários se beneficiem tendo uma escuta mais dedicada quando atendidos pela psicologia, mas ao mesmo tempo podem deixar de ter uma orientação mais precisa num encaminhamento e/ou no diagnóstico social por não ter contato direto com a assistente social, enfim, desse jeito o atendimento sempre perde no quesito integralidade”. Apesar de que tal comentário gerou alguma problematização entre a equipe, não foi possível avançar numa mudança importante quanto ao modo de atendimento da população, que permaneceu organizado por meio da distribuição dos casos por rodízio. Os atendimentos continuaram a ser realizados por uma única profissional e seguiu vigorando a pretensão por parte da gestão de que as condutas entre as

técnicas, psicólogas e assistentes sociais, fossem uniformes, independente de sua formação profissional.

Demarcar essa diferença entre os saberes e sinalizar a particularidade da Psicologia nos exigiu um esforço importante, mas também nos permitiu alcançar maior clareza quanto à contribuição da nossa práxis no campo da Assistência Social. Para descrevermos um pouco da participação particular da Psicologia na prática sociassistencial, desenvolvida num CREAS, é fundamental que façamos uma breve retomada da inserção do saber psicológico no campo da Assistência Social.

4.5 O processo de transição da Psicologia: de uma prática privatista e individual ao trabalho público e coletivo

A Psicologia, enquanto profissão foi reconhecida no Brasil em 1962 e durante este período experimentou várias transições. Ela manteve por muitos anos um aspecto ideológico em consenso com as classes dominantes, sua prática esteve voltada aos interesses burgueses, descontextualizando o sofrimento psíquico das estruturas e opressões sociais. A formação e atuação do profissional tinha como foco uma perspectiva de clínica privatista, individual e elitista. A psicologia não possuía um viés crítico, menos ainda um enlace político, no sentido de incluir os interesses populares. A prática psicológica, na modalidade de psicoterapia ficou restrita às vitrines burguesas e o início da sua inserção no campo social carregava uma tendência patologizante, psicologizante e adaptacionista.

Essa perspectiva da Psicologia tradicional foi levada aos espaços de atuação pública e coletiva, buscando atender os interesses do Estado em controlar a população e promover ações adaptativas e restauradoras. No entanto, nas últimas décadas o papel da Psicologia vem sendo repensado diante o desafio da atuação, bem como das contradições sociais e da própria formação. A implicação da Psicologia com o contexto social tem suscitado reflexões e problematizações extremamente importantes. Inclusive, houve alguns eventos significativos para fomentar esse debate, dentre eles a “I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: Psicologia e Compromisso Social”, realizada no ano 2000 pelo Conselho Federal de Psicologia.

Os psicólogos foram oficialmente inseridos no campo da Assistência Social, através da regulamentação do SUAS, que por sua vez, considerou a essencialidade do profissional da Psicologia na composição das equipes atuantes nos estabelecimentos socioassistenciais. No entanto, os psicólogos já trabalhavam com demandas sociais, muito antes da instauração do

SUAS. Andrade Oliveira e Oliveira (2016), desenvolveram um estudo importante, considerando indícios da presença do psicólogo no período pré-SUAS e embora a pesquisa faça um recorte espacial do município de Natal-RN, foi possível notar que o trabalhador-psicólogo se ocupava com o campo socioassistencial antes mesmo do reconhecimento da Assistência Social como política pública. As autoras destacaram registros de psicólogos situados na LBA no ano de 1985 e consideraram que

Um dos programas encabeçados pela LBA era o Projeto Casulo que tinha como objetivo funcionar em sistema de creche e externato; beneficiar crianças de 3 meses a 6 anos por meio da oferta de atendimento médico, odontológico, alimentar, pedagógico, jurídico, social e psicológico; integrar a família aos trabalhos desenvolvidos pelo projeto; oferta de recursos socioeconômicos e cursos de iniciação ocupacional. O público atendido encontrava-se em situação de baixa renda, em virtude desta condição, o seu desenvolvimento biopsicossocial necessitaria de tratamento adequado (ANDRADE OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2016, p. 392 apud SOARES, 1985).

A partir do marco histórico, buscamos analisar e discutir os desafios e as contradições da inserção da Psicologia na Assistência Social. Durante muito tempo, o saber psicológico serviu como instrumento para manutenção da sociedade capitalista, a formação liberal do profissional e o enfoque clínico-individualista atenderam aos interesses da classe dominante (LACERDA JR, 2013). Mas, a entrada da Psicologia no campo das políticas sociais gerou um grande impacto e exigiu que os psicólogos repensassem suas práticas e fundamentalmente seus interesses, levando em conta que nos discursos oficiais a atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social “(...) tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas” (CFP, 2007). Dessa forma, pressupõe-se que o psicólogo trabalhador do SUAS esteja comprometido com as lutas sociais, entretanto não há como desconsiderar que a formação dos profissionais da psicologia esteve predominantemente marcada pelos interesses elitistas e ainda, carrega traços desse elitismo.

Mobilizados pelo desafio de repensar o fazer da Psicologia na Assistência Social, identificamos uma diversidade de pesquisas que se desdobram sobre essa problemática. Há trabalhos voltados para as condições do trabalhador implicado no contexto da Assistência Social. Galbiatti (2015) através de um trabalho etnográfico e de entrevistas com as trabalhadoras de um CREAS, identificou o poder de agir dos coletivos, contudo ele também retratou os obstáculos enfrentados pelas trabalhadoras que se deparavam com as contradições impostas pelas questões econômicas e sociais no campo das políticas públicas.

Pauli, Traesel e Siqueira (2019) fomentaram a discussão sobre as condições de trabalho no campo da Assistência Social. As autoras consideraram a precarização do trabalho dos psicólogos temporários no CREAS e realizaram uma discussão importante sobre o papel do psicólogo junto à PNAS. A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com psicólogos que atuaram temporariamente em CREAS.

Ferreira Batista, Ferreira e Lima (2013) também apontaram uma provocação importante ao trabalho do psicólogo inserido no CREAS. Questionaram se esse profissional pode ser chamado de especialista ou generalista, apesar de atuar num espaço de atendimento especializado. Os autores fizeram uma retomada bibliográfica sobre a formação do psicólogo e levantam questões importantes sobre as condições técnicas do psicólogo, incluído na equipe do CREAS e consideram a complexidade, a diversidade das demandas de atendimento e ressaltaram a importância de se reconhecer os limites do saber psicológico, assim como as suas possibilidades de avanço.

Embora as pesquisas de Galbiatti (2015), de Pauli, Traesel e Siqueira (2019), de Ferreira Batista, Ferreira e Lima (2013) apresentem reflexões significativas sobre o lugar ocupado pelo psicólogo na Assistência Social, os pesquisadores não ocuparam este lugar como trabalhadores durante suas pesquisas. Alguns dos autores relataram que sua experiência profissional no campo social foi o disparador para o desenvolvimento das pesquisas, contudo não foi sua experiência/vivência enquanto trabalhador, que se tornou objeto de análise para tais reflexões, esses pesquisadores problematizaram o campo social a partir de uma intervenção com outros profissionais.

Nesse sentido, destacamos a contribuição da nossa intercessão-pesquisa, uma vez que estamos apresentando os impasses e as reflexões vivenciadas enquanto psicóloga, trabalhadora do SUAS e pesquisadora, dentro do contexto institucional do CREAS. É, exatamente essa experiência que tem nos possibilitado afirmar que o saber promovido pela formação em Psicologia pode ser extremamente potente para questionar a lógica instituída, o *status quo* e destacar a singularidade do sujeito atendido. A Psicologia aliada aos interesses sociais, pautada numa análise crítica das estruturas sociais e atenta às consequências de seu fazer, pode produzir práticas emancipatórias e contribuir ativamente para um processo de transformação social.

4.6 A teoria crítica trouxe luz para a prática e produziu novos sentidos para nossa atuação

As teorias que acessamos para dissipar nossas dúvidas e orientar nossa atuação no CREAS contribuíram para que percebêssemos que a Assistência Social nos parâmetros atuais

é uma instituição necessária ao MPC e que coopera em boa medida para reforçar uma determinada forma de consciência aos seus usuários. O próprio fato de que o capitalismo tenha permitido que essa política pública, pautada nas noções de risco e da vulnerabilidade social, existisse no seu interior, prova que ela possui uma contribuição para o sistema. Afinal, sabemos que o capital não autoriza movimentos e instituições que o confrontem radicalmente. Moura (2020, p. 418) fez uma reflexão muito apurada e consistente sobre a reprodução ideológica capitalista no contexto da Educação, mas suas considerações também servem, adaptadas, ao campo da Assistência Social. A autora afirmou que

[...] a sociedade capitalista organiza e estrutura seus sistemas sócio-político-econômicos e consequentemente suas instituições, segundo seus interesses, o sistema educacional é organizado, também seguindo algumas condições da sociedade, tais como, situação política e econômica dominante. Com isso, a sociedade capitalista, seguindo seus parâmetros de controle, não permite que a educação, e consequentemente, suas instituições, caminhem para além das necessidades do capital.

Dessa maneira, argumentamos que a Assistência Social, enquanto política de Estado, é em boa medida, reprodutora do sistema social hegemônico, suas práticas majoritariamente exercem influência na reprodução de uma subjetividade alienada, subordinada e favorável a manutenção do capitalismo. Os programas e serviços ofertados nos estabelecimentos institucionais da Assistência Social tendem a reproduzir os valores que estão intimamente ligados com a manutenção da ordem dominante. A centralidade na família, a ideia de autonomia atrelada a inserção do usuário no mercado de trabalho, são apenas alguns dos valores que sustentam o MPC e que são disseminados nos discursos e nas ofertas assistenciais, produzindo um sujeito útil e subordinado ao capital. O discurso oficial da PNAS sugere que Assistência Social seja uma instituição produtora de autonomia e que suas ações possam apoiar os sujeitos a enfrentarem a situação de risco social, todavia as ofertas institucionais estão em consenso com o MPC. Isto é, identificamos no campo prático poucas possibilidades de subverter a ordem instituída. A PNAS tende mais em atender a hegemonia cultural do capitalismo do que propor sua subversão.

Alguns referenciais teóricos foram determinantes para que formulássemos essa percepção, dentre eles, teorias críticas que analisam a política das instituições, estudos genealógicos sobre as instituições e formulações sobre o modo de operação da ideologia no interior do capitalismo. Michel Foucault e Louis Althusser foram autores relevantes para esse percurso, pois apesar das suas obras possuírem significativas diferenças foi possível apreender

muito a partir das suas considerações sobre a complexidade dos sistemas sociais, compostos por instituições, organizações, discursos e práticas que sustentam a lógica dominante.

Os referenciais acessados iluminaram nossa prática e produziram novos sentidos para uma atuação mais prudente e atenta às armadilhas institucionais. Fazer uma análise crítica sobre a realidade com a qual atuamos é imprescindível, especialmente, quando estamos interessados em promover a transformação social, no sentido dos interesses do polo subordinado, ou seja, da classe trabalhadora. Esse processo exigiu um investimento de tempo, bem como um esforço com leituras, reflexões e articulações com outros trabalhadores, exigiu também que manejassemos alguns sentimentos como a ansiedade e a angústia, diante as diversas demandas que surgiram no decorrer do processo intercessor.

O processo de apropriação teórico-conceitual crítico, associado às reflexões apuradas sobre nossas próprias intervenções, permitiu que evidenciássemos o aspecto reprodutivo do MPC, que se encontra corporificado nas ações ofertadas pelos estabelecimentos assistenciais. A racionalidade capitalista permeia os instrumentais técnicos operados dentro da Assistência Social, assim como constitui o discurso difundido no campo socioassistencial. O efeito dessa constatação nos trouxe a sensação de estranhamento dentro do campo de trabalho e um intenso desejo por subverter esse lugar de reprodução e de alienação, por meio das fissuras e então, produzir práticas subversivas aliadas ao interesse da transformação social.

Mas, enquanto trabalhadores, formados por essa sociabilidade capitalista temos uma propensão a desenvolver um trabalho submetido ao discurso ideológico. A própria dinâmica do processo de trabalho, atravessada pelo constante senso de urgência, impede que tenhamos espaços coletivos de reflexão ou espaços de educação-formação, nos quais poderíamos questionar as razões de nossas práticas e cogitar outros modos de fazer. Raras são as vezes que nos perguntamos por que fazemos determinado tipo de orientação para um sujeito/usuário ou por que reproduzimos determinados valores e condutas através da nossa atuação. Inseridos no campo institucional, somos capturados por um ritmo de produtividade que por consequência, tende a automatizar o nosso modo de fazer, sofremos uma tendência em conduzir os casos com certo distanciamento afetivo. A integração com a equipe do CREAS nos possibilitou perceber que essa era uma estratégia utilizada para proteger os trabalhadores dos efeitos subjetivos do campo social, geralmente bastante negativos, e que tendem a colocar em risco a saúde emocional desses profissionais.

A intercessão-pesquisa permitiu que abrissemos uma brecha nessa lógica, os espaços de supervisão coletiva com nosso orientador, a interação com outros trabalhadores-

intercessores, a análise pessoal e os estudos sistematizados de uma literatura ampla e complexa sobre a estrutura das instituições contribuiu para subvertermos em alguma medida essa tendência institucional alinhada com a ideologia hegemônica, que torna o processo de trabalho mecanizado, esvaziado de sentido e estritamente técnico. Esses instrumentais teórico-metodológicos instruíram nossa prática, favoreceram uma atuação intercessora e nos possibilitaram elaborar, equacionar e compartilhar o peso e a tensão que muitas vezes são sentidos de forma solitária pelos profissionais. O processo intercessor e seus dispositivos foram fundamentais para a dissolução de alguns impasses institucionais e para a implicação subjetiva e sociocultural dos trabalhadores.

Considerando a imersão ideológica que submete os profissionais do campo assistencial, retomamos uma reflexão elaborada por Althusser (1974), que foi dirigida aos professores, mas que também serve a outros profissionais do campo social. O autor referiu que os professores mesmo “[...] em condições terríveis, tentam voltar-se contra a ideologia, contra o sistema e contra as práticas em que este os encerra”, utilizam “as armas que podem encontrar na história e no saber que ensinam”, por isso “em certa medida são heróis”. Mas também considerou que a maioria desses trabalhadores “não têm sequer um vislumbre de dúvida quanto ao trabalho que o sistema (que os ultrapassa e esmaga) os obriga a fazer; pior, dedicam-se inteiramente e com toda consciência à realização desse trabalho” (p. 67-68).

A experiência de trabalho realizada no CREAS, somada ao convívio direto com outros profissionais da SMAS, trabalhadores dos diversos estabelecimentos (Secretaria, CRAS, Casa de Acolhimento, Casa de Passagem) nos permitiu observar que são poucos os trabalhadores, que atuam nos estabelecimentos socioassistenciais municipais e que possuem uma visão crítica sobre o lugar que ocupam, da prática desenvolvida, da lógica institucional de funcionamento de uma prefeitura, que possuam uma leitura crítica da nossa organização social-política e que entendem os efeitos do MPC na micropolítica. Inclusive, no nosso campo prático de atuação, a maioria desses profissionais, nossos colegas de campo, não tiveram acesso a relações e referenciais críticos que poderiam lhes permitir romper com a ideologização sofrida pelos diferentes tipos de aparelhos ideológicos, portanto, permanecem alienados e reprodutores da alienação através de suas condutas técnicas nos estabelecimentos institucionais.

O nosso campo de atuação não contava com espaços de educação continuada, nem o cumprimento da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) (BRASIL, 2013), a qual também corresponde metodologicamente à racionalidade capitalista, no sentido de uma transmissão técnica e produtiva, mas ao menos poderia dar aos trabalhadores da Assistência

Social a oportunidade de estudar, refletir e problematizar as demandas atendidas, dentre elas: as situações de violência doméstica, os abusos sexuais infantis, a negligência e violência contra idosos, os conflitos familiares, dentre as diversas outras situações acolhidas pelos profissionais do CREAS e de outros estabelecimentos.

As únicas ofertas de formação feitas pela SMAS, no período de desenvolvimento dessa intercessão-pesquisa, foram capacitações pontuais, com a coordenação de sujeitos que sustentavam a proposta de um saber-poder, uma perspectiva de educação bancária (FREIRE, 2019). Atividades formativas que na maioria das vezes não contemplava nossas reais necessidades, enquanto trabalhadores diretamente envolvidos com as demandas da população, mas que foram encomendadas por nossos gestores. Dessa maneira, nossa participação era passiva e o conteúdo transmitido, descolado da nossa prática, produzia pouco ou nenhum efeito para nossas atividades cotidianas.

Mesmo com essas dificuldades impostas pela institucionalidade, apostamos na potência da consciência crítica, no trabalho cooperado, no exercício de reflexão sobre nossas práticas e consideramos que esses são os meios para deslocar o trabalhador do seu lugar preestabelecido - reprodutor de uma atenção alienada. Acreditamos que o estranhamento, a inquietação e a revolta gerada pela tomada de consciência crítica pode levar o sujeito a romper com a reprodução das práticas institucionais enviesadas pela ideologia burguesa e se engajar politicamente com os movimentos populares, os quais carregam a verdadeira chave para a transformação social.

4.7 A instituição como um instrumento de subversão e transformação social por meio da práxis dos trabalhadores

Para melhor entendermos a contribuição da Assistência Social, enquanto instituição, no processo de subjetivação do público atendido, foi essencial recuperar algumas formulações de Foucault (2008a) sobre a sociedade de disciplina e de segurança, uma vez que essas são elaborações teóricas muito úteis para compreendermos como o modo de organização de uma sociedade reflete nos seus arranjos institucionais. Embora o autor não faça uma referência direta ao MPC, através dos seus textos é possível perceber que a disciplina e a segurança são dispositivos estratégicos para o funcionamento do capitalismo e que esse sistema está em contínuo processo de transformação, visando seu próprio aperfeiçoamento (MENEGETTI; SAMPAIO, 2016).

Um conceito fundamental desenvolvido por Foucault (2008a) e de grande contribuição para a análise política no campo institucional é o de “governamentalidade”. A partir desse conceito o autor destacou o aspecto gestor do Estado, o qual tende a regular os conflitos políticos e sociais. As instituições públicas e privadas ao criarem seus estabelecimentos, estão produzindo mecanismos para a gestão social, tendo em vista que por meio desses espaços e instrumentais técnicos é possível exercer o controle dos indivíduos e também a gestão dos seus desejos, do seu tempo e fundamentalmente, da vida da população. Foucault (2008a, p. 145-146) considerou que “esse estado de governo, que tem essencialmente por objeto a população e que se refere e utiliza a instrumentação do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança”.

Althusser (1999, p. 163) em uma das suas obras elementares sobre as condições de reprodução da sociedade capitalista formulou uma questão indispensável para nosso processo de intercessão-pesquisa, quando indagou: “como é garantida a reprodução das relações de produção?” E de forma muito segura afirmou, que “ela é garantida pelo exercício do poder de Estado através dos Aparelhos de Estado: por um lado, o Aparelho repressor de Estado e, por outro, os Aparelhos Ideológicos”. Nesse aspecto, observamos uma relação importante entre os dois autores, Foucault e Althusser, pois ambos reconhecem o papel fundamental que o Estado ocupa para a manutenção da ordem capitalista.

Tomando a Assistência Social como uma instituição estatal que integra o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência, é possível elucidar que o Estado se relaciona com a população visando garantir a manutenção da ordem social capitalista, a partir de um pacto de segurança e de proteção, ou seja, o controle e o poder são operados pela positividade discursiva. Na nossa intercessão-pesquisa estamos envolvidos na prática com mecanismos de poder e de controle que operam no campo socioassistencial, tais como as visitas domiciliares, os atendimentos individualizados, as reuniões de equipe e as discussões de caso, instrumentos utilizados nas condutas cotidianas dos trabalhadores sociais. A metabolização do capitalismo ocorre por meio de práticas naturalizadas, que operam continuamente sobre o corpo da população, corpo “que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 2014, p. 134). A execução dessa disciplinarização é realizada pelos diversos atores implicados nesse processo reprodutivo, nos mais variados campos institucionais como a Educação, a Assistência Social, a Saúde, etc., que visam garantir a preservação do MPC.

Considerando a ideia de “governamentalidade” proposta por Foucault, buscamos compreender em qual medida o Estado permeia nossos instrumentais de trabalho. Por exemplo, quando acolhemos um adolescente no CREAS e através de um atendimento individualizado o orientamos a frequentar a escola, a buscar um emprego e acatar as normas sociais, estaríamos condicionando esse sujeito a se submeter “voluntariamente” à ordem do capital? O Estado de governo estaria sendo reproduzido por meio das nossas condutas no campo socioassistencial?

Os atendimentos individualizados, as visitas domiciliares, as reuniões de equipe e as discussões de caso são instrumentos profissionais utilizadas no campo socioassistencial que possibilitam o desenvolvimento dos serviços ofertados pela Assistência Social. Esses instrumentos são atravessados pelos interesses institucionais, sendo assim, eles podem portar uma postura ética tuteladora, intromissora e normalizadora, assim como podem carregar uma posição singularizada, política e intercessora. Esses instrumentais intervêm na organização de vida dos sujeitos atendidos, porém suas consequências comumente não são problematizadas na dinâmica do trabalho, já que é justamente esse efeito que corrobora para a reprodução da racionalidade capitalista e, portanto, são naturalizados pelos profissionais.

Podemos tomar como exemplo a sugestão das nossas colegas assistentes sociais de utilizar a visita domiciliar como um instrumento para inspecionar a família com a qual trabalhamos e a partir da visita flagrar aquilo que os usuários tentariam omitir. Amaro (2000, p. 199) alertou que “há profissionais que usam a visita domiciliar para realizar uma busca de ‘coisas’, como provas que atestem alguma situação. A impressão que fica é a de que a visita domiciliar terminará no momento em que se encontrar a ‘coisa’ procurada”. Tomar a visita domiciliar como um instrumento de punição revela a ética tuteladora dessa intervenção e produz no sujeito atendido um efeito ameaçador, tornando-o submisso ao poder do Estado, autorizado a entrar na casa da população para fiscalizar e impor sua onipotência. O resultado dessa conduta é útil ao capitalismo, pois o MPC forjou uma sociedade de controle, portanto, espera que os sujeitos temam e se submetam ao aspecto vigilante imposto pelo capital.

Enquanto trabalhadores-intercessores, buscamos atuar no CREAS a partir de uma ética transdisciplinar, que pretende subverter o instituído, ainda que de forma restrita a particularidade da nossa prática individual como psicóloga desse estabelecimento. Apesar de limitada, nossa posição gerou ressonâncias no campo institucional, nossos colegas observaram os efeitos da nossa posição ético-política e mesmo que resistentes a operar uma mudança mais radical, eles também se implicaram com nossas questões e produziram pequenas fissuras

naquele cenário que no início da nossa intercessão era extremamente rígido e autoritário. O trabalhador-intercessor reconhece seus limites e não tem a presunção de achar que irá transformar sozinho o *modus operandi* das instituições onde opera, mas considera relevante e muito potente esse movimento instituinte, essas brechas e esses micro efeitos no processo de coletivização entre os profissionais.

Nesse processo de subversão, diante as práticas instituídas, procuramos considerar de maneira sutil aos nossos colegas outras possibilidades de executar as condutas técnicas necessárias para o desenvolvimento do trabalho, com isso, não buscamos ensiná-los ou corrigi-los, pelo contrário, nossa intercessão, sempre prezou pela horizontalidade do diálogo, bem como pela construção de um saber-fazer coletivizado. Conforme considerado por Freire (2019, p. 142): “A tarefa do educador dialógico é, trabalhando em equipe interdisciplinar este universo temático recolhido na investigação, devolvê-lo, como problema, não como dissertação aos homens de quem recebeu”.

Problematizamos com nossos colegas de equipe que a visita domiciliar, por exemplo, poderia ser um instrumento interessante para o início do acompanhamento de uma dada família, no sentido de promover à busca ativa do sujeito que demandava por atendimento e dar ele(a) a oportunidade de participar e de conhecer as possíveis ofertas do serviço socioassistencial, mas após iniciado o acompanhamento seria possível utilizar a visita como uma forma de atendimento planejado em domicílio e não necessariamente como uma forma de surpreender/flagrar a família. Procuramos promover as reflexões pela via do afeto, no sentido de ajudar nossos colegas a perceber que o sujeito atendido também possui suas particularidades e seus modos de vida. Dessa forma, consideramos que a visita domiciliar utilizada como um objeto de intimidação tenderia a prejudicar a construção do vínculo entre profissional e usuário, além de causar um constrangimento à família. Buscamos problematizar como esse instrumento é sensível e potente, pois pode produzir um efeito emancipador aos sujeitos atendidos, bem como fazê-los se engajar com as propostas ofertadas.

A construção do vínculo com os sujeitos e as famílias atendidas também foi uma das pautas que mais procuramos debater com nossos colegas, uma vez que o distanciamento que mantinham com as famílias era algo muito prejudicial ao próprio desenvolvimento do trabalho. Compreendemos que esse distanciamento e frieza com os quais tratavam os usuários eram mecanismos de defesa utilizados para preservar as suas emoções enquanto sujeitos, que também estavam submetidos aos efeitos negativos da instituição. Mas, a hostilidade que mantinham com a população atendida reverberava naquela sensação de descrença que nutriam com relação as

atividades desenvolvidas em campo. Trabalhamos por meios diversos, conversas informais e pequenas reuniões, com nossos colegas, sobre a potência do desenvolvimento de um vínculo verdadeiro com a família e/ou com o sujeito atendido. Consideramos que uma relação de confiança favorecerá o andamento do trabalho, de forma que o usuário passaria a contar com a nossa presença e não temer nossos encontros. Pois, se o sujeito se sentisse ameaçado a tendência seria uma reação de luta ou fuga, assim, nossa “aposta é que produzir vínculo é produzir mais autonomia para os sujeitos, em relações simétricas e na diferença” (SEIXAS, et al., 2019, p. 10).

4.8 O atravessamento disciplinar e de controle nas práticas desenvolvidas na PNAS

A Assistência Social é parte do dispositivo de Seguridade Social e não é necessário muito esforço para perceber que elas assim como as ofertas de Saúde e de Previdência consistem no amortecimento dos riscos sociais e na incessante reprodução da dominação do capital. As práticas institucionais promovidas pelas políticas sociais, apesar de sustentarem discursos arrojados, produzem ações predominantemente conservadoras e propagadoras de submissão, pois “um modo de produção não subsiste a não ser na medida em que é garantida a reprodução das condições da produção, entre as quais o papel determinante é desempenhado pela reprodução das relações de produção” (ALTHUSSER, 1999, p. 172). A origem dos problemas sociais não aparece como pauta explícita no discurso oficial das políticas públicas. A documentação oficial da Assistência Social (BRASIL, 2004, 2005), por exemplo, ignora estrategicamente, os fatores que fundamentam os riscos e a vulnerabilidade social, sendo que suas proposições buscam apenas operar uma gestão administrativa dos problemas relativos à miséria, às doenças e aos direitos do trabalhador, de modo a garantir que permaneçam em níveis toleráveis para o equilíbrio do capital. De acordo com Behring (2006, p. 36):

Percebe-se que a economia política se movimenta historicamente a partir de condições objetivas e subjetivas e, portanto, o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade. Sem esse olhar, pode ficar prejudicada a luta política em torno das demandas concretas dos trabalhadores, frequentemente obstaculizadas, hoje pela alardeada "escassez de recursos". A luta no terreno do Estado - espaço contraditório, mas com hegemonia do capital - requer clareza sobre as múltiplas determinações que integram o processo de definição das políticas sociais, o que pressupõe qualificação teórica, ético-política e técnica. Constata-se, que a política social - que atende às necessidades do capital e, também, do trabalho, já que para muitos trata-se de uma questão de sobrevivência - configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de

classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho.

Foucault (2008b, p. 196) considerou que, no contexto da sociedade de segurança, “[...] uma política social não pode adotar a igualdade como objetivo. Ao contrário, ela deve deixar a desigualdade agir”, isto nos faz pensar que a Seguridade Social por meio de suas proposições teóricas e práticas também germina a noção de risco. Constatamos, a partir da nossa experiência de trabalho no CREAS que há uma contradição de base na estrutura da Política de Assistência Social, isto é, enquanto política pública ela se propõe no âmbito do discurso garantir a proteção social da população, mas desconsidera que no domínio do capital, a condição de risco e de vulnerabilidade social são fatores inevitáveis. Um sistema que se consolida a partir da expropriação e da exploração da força de trabalho, conseguiria produzir proteção social de forma integral? Para camuflar essa situação são adotadas medidas estratégicas que encobrem essa contradição fundamental, de modo que seja preservada a sustentação de uma determinada lógica de governo.

Freire (2019, p. 200) considerou que uma estratégia para dominar e conformar as massas consiste na manipulação, a qual segundo o autor age a partir de uma “série de engodos e promessas” que servem para “anestesiá-las as massas populares para que não pensem” e considerou ainda, que a manipulação pode operar através de formas assistencialistas e que essas “distraem as massas populares quanto às causas verdadeiras de seus problemas, bem como quanto à solução concreta destes problemas. Fracionam as massas populares em grupos de indivíduos com a esperança de receber mais” (ibidem, p. 204). Nesse sentido, poderíamos identificar no discurso oficial da PNAS um aspecto manipulador que afirma a proteção social como uma possibilidade efetiva sem levar em consideração que a exploração de uma grande maioria de pessoas é a matéria-prima do MPC.

A política de Assistência Social (BRASIL, 2004, 2005) foi institucionalizada para quem dela precisar e seu discurso oficial oculta a opressão de gênero, classe e raça existentes na sociedade, mas através da atuação no CREAS observamos que o público atendido na particularidade deste estabelecimento, correspondia integralmente à classe trabalhadora, mais especificamente, a classe dos proletários e na sua maioria eram mulheres pardas e negras. Sujeitos que foram expropriados dos meios de produção e foram condenados a uma espécie de servidão voluntária. A ética normalizadora, típica do MPC, prevalecente nos estabelecimentos assistenciais, pressupõe que façamos uso de instrumentos de controle para manter esses sujeitos submetidos a ordem capitalista, pois conforme considerou Branco (2013, p. 86): o sujeito da

Seguridade Social é “o bom moço, o cidadão pacato, o trabalhador infatigável e honesto que pede pouco, que não resiste, que não participa nem deseja participar das instâncias de decisão que se dão fora de seu conhecimento e que determinam sua vida”, em outras palavras, o sujeito de direito, é irrefutavelmente, aquele que se encontra controlado pelo capital, ou seja, um corpo dócil que “[...] pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2014, p. 134).

O atravessamento disciplinar e de controle também atua sobre os corpos dos trabalhadores sociais, fazendo com que esses reproduzam condutas ideológicas, as quais determinam um modo de vida muito específico, submisso, acrítico, apolítico e subserviente. Nesse sentido, Althusser (1999, p. 179) esclareceu que os Aparelhos Ideológicos de Estado

[...] e suas práticas têm como objeto e objetivos os indivíduos que ocupam os postos da divisão social-técnica do trabalho na produção e na reprodução, e, portanto, a ideologia existe por meio dos aparelhos ideológicos e de suas práticas nas próprias práticas desses indivíduos. Digo bem, suas práticas: o que inclui, simultaneamente, o que se chama suas ‘ideias’ ou ‘opiniões’, incluindo suas ‘ideias’ ‘espontâneas’ sobre a prática (produtiva, científica, ideológica, política, etc.) que lhes é atribuída pela divisão do trabalho, mas também seus ‘costumes’ ou ‘usos’, portanto, seus comportamentos reais, ‘conscientes’ ou ‘inconscientes’.

A Política de Assistência Social sustenta uma perspectiva de assujeitamento, isto é, os usuários são moldados ideologicamente pelos profissionais-executores da política para servir à lógica capitalista, a partir do lugar de trabalhador e de consumidor. O trabalho desenvolvido no campo socioassistencial da SMAS é delineado para a formação de um corpo social cuja força de trabalho atenda a demanda do mercado. Conforme descrito por Foucault (2008b, p. 198) “[...] não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceber a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos”.

O saber disciplinar, o poder e o controle exercidos sobre esses corpos fazem com que o tempo de vida desses sujeitos esteja intimamente associado à sua capacidade laboral. Os mecanismos e pressupostos da PNAS visam garantir a utilidade do sujeito durante um determinado período de tempo, como um organismo condenado a produzir e consumir. Costa-Rosa e Rosa (2011, p. 335) consideram que na formação social neoliberal, “o tempo é duração e o desejo é necessidade ou carência a ser satisfeita nessa linearidade do tempo” e ainda, complementaram que só “se valoriza de fato o trabalho dos velhos que alargam o tempo”. Essa consideração nos fez perceber que a atenção dispensada aos sujeitos usuários da Assistência

Social busca, na verdade, criar determinados hábitos que sejam coniventes ao *status quo*, isso implica na prescrição de uma maneira muito específica de ocupar o tempo, de se relacionar, de criar os filhos, de educar, de pensar, de dormir e fundamentalmente, de trabalhar e consumir.

A dimensão do desejo, nesses sujeitos, é reduzida ao plano da carência e da sobrevivência, sendo que a própria condição de precariedade e miséria dificulta o reconhecimento do desejo como uma força extremamente potente. O pauperismo embrutece esses corpos, que se encontram sobredeterminados pela ideologia dominante, a qual impõe as necessidades e os possíveis objetos para saciar essas necessidades, forjadas pelo próprio capital. No entanto, como essa satisfação é inatingível, o sujeito é colocado num ciclo vicioso de trabalho e consumo.

O empoderamento e a autonomia pretendidos pela política de proteção social atendem a uma finalidade particular, a produção de um corpo adestrado e produtivo por si mesmo. De acordo com Moura (2020, p. 419): “o domínio do capital acaba por assegurar que cada indivíduo adote, como sendo suas, as condições de reprodução, como interiorização de valores, funções e determinações”. Elaborar essa análise, tendo como parâmetro os estudos foucaultianos, torna claro que o poder disciplinar “em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (FOUCAULT, 2014, p. 167). Essa colocação nos aproxima de um aspecto fundamental, a positividade da lógica de poder, que busca acolher, inserir, garantir e assegurar.

Há um reflexo do poder disciplinar nas proposições da PNAS (2004), o qual

[...] aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2014, p. 136).

Os mecanismos de reprodução do capital são imanentes à política de Assistência Social e se integram aos instrumentos de trabalho dos profissionais que atuam nesse campo a partir da micropolítica do poder. Suas estratégias são revestidas por um aspecto positivo e produtivo, são “pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 136). O trabalho parametrizado pela PNAS (BRASIL, 2004) não se constitui apenas no discurso repressor, mas inclui também a proatividade e sustenta a ideia de que os sujeitos deverão “governar a si

mesmos”. O discurso assistencial de empoderamento e autonomia servem bem a essa proposição, a partir da qual o sujeito atendido pela Assistência Social adota uma conduta adequada ao se inserir no processo produtivo, estabelecendo de maneira orgânica um modelo de vida, de relação e de consenso com o capitalismo, transmitidos de forma sutil pelos diversos veículos do capital (família, igreja, escola, estabelecimentos assistenciais, etc.).

A elaboração de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) também contempla o discurso profícuo das propostas políticas, isto é, as estratégias de dominação “não recorrem à violência física, pelo menos, de maneira dominante e visível” o que, “equivale a dizer que os Aparelhos Ideológicos de Estado distinguem-se do Aparelho de Estado no sentido que funcionam não ‘por meio da violência’, mas ‘por meio da ideologia’” (ALTHUSSER, 1999, p. 110). Partindo da ideia de que os AIE são sistemas organizados por instituições, cuja função estratégica é a garantia da manutenção do MPC, poderíamos conceber a Assistência Social como um desses aparelhos? Levando em conta todo o efeito subjetivo e material produzido por suas ações, consideramos que a Assistência Social, enquanto instituição política corresponde aos pressupostos de um aparelho ideológico burguês.

A ideia de “Proteção Social”, fundamental ao discurso oficial da PNAS (BRASIL, 2004), carrega uma função ideológica, pois essa suposição de proteger uma população que se encontra em risco, manipula a real intenção social da classe dominante que consiste em assegurar a manutenção do MPC e proteger o grande capital, garantindo que a população permaneça afastada da consciência crítica e da consciência de classe. A proposta de “proteção” é feita no contexto das estruturas do capitalismo, portanto não há uma perspectiva de superação das situações de risco, uma vez que os riscos nesse modo de produção são infundáveis. A base de reprodução do capitalismo é a exploração da mão de obra e, portanto, é inevitável que os sujeitos estejam sob a condição de fragilidade, de pobreza, de dano material e pessoal, logo, o risco é uma certeza inalterável. Mas a Assistência Social insiste na ideia de ofertar proteção, bem-estar e igualdade de direito, dissimulando as contradições sociais, além de colaborar para a reprodução das formas sociais capitalistas.

Os modos de fazer no campo socioassistencial são os elos transmissores de uma determinada forma de relação social, as práticas se ocupam em efetuar o adestramento das vontades e essencialmente, o controle do “sujeito-assistido”, mas é fundamental o entendimento de que o controle é exercido de forma minuciosa, permeado de sutilezas e se apresenta de maneira fluída. Os aparelhos disciplinares são constituídos concretamente por intrincadas

relações entre saberes e poderes, e não operam, necessariamente, sob o princípio do enclausuramento.

Estes trabalham o espaço de maneira muito mais flexível e mais fina [...]. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo [...]. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 2014, p. 140).

É justamente na organização desse espaço analítico que se constitui a Assistência Social, instituição com a qual estamos implicados. Mas, aliados à ética da Atenção Psicossocial, buscamos reconhecer e utilizar estratégias para superar o imperativo da ordem vigente. Seguimos alertas quanto ao fato de que “os AIE são extraordinariamente fortes e vivazes” (ALTHUSSER, 1999, p. 115), pois eles estão totalmente imbricados em nossa subjetividade, bem como na nossa formação profissional. Todavia, consideramos que os estudos, a apropriação teórica, a leitura de produções como as de Foucault e Althusser somadas a uma análise crítica da nossa experiência no campo da Assistência Social, enquanto trabalhadora-intercessora, nos permite defender a ideia de que somos agentes importantes nesse cenário. Nossa atuação pode corresponder ao ideal hegemônico e favorecer a reprodução de uma racionalidade política e socioeconômica liberal ou pode buscar revolucionar essa ordem e fazer emergir os efeitos da luta paradigmática no campo institucional.

O contato com essas leituras críticas, assim como o debate constante sobre as nossas práticas com a equipe de trabalho do CREAS fez com que percebêssemos que é possível resistir e que “[...] nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso [...] Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer” (FOUCAULT, 1995, p. 256). Portanto é imprescindível que estejamos atentos e alertas aos discursos e as práticas disciplinares e ideológicas. Podemos ocupar a posição de trabalhadora do CREAS e utilizar os mesmos instrumentais previstos nas normativas institucionais (BRASIL, 2004; 2005; 2011a; 2011b), e ainda assim, produzir efeitos totalmente contrários ao discurso dominante e hegemônico.

Para tanto, é preciso que estejamos advertidos e precavidos quanto ao plano institucional no qual estamos localizados, quais são os impasses e possibilidades do campo da Assistência Social e do CREAS; bem como quanto à ética que poderá pautar nossa práxis e,

fundamentalmente, para onde desejamos caminhar. Desse modo, a revolução social determina nosso rumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

AMARO, S. T. A. Visita domiciliar: orientações para uma abordagem complexa. In: DESAULNIERS, J. B. R. **Fenômeno: uma teia complexa de relações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 195-202.

ANDRADE OLIVEIRA; OLIVEIRA. Os psicólogos na assistência social: indícios de sua presença pré-SUAS. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 16, n. 2, p. 382-400, 2016.

ARDOINO, J.; LOURAU, R. **As Pedagogias Institucionais**. São Carlos: RiMa, 2003.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, v. 23, n. 4, p. 609-660, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. MDS. Brasília, DF: MDS, 2005.

BRASIL. **Orientações técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social (CREAS). Brasília, DF: MDS, 2009.

BRASIL. **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Brasília, DF: MDS, 2011a.

BRASIL. **Lei nº 12.435**, de 6 de julho de 2011, altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011b.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília: MDS, 2013a.

BRASIL. **Caderno Brasil sem Miséria**. Brasília: MDS, 2013b.

BRANCO, G. C. A seguridade em Michel Foucault. **ECOPOLÍTICA**, n. 5, 2013.

COSTA-ROSA, A.; COSTA-ROSA, T. E. Envelhecimento, tempo e desejo na hipermodernidade. In: TRENCH, B.; COSTA-ROSA, T. E. **Nós e o Outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa**. 2011. p. 321-344.

COSTA-ROSA, A. **Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica**: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva. São Paulo: UNESP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação do(a) Psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias**: referências para a atuação do psicólogo. Brasília: CFP, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação do(a) Psicólogo(a) nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**. Brasília: CFP, 2012.

CRESS/7ª REGIÃO. **Termo de Orientação realização de visitas domiciliares quando requisitadas a assistentes sociais**. 2017.

CUNHA, E. P.; FERRAZ, D. L. (orgs.) **Crítica marxista da administração** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Rizoma, 2018.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERREIRA BATISTA, E. M.; FERREIRA, R. F.; LIMA, A. O. **O Psicólogo no espaço do CREAS: especialista ou generalista?** In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 2013.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; RABINOW, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau 2005.

GALBIATTI, F. et al. **O poder de agir de trabalhadoras da assistência social no contexto neoliberal**. 2015. 109 f. Dissertação (Psicologia do Centro de Ciências da Vida) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2015.

LACERDA JR, F. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y Crítica de la Psicología**, n. 3, p. 216-263, 2013.

LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 78-98.

LIMA, E. B. A provocação do Mais-Um como possibilidade de um laço diferenciado. **Stylus (Rio de Janeiro)**, n. 31, p. 207-211, 2015.

MARCOS, C. M.; NEVES, E. O. As (im)possibilidades de fazer clínica no PAEFI: o que pode o analista face à violência? In: AMORIN, F. Z.; ISABEL, J. G. S.; SAADALLAH, M. M. **O fazer da psicologia no Sistema Único de Assistência Social**. 2019. p. 134-151.

MARTINS, A. C. B. L. Quem será o mais-um? Contribuições da psicanálise para o campo da política. **Stylus (Rio de Janeiro)** n. 36, p. 121-130, 2018.

MENEGHETTI, G.; SAMPAIO, S. S. A disciplina como elemento constitutivo do modo de produção capitalista. **Revista Katálisis**, v. 19, p. 135-142, 2016.

MEXKO, S. **Psicologia e Assistência Social: contribuições da Psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico**. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

MOURA, A. C. O conceito de alienação e o processo de reprodução da sociedade na educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 12, n. 3, p. 411-422, 2020.

NETO, G. H. Políticas públicas: dos conceitos à sua impossibilidade na gramática do capital. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v.13, n. 26, p. 293-319, 2020.

PAULI, C. G.; TRAESEL, E. S.; SIQUEIRA, A. C. A Precarização do Trabalho dos Psicólogos Temporários no CREAS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo, toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROS, A. C. P. **Violência familiar, pauperismo e sociabilidade burguesa: a vida das famílias atendidas no CREAS II em Ribeirão Preto-SP**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2014.

SANTOS, W. R. O circuito familista na Política de Assistência Social. **Textos & Contextos**, v. 16, n. 2, p. 388-402, 2017.

SEIXAS, C. T. et al. O vínculo como potência para a produção do cuidado em Saúde: o que usuários-guia nos ensinam. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. 1-14, 2019.

SOUZA, W. A. **A Assistência Social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS: um campo de intercessão**. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

SOUZA, W. A. O dispositivo intercessor na Assistência Social: um modo de transformação da realidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 15, n. 1, p. 53-69, 2016.

VIANA, N. Marx e a Burocracia. **Revista Plurais-Virtual**, v. 5, n. 2, p. 25-53, 2015.

ENSAIO 5

A LOCALIZAÇÃO DO TRABALHADOR-INTERCESSOR NO CONTEXTO DA LUTA DE CLASSES

Tratar da heterogeneidade que atravessa a classe, que pode até mesmo alimentar formas de preconceito e opressões, é um desafio inevitável para quem sustenta a validade analítica do conceito de classe trabalhadora e tanto ou mais para quem aposta na potencialidade transformadora desse sujeito histórico (MATTOS, 2019, p. 58).

5.1 Introdução

Quando assumimos o cargo público de psicóloga na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) de uma prefeitura do interior do Estado de São Paulo não tínhamos uma compreensão muito clara da representação dessa função no contexto maior da luta de classes, menos ainda da contribuição do trabalhador público no âmbito da estrutura produtiva do capital. O sentimento pessoal era de satisfação por termos sido aprovados num concurso público, acreditávamos que havia segurança e estabilidade nos cargos públicos municipais e considerávamos que o cargo de psicóloga do CREAS nos permitiria atuar com as políticas públicas no desenvolvimento do bem-estar social, pois esse era o campo de trabalho que despertava nosso interesse desde o período da graduação em psicologia.

Quando tomamos posse do cargo e começamos a atuar no CREAS não tínhamos referenciais suficientes para fazer uma análise crítica do papel que os trabalhadores da Política de Assistência Social ocupam na reprodução da sociabilidade capitalista, tampouco tínhamos base teórico-política sólida para entender criticamente as razões da rivalidade existente entre os integrantes da equipe de profissionais da SMAS, assim como no conjunto mais amplo dos trabalhadores da prefeitura municipal. Havíamos adentrado num campo de trabalho em que os trabalhadores públicos não se reconheciam na mesma condição de exploração vivenciada pela classe trabalhadora em geral, portanto a solidariedade intraclasses era quase que inexistente. Essa situação nos gerou um profundo incômodo, pois não compreendíamos as razões dos profissionais viverem em constante disputa e isso nos levou a problematizar por meio da análise metodológica do Materialismo Histórico Dialético (MHD), os impasses que vivenciamos em campo e a entender que essa realidade é produto da sociabilidade capitalista, na qual impera a competição entre os indivíduos.

Partimos do singular para o universal, considerando as especificidades da nossa realidade: o contexto institucional do CREAS, no âmbito da prefeitura de um município de

médio porte no interior do Estado de São Paulo, para uma compreensão ainda mais ampla da estrutura institucional da PNAS e do SUAS no contexto capitalista brasileiro. Esse ensaio é resultado dessa elaboração teórica, na qual consideramos as relações e interações vivenciadas no campo de trabalho. Nos pareceu importante identificar as possíveis causas dos conflitos entre os trabalhadores, uma vez que, assim, poderíamos buscar saídas inovadoras, tendo em vista que atuar numa instituição como a Assistência Social, enquanto trabalhadora-intercessora, pressupõe que tenhamos a capacidade de driblar os obstáculos impostos pelos conflitos institucionais, os quais envolvem o funcionamento da prefeitura, do estabelecimento assistencial e, especialmente, os efeitos da luta de classes.

Uma das maiores dificuldades que observamos para reinvidicação dos nossos direitos enquanto trabalhadores estava relacionada com a fragmentação do coletivo de profissionais que atuavam na SMAS. A maioria dos trabalhadores não se identificavam enquanto classe e a desarmonia das equipes ocorriam por diversos fatores, dentre eles: as diferenças das categorias profissionais (assistente social, psicólogo, advogado, educador social, auxiliar administrativo e outros), os diferentes níveis de cargos (administrativo, técnico ou coordenador), os regimes de contratação (concursado, comissionado, celetista) e as diferenças significativa de salários. Os conflitos entre os profissionais da SMAS eram bastante frequentes, improdutivos e repercutiam na nossa pequena capacidade de organização e de reivindicação geral, bem como na qualidade dos atendimentos ofertados para a população.

Uma situação capaz de exemplificar a disputa entre os trabalhadores dos estabelecimentos assistenciais consiste na polêmica entre o que é uma demanda de CRAS e o que é uma demanda de CREAS. Essa pauta aparentemente simples, com relação a especificidade das demandas de atendimento, é debatida com muita recorrência pelos profissionais que compõem a organização dos serviços socioassistenciais e gera um desgaste entre os trabalhadores que parecem mais querer culpar um ao outro do que desenvolver um trabalho de complementariedade e responsabilização coletiva. A partir da prática no campo da Assistência Social, observamos que pouco se problematiza o “mal-estar nas instituições”, suas formas, seus fatores e seus efeitos, tanto para os trabalhadores como para a população, usuária da política de Assistência Social (COSTA-ROSA, 2000a, p. 9).

A divisão das proteções sociais por níveis de complexidade é uma estratégia interessante da PNAS que busca garantir o acesso da população aos serviços especializados, contudo os critérios usados para estabelecer essa divisão portam aspectos subjetivos e isso faz com que os conflitos entre as equipes se manifestem. Vivenciamos inúmeras situações que em

decorrência da rivalidade entre trabalhadores e da falta de um fluxo organizado de trabalho fez com que os sujeitos demandantes da Assistência Social transitassem pelos diversos estabelecimentos assistenciais municipais, num jogo de empurra entre CRAS e CREAS.

Essa situação emergiu como um analisador¹³ e possibilitou que evidenciássemos a fragilidade da organização dos estabelecimentos, assim como a disputa e a rivalidade pessoal existente entre os trabalhadores. No intuito de compreender melhor os elementos que sustentam essa “questão-problema”, rastreamos algumas obras críticas e, por meio delas, buscamos entender a dimensão do trabalho e, de modo especial, as possibilidades de localização do trabalhador na luta de classes, de forma que pudéssemos compreender a localização singular do trabalhador-intercessor nesse processo, como um mediador de conflitos.

Ressaltamos que o interesse por desenvolver essa discussão teve origem no cerne do nosso cotidiano, nos impasses vivenciados no processo de trabalho desenvolvido no CREAS e no desejo de construir uma reflexão sobre a necessidade da articulação dos trabalhadores para a efetivação da práxis, no âmbito de execução da PNAS. Acreditamos que a análise dessa questão no campo da Assistência Social municipal, é uma contribuição importante ao nosso processo de intercessão, bem como poderá vir a ser útil aos novos intercessores.

No desenvolvimento do texto recorreremos à categoria “classe trabalhadora” e, através dela contemplamos nosso lugar de psicóloga, servidora pública, atuante num CREAS, do mesmo modo que buscamos abranger o conjunto de servidores públicos com os quais nos relacionamos no contexto da prefeitura municipal e os usuários que atendemos por meio da Política de Assistência Social. Afirmar essa categoria e utilizá-la como uma espécie de identificação representa um objetivo muito importante, o qual busca validar e resgatar o caráter de classe junto àqueles que vivem do trabalho, enquanto coletivo que precisa se reconhecer para conjuntamente confrontar a classe dominante.

Nesse sentido, consideramos que historicamente houve uma desapropriação da categoria classe trabalhadora e foram aplicadas substituições de termos que colaboraram com os interesses da burguesia. O uso do termo cidadão, por exemplo, uniformizou no plano teórico, os lugares sociais entre aqueles que operam o trabalho e aqueles que se beneficiam dele, resultando numa homogeneização social e política, por isso, insistimos no impacto que a categoria classe trabalhadora causa e na sua potencialidade revolucionária. De acordo com Mattos (2019, p. 23): “muito da dificuldade em reconhecer hoje o potencial emancipatório do

¹³ Ver nota nº. 1 no Ensaio 4.

proletariado como sujeito revolucionário relaciona-se ao uso de uma concepção demasiado estreita do que venha a ser essa classe”.

Nesse ensaio, pretendemos delinear algumas questões, sem o intuito de esgotá-las, uma vez que se trata de um debate extremamente complexo e profundo. Não podemos negar que há no texto uma espécie de chamamento à organização política dos trabalhadores da prefeitura, junto aos quais atuamos, pois partimos do princípio de que será por meio da luta coletiva que teremos a oportunidade de construir melhores e mais justas condições de trabalho.

5.2 A remuneração como elemento para a fragmentação da classe dos trabalhadores públicos municipais

Conforme fomos nos apropriamos da lógica de funcionamento do serviço público, sentimos uma profunda inquietação com a fragilidade das relações estabelecidas entre os profissionais que compõem a SMAS, frequentemente, perpassadas por conflitos, rixas, rivalidades e “picuinhas”. A interação com os servidores municipais, em especial, com os profissionais da SMAS nos revelou que a falta de reconhecimento profissional por parte da equipe gestora quanto ao trabalho realizado pelos técnicos, assim como a disparidade de salário existente entre os funcionários efetivos e comissionados, são fatores determinantes para o enfraquecimento das relações de equipe no campo de trabalho. Nossos colegas relataram que a prefeitura não ofertava perspectivas de crescimento aos servidores efetivos, não havia plano de carreira e nenhuma metodologia de incentivo que pudesse motivar esses trabalhadores a dar continuidade na sua formação e no seu aprimoramento profissional. Diziam que o único meio de ascensão institucional era o arranjo político, ou seja, para ganhar um pouco melhor seria necessário firmar uma relação de politicagem, pois somente assim, haveria a chance de obter e ocupar, por nomeação, uma posição de poder, ocupando algum cargo de chefia e obter um aumento salarial.

Penariol (2017, p. 166) revelou aspectos da complexidade dessa relação institucional e considerou que “os chefes são nomeados pelo prefeito para ocupar os cargos comissionados ou as funções de confiança, que em sua maioria são parentes de parentes, amigos, pessoas que o auxiliaram em sua campanha política ou ainda alguém para quem precisa retribuir um favor”. Isto é, comumente, os melhores cargos e salários de uma prefeitura são distribuídos a partir da lógica do favoritismo, em que se concedem compensações ou privilégios por uma relação de influência e/ou afinidade política.

A impressão inicial que nos foi comunicada pelos servidores públicos municipais, nossos colegas atuantes na área da Assistência Social, foi confirmada a partir do da intercessão-pesquisa que desenvolvemos no CREAS. A dimensão econômica se mostrou um elemento importante para a perpetuação da alienação dos trabalhadores da prefeitura municipal, privando-os do sentimento de pertencimento à sua classe, a classe trabalhadora assalariada, tornando-os alienados de sua natureza, de si mesmo e da sua própria categoria social.

Passamos a compreender por meio da nossa inserção no campo institucional da SMAS que a maior parte daqueles que recebem os maiores salários numa prefeitura não são remunerados, necessariamente, por sua capacidade produtiva nem por sua competência técnica junto ao processo de trabalho, mas sim por exercerem uma função de apaziguamento junto às possíveis ou efetivas agitações sociais, resultantes das contradições do MPC. Os ditos chefes de setores e/ou coordenadores dos estabelecimentos socioassistenciais desfrutam dos maiores salários e geralmente não representam os interesses de sua equipe de trabalho, menos ainda, contribuem com a eficiência e eficácia dos serviços. Eles costumam ocupar postos-chaves para desestimular os funcionários municipais e a classe operária em geral ao possível movimento de luta e de reivindicação de direitos.

A seleção desses sujeitos que frequentemente ocupam os cargos de chefia é realizada a partir da relação de confiança estabelecida com a figura política em exercício no poder executivo e, apesar deles também pertencerem ao segmento de pessoas que precisam vender a força de trabalho para garantir sua própria sobrevivência, decidiram vender sua capacidade de ideologizar, ocupando o papel de “agentes da repressão”, tal como descrito por Althusser (1974, p. 65) como sendo aqueles que precisam “saber mandar e ser obedecido ‘sem discussão’ ou saber manejar a demagogia da retórica dos dirigentes políticos”, atuando assim, a favor da manutenção dos interesses da classe dominante.

Esses profissionais também constituem a classe trabalhadora e, apesar de suas funções serem improdutivas no sentido material da produção, são necessários para manutenção da racionalidade capitalista, pois operam a favor do silenciamento da classe trabalhadora em geral, incluindo seus colegas de prefeitura. São verdadeiros “cães de guarda” (BIHR, 1998, p. 46), adestrados pelos gestores locais, os quais mantêm uma aliança direta com o poder de Estado. Apesar de também serem chamados de funcionários públicos, tendem a atender os interesses e prioridades do prefeito e não os da população. Iasi (1999, p. 40) referiu que “uma parte da própria classe passa a ter um status, uma estabilidade e um poder que não tinha, para submeter-

se [...]. Abrimos mão de nosso desejo para rendermo-nos à satisfação da sobrevivência imediata” e “alguns ganham muito bem para isto”.

Jessé Souza (2018) contribuiu para que compreendêssemos alguns aspectos relevantes em torno da fragmentação da classe trabalhadora, os quais se aplicam no âmbito da SMAS. Na pesquisa que concebeu a obra: “A classe média no Espelho”, o autor revelou em detalhes o fracionamento da classe média e as táticas utilizadas pela classe dominante para manter o domínio e a exploração da classe trabalhadora, a qual a classe média, mesmo negando, faz parte. Essa leitura demonstrou que o processo de subalternização dos sujeitos não se compõe apenas por meio dos processos econômicos, mas fundamentalmente pela ideologia, que opera através de mecanismos complexos à formação subjetiva da população, sustentando a falsa ideia de que todos os sujeitos possuem a mesma liberdade e autonomia. Segundo o autor:

É mais fácil explorar as pessoas quando elas acham que são livres e autônomas. Reclamar do quê e de quem, se o mundo é perfeito e transparente? Se há algo errado, então o erro só pode estar em nós mesmos, que não somos suficientemente livres, autônomos, diligentes ou disciplinados. É exatamente por isso que existem essas mentiras, que estão por toda parte: nas escolas, nas universidades, no cinema, na televisão, nos jornais, nas propagandas – e em tudo o que vemos e ouvimos desde que nascemos. Essa é a função delas (SOUZA, 2018, p. 10).

A partir do processo de intercessão-pesquisa desenvolvido na SMAS, mais especificamente no CREAS, fomos dispostos de ferramentas sofisticadas para compreender os impasses vivenciados nesse campo institucional. Por meio do MHD percebemos que é estratégico do MPC possibilitar que uma pequena parte dos trabalhadores tenha certa ascensão socioeconômica e isso se reproduz nas prefeituras municipais. O retorno financeiro ofertado a um pequeno grupo de profissionais é uma forma de concessão, típica do capitalismo, que visa a manter privilégios nas mãos de poucos, ou seja, costuma-se pagar bem um pequeno conjunto de sujeitos para que seja garantida a reprodução da racionalidade capitalista. Os profissionais que recebem um pouco mais, em relação a grande massa, estão incumbidos de fazer com que os “trabalhadores funcionalistas” permaneçam aliados e submetidos aos interesses da classe dominante, difundindo a ideologia hegemônica e fazendo com que a população apoie a manutenção da ordem do capital, sem questioná-la. Desse modo, é comum que a camada social denominada de classe média ou “aristocracia operária” ocupe uma posição ético-política reacionária. Lessa (2015, p. 10) considerou que

Desde o final do século 19, a burguesia vai se dando conta de que há um setor do proletariado com o qual ‘se pode conversar’ e buscar acordos. Diferente do restante dos trabalhadores, esse setor é ‘civilizado’, ‘cidadão’ e ‘responsável’. A burguesia percebe, ainda mais, que uma aliança com a aristocracia operária enfraqueceria o restante da classe, tornando mais fácil o controle de todos os trabalhadores pelo capital.

Os instrumentos utilizados pela classe dominante para manter a disciplina e a ordem, assim como a desagregação da classe trabalhadora, especialmente nos setores públicos, perpassam o Estado. São os impostos que garantem o salário desses “agentes da repressão”, que dentro de uma Prefeitura ocupam os cargos de chefias municipais (prefeito, secretários, diretores de departamentos, chefes de divisão, coordenadores e outros), fazendo com que o proletariado seja duplamente explorado, pois além de terem que vender sua força de trabalho num regime de exploração, o assalariamento, eles também são contribuintes dos impostos que pagarão os agentes que irão reprimi-los e condicioná-los ao lugar de subalternização. Esse imposto também paga o salário dos servidores públicos funcionais (assistentes sociais, psicólogos, advogados, médicos, enfermeiros, etc.), aqueles que atuam nos estabelecimentos institucionais, executando a norma vigente sem questioná-la, os funcionários tarefeiros. Mas, esses trabalhadores recebem salários condizentes com os preços do mercado, valores que por sua vez também reproduzem a lógica da exploração, pois “o salário forja uma ilusão na qual a troca entre não-equivalente apareça como uma troca entre equivalente e, portanto, fundamentada os princípios da igualdade entre trabalhador e capitalista” (PRADO, 2011, p. 108). Esse segmento de trabalhadores, servidores públicos, também estão submetidos à exploração do capital, mesmo que em níveis diferentes. Eles até tentam lutar por melhores condições de trabalho e de salário, mas com isso, seguem dando continuidade à lógica da acumulação.

A reivindicação por melhorias de salário por parte dos servidores públicos se desdobra, inclusive ideologicamente, em mais fragmentação da classe trabalhadora. O aumento dos salários desse conjunto de pessoas implica o aumento da opressão dos proletários, considerando que o MPC está fundamentado na acumulação e na mais-valia. A melhoria das condições de salário de um grupo se sustenta na exploração de outro, consolidando assim, um efeito gangorra, o qual pressupõe que a melhoria de alguns preestabeleça a piora de outros. Todavia, nesse caso, todos os sujeitos compõem uma mesma classe social, que se apresenta extremamente heterogênea, pois é composta por profissionais de distintas áreas e com privilégios desiguais. Definitivamente, a luta econômica não determina a luta revolucionária.

Como efeito dessa fragmentação intraclasses, percebemos um conflito endossado pelos aparelhos ideológicos, que difundem a ideia de que o problema econômico do país se deve ao custeio dos serviços públicos, considerando esses serviços como pouco eficientes e muito onerosos. Trata-se de um verdadeiro pretexto criado pela burguesia para invisibilizar a rapinagem operada por ela mesma e impor a necessidade de reestruturação do serviço público, revelando seu principal interesse - a privatização de serviços estratégicos -, que ainda permanecem sob o controle e gestão do Estado. Ribeiro e Mancebo (2013, p. 199) consideraram a existência de

[...] uma verdadeira campanha caracterizada por atitudes de desprezo, discriminação, descrédito e desvalorização direcionada a esse setor. Por público, considera-se tudo o que é ineficiente, associado ao desperdício, à corrupção, à falta de controle e coordenação, e o privado é apontado como o lugar de eficiência e de excelentes resultados. O serviço público carrega consigo características depreciativas atribuídas tanto aos órgãos em si quanto aos servidores que neles trabalham.

Esse discurso ideológico é extremamente perigoso e se adequa muito bem aos anseios proletários, que é a classe que mais sofre com o efeito da expropriação, e, portanto, anseia por um culpado que se apresente personificado para que possa canalizar toda a sua revolta contra ele. Desse modo, é comum nos depararmos com sujeitos da classe trabalhadora que disseminam a ideia de que os servidores públicos são um verdadeiro peso para a sociedade. O avanço teórico alcançado por meio dessa discussão nos possibilitou reconhecer que há uma dependência econômica do serviço público para com o mercado, contudo não é necessário muito esforço para entender que a verdadeira riqueza produzida pela classe proletária não está distribuída entre os servidores públicos, mas que permanece restrita ao desfrute da burguesia, que dela se apropria de modo privado.

5.3 Os efeitos políticos advindos da posição de trabalhadora-intercessora inserida no CREAS

O efeito da depreciação do serviço público, bem como do próprio trabalhador, atinge as instituições e seus agentes. A partir da nossa intercessão-pesquisa, observamos que a população atendida na Assistência Social sofre uma tendência ideológica por subestimar os serviços públicos e os profissionais que atuam nos estabelecimentos assistenciais. Diversas vezes presenciamos ou tivemos ciência de situações em que os sujeitos-usuários dos serviços socioassistenciais se queixaram da pouca efetividade das ofertas, mas na elaboração dessa

reclamação, percebemos que a população tendia a nos identificar com os estabelecimentos, isto é, os trabalhadores da SMAS passam a ser confundidos com as ofertas institucionais do estabelecimento, mistura-se os serviços e os programas com os trabalhadores que estão operando essa oferta. Nesse sentido, se os programas e serviços são insuficientes para o atendimento das problemáticas extremamente complexas sofridas pela população, os trabalhadores também são tidos como ineficientes e, com isso, a fragilidade da estrutura institucional da Assistência Social no município permanece encoberta e pouco discutida, uma vez que os profissionais são tidos como os únicos culpados pelas respostas insuficientes do Estado.

A população atendida pelo CREAS e por outros estabelecimentos assistenciais da SMAS vivencia situações extremamente críticas de violência e de vulnerabilidade social e reconhecemos que as ações ofertadas pela Política Pública de Assistência Social apresentam limites. Não é possível atender todas as demandas que chegam até os estabelecimentos, mas o direcionamento dessa revolta à figura dos trabalhadores assistenciais contribui para a fragmentação intraclasses, ou seja, alimenta ainda mais a desavença forjada entre os trabalhadores, pois apesar de representarmos o Estado e a sua ineficiência, quando executamos as políticas públicas, não somos nós quem construímos as leis, até porque enquanto servidores públicos também somos atravessados por elas e pela imposição dos seus limites.

Procuramos entender que quando nos tornamos alvos da fúria de alguns sujeitos-usuários dos estabelecimentos socioassistenciais, isso ocorre pelo fato de representarmos a figura do Estado, o qual se constitui ideologicamente como um elemento abstrato e despersonalizado. Nesse sentido, é compreensível que a população se revolte contra nós, que estamos encarnados na sua frente e que muitas vezes portamos às más notícias, como por exemplo, a impossibilidade de ofertar uma renda básica que possa suprir as necessidades vitais de uma família que vivencia a fome. No entanto, dentro do campo institucional cada profissional maneja essa transferência de raiva de uma forma muito específica, sendo que alguns respondem a partir da contratransferência, alimentando um ciclo infindável de revolta e resignação, pois além da violação operada pelo Estado o usuário pode vir a ser atingido pela hostilidade do profissional que o atende e que não conseguiu fazer essa distinção.

A exposição vivenciada pelos profissionais no campo de trabalho possui efeitos subjetivos e acarreta uma série de desgastes, os quais implicam de forma negativa sobre a nossa saúde mental e, muitas vezes, nos desestimula a continuar atuando e militando no campo público, pois o reconhecimento não vem de nenhum dos lados, nem dos gestores (a chefia

imediate), nem da população. Somos postos à prova com as contradições do MPC. As situações práticas vivenciadas no cotidiano de trabalho nos colocam numa encruzilhada, percebemos os limites das ofertas institucionais, mas também não temos força e/ou autonomia para requerer outras possibilidades de trabalho que nos permitam fazer outras ofertas. A pressão é exercida por todos os lados, pela população que demanda soluções permanentes e efetivas para seus impasses e pela estrutura política, composta pelos gestores municipais, que nos determinam limites intransponíveis.

O trabalho na SMAS nos impõe diversas contradições, como por exemplo, o paradoxo imposto entre a lógica do que devemos ofertar para a população e a lógica de trabalho à qual estamos submetidos. Enquanto trabalhadores do CREAS, devemos desenvolver um trabalho continuado com as famílias atendidas, atuar com a perspectiva do fortalecimento dos vínculos, com a estimulação do protagonismo, mas enquanto servidores públicos estamos sujeitos a mudanças repentinas e compulsórias quanto ao local de trabalho, e somos subordinados a uma condição de passividade e de total despolitização, uma vez que a prefeitura atua com um tipo de gestão altamente hierarquizado e tomado pela burocratização.

Durante o processo de entendimento das relações estabelecidas entre a classe trabalhadora no contexto da SMAS, fizemos o exercício de nos localizarmos enquanto sujeito nesse campo de luta, pois conforme ressaltou Souza (2018, p. 141): “[...] saber quem somos de verdade é o primeiro passo para retomar um caminho que foi construído por gente e, portanto, pode ser refeito por gente”. Tal como enfatizado por Rancière (2002, p. 45), que considerou: “[...] um camponês, um artista (pai de família) se emancipará intelectualmente se refletir sobre o que é e o que faz na ordem social”. Dessa maneira, notamos que nossa inserção no ambiente universitário nos permitiu certa expansão do nível sociocultural.

A partir da graduação, viabilizada por um programa social, o PROUNI e da pós-graduação em Psicologia tivemos acesso a referenciais secundários que nos possibilitaram, em alguma medida, contornar a ideologia da classe dominante, a qual tem como tendência condicionar os sujeitos a uma posição política reacionária. Apesar da nossa origem proletária, passamos a ter acesso a espaços que a grande maioria dos membros dessa classe não possui, dentre eles, destacamos: a possibilidade de iniciar um processo de análise pessoal, bem como a oportunidade de participar de grupos de formação/supervisão, que mesmo tendo uma perspectiva de valor social, continuam restritos a um público particularizado (universitários, trabalhadores públicos sintonizados com a ética da Atenção Psicossocial), ou seja, essas ofertas

por mais que se ampliem, ainda permanecem distantes dos interesses e das condições objetivas da classe proletária.

A participação nesses espaços contribuiu para o nosso reposicionamento ético-político, para o engajamento com a luta emancipatória e fundamentalmente, para o manejo dos sentimentos advindos da implicação institucional. Tais inserções colaboraram para o manejo dos sentimentos oriundos do processo de trabalho e dos seus efeitos. Costa-Rosa (2019, p. 49), assertivamente, considerou que

Do atravessamento do trabalhador-intercessor pelos efeitos da própria análise é importante destacar, ainda, aquilo que a teoria da psicanálise define como “destituição subjetiva”. Esta tem relação direta com as possibilidades de posicionar-se sob transferência: *emprestar o corpo e a subjetividade* (sua própria realidade psíquica) *sem ter que pagar em excesso*, em narcisismo e em gozo (sob as formas comuns da angústia ou do regozijo bondoso); isso vale tanto diretamente no trabalho com os sujeitos que se queixam, quanto no contato com os *efeitos advindos da posição de trabalhador dos coletivos institucionais* (grupos de trabalho diversos) e *da própria instituição* (grifos nosso).

O processo de intercessão-pesquisa, composto pela atuação em campo, pelo percurso de análise pessoal, supervisão e de formação política contribuiu para um melhor dimensionamento do nosso papel enquanto servidora pública na luta de classes. Mas, para termos clareza quanto a nossa posição na estrutura produtiva foi necessário reconhecer alguns pontos fundamentais, dentre eles, que os trabalhadores públicos também “[...] vivem da riqueza produzida pelos operários”, já que seus salários têm “origem no capital produzido pelos proletários”, portanto “compartilham com a burguesia o fato de serem integrantes da porção da sociedade que parasita o trabalho proletário” (TONET; LESSA, 2012, p. 43). Essa descoberta trouxe um incômodo inicial, pois como psicóloga, atuante no CREAS, parte do grupo de servidores públicos municipais, também sentíamos o peso da exploração do MPC. Sendo assim, como poderíamos ocupar esse lugar de “parasitas do trabalho proletário”? A partir de algumas reflexões e interlocuções com outros intercessores reconhecemos que existem diferenças significativas na forma como a precarização e a exploração afeta a classe trabalhadora, determinando posições diferentes aos membros de uma mesma classe, tendo em vista que há um fracionamento importante no âmbito da classe trabalhadora.

Quando se souber que todo esse pessoal é *assalariado*, portanto, por um motivo ou outro “explorado”, mas que existem diferenças muito grandes entre os diferentes salários e as diferentes condições de trabalho (os operários submetidos a ritmos extenuantes, enquanto os engenheiros trabalham em condições completamente diferentes), sem falar da diferença fundamental entre as funções de produção pura e a combinação muito variada das funções de exploração, produção e repressão,

concordar-se-á com a *extrema complexidade das formas*, inconscientes e conscientes, da *luta de classes* que reina no próprio âmago do processo de produção. (ALTHUSSER, 1999, p. 65 – grifos do autor).

A práxis desenvolvida no CREAS, junto aos colegas de campo e com a população usuária da Assistência Social, nos possibilitou perceber que os conflitos intraclasse além de atingir a relação entre os profissionais da SMAS, também atravessa a relação com o público atendido nos diversos estabelecimentos assistenciais. Fomos nos dando conta por meio da experiência em campo, que há uma distinção entre os profissionais e os sujeitos atendidos, essa diferenciação se sustenta por condições materiais e subjetivas, as quais determinam lugares diferentes na estrutura reprodutiva do capital para o servidor público e para o sujeito usuário da política de Assistência Social. Os trabalhadores dos estabelecimentos assistenciais não se identificam com as demandas da população atendida e isso produz efeitos significativos ao processo de trabalho.

A partir da implicação no cotidiano do CREAS, vivenciamos situações que operaram como analisadores institucionais relevantes e que dão base para essa discussão teórica. Nesse sentido, destacamos uma situação narrada por uma colega, trabalhadora da SMAS, que expôs o quanto ficou aborrecida com o fato de um usuário dizer que gostaria de ter um trabalho como o dela, destacando os benefícios do cargo, dentre eles: a estabilidade, o salário, a carga horária e a própria prática. A trabalhadora fragilizada pelas condições materiais, subjetivas e ideológicas de sua formação e de seu campo profissional, tomou o apontamento do sujeito como uma ofensa e respondeu que “se ele quisesse um trabalho como o dela, bastaria cursar o ensino superior e ser aprovado num concurso público”, tomada pelo ideário da meritocracia.

A argumentação usada por nossa colega desconsiderou as condições históricas e socioeconômicas do sujeito e revelou que a formação técnica é compreendida no MPC como um instrumento de distinção entre os membros da mesma classe social, isto é, há um aspecto ideológico intrínseco na formação acadêmica, que faz com que os sujeitos que concluíram um curso de nível superior sejam portadores de qualificação profissional e detentores de um saber-poder. Relação essa, que presume a divisão social e técnica do trabalho, responsável por manter o saber apartado do fazer. O MPC determina que há aqueles que sabem porque alcançaram um título de saber e especialismo, e com isso, existe uma subsunção do fazer. A partir da teoria crítica marxiana percebemos que a resposta dada pela profissional é efeito da ideologia dominante, a qual carrega uma fragilidade típica do discurso capitalista e que encobre a condição de exploração também vivenciada por aqueles que possuem uma formação acadêmica.

A crença nessa ideologia fez com que a trabalhadora se mantivesse “carente de uma consciência coletiva que lhe permitisse atuar como ‘classe para si’” (MATTOS, 2019, p. 113).

Chauí (2008, p. 73-74) considerou que a ideologia burguesa faz com que

[...] os homens creiam que são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem, e os preguiçosos empobrecem. Ou então faz com que creia que são desiguais por natureza, mas que a vida social, permitindo a todos o direito de trabalhar, lhes dá iguais chances de melhorar – ocultando, assim, que os que trabalham não são senhores de seu trabalho e que, portanto, suas “chances de melhorar” não dependem deles, mas de quem possui os meios e as condições do trabalho. Ou, ainda, faz com que os homens creiam que são desiguais por natureza e pelas condições sociais, mas que são iguais perante o Estado, escondendo que a lei foi feita pelos dominantes e que o Estado é instrumento dos dominantes.

Ambos os grupos (servidores públicos e usuários das políticas públicas) pertencem à “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 101), portanto precisam vender sua mão de obra para garantir sua sobrevivência, porém operam essa “venda” sob condições diversificadas. A experiência vivenciada como psicóloga, trabalhadora do CREAS, nos permitiu legitimar a tese de que “se todo proletário é um trabalhador, nem todo trabalhador é um proletariado” (LESSA, 2012, p. 57). Os sujeitos atendidos pelos estabelecimentos da Assistência Social são expostos às situações muito mais brutais, seus corpos são levados ao limite da exaustão, tendo em vista que o lugar que ocupam na estrutura reprodutiva da sociedade, apesar de ser fundamental para reprodução do MPC, é ideologicamente desvalorizado, enquanto que os trabalhadores que operam a mediação das políticas públicas, junto aos estabelecimentos socioassistenciais e na gestão política, desfrutam de uma pequena e relativa liberdade, considerando que as “funções repressivas”, exercidas pelos “funcionários assalariados”, tais como “os soldados, os policiais, os magistrados, os funcionários públicos, etc.”, possuem maior valor e estima nesse sistema de classes – o capitalismo (LESSA, 2012, p. 53).

De acordo com a categorização elaborada por Cavalcanti (2021), os trabalhadores de maneira geral são semilivres, pois não existe liberdade para uma classe que para sobreviver precisa vender sua força de trabalho. Não há possibilidade de exercer plenamente a autonomia no contexto do capitalismo. Alguns trabalhadores, dependendo da posição que ocupam na estrutura produtiva, pode desfrutar de uma relativa liberdade, no sentido de ter horários mais flexíveis e/ou maior capacidade de se posicionar diante o seu fazer, mas é uma quimera a crença de que somos detentores de autonomia e liberdade.

Se a escravidão e formas assemelhadas de trabalho compulsório permaneceram, [...], plenamente integradas às sociedades contemporâneas, a serviço da acumulação do capital como algo incorporado, ajustado e essencial ao sistema, a uniformização e universalização do denominado trabalho “livre” não representou a redenção da exploração. A verdade é que essa tal “liberdade” não passa de uma farsa (CAVALCANTI, 2019, p. 38).

Entendemos que a distinção operada entre os membros de uma mesma classe serve ao triunfo da burguesia e no campo das políticas públicas colabora para a dispersão da luta pela garantia dos direitos, pois se há tanta disparidade no domínio de uma mesma classe a chance de organização por um objetivo comum é extremamente reduzida.

A partir do trabalho intercessor desenvolvido no campo da SMAS, observamos que vários dos nossos colegas, trabalhadores dos diversos estabelecimentos assistenciais não legitimam e até negam os direitos sociais garantidos pela legislação (PNAS, 2004) à classe trabalhadora. Essa posição política reacionária está sintonizada com a ideologia dominante, que opera através de uma manipulação subjetiva, implantando nesses sujeitos valores morais como a ideia do mérito individual, o qual nega a essência e a estrutura de uma sociedade de classes. A partir de uma análise crítica tornou-se evidente que nossos colegas, profissionais na SMAS desconsideram as propostas da PNAS, levando em conta o seu lugar na estrutura produtiva do capital, a sua posição e o seu relativo conforto na luta de classes, ou seja, por desfrutar de uma condição socioeconômica relativamente diferenciada e não demandar no plano imediato os direitos garantidos pela PNAS, tendem a negar a situação de carência vivenciada pelo outro, associando à condição socioeconômica a uma questão de escolha pessoal.

Durante o processo de intercessão tivemos que lidar com colegas do nosso convívio diário, trabalhadores do CREAS e de outros estabelecimentos assistenciais, que desconsideram o efeito, mesmo que paliativo, das ofertas institucionais e com isso reproduzem discursos contraditórios, que trazem na sua essência, a individualização da pobreza, a qual é um fenômeno coletivo e produzido pela dinâmica social capitalista. Eles não conseguem reconhecer que as migalhas ofertadas pelo Estado são as únicas possibilidades de sobrevivência do proletariado, tendo em vista, que no acirramento da luta de classes, aqueles que vivem do trabalho, sentem no corpo o efeito devastador desse sistema, estando expostos à fome, à violência, às iniquidades e às mais diversas exclusões sociais.

A ideologia nos ensina a tomar como parâmetro de análise social a nossa própria história de vida, dessa forma somos instruídos pelo discurso dominante a defender a meritocracia e argumentar que se alguns de poucos foram capazes de superar a origem proletária, todos também são, porém isso faz com que seja desconsiderado as diferenças de

oportunidades e os determinantes diante a vida material, bem como os aspectos relacionados à raça e ao gênero. Esse discurso liberal colabora para a dispersão da luta revolucionária e enfraquece um possível levante das massas populares.

Benelli (2014a, p. 108) fez uma análise crítica da atuação de alguns trabalhadores no cotidiano institucional da Assistência Social e também localizou a negação do pertencimento de classe nos discursos desses profissionais. O autor associou esse posicionamento reacionário ao efeito da ideologia dominante, que “[...] os ‘desclassa’ no plano imaginário, mas não no financeiro, alinhando-os com o pensamento, os interesses e valores da classe média, à qual não chegam a pertencer”. Essa determinação ideológica é estratégica ao capitalismo, que busca dissolver a ideia de pertencimento de classe e negar as diversas opressões operadas pela classe dominante, pois se o sujeito não reconhecer a sua condição de explorado e se identificar com os ideais de outra classe social, a dita classe média, ele não irá se engajar com o movimento coletivo e organizado da classe trabalhadora. A desidentificação do sujeito com o seu meio é imprescindível para a manutenção e reprodução do capital.

A partir da análise política das formações sociais capitalistas, passamos a perceber que existem elementos estruturais que justificam essa fragmentação vivenciada pela classe trabalhadora, tendo em vista que “a vitória da burguesia é muito facilitada quando ela consegue isolar os operários do conjunto dos trabalhadores” (TONET; LESSA, 2012, p. 43) ou conforme escrito por Paulo Freire (2019, p. 190): “Na medida em que as minorias, submetendo as majorias a seu domínio, as oprimem, dividi-las e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade de seu poder”, uma vez que a classe dominante não pode “dar ao luxo de consentir na unificação das massas populares”, pois isso “significaria, indiscutivelmente, uma séria ameaça à sua hegemonia”. A falta de solidariedade e de engajamento entre os membros de uma mesma classe os torna dispersos, consequentemente, mais vulneráveis às ações de opressão da classe dominante.

Essa pauta é fundamental e decisiva ao nosso processo de intercessão-pesquisa, considerando que o ideário revolucionário pressupõe a organização e a coletividade da classe que vive do trabalho. É urgente o debate público sobre os mecanismos utilizados para a fragilização do poder popular, isto é, precisamos tomar consciência das razões e das estratégias utilizadas por esse sistema e por suas instituições para alimentar a disputa e a rivalidade entre os trabalhadores nos diversos campos, inclusive, no campo institucional da Assistência Social. O processo de consciência crítica nos permitiu identificar o efeito desses conflitos na oferta dos serviços, bem como na dificuldade de organização dos profissionais da SMAS, os quais se

viram inúmeras vezes impossibilitados de reivindicar seus direitos por não conseguir alinhar seus interesses e por não se identificarem como membros de uma mesma classe social.

Entendemos que enquanto não forjarmos meios para unir forças e reconstruir a aliança entre os trabalhadores, especialmente no campo da Assistência Social, considerando a necessidade da articulação dos profissionais com a população atendida, não faremos grandes avanços, se permanecermos na posição de disputa e rivalidade, continuaremos sendo orquestrados pela burguesia e se não desmascarmos o verdadeiro inimigo, lutaremos contra aqueles que estão ao nosso lado, mesmo que em posições diferentes. Dean (2021, p. 99) destacou que “[...] no capitalismo, os trabalhadores não são automaticamente camaradas. O capitalismo tenta separá-los e torná-los competitivos, egoístas e temerosos”. Dessa forma, é necessário revelar quem faz o uso do poder para oprimir e explorar, pois somente assim, teremos condições de nos organizar como membros de uma mesma classe e tecer a transformação radical das estruturas sociais.

Sabemos que a retomada da lógica de pertencimento entre os trabalhadores, seja na SMAS ou em outros campos institucionais, soa como uma proposta contrária a lógica vigente, a qual presume a reprodução da racionalidade individualista. Mas é imprescindível que possamos nos movimentar na tentativa de recuperar a ética da camaradagem, considerando que “o camarada é o grau zero do comunismo porque designa a relação entre aqueles que se encontram do mesmo lado da luta para produzir relações sociais livres, justas e iguais, relações desprovidas de exploração” (DEAN, 2021, p. 95).

Para instruir nosso horizonte nos inspiramos nas palavras repletas de força de uma grande revolucionária marxista:

Operários, deixem de lado todas as suas pequenas rivalidades de ofício e formem para além de suas associações particulares uma UNIÃO compacta, sólida, indissolúvel. Para que amanhã se eleve espontaneamente de todos os corações um mesmo e único pensamento: – a UNIÃO! (TRISTÁN, 2015, p. 70)

5.4 O efeito da divisão social do trabalho na organização da luta de classes

A partir das intercessões realizadas no CREAS e na SMAS identificamos que há uma reprodução da racionalidade capitalista implicada nas práticas ofertadas nos estabelecimentos assistenciais. Está incutido nessa instituição - a Assistência Social -, formas muito específicas de agir, pensar, sentir e viver, que são peculiares ao MPC. Nossa intercessão-pesquisa exercida no CREAS de um município de médio porte no interior do estado de São Paulo, somada a

análise da bibliografia (SENRA e GUZZO, 2012; FALEIROS, 2014; ROS, 2014; SILVEIRA et al., 2018, PAULI et al., 2019) nos permitiu identificar que nessa pequena amostra institucional, operam os mesmos instrumentos ideológicos (a rivalidade, a disputa, a individualidade e a meritocracia), forjados pelo capital para operar a desarticulação dos membros da classe que vive do trabalho no contexto mais amplo. Nossa intercessão-pesquisa revelou que a experiência de trabalho vivenciada no CREAS, expressa os mesmos processos que ocorrem na macroestrutura da sociedade capitalista.

Como profissional inserida no CREAS e na lógica de funcionamento da prefeitura municipal sofremos uma tendência para operar a favor da reprodução do capital, vigiando, controlando e difundindo uma determinada organização de vida aos sujeitos atendidos nos estabelecimentos assistenciais. Isto é, somos “encarregados de impor na vida cotidiana a ordem a submissão dos operários à ordem burguesa” (LESSA, 2012, p. 53). Mas, consideramos que a subversão dessa posição é possível por meio do processo de consciência da luta de classes e do pertencimento e engajamento com os movimentos da classe trabalhadora, sendo que no campo da SMAS, observamos a possibilidade de reivindicar nossos direitos através de ações coletivas (envolvendo a articulação entre profissionais e usuários dos serviços socioassistenciais) por meio de espaços como assembleias, conselhos municipais e conferências.

A lógica difundida na formação dos trabalhadores técnicos (assistentes sociais e psicólogos) incute a ideia de que somos detentores de um conhecimento absoluto e de que estamos aptos a impor um modo de vida para a população. Para além da formação, temos também a determinação sociocultural que reforça essa posição autoritária, ao propor um imaginário social de que somos especialistas e detentores de um saber-poder. Observamos que a sociedade deposita sobre nós, profissionais especializados no campo social, a expectativa pela resolução imediata de problemas que são altamente complexos e estruturais. Com o objetivo de ilustrar essa consideração, tomamos como exemplo, o recorte de um atendimento realizado no CREAS.

Dolores entrou em contato com o estabelecimento através de uma ligação telefônica e pediu para falar com um dos técnicos, a atendente que é uma “trabalhadora não especialista” insistiu que poderia atendê-la e orientá-la, mas Dolores se apresentou irritada, afirmando que quem resolveria o caso dela seria a “assistente social”. Diante da insistência e da hostilidade de Dolores, a atendente nos transferiu a ligação, tendo em vista que a assistente social não estava naquele momento. Atendemos e esclarecemos que não se tratava de uma assistente social, mas sim de uma psicóloga e nos colocamos a disposição para entender o motivo do contato. Dolores

de forma muito sucinta, determinou que tínhamos que ir até seu endereço, pois na frente da sua casa havia um homem em situação de rua e a “assistência social” deveria tirar ele de lá e levá-lo para um asilo.

Apesar de já termos recebido contatos com exigências semelhantes, o pragmatismo, a personificação da Política de Assistência Social sobre nós e o direcionamento tão concreto na fala de Dolores nos causou grande impacto. A primeira imposição feita por ela tornou evidente um dos aspectos culturais difundidos entre a população, de que apenas o trabalhador “técnico” se encontra qualificado para ofertar o atendimento socioassistencial necessário. A expectativa de Dolores representava a percepção da população em geral, que considera que o profissional do CREAS irá solucionar de forma imediata as questões de alta complexidade apresentadas. O pedido para que a ligação telefônica fosse direcionada à assistente social do estabelecimento revelou outro aspecto difundido no imaginário popular, o qual considera que o trabalho desenvolvido na Política de Assistência Social é realizado exclusivamente pelo profissional formado em Serviço Social. Foram raras as vezes que atendemos sujeitos que tivessem uma demanda direcionada aos demais trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais (psicólogo, orientador social ou advogado). Consideramos que esse ponto carece de uma discussão aprofundada, pois é significativo o fato da população não ter clareza de que existem outros profissionais atuantes nesse estabelecimento socioassistencial, mesmo com a política pública de Assistência Social tendo sido consolidada há mais de vinte anos.

Dolores depositou sobre nós, trabalhadores do CREAS, toda a responsabilidade por resolver a situação do sujeito que estava na frente da sua casa. Ela entrou em contato com o estabelecimento com uma conduta preestabelecida e desconsiderou outras dimensões daquela “questão-problema”. Dolores se referiu ao sujeito que estava na frente da sua casa como um objeto e determinou que tínhamos de retirá-lo de lá e levá-lo para um asilo, sem ao menos saber à vontade dele. Sua fala expressou a forma, que a população socializada no MPC, adota para resolver problemas sociais complexos, que é “o esquema político-moral do isolamento individual”, através da lógica da internação (BENELLI, 2014b, p. 71). Uma estratégia que tira o problema de cena, marginalizando-o e incluindo-o em um estabelecimento de reclusão. Fizemos a tentativa de esclarecer qual era o papel do CREAS junto à população em situação de rua, mas Dolores se mostrou indisponível para escutar nossas orientações e nos repreendeu de forma muito enfática: “Vocês não estudaram para resolver os problemas das pessoas?” e desligou o telefone abruptamente.

A célebre frase do Freud ([1905]2020): “Qual a sua responsabilidade na desordem pela qual você se queixa?”, se articula muito bem a essa explanação. Afinal, Dolores representa a posição ético-política e o imaginário de uma população que é ideologicamente orientada a transferir para o outro a responsabilidade pelos problemas que possuem uma dimensão ética, política, coletiva, complexa e estrutural. Através da vinheta desse caso, atendido no nosso cotidiano de trabalho, é possível notar que há uma carga de responsabilidade depositada sobre os trabalhadores dos estabelecimentos da Política de Assistência Social, existe uma cobrança por soluções imediatas diante as demandas apresentadas. Mas, para o enfrentamento dessas situações, destacamos a necessidade de uma organização coletiva, de esforços múltiplos, pois o problema que envolve as pessoas em situação de rua não é unicamente da Assistência Social, há diversas dimensões implicadas, dentre elas as áreas de habitação, de saúde, de renda e especialmente, da propriedade privada. Para tanto, é imprescindível que façamos a discussão das demandas e das ofertas dos estabelecimentos socioassistenciais, pois assim teremos oportunidade de abrir uma brecha no discurso capitalista, o qual exige respostas superficiais para questões altamente complexas.

5.5 As estratégias da SMAS para a desarticulação dos profissionais

Matos (1994, p. 30) discorreu sobre a alienação da autonomia dos profissionais no serviço público e expôs que

Raros são os peritos que têm autonomia e competência de ofício para se pronunciar, enquanto profissionais, sem a tutela dos dirigentes. Os riscos de emitir opiniões pessoais, contrariando o pensamento dos dirigentes, são vividos como ameaças significativas sobre os cargos e sobre a carreira. Observa-se, por exemplo, como sintoma desse sentimento de ameaça, o emperramento dos sistemas de comunicações nas organizações públicas, onde nem os gerentes se arriscam a repassar informações pelos circuitos oficiais, preferindo os circuitos informais da “rádio corredor”.

A divisão sociotécnica do trabalho produz efeitos prejudiciais à dinâmica dos estabelecimentos públicos e repercute na autonomia dos seus servidores, os quais ficam temerosos e inseguros mediante o desenvolvimento de suas atividades. Esse ponto nos atravessa de forma muito contundente, pois vivenciamos em nosso cotidiano uma situação que tornou evidente esse senso de temor e insegurança por parte dos trabalhadores dos estabelecimentos assistenciais. A Secretária municipal da Assistência Social pediu sua exoneração do cargo de modo abrupto no final do ano de 2021, dessa forma houve um período em que o município ficou sem a referência de um gestor para a SMAS. A saída da secretária em meio ao mandato

do atual prefeito gerou uma desestabilização nos profissionais vinculados a essa secretaria, os quais tinham receios e temores com relação a quem seria nomeado para o cargo, considerando que geralmente se trata de um arranjo político partidário. Os trabalhadores da SMAS sentiam insegurança com relação ao desenvolvimento de suas atividades, pois por mais que todos os profissionais tinham ciência de que sua atuação é embasada numa política federal, eles também sabem que há uma influência direta por parte da gestão política municipal.

A dinâmica organizacional de trabalho da SMAS ainda sustenta a ideia de chefia, portanto o gestor da pasta centraliza no cargo de secretário toda a autoridade quanto as principais decisões, atuando sempre a favor dos interesses políticos do prefeito, em detrimento aos interesses e necessidades da população. Nessa estrutura organizacional a autonomia dos trabalhadores é suprimida, ou seja, ficamos submetidos ao poder hierárquico da chefia e subjetivados a essa dinâmica, tomamos o afastamento da secretária como uma espécie de abandono, pois apesar de contestarmos suas decisões e considerarmos algumas de suas condutas incoerentes, a ausência dessa figura marcou um período de muitas incertezas. Essa situação de instabilidade que durou cerca de dois meses nos permitiu observar como a ideologia incute nos profissionais a falsa ideia de que é necessário um chefe para controlar e determinar o processo de trabalho. O efeito desse mecanismo ideológico enfraquece nossa capacidade de autogestão, fazendo com que estejamos constantemente demandando por um outro, que nos determina o que fazer, através de uma ação prescritiva. O MPC nos submete ao lugar de servidão e através de uma pedagogia que nos determina uma posição de oprimidos, nos faz achar que não somos capazes de sermos para nós mesmos. Conforme descreveu Freire (2019, p. 41) “A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos”.

A alienação é uma categoria desenvolvida por Marx que nos possibilita ter uma melhor compreensão de como o poder do capital opera no campo institucional. A alienação é um processo de alteração da consciência e serve muito bem para a manutenção da opressão capitalista, pois determina que o sujeito se sinta isolado do seu coletivo e que não reconheça a potencialidade da sua organização política. Segundo Codo (1985, p. 33): “a alienação inventa a solidão humana, transforma cada um de nós em seres irreconhecíveis perante o outro, sem par perante a própria espécie”. Existe no processo de alienação uma violência simbólica, uma força que fragmenta a solidariedade de classe, reduzindo o nível de autonomia e de consciência dos trabalhadores.

A vivência no campo institucional da SMAS nos permitiu perceber que existem diversas estratégias para fragmentar a classe trabalhadora e forjar a opressão desses profissionais. A alienação no serviço público é constituída pela expropriação do saber-fazer, pois conforme observado por Matos (1994, p. 31) os gestores de uma prefeitura expropriam o trabalho desenvolvido pelos servidores públicos, em outras palavras, os chefes “assumem os louros do trabalho de suas equipes, deixando no anonimato aqueles que realmente produziram”. Um exemplo material dessa consideração são as campanhas políticas que se sustentam naquilo que foi elaborado e construído pelos servidores dos estabelecimentos públicos. Os profissionais políticos (prefeitos, vereadores e secretários) amparam seus discursos no trabalho desenvolvido pela classe trabalhadora, porém não fazem referência a esses profissionais, executores das ações de mudança, essa expropriação reforça a invisibilidade do trabalhador no campo público. Nesse caso, o trabalho coletivo é mais uma vez apropriado por um pequeno grupo que desfruta dele, inclusive no campo ideológico por meio do marketing eleitoral.

Dentre os meios utilizados para desarticular os trabalhadores e fragmentar a relação entre os profissionais da SMAS, podemos tomar como exemplo, o impasse criado pela Secretária da Assistência Social municipal, quando ela reconheceu a potência das reuniões de equipe com relação aos interesses dos trabalhadores e da organização dos serviços, espaço no qual os profissionais conseguiram se articular provisoriamente para reivindicar melhores condições de trabalho e para discutir os casos atendidos.

Houve uma situação marcante, na qual a Secretária precisou lidar com o enfretamento dos profissionais que se opuseram a fazer a entrega de cestas básicas fora das determinações legais. Os trabalhadores se reuniram através desses espaços de discussão de equipe e se posicionaram de forma contrária a ordem da gestora, embasados numa argumentação técnica. Como forma de retaliação ao movimento dos profissionais foi criado um impedimento para a realização das reuniões de equipe. A gestora da SMAS enviou um documento a todos os estabelecimentos determinando que não era mais autorizada a suspensão do atendimento ao público durante o horário da reunião, ou seja, apesar de não ordenar diretamente o fim das reuniões de equipe, essa nova diretriz colocou um impasse lógico e ético para os trabalhadores, pois como viabilizaríamos o atendimento ao público e ao mesmo tempo discutiríamos o processo de trabalho e os casos atendidos? Essa decisão por parte da gestora da SMAS foi certa ao pretender sabotar o espaço de reunião de equipe, que em alguma medida se constitui como um espaço potencialmente forte de produção de trabalho. A decisão da gestão reafirmou seu interesse por uma lógica de trabalho individualizada, isolada e sem planejamento coletivo.

A perspectiva ideológica que pressupõe um modelo de trabalho fragmentado, integra a formação profissional dos trabalhadores do campo socioassistencial e faz com que a grande maioria desses profissionais não tenha uma disposição espontânea para compor esses espaços coletivos de reflexão e discussão. É comum observarmos certa resistência por parte dos técnicos em compreender esses espaços de reunião de equipe como um momento para a troca de saberes e de articulação para o desenvolvimento do processo de trabalho e para o encaminhamento dos casos. A concepção de alguns trabalhadores sobre a reunião de equipe carrega a ideia de que esse é um espaço burocrático, hierarquizado, antidemocrático e esvaziado de sentido. Certamente, isso deriva das suas experiências concretas e frustrantes com os espaços de reunião, além de terem sido ensinados a uma produção individual e desarticulada do coletivo.

As estratégias para enfraquecer os trabalhadores e deslegitimar a potência do trabalho transdisciplinar determina uma inércia e se apresenta condizente com a lógica dominante. Como trabalhadora-intercessora, consideramos a necessidade de persistirmos na organização dos profissionais e na sua ação centrada numa postura de resistência política. As contradições que se apresentam cotidianamente no campo da SMAS são essenciais para que possamos operar nos elos frágeis do MPC e fazer emergir uma nova produção de sentidos. Em vez de cairmos na impotência, na resignação e no fatalismo, precisamos juntar forças para fazer insurgir uma posição radicalmente nova e necessária de luta e de enfrentamentos políticos. De acordo com Mattos (2019, p. 56) “[...] há um potencial revolucionário nas contradições inerentes ao capitalismo, ainda que tal potencial dependa da subjetividade (consciência de classe e ação como sujeito histórico/social revolucionário) da classe trabalhadora”.

Nossas considerações podem representar certo idealismo, contudo o trabalho de intercessão tem nos permitido vivenciar transformações reais, tem favorecido tensionamentos indispensáveis para a articulação dos trabalhadores, sejam eles atuantes no CREAS, ou, no campo maior da SMAS e da prefeitura. O percurso intercessor nos fez ter consciência de que se nos organizarmos enquanto classe e nos mantivermos sintonizados com o mesmo ideal revolucionário deixaremos de ser uma “classe em si” e passaremos a ser uma “classe para si” e, com isso, teremos condições de agenciar o nosso próprio processo emancipatório.

A experiência cotidiana no CREAS, somada aos estudos sobre a ideologia tem nos mostrado que os servidores públicos sofrem uma tendência ideológica para não reconhecer e legitimar aquilo que nos une com o público atendido: a condição comum de exploração, imposta pelo MPC. Em razão da falsa ideia de que pertencemos à outra classe social – de que os técnicos já são parte da classe média –, tendemos a fragilizar e enfraquecer o movimento conjunto pela

luta revolucionária. O processo de compreensão das razões das disputas entre os próprios trabalhadores nos fez perceber que há um pano de fundo que se estrutura a partir dessa dispersão dos profissionais e que favorece o desenvolvimento e a reprodução do capital. Competimos uns com os outros o tempo todo e isso impõe sobre nós o senso de rivalidade, totalmente prejudicial para gestão do trabalho, servindo apenas para intensificar a degradação dos laços de solidariedade entre os trabalhadores.

Através do processo de tomada de uma consciência crítica, identificamos a possibilidade de enfraquecer essa lógica perversa imposta pelo capital, renunciando ao jogo competitivo que impera nos estabelecimentos institucionais. Buscamos operar uma revolução discursiva, isto é, driblar o lugar de saber-poder por meio da recusa em exercê-lo e assim, recuperar a ideia de pertencimento com a classe trabalhadora. Sustentar essa posição que questiona o instituído não é fácil, nem sempre conseguimos mantê-la, mas o processo de formação da consciência política nos permite identificar a hipocrisia e irracionalidade do sistema social do qual fazemos parte.

5.6 A formação-educação como perspectiva de organização da classe trabalhadora

O Aparelho Ideológico Escolar, segundo Althusser (1999) é o aparelho dominante na sociedade capitalista, isso porque somos submetidos a ele desde a mais tenra idade, fator que potencializa seu poder. A escola atua no nosso desenvolvimento psíquico, opera na constituição da nossa primeira consciência e através dela somos determinados a cumprir um papel específico na sociedade. O Aparelho Ideológico Escolar tem uma função muito particular na reprodução das relações de exploração, que é garantir a formação-educação da população e assujeitá-la à dinâmica social capitalista, viabilizando mais mão de obra produtiva.

O processo de formação-educação tem início na infância, mas segue por toda a vida. A universidade é um estabelecimento institucional da educação e como tal, opera ideologicamente. As propostas de educação em serviço, na sua maioria, também carregam o viés escolar de uma “educação bancária”, ou seja, estão organizadas de acordo com os interesses da classe dominante, utilizam as mesmas estratégias, sendo a principal delas a prescrição, considerada por Freire (2019, p. 46) como um mecanismo de alienação, pois transforma “[...] a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência “hospedeira” da consciência opressora. Por isto, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores”.

A escola, enquanto aparelho ideológico busca castrar nossa capacidade criativa, nosso poder de transformação, tenta silenciar as contradições da relação opressor-oprimido e evitar a politização dos sujeitos, mas foi também por meio da educação no nível universitário que conseguimos iniciar esse processo de intercessão no campo institucional da Assistência Social e, conseqüentemente, tivemos a possibilidade de nos reposicionarmos ética e politicamente, portanto reconhecemos que há potência nas contradições. Apostamos no processo de formação-educação, como uma perspectiva orientadora para os processos de organização da classe trabalhadora, reconhecendo também os seus limites. A partir da nossa experiência particular, consideramos o processo de formação-educação como algo imprescindível para elaboração coletiva de novas estratégias e caminhos para a emancipação da classe oprimida, que vive do trabalho.

O Dispositivo Intercessor (DI) se tornou uma referência de trabalho e horizonte ético, o qual foi acessado a partir do nosso retorno à universidade. Nosso movimento de voltar para a universidade, através da pós-graduação, considerava que seria na universidade que encontraríamos as respostas necessárias para as questões emergentes no nosso campo de trabalho, mas ao conhecermos a proposta ética do DI fizemos uma subversão desse ideal e entendemos que o saber desejado estava contido no nosso próprio campo de atuação, no nosso fazer e no desenvolvimento da nossa experiência. Destacamos que o trabalhador-intercessor não precisa necessariamente estar vinculado a uma instituição-escolar como pesquisador, quer dizer, não é um requisito para ocupar uma posição intercessora que a práxis do trabalhador-intercessor seja sintetizada numa dissertação ou tese. Existem muitos trabalhadores-intercessores inadvertidos que se organizam por meio de outros espaços, como por exemplo, os grupos de trabalho desenvolvidos por iniciativas autônomas e informais, nos quais buscam aprimorar coletivamente o saber intrínseco e necessário para operar no campo de trabalho. Esses grupos têm se apresentado com grande potencial para a formação-educação de novos trabalhadores-intercessores. Mas, então, o que caracteriza particularmente o trabalhador-intercessor com relação aos demais trabalhadores?

Um dos determinantes da posição intercessora é a disponibilidade em analisar a sua própria experiência em campo, mediada por referenciais teóricos críticos. Há uma forte incidência ideológica crítica que promove uma tomada de consciência da luta de classes como condição efetiva da realidade social, ou seja, as referências que amparam o processo de intercessão se estabelecem de acordo com a especificidade do campo. Não há um

enquadramento limitante, mas o DI tem como referências teóricas de base o MHD, a Psicanálise do campo de Freud e Lacan, a Análise Institucional e aspectos da Filosofia da Diferença.

Certamente, esses referenciais constituem uma base complexa, cuja total apropriação demandaria estudos de uma vida inteira. Desse modo, destacamos que no processo de intercessão nos apropriamos das referências que mais dialogam com a particularidade e com o momento histórico e político em que a intercessão foi realizada. Durante o desenvolvimento da nossa intercessão-pesquisa houve momentos em que nos aprofundamos mais no MHD, outro em que a Psicanálise ganhou maior ênfase e essa mesma dinâmica ocorreu com os outros referenciais que compõe a base do DI.

Nossa intercessão-pesquisa realizada no campo da Assistência Social, com a especificidade de um tempo histórico, posterior ao golpe de Estado de 2016, num governo de extrema direita, durante uma intensa crise política, sanitária e econômica, fez com que desprendêssemos maior tempo e esforços visando a nossa apropriação do MHD, todavia contamos com a contribuição dos outros referenciais.

O que queremos desdobrar nesse subtítulo são as possibilidades da contribuição da formação-educação para a organização política da classe trabalhadora. O objetivo central do DI é driblar de modo dialético os efeitos da divisão social do trabalho e consideramos que o nosso processo de intercessão-pesquisa tem contribuído para subvertermos, em alguma medida, a fragilização e a fragmentação que opera no cerne da classe trabalhadora.

Todo processo de formação perpassa aspectos econômicos, políticos, culturais, objetivos e subjetivos, desse modo recorremos a Gramsci que, como militante e marxista desenvolveu “[...] uma interpretação original da função dos intelectuais nos processos de formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas” (DURIGUETTO, 2014, p. 267). O líder revolucionário italiano analisou o papel dos intelectuais orgânicos na construção de um projeto emancipatório, partindo das obras de Marx e Engels e considerou a determinação histórica sobre a formação da consciência, fator que pode ser sintetizado a partir da proposição do próprio Marx (2011, p. 25): “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Os trabalhadores-intercessores, estão em sua grande maioria, localizados numa fração da classe trabalhadora que possui uma qualificação básica, normalmente uma graduação, e ocupam a função de trabalhadores assalariados nos serviços públicos. Porém, através da sua

práxis, podem se reposicionar politicamente, subvertendo a posição determinada pelo Estado, que tende a concebê-los como reprodutores acríticos da racionalidade capitalista. Esse reposicionamento ético e político coloca em xeque nossa formação educacional básica, pois como a maior parte dos sujeitos socializados no MPC, nós trabalhadores-intercessores também somos frutos de uma educação bancária (FREIRE, 2019) que nos determinou um lugar específico na reprodução ideológica.

Quando iniciamos a pós-graduação em Psicologia não conhecíamos a perspectiva do DI e concebíamos a ideia ingênua de que a Política de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social (PNEP-SUAS) seria suficiente para promover transformações radicais em nosso campo de trabalho. Nosso projeto de pesquisa inicial tinha como objetivo usar o campo institucional da Assistência Social para desenvolver uma pesquisa-ação, que pretendia formar grupos de formação permanente.

Essa proposta inicial, apesar de considerar uma posição crítica, ainda se concentrava na premissa de que a “consciência racional e uma valorização do poder da informação e do conhecimento – como instrumentos de superação da alienação” (BENELLI, 2019, p. 95). Acreditávamos que a criação de um grupo de educação permanente junto aos trabalhadores da SMAS seria suficiente para gerar mudanças no *modus operandi* da instituição da Assistência Social. Ainda, que o desenvolvimento de nossa intercessão-pesquisa tenha nos levado a superar essa proposta, consideramos necessária a efetivação da Política de Educação Permanente no SUAS. Porém, reconhecemos que o processo de formação precisa estar na vanguarda da institucionalidade e orientar-se para além do capital, pois somente assim teremos a oportunidade de alcançar efeitos estruturais, levando em conta que a PNEP-SUAS (BRASIL, 2013) é uma proposta do Estado, incluindo os interesses da classe dominante.

Gramsci (1999, p. 93-94) afirmou que todos os homens são “filósofos”, partindo da ideia de uma “filosofia espontânea”. O aprofundamento dessa proposição demonstra que há sempre um saber orgânico nas ações humanas, mas o autor também nos advertiu e considerou que esse saber e/ou modo de pensar pode servir apenas para compor uma concepção de mundo, “[...]‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo”. Gramsci (1999, p. 94) formulou uma pergunta essencial e desafiadora: estaríamos dispostos a “elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente”, [...] sendo o “o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?”.

O trabalho de educação-formação que defendemos como imprescindível no campo das políticas públicas, e no da Assistência Social em particular, nos permite associar a função do intelectual na vida social com a posição ética do trabalhador-intercessor, tomando como ponto de partida a relação desse intelectual/trabalhador-intercessor com o campo de produção da vida social. No imaginário social mais comum e também no horizonte universitário hegemônico, um trabalhador normalmente é um técnico e um intelectual seria considerado um tipo de especialista diferente do trabalhador técnico. Gramsci (2002, p. 93) apresentou interessantes formulações sobre o tema:

Por intelectuais, deve-se entender não só aquelas camadas comumente compreendidas nesta dominação, mas, em geral, *todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato*, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo. [...] Para analisar a função político-social dos intelectuais, *é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais* que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes *ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes?* (grifos nosso).

O fato de nos vermos como sujeitos, pertencentes à classe trabalhadora é fundamental para que possamos, por meio da nossa atuação na área da Assistência Social, operar conjuntamente com os usuários das políticas públicas a estruturação de um projeto político emancipatório. Não se trata de fazer *por* eles, mas sim *com* eles, reconhecendo as particularidades e especificidades de cada segmento social. É necessária uma catalisação de forças entre os membros da mesma classe e para isso se faz indispensável que os intelectuais se posicionem como agentes dispostos a formar “uma nova consciência, de uma nova forma de pensar e agir na vida social por parte das classes subalternas” (DURIGUETTO, 2014, p. 273).

O projeto revolucionário pressupõe uma mudança de posição ético-política e exige a participação ativa da população, sendo esse o princípio básico da luta de classes. Mas como trabalhadora-intercessora o que poderíamos fazer para colaborar com esse reposicionamento político, tendo em vista que a ideologia dominante determina uma condição de submissão e de subordinação intelectual? Consideramos que existe uma força hegemônica que aparta a teoria da prática e condiciona os sujeitos a uma determinada condição de existência, mas também apostamos no potencial da consciência da luta de classes, no engajamento coletivo e na mobilização popular.

Inicialmente, partimos do pressuposto de que a oferta cria a demanda, portanto precisamos reconhecer que, como trabalhadores de um estabelecimento público também somos

articuladores da Política de Assistência Social e precisamos superar essa postura de distinção com a população atendida. Precisamos sair do lugar hierárquico de saber-poder, subverter o pedido por respostas imediatas, considerando as particularidades de cada situação e atuar para que haja a implicação do sujeito no processo da transformação social. A relação estabelecida entre os trabalhadores (mediadores e usuários da política pública) precisa assumir o *status* de interlocução, superando a sobreposição graduada e estratificada, para que assim, o encontro com os sujeitos que demandam atenção assistencial possa ser singularizado e cooperativo. Se continuarmos respondendo as demandas sociais a partir de uma oferta direta e objetiva, estaremos retroalimentando a lógica dominante. O reposicionamento ético-político crítico precisa ser iniciado por um dos lados para que possa desestabilizar a lógica social imposta pelo capital.

Esse movimento subversivo perpassa nossos aspectos subjetivos e, quanto a esse aspecto, Gramsci considerou a pertinência dos afetos no projeto revolucionário e também advertiu sobre o “erro do intelectual”, vejamos:

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, menos ainda, “sente”. [...] *O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado* [...], isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual [...] mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”; *não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação*. Na ausência deste nexos, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio (o chamado centralismo orgânico) (GRAMSCI, 1999, p. 221-222, grifos nossos).

A organicidade da interação entre os membros da classe trabalhadora é imprescindível para o processo de formação-educação popular. A identificação e a conexão afetiva favorecem um levante coletivo e autêntico reunindo os intelectuais e a massa, pois se parte do princípio que a opressão incide sobre todos os membros da classe trabalhadora, mesmo que em níveis diferentes, o que a torna ainda mais perversa, pois sob essa diferenciação opera a fragilização dos laços intraclasses. Reconhecer as diferenças dessa opressão não deve servir para alimentar a rivalidade, mas para elucidar o quanto o MPC é perspicaz. Esse sistema atua através da micropolítica, por meio dos discursos identitários, que quando deslocados da luta de classes podem desagregar a verdadeira causa revolucionária, bem como distanciar o verdadeiro ideário emancipatório – a consciência da luta de classes como parte intrínseca da realidade social. Além

de determinar a divisão social entre os subalternos (proletários e subproletários), o capitalismo também opera separações hierárquicas dentro do mesmo grupo subalternizado, distinguindo mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+, entre outros. É imprescindível que saibamos que nem “as condições objetivas de exploração são idênticas para a totalidade da classe nem as identificações coletivas de sua consciência trabalham sempre de maneira convergente” (MATTOS, 2019, p. 57).

Os desafios impostos pela divisão social do trabalho revelam que o projeto revolucionário contará com momentos de avanços e recuos, de expansão e de limites. Operar com essa perspectiva de formação-educação de base revolucionária, a partir do nosso campo de trabalho, a Assistência Social, pressupõe que reconheçamos que as instituições forjadas no MPC estão aliadas aos interesses burgueses, portanto possui limites evidentes. Nesse sentido, buscamos amparo em figuras revolucionárias que consideraram a instituição como um “intermediário necessário [...], neste momento histórico” (COSTA-ROSA, 2013, p. 83).

Luxemburgo (2015, p. 17), por sua vez, afirmou que

A luta cotidiana pelas reformas, pela melhoria da situação do povo trabalhador no próprio quadro de regime existe, *pelas instituições democráticas*, constitui, mesmo para a social-democracia, o único meio de travar a luta de classe proletária e trabalhar no sentido da sua finalidade, isto é, a luta pela conquista do poder político e supressão do assalariado (grifo nosso).

Nesta perspectiva, também recuperamos a mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas, na qual Marx e Engels (1850, p. 5) afirmaram que “mesmo onde não existe esperança de sucesso, devem os operários apresentar os seus próprios candidatos para manterem a sua democracia, para manterem a sua autonomia, contarem as suas forças, trazerem a público a sua posição revolucionária [...]”. Dessa forma, reafirmamos que a ideia de um projeto que contribua para a formação e organização da classe trabalhadora pode ser iniciada nas instituições que compõem o campo das políticas públicas: Educação, Saúde, Assistência Social, etc., mas não se encerra nelas.

De acordo com Cavalcanti (2019, p. 256): “São antigas e obstinadas as aspirações pela transformação. E elas não pereceram: continuam vivas, resistentes e onipresentes. De fato, o desejo de lutar e de transformar está presente em todos os lugares. Nas casas, nas ruas, nas praças, nas universidades. Na ciência, na literatura, no cinema, na pintura. Na arte”. O processo educativo e de transformação social, que defendemos permeia a cooperação entre intelectuais-massa, instituição-território, servidores públicos-população e pressupõe uma participação

popular ativa, que não se reduza apenas aos seus representantes e líderes. A partir dessa perspectiva, interrogamos: quais são as brechas institucionais possíveis nos estabelecimentos assistenciais que permitam a expressão dos interesses das camadas populares? O CRAS e/ou o CREAS teriam condições objetivas de ofertar atividades que colaborem para a emancipação dos sujeitos?

5.7 Elementos fundamentais para a formação crítica dos trabalhadores/mediadores da Política de Assistência Social

[...] mais do que nunca, é preciso renovar nosso compromisso militante, não pela fé em qualquer “essência” do ser humano, mas pela certeza de que é necessário superar esta fase mesquinha do desenvolvimento da humanidade, encerrar a pré-história e inaugurar a passagem para a aventura dos seres humanos livremente associados (IASI, 1999, p. 10)

Através da experiência como psicóloga e trabalhadora de um CREAS, consideramos a possibilidade de desenvolvermos uma prática de caráter emancipatório por meio dos estabelecimentos institucionais da Política Pública de Assistência Social, apesar dos seus limites. As ofertas realizadas nos estabelecimentos socioassistenciais podem servir para instrumentalizar a organização política da classe trabalhadora, todavia ressaltamos que a Assistência Social, constituída como uma política pública que institui direitos sociais para aqueles que dela vierem necessitar não é em si revolucionária, pois como instituição estatal possui contornos evidentes quanto à impossibilidade de agir a favor da superação da ordem social vigente capitalista. Nossa aposta consiste em trabalhar com as situações-limites que compõe esse contexto institucional, as quais fazem emergir a luta de classes e revelam a contradição fundamental do MPC, a relação: capital-trabalho. Pois, conforme considerou Freire (2019, p. 126):

Esta é a razão pela qual não são as ‘situações-limite’, em si mesmas, geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham delas um dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que eles não podem ultrapassar. No momento em que a percepção de esperança e confiança que leva os homens a se empenharem na superação das ‘situações-limite’.

Reconhecemos que a PNAS institui direitos sociais fundamentais e traz melhorias imediatas para a vida dos proletários, porém como estratégia constitucional perpassada pelo Estado renuncia a necessidade de superar o capitalismo. Isso configura uma contradição estrutural nessa política pública, pois como seria possível garantir seguridade social num

sistema baseado na exploração? Nosso ideário tem como horizonte a transformação radical das estruturas sociais capitalistas. Afinal, de acordo com Marx (2006, p. 28): “[...] sem uma reforma total da ordem social de nosso tempo, todas as tentativas de mudança seriam inúteis”.

Não localizamos na estruturação política e discursiva oficial da PNAS (2004) o interesse revolucionário. É sabido que os direitos garantidos pela política de Assistência Social são, na verdade, resultado da renúncia dos trabalhadores ao movimento revolucionário e como efeito dessa abdicação, a classe trabalhadora obteve a garantia de algumas condições mínimas para a sua sobrevivência (LESSA, 2013). Porém, essas concessões são instáveis e sua estrutura fica associada aos interesses do governo, sua cobertura e efetividade oscilam de acordo com a posição política dos governantes, sendo que os anos de 2018 - 2022 estão marcados por um total retrocesso e por um intenso desmonte dos serviços públicos, inclusive os serviços e programas instituídos pela PNAS.

Contudo, visualizamos no campo socioassistencial uma grande potência para a organização da classe trabalhadora, bem como uma chance, mesmo que restrita e residual, de subverter uma parte da ideologia dominante, que engendra uma posição política alienada. Nossa atuação como trabalhadora-intercessora nos permitiu observar a reprodução de uma racionalidade capitalista através das ofertas institucionais da Assistência Social.

Mas consideramos que é possível relativizar e/ou insurgir outro modo de atuação, sintonizado com a perspectiva do trabalho cooperado e com uma singularização das ofertas institucionais. Se a Assistência Social, enquanto instituição do Estado foi forjada para funcionar como um aparelho ideológico sintonizado com o ideal dominante, a partir das nossas intercessões na SMAS, identificamos a possibilidade de disputar esse aparelho, ocupando as brechas disponíveis nos estabelecimentos assistenciais e buscando trabalhar a favor do empoderamento e do protagonismo da classe trabalhadora. Para instruir nosso horizonte lógico e fundamentar nossa práxis no trabalho assistencial buscamos apoio em outros intercessores que também vislumbram o potencial revolucionário no campo da Assistência Social, dentre eles, destacamos a contribuição de Benelli (2014a, p. 158) que considerou “a Educação Popular como alternativa aos paradigmas da Assistência Social, visando à transformação social e à invenção da vida”.

A instituição é palco de lutas, desse modo é concebível que haja disputas e a possibilidade de reinvenção das ofertas institucionais. O reconhecimento das possibilidades instituintes e dos limites do instituído são imprescindíveis, tendo em vista que estamos num terreno de alto risco, um espaço constituído pelo Estado e, conseqüentemente, por seus termos

de uso. Saber até onde será possível avançar por meio da instituição e dos seus dispositivos é primordial, assim como ter clareza de que não se trata de uma ação isolada, o movimento da luta institucionalizada deve estar articulado a outros movimentos de base, como são os movimentos populares autônomos.

Nossa intercessão-pesquisa no campo da Assistência Social está alinhada à perspectiva da revolução das estruturas sociais e, com isso, abandonamos logo no início dessa empreitada a ideia ingênua de que nossa ação intercessora seria suficiente para transformar o campo de trabalho. Percebemos como é profundo e complexo o arcabouço ideológico que sustenta a sociabilidade capitalista, logo, o enfrentamento político pressupõe muito mais do que vontade pessoal, é necessário engajamento coletivo pautado na consciência de classe. Cabe a nós interceder, de modo que a luta paradigmática se explicita e assim, possamos operar a partir de suas contradições.

Apesar das dificuldades para executar uma ação de outra ordem – intencionalmente subversiva e subversora – nos estabelecimentos socioassistenciais, consideramos que

Reproduzir o discurso generalizado de impossibilidade de transformação societária significa contribuir para a produção de uma cultura de passividades e conformismos, diretamente incidente no cotidiano da classe trabalhadora, resultando em um evidente reforço da alienação, em detrimento de projetos de natureza coletiva (GUIMARÃES; GUERRA, 2013, p. 64).

É necessário planejamento estratégico, assim como é fundamental refletirmos sobre nossas táticas com base em referenciais teóricos críticos e desenvolver ações subversivas enquanto instrumentos essenciais para sustentar o projeto revolucionário. O campo da Assistência Social revela as contradições do MPC e esses são fatores necessários para o desenvolvimento de uma consciência politizada e crítica.

A população atendida nos estabelecimentos dessa política reconhece sua condição de oprimido e entende, em alguma medida, a causa da luta emancipatória, bem como a considera justa e necessária, mas sob o efeito da estrutura e superestrutura do capital, o proletariado não tem dimensão histórica de como ocorre a expropriação do seu saber, da sua força de trabalho e do seu potencial criativo, pois a ideologia opera um falseamento da história. Dessa maneira, os sujeitos são levados a acreditar que essa condição de vida pautada na exploração e opressão é imposta por uma força natural e não histórica, consideram que são pobres devido ao destino, por vontade divina ou até mesmo por uma condição de injustiça, mas sempre compreendida como algo natural e a-histórica. Martin Baró denominou esse fenômeno de fatalismo

(ANSARA; DANTAS, 2010). Chauí (2008, p. 72) expôs que “a relação dos indivíduos com a classe lhes aparece imediatamente como uma relação com algo já dado e que os determina a ser, agir e pensar de uma forma fixa e determinada”.

Exercer uma prática de caráter emancipatório no âmbito da Política de Assistência Social consiste em fazer com que os espaços institucionais como o CRAS, CREAS e outros estabelecimentos socioassistenciais, sejam locais de debates, de organização dos membros da classe trabalhadora, que seja efetivamente um ambiente de expressão do poder popular, um espaço *entre* as forças dominantes. Reconhecemos as fronteiras desse movimento, levando em conta que as instituições, se formam a partir de um discurso ideológico, mas também identificamos que há na instituição um potencial *devir*, ou seja, existe nesse campo uma pluralidade de fazeres. A “própria instituição pode ser vista como uma tentativa de articulação de certos 'meios' visando um conjunto de 'fins' necessariamente sociais” (COSTA-ROSA, 2000b, p. 145).

Historicizar a instituição se faz imprescindível para que possamos sustentar outro paradigma, contra-hegemônico. É necessário trazer para a discussão os determinantes históricos e sociais que marcaram o surgimento da instituição - Assistência Social -, pois a compreensão da história possibilita que ocupemos as fissuras, as brechas, bem como possibilita o reconhecimento da pluralidade dos fazeres, dos interesses subordinados e suprimidos. Tudo isso, pode nos ajudar a elucidar as funções da instituição e percebê-las como dispositivos que operam na produção dos modos de vida.

Nossa atuação não pressupõe que a desalienação do sujeito seria promovida por meio de um discurso teorizado, pois a classe trabalhadora possui um conhecimento vivido da perversidade e da irracionalidade do capitalismo – “os pobres têm consciência do massacre que sofrem” (DOWBOR, 2020, p. 102), porém o fantasma do ideal meritocrático resiste em assombrar e dispersar a raiva e a revolta da população. Os proletários sentem na própria pele o efeito da desigualdade social, contudo na sua constituição enquanto ser social sofre os efeitos dos aparelhos ideológicos e se posicionam a favor dos interesses daqueles que os exploram, eis o maior paradoxo desse sistema. Os aparelhos ideológicos, empregados pelo capital criam justificativas para as contradições do capitalismo, formando nos oprimidos um pensamento condizente com o do opressor, mantendo a reprodução desse modo de organização de vida, pautado no Estado, na família e na propriedade privada.

É através da reflexão sobre a experiência vivenciada pela população que pode emergir a consciência política. Como trabalhadora-intercessora, situada na luta de classes, temos a

possibilidade de agir de modo a provocar meios para o processo revolucionário. No entanto, precisamos estar advertidos de que a instituição em si não pode desencadear a revolução, seus limites e conflitos podem agir como matéria-prima necessária para a organização dos trabalhadores, podem abrir passagem e consolidar os espaços para a luta. A vivência dos sujeitos atendidos nos estabelecimentos assistenciais é o elemento chave para fazer emergir a ação revolucionária, uma vez que “a prática faz com que a teoria se descubra como conhecimento das condições reais da prática existente, de sua alienação e de sua transformação” (CHAUI, 2008, p. 76).

Para colaborar com a mobilização popular é necessário entusiasmo, solidariedade e coragem para tomar pelas mãos os instrumentos que já foram forjados por outros revolucionários. O caminho já foi iniciado e o nosso papel é retomar esse saber codificado, desenvolvê-lo, questioná-lo e articulá-lo com as ações desenvolvidas em campo, considerando as particularidades de cada realidade. Não se trata de inventar táticas ou organizar um conjunto de regras e condutas, mas de transcender o discurso oficial da política pública de Assistência Social. A leitura materialista nos mostra que não devemos ficar presos as autodeclarações das instituições, pois o que uma instituição declara no seu discurso oficial não coincide, necessariamente, com o que ela é materialmente. Afirmar preocupação com o pobre não pressupõe uma ação contra a fonte originária dos processos de pauperização. Dessa forma, reconhecer que não existe instituição neutra e desmistificar as instituições e seus efeitos são passos importantes para firmarmos uma práxis eticamente orientada pelos interesses populares.

O marxismo não é um dogma, não é uma verdade absoluta, sua contribuição está associada à compreensão da ciência da história, da origem e da natureza do MPC. A partir desse referencial é possível identificar que a realidade social é resultado de um processo que se mantém numa construção dinâmica e inacabada. Com esse instrumental temos condição de desnaturalizar situações que afetam diretamente a humanidade. De acordo com Chauí (2008, p. 75):

[...] a teoria não está encarregada de criar a consciência verdadeira para opô-la à consciência falsa, e com isso mudar o mundo. A teoria está encarregada de desvendar os processos reais e históricos enquanto resultados e enquanto condições da prática humana em situações determinadas, prática que dá origem à existência e à conservação da dominação de uns poucos sobre todos os outros. A teoria está encarregada de apontar os processos objetivos que conduzem à exploração e à dominação, e aqueles que podem conduzir à liberdade.

A pobreza e/ou a violência são fenômenos com os quais lidamos diretamente na prática desenvolvida nos estabelecimentos institucionais da Assistência Social e demandam

aprofundamento histórico crítico, por isso, afirmamos a contribuição da teoria marxista para a leitura estrutural dos elementos com os quais atuamos no cotidiano de trabalho. A análise histórica sustentada nas obras de Marx traz um sentido genuíno para aquilo que é vivido no cotidiano da classe trabalhadora. Conforme advertiu Althusser aos leitores do livro 1 d'O Capital,

Se os operários “compreenderam” tão facilmente O capital, é porque este fala, em termos científicos, *da realidade cotidiana com a qual eles lidam: a exploração de que são objeto por conta do sistema capitalista*. [...] Por outro lado, se os especialistas em história, economia política, sociologia, psicologia etc. tiveram e ainda têm tanta dificuldade para “compreender” O capital, *é porque estão submetidos à ideologia dominante* (a da classe dominante), que intervém diretamente em sua prática “científica” para falsear seu objeto, sua teoria e seus métodos. Salvo poucas exceções, eles não suspeitam, não podem suspeitar do extraordinário poder e variedade do domínio ideológico a que estão submetidos em sua própria “prática”. Salvo poucas exceções, *são incapazes de criticar por si mesmos as ilusões em que vivem e que ajudam a manter*, porque elas literalmente os cegam. Salvo poucas exceções, são incapazes de realizar a revolução ideológica e teórica indispensável para reconhecer na teoria de Marx a teoria mesma de que sua prática necessita para enfim tornar-se científica (MARX, 2013, p. 36 – grifos nossos).

O MHD quando constituído sobre bases sólidas colocará em xeque as teorias apresentadas para justificar as contradições do MPC. As respostas formuladas pelo capitalismo para explicar as mazelas sociais possuem limites e fragilidades, mas conforme considerou Iasi (1999, p. 30): “[...] por mais elaborada, sofisticada ou eficiente que seja uma ideologia, ela é ainda a representação mental de certo estágio das forças produtivas historicamente determinadas”, portanto um referencial histórico crítico é capaz de furar o senso comum e ameaçar a naturalização das condições de opressão fazendo acontecer o movimento emancipador e a luta revolucionária.

No contexto de crise política e econômica tal como é o dos anos 2018-2022, percebemos que o discurso ideológico é radicalizado, como se pode ver, por exemplo, na manifestação da intolerância à diversidade, pautada em afirmações religiosas e moralistas. O extremismo dessas posições porta uma dissonância de sentidos, isto é, o capital em crise utiliza recursos mais rudimentares, negando instrumentais ideológicos mais sofisticados como a própria ciência, que também porta interesses ideológicos da classe dominante, os quais são utilizados em tempos de reprodução ordinária do capitalismo. As respostas formuladas a partir dessa posição radicalizada têm efeitos subjetivos, mas não possui a mesma condição de tamponar as contradições emergentes de um período de crise. As formulações ideológicas desse tempo “não estabelecem simples relações de complementariedade, mas uma união de contrários” (IASI, 1999, p. 30).

A fragilização da ideologia dominante se apresenta no nosso cotidiano de trabalho, se materializa nos estabelecimentos da Assistência Social, através do contato direto com o proletariado, o qual sofre profundamente os efeitos da crise econômica vivenciada nos últimos anos (2018-2022). Percebemos que parte dessa população segue inconformada com as explicações apresentadas pelo Estado via mídia, ainda mais, pelo fato do atual governo dispor de uma argumentação tosca, que não produz o mesmo poder de convencimento. As respostas dadas para justificar a situação de pobreza não encobrem o conflito evidenciado entre o capital e o trabalho assalariado. No entanto, mesmo hesitando diante das justificativas difundidas pelo governo, a classe trabalhadora sofre com o efeito da ideologia fundamental, a qual constituiu uma determinada forma de pensar e que naturalizou o modo de organização de vida no capitalismo. Assim, a classe trabalhadora não enxerga outras possibilidades de organização social, os proletários sentem raiva e revolta, mas não consideram a possibilidade de mudança e se tornam reféns dessa resignação.

Nesse sentido, percebe-se que a classe dominante, estrategicamente, enrijece e intensifica seus mecanismos de controle, pois teme que a população tenha acesso a atividades e espaços de caráter emancipador, especialmente os pautados no marxismo. Ela reconhece a potencialidade revolucionária desse conhecimento e a carga de sentidos que a práxis possui, o que possibilitaria a canalização dessa revolta ressentida numa vida inteira ou muitas vezes, transmitida por gerações. O encontro com a teoria marxista poderia trazer luz para uma história que foi sombreada e resultar numa disputa radicalmente ideológica.

As formulações teóricas desenvolvidas por outros intercessores implicados com a luta revolucionária colaboraram diretamente para tentarmos elaborar uma prática de caráter emancipatório no campo da Assistência Social. Reiteramos a contribuição especial de Mauro Iasi, que formulou um ensaio teórico de grande importância para compreendermos como se constitui a formação da consciência política nos sujeitos – “Processos de Consciência” (1999). Nessa obra, o autor retomou Marx (2008, p. 47): “Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, pelo contrário, seu ser social é que determina sua consciência” e considerou que há uma dinâmica inconsciente implicada na elaboração da nossa visão de mundo, o que torna ainda mais difícil a emancipação dos sujeitos, pois não se trata apenas de uma consciência verdadeira ou falsa, ou seja, não basta acessar a ciência da história para nos engajarmos no processo revolucionário, mesmo que isso seja imprescindível, já que existem também aspectos recalcados e dialéticos que estão implicados na conscientização primária do sujeito.

O novo indivíduo ao ser inserido no conjunto das relações sociais, que tem uma história que antecede a do indivíduo e vai além dela, capta assim, um momento abstraído do movimento. A partir daí busca compreender o todo pela parte – ultra-generalização – o que consistirá, [...] em um dos mecanismos básicos de sua primeira forma de consciência. Outras informações chegam ao indivíduo, não pela vivência imediata, chegam já sistematizadas na forma de pensamento elaborado, na forma de conhecimento, que busca compreender ou justificar a natureza das relações determinantes em cada época. Tais manifestações da consciência só agirão na formação da concepção de mundo do indivíduo algum tempo depois e, [...] sob uma base já sólida para que sejam aceitas como válidas. (IASI, 1999, p. 17-18)

Iasi (1999) também considerou que as vivências secundárias podem contribuir para a transformação dessa consciência primária, constituída pela parte que absorvemos no processo de subjetivação original ou conforme Costa-Rosa (2012, p. 21) descreveu, nossa experiência psíquica cotidiana possibilita um processo de “subjetivação secundária” que acontece através das novas relações, implicações e experiências estabelecidas no decorrer da nossa trajetória de vida, já que nossa constituição psíquica permanece em sucessiva formação. O processo de subjetivação secundária pode contribuir para que o sujeito reconheça a necessidade da revolução social e estabeleça uma atitude de atenção contínua às injunções, aos desafios e impasses da realidade.

Os sujeitos que são atendidos pelas políticas públicas, bem como toda a classe trabalhadora possui uma consciência original, que é servil aos interesses dominantes, pois foi constituída pelos aparelhos ideológicos do capital e isso se torna evidente através da compreensão da dinâmica familiar, espaço no qual as crianças ocupam uma posição de submissão com relação aos adultos. Essa posição vai sendo reproduzida nas outras relações sociais estabelecidas, na própria extensão de família, que tende a condicionar a mulher e os filhos ao lugar de oprimido; na igreja em que o sujeito ocupa o lugar de fiel, portanto aquele que não pode conhecer outras referências de vida; na escola, o sujeito assume o lugar de aluno, ou seja, aquele que não possui luz; por fim, o mercado de trabalho determina ao sujeito o lugar de obediência, docilidade e utilidade. Todas essas posições se sustentam na condição de subalternização original, reafirmando o lugar de alguém que depende e que se constitui no plano da carência. A reprodução desse modo de vida ocorre por meio da transmissão ideológica, que carrega uma série de concepções naturalizadas, dentre elas, a hierarquização do poder, que por sua vez concebe o racismo e o machismo como fenômenos naturais da humanidade.

Tudo isso vai sendo repassado de geração em geração, a partir do entendimento de que é assim que o mundo opera e de que não é possível nenhuma mudança, constituindo um ciclo de tradições conservadoras. Segundo Marx (2008, p. 47):

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.

Apostamos na superação do modo de produção social capitalista, o que inclui um processo complexo de transição, no qual construímos uma nova consciência política, que transita do individual para a coletividade. Mas, para a transformação acontecer precisamos acreditar que ela é possível, carecemos de materialidade, de histórias reais que demonstrem que o caminho já foi iniciado e de que não estamos sozinhos nessa luta. Afinal, “ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2019, p. 71). Nesse sentido, resgatamos a vinheta de uma experiência realizada no campo prático da SMAS, onde desenvolvemos uma oficina socioeducativa com um grupo de adolescentes, entre 11 e 13 anos que teve como objetivo ampliar nossos referenciais e inspirações de luta.

5.8 O mecanismo ideológico: situações da prática e as reflexões possíveis

A experiência se deu antes da pandemia, entre os meses de janeiro a março do ano de 2020, tendo que ser interrompida pela chegada da pandemia da COVID-19 ao Brasil e a suspensão das atividades coletiva como medida de prevenção. Por meio da atividade procuramos mostrar o quanto a ideologia dominante impõe para a população um determinado modo de vida, o qual fica restrito a um modelo produtivo, ou seja, a ideologia propõe mais do mesmo, dificultando que os sujeitos saiam do lugar instituído, dessa forma se tornam reféns de um único modo de existência, um padrão de vida que atende aos interesses da burguesia.

A oficina consistiu no resgate de memórias de homens e mulheres que tiveram um papel importante para a história da humanidade, mas que foram invisibilizados pelo discurso dominante. A princípio pedimos aos adolescentes que trouxessem de suas casas figuras de pessoas que eles consideravam “revolucionários” ou pessoas que lhes inspirassem. Durante o encontro do grupo, construiríamos um memorial, ampliando essas referências. Não surpreendentemente, os adolescentes trouxeram imagens e nomes de artistas com grande popularidade e fama, cantores, atores e atrizes, jogadores de futebol e outros esportistas. A maioria dos adolescentes considerou que aqueles sujeitos lhes inspiravam, pois conquistaram fama e fortuna financeira. No processo de ampliação das referências, apresentamos outros nomes, até então desconhecidos pelo grupo como: Djamilia Ribeiro, Angela Davis, Elza Soares,

Frida Kahlo, Marighella, Pagu, Lênin, entre outros, assim como um pouco das suas experiências, posições políticas e da sua militância.

Os adolescentes ficaram atentos às histórias apresentadas, fizeram várias perguntas sobre a vida daqueles sujeitos, mas Maria, uma menina curiosa e muito implicada com a atividade ponderou algo que é fundamental para nossa discussão e que permanece ecoando nesse texto – “Por que a imagem e a história de vida daquelas pessoas não eram mostradas na escola e na televisão?”. A pergunta levantada por aquela adolescente nos remeteu a ideologia e a seus aparelhos, no modo sutil como ela opera, afastando da população a consciência da luta de classes, dificultando o contato com as histórias de sujeitos que se opuseram ao sistema e que se engajaram com a luta revolucionária. É intencional o ocultamento desses nomes, mas nesse aspecto também é revelado a potência e a vitalidade dessas histórias, a força subversiva que esses sujeitos carregam, mesmo que alguns já estejam mortos, pois a classe dominante oculta da população as referências que possuem potencial subversivo, inclusive para questionar sua hegemonia e atuar a favor do seu enfraquecimento.

Partimos da ideia de que é possível, apesar das dificuldades, promover mudanças nas relações que foram estabelecidas sobre as estruturas particulares e universais. Para esse projeto emancipador, levamos em consideração a pertinência e a colaboração da psicanálise e do materialismo histórico, referenciais que atuam com a perspectiva de que há sempre um sujeito, seja ele do desejo e/ou da revolução. A proposta de atuação da psicanálise, especialmente sob o referencial de Freud e Lacan, contribui para que o sujeito consiga deliberar acerca do seu desejo e o materialismo histórico dialético colabora para que esse sujeito possa reconhecer a realidade como uma construção histórica, resultado da atividade humana e assim, possibilitar que a classe trabalhadora legitime sua posição e seu caráter transformador.

Dentre as maiores fragilidades identificadas para a mobilização social, destacamos a condição de passividade na qual a população está condicionada. Compreendemos que essa apatia é um dos efeitos da superestrutura do capital, que produz e reforça, por meio de sua ação na subjetividade, uma posição de assujeitamento, tornando essa população espectadora do cenário político. Espectador é mais que uma palavra feia, conforme descrito por Boal (1991), ela carrega o peso da opressão social, uma vez que é através dessa condição de vida passiva que os trabalhadores se tornam objetificados, que eles são reduzidos a meras coisas.

Boal (1991) elaborou um instrumento muito significativo para desmascarar os mecanismos de dominação do capitalismo. A partir de sua experiência política e social criou o “Teatro do Oprimido”, no qual a classe subalternizada tem a oportunidade de ensaiar a retomada

do seu protagonismo sociocultural, assim como de reassumir os meios de produção a partir do fazer artístico.

A poética do oprimido é essencialmente uma Poética da Libertação: o espectador já não delega poderes aos personagens, nem para que pensem, nem para que atuem em seu lugar. O espectador se liberta: pensa e age por si mesmo! Teatro é ação. Pode ser que o teatro não seja revolucionário em si mesmo, mas não tenham dúvidas: é um ensaio da revolução! (BOAL, 1991, p. 181).

A saída desse lugar de assistido, de plateia e de espectador, reforçado pela dinâmica da lógica das instituições, é desafiador e exige um remanejamento fundamental por parte do trabalhador (psicólogo, assistente social, advogado e/ou qualquer outro trabalhador do campo assistencial). Esse trabalhador precisa subverter sua tradicional posição de mestria, daquele que sabe e supre, daquele que detém a chave para resolver os conflitos sociais. São inúmeros os momentos em que somos colocados na posição daquele que teria um saber sobre o outro. Pois, conforme advertido por Costa-Rosa (2011, p. 751): “(...) o intercessor sempre será interpelado inicialmente num lugar ‘transferencial’ imaginário-simbólico, e inevitavelmente terá o seu processo de trabalho profundamente influenciado pela forma real como estão organizados os processos de produção na instituição em que realiza a Atenção”. Dessa maneira, consideramos imprescindível reconhecer os efeitos dessa posição para poder esquivar-se e não ocupar esse lugar de poder, pois essa é uma das estratégias possíveis para que o sujeito possa exercer seu desejo, apropriar-se do seu saber/fazer e agir em prol da resolução dos impasses, que são em alguma medida, coletivos e estruturais.

Uma das táticas fundamentais para organização popular são as atividades coletivas que se constituem como um trabalho cooperado, no qual há uma socialização da consciência crítica. Contudo, devido ao fato da nossa intercessão-pesquisa ter ocorrido em meio a uma pandemia e o distanciamento social ser uma das principais medidas de precaução, utilizamos esse instrumento com frequência bem menor do que desejaríamos. Mas a experiência com um pequeno grupo de mulheres que pode ser realizado a partir do acesso da população à vacina, representou uma estratégia muito significativa e sintonizada com a transformação das estruturas, a qual nos permitiu exercitar a posição intercessora.

Esse grupo foi organizado em razão de uma demanda específica, a violência doméstica, ou seja, um elemento da vida privada que possibilitou que, no decorrer dos encontros pudéssemos apresentar uma articulação entre o patriarcado e o capitalismo, possibilitando que as mulheres se mobilizassem coletivamente. O grupo foi criado com a perspectiva da construção e do fortalecimento dos vínculos sociais, as questões trabalhadas tinham como objetivo que as

mulheres/trabalhadoras participantes do grupo percebessem que o machismo é um dos pilares do capitalismo. Assim, poderiam reconhecer sua dupla opressão e, a partir de um movimento cooperado construir saídas conjuntas para seus impasses, uma vez que todas estavam marcadas pela violência familiar e de Estado.

Em um processo muito natural, promovido pela dinâmica do grupo, elas identificaram que o trabalho desenvolvido dentro de suas casas não possui reconhecimento e prestígio social. Elas consideraram que apesar do serviço doméstico ser um trabalho invisibilizado e negligenciado pela sociedade, ele serve muito bem para a expansão do capitalismo.

Luana, uma das participantes do grupo, considerou que a motivação de uma das agressões que viveu por parte do seu companheiro se deu pelo fato dela ter dito que tinha direito ao salário dele, pois era através do trabalho doméstico desenvolvido por ela que ele tinha condições de realizar o dele que, por sua vez, também era um trabalho produtivo, reconhecido, remunerado e legitimado legalmente, realizado numa usina de cana-de-açúcar. Luana, ao fazer sua exposição para o grupo justificou que não fez tal argumentação no sentido de desmerecer o trabalho do companheiro, mas na tentativa de mostrar que o trabalho que ela desenvolvia dentro de casa, preparando a alimentação, cuidando da casa e dos filhos também tinha valor. Ela explicou para o grupo que a argumentação feita com marido tinha como finalidade atender as necessidades dos filhos, já que o companheiro que controlava toda a renda e pagava as despesas da família. No entanto, ele formado nessa sociabilidade machista não compreendeu a mensagem da companheira e a agrediu.

No relato, Luana também expressou seu sentimento de culpa, sentimento que alimenta o machismo. Sua fala no grupo tocou em um problema muito profundo e ao mesmo tempo mascarado dentro do campo da Assistência Social, uma vez que essa instituição enviesada pelo poder do Estado e perpassada pela ideologia dominante também reproduz o ocultamento do trabalho doméstico e isso se torna evidente quando atendemos uma usuária e ela se declara “do lar”. Após essa declaração a mulher não é vista como uma trabalhadora, entende-se por exemplo que ela terá total disponibilidade para as atividades ofertadas pelo estabelecimento assistencial e isso se associa ao imaginário cultural de que o trabalho doméstico não é trabalho.

Essa situação reafirma o fato da sociedade capitalista desconsiderar o valor que o trabalho doméstico possui para a reprodução do capital, trata-se um trabalho que não é remunerado quando exercido dentro da própria casa e quando se torna “serviço de faxina” ou de “empregada doméstica”, é extremamente desvalorizado:

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (FEDERICI, 2019, p. 37).

O machismo é uma ideologia que serve ao capital, que é difundida por meios subjetivos, e que concebe a ideia de que as atividades domésticas são desprovidas de valor material e são atributos particulares das mulheres, as quais devem desenvolvê-lo como uma expressão de amor à sua família. Mattos (2019, p. 60) afirmou que a

[...] ideologia patriarcal, combinada à valorização do modelo familiar monogâmico como norma, ganha materialidade em diferentes modalidades de controle do comportamento feminino e no estabelecimento de padrões heteronormativos pelos homens, que vão da pressão psicológica às formas mais cruéis de violência direta. Tudo isso cumpre um papel importante na legitimação e organização das relações sociais capitalistas que subalternizam duplamente o trabalho (e a posição social em geral) da mulher. De um lado, porque, se o capital em seu avanço destrói as relações de produção baseadas na unidade familiar, o capitalismo não dispensa a família — e aí estamos tratando particularmente da mulher, mas também das crianças e idosos (novamente com destaque para a parcela do sexo feminino) — como unidade primordial na execução de uma série de modalidades de trabalho essenciais para a reprodução da força de trabalho.

Os relatos apresentados por essas mulheres/trabalhadoras, participantes do grupo, assim como por outras usuárias do CREAS, revelam que o MPC opera de modo a fragmentar a força coletiva dos oprimidos, seja por meio da especialização das profissões dentro da mesma classe, seja por meio da opressão de gênero e raça. A união e organização dos subalternizados ameaça o capitalismo, pois “[...] uma classe fortalece-se quanto mais coesa está” (BERNARDO, 2000, p. 24), por isso é justamente com tais sujeitos, supostamente enfraquecidos, que devemos trabalhar e interceder, considerando que

Toda união dos oprimidos entre si, que já, sendo ação, aponta outras ações, implica, cedo ou tarde, em que percebendo eles o seu estado de despersonalização, descubram que, divididos, serão sempre presas fáceis do dirigismo e da dominação. Unificados e organizados, porém, farão de sua debilidade força transformadora, com que poderão recriar o mundo, tornando-o mais humano (FREIRE, 2019, p. 195).

Os estabelecimentos da Assistência Social são espaços concretos que oportunizam o encontro e a organização do proletariado, considerando que o público dessa política é justamente aquele que foi despossuído dos meios de produção, consequentemente, sendo

relegado à margem do sistema. A fragmentação da classe trabalhadora precisa ser superada. Dowbor (2020, p. 99) referiu que

[...] a massa popular não organizada não representa nenhum poder efetivo de controle. Pode haver centenas de milhões de insatisfeitos, mas uma minoria organizada e articulada exercerá um poder muito mais significativo: é a força de penetração dos interesses pontuais ante os interesses difusos das maiorias.

Nesse sentido, sair da lógica de atendimento do um-a-um pode ser uma estratégia subversiva, a qual favorece o encontro e a organização da classe trabalhadora e também dos excluídos do trabalho. Esse é um ponto extremamente sensível, pois não se trata apenas de agrupar as pessoas para aliená-las em massa como se vê em algumas atividades socioeducativas, cujas ações são altamente prescritivas e desconsideram os interesses da população. Essas atividades usam os mais diversos nomes: “sementes de cidadania”, “bordando o futuro”, “caminhando com a vida”, entre outros, mas no geral tendem a querer ensinar um estilo de vida para a população, estilo esse que atende aos interesses da sociabilidade capitalista e que reforçam e reproduzem o lugar de subserviência da população atendida. Benelli (2014a, p. 102) analisou as táticas socioeducativas de algumas entidades assistenciais que ofertam atendimento a crianças e adolescentes e considerou que “as atividades costumam ser triviais, improvisadas, amadoras, caseiras, rotineiras, pouco criativas”. As metodologias utilizadas nessas atividades buscam ocupar o tempo dos sujeitos inseridos nos serviços de convivência, assim como discipliná-los, ajustá-los e controlá-los.

Pautados na ética do Paradigma Psicossocial (COSTA-ROSA, 2013) procuramos através das atividades socioeducativas ajudar os sujeitos participantes a se reconhecerem como membros de uma mesma classe e, assim, construírem elos sólidos de camaradagem (DEAN, 2021), por meio dos quais é possível iniciar um processo reivindicação de direitos e a própria luta revolucionária. Consideramos que esses espaços coletivos podem produzir subjetividades singularizadas, uma vez que partem de uma “orientação ética e política que tem em seu horizonte não somente uma coletividade que não desconsidere o singular, mas também uma singularidade que esteja necessariamente relacionada ao coletivo” (PÉRICO, 2021, p. 143).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ANSARA, S.; DANTAS, B. S. A. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. **Psicologia e Sociedade**, 2010, v. 22, n. 1 p. 95-103. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100012>>.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BENELLI, S. J. **Entidades assistenciais socioeducativas**: a trama institucional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014a.

BENELLI, S. J. **A lógica da internação**: instituições totais e disciplinares (des)educativas. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2014b.

BENELLI, S. J. Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas. **Revista de psicologia da Unesp**, v. 18, n. especial, p. 88-120, 2019.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS, 2013.

CAVALCANTI, T. M. **Semiliberdade e sub-humanidade nas relações de trabalho das sociedades contemporâneas**: o capitalismo e a metamorfose das ausências. 2019. 331 f. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica) - Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

CAVALCANTI, T. M. **Sub-humanos**: o capitalismo e a metamorfose da escravidão. São Paulo: Boitempo, 2021.

CHAUI, M. **O que é ideologia?** Coleção Primeiros Passos (v. 13). São Paulo: Brasiliense, 1980.

CODO, W. **O que é alienação?** Coleção Primeiros Passos (v. 141). São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA-ROSA, A. O Mal-Estar nas instituições de Saúde Mental: suas formas, seus fatores e efeitos mais comuns. **Rev. De Psicologia**, v. 13, p. 9-22, 2000.

COSTA-ROSA, A. **Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica**: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva. São Paulo: UNESP, 2013.

COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. (org). **Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000b. p. 141-168.

COSTA-ROSA, A. Contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. In: DIONÍSIO, G. H.; BENELLI, S. J. (orgs.). **Políticas públicas e clínica crítica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 15-31.

COSTA-ROSA, A. Por que a Atenção Psicossocial exige uma clínica fundada na psicanálise do campo Freud-Lacan? **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 18, n. spe, p. 37-54, 2019.

COSTA-ROSA, A. Ética e clínica na Atenção Psicossocial: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 743-757, 2011.

DEAN, J. **Camarada**: um ensaio sobre pertencimento político. São Paulo: Boitempo, 2021.

DOWBOR, L. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social e Sociedade**, p. 265-293, 2014.

FALEIROS, V. P. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social e Sociedade**, p. 706-722, 2014.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

FREUD, S. **Fragmento de uma análise de histeria [O caso Dora] (1905)**. L&PM Editores, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020.

GUIMARÃES, M. C. R.; GUERRA, E. C. Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista. **Revista Katálisis**, v. 16, p. 63-71, 2013.

IASI, M. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

LESSA, S. **Serviço social e trabalho**: porque o serviço social não é trabalho. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S.; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S. A aristocracia operária. **Espaço Socialista**, São Paulo, n. 82, setembro, 2015. Disponível em: <http://espacosocialista.org/portal/wp-content/uploads/2015/09/jornal-82.pdf>.

LESSA, S. **Capital e estado de bem-estar**: o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**, Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **Mensagem do comitê central à liga dos comunistas**. Cadernos Marxistas, 1850.

MATOS, A. G. Alienação no serviço público. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 14, p. 28-33, 1994.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

PAULI, C. G.; TRAESEL, E. S.; SIQUEIRA, A. C. A precarização do trabalho dos psicólogos temporários no CREAS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

PENARIOL, M. P. **Análise institucional da prefeitura municipal**: desvendando a lógica de funcionamento da gestão pública. 2017. 231 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

PÉRICO, W. **Ensaio sobre psicanálise, instituições e luta de classes no campo da Saúde Mental Coletiva**. 2021. 246 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PRADO, C. Marx e a crítica à forma salário. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 124, p. 106-116, 2011.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante** - cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RIBEIRO, C. V. S.; MANCEBO, D. O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, p. 192-207, 2013.

ROS, A. C. P. **Violência familiar, pauperismo e sociabilidade burguesa**: a vida das famílias atendidas no CREAS II em Ribeirão Preto-SP. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2014.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia e Sociedade**, v. 24, p. 293-299, 2012.

SILVEIRA, C. W. et al. O fazer profissional no CREAS: ilhas, travessias e descaminhos possíveis. **Revista Polis e Psique**, v. 8, n. 3, p. 246-264, 2018.

SOUZA, J. **A classe média no espelho**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

TRISTÁN, F. **União operária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Sou resistente, vivo, sinto na virilidade da minha consciência pulsar a atividade da cidade futura que estou ajudando a construir. Nela a cadeia social não pesa sobre poucos, cada acontecimento não é devido ao acaso, à fatalidade, mas é obra inteligente dos cidadãos (GRAMSCI, 2020, p. 28).

Por fim, retomamos a ideia de que os estabelecimentos instituídos pela política de Assistência Social são espaços públicos e regidos pela ordem do Estado. Dessa forma, reconhecemos que ocupar as brechas desse sistema para propor outro modo de atenção é extremamente arriscado, pois estamos nos dispondo a utilizar os instrumentais forjados pelo Estado para enfraquecer a sua própria estrutura, mas também sabemos que essa tentativa é necessária e candente, ainda mais, considerando o momento histórico-político no qual essa intercessão-pesquisa foi desenvolvida. Há uma polarização intensa entre os interesses de classe, estamos submetidos a um governo de extrema direita, fascista e opressor, vivemos uma crise econômica, que expandiu substancialmente o número de pessoas em situação de fome e miséria e esse cenário tende a nos desmobilizar. Dessa maneira, consideramos importante e necessário ocupar todos os lugares possíveis, inclusive, os espaços institucionais para que através deles possamos gerar algum nível de mobilização, dinamizar e articular a luta social e política.

Durante o percurso de desenvolvimento dessa intercessão-pesquisa nos tornamos alvo de críticas e de perseguições. Por isso, defendemos que além da coragem e da ousadia, é fundamental que possamos nos articular com outros agentes, aliados intercessores, que se encontram do mesmo lado da luta e que compartilham a mesma orientação ético-política. Também é necessário uma apropriação consistente e crítica daquilo que sustenta esse campo, os referenciais técnicos, o aparato jurídico, as legislações que pautam a PNAS, pois em última instância, a dimensão legal ampara a ideia de democracia e liberdade, que efetivamente não se cumpre, mas que nos autoriza operar ações de outro tipo, visando à construção de uma sociedade mais livre e autônoma.

Sentimos por diversas vezes o peso de produzir intercessões no campo institucional da SMAS, uma vez que na medida em que elas alcançavam um efeito transformador também surgiam os incômodos por parte da equipe gestora, sendo que houve diversas indisposições com relação a nossa posição profissional em campo, que buscou se manter aliada aos interesses da população. Trilhar esse percurso é um caminho sem volta, a consciência da luta de classes e a relação estabelecida com nossos colegas, bem como com a população atendida trouxe um pertencimento indescritível a uma posição de sujeito nessa luta. As intercessões produziram

efeitos na materialidade do nosso campo institucional, mas também na nossa dimensão afetiva, pois alimentou ainda mais nossa paixão revolucionária. O processo de construção dessa intercessão-pesquisa nos permitiu tomar partido, assumir nossos interesses e a nossa posição política, afinal conforme descreveu Gramsci (2020, p. 27): “A indiferença é o peso morto da história”.

Paulo Freire (2019, p. 32) ao introduzir a “Pedagogia do Oprimido”, descreveu que num dos seus cursos encontrou um homem que durante as discussões sobre a “periculosidade da consciência crítica” levantou e se manifestou dizendo: “Talvez seja eu, entre os senhores, o único de origem operária. Não posso dizer que haja entendido todas as palavras que foram ditas aqui, mas uma coisa posso afirmar: cheguei a esse curso *ingênuo* e, ao descobrir-me ingênuo, comecei a tornar-me *crítico*. Esta descoberta, contudo, nem me faz fanático, nem me dá a sensação de desmoronamento”. De maneira muito semelhante, nos vemos nesse processo de intercessão-pesquisa, pois iniciamos o mestrado com uma bagagem ingênua, conquistada por intermédio da nossa formação profissional básica e pelo lugar sociocultural que ocupamos como psicóloga e trabalhadora do campo público, mas ao entendermos que parte daquilo que acreditávamos havia sido forjado ideologicamente pela classe dominante nos tornou críticos, e essa criticidade não nos fez ter uma crença irracional e excessiva, assim como também não nos paralisou. Houve momentos em que o conhecimento, a desconstrução da ideologia liberal, pesou sobre nós, mas esse saber funcionou muito mais como uma bússola, um disparador para trilhar uma nova direção e nos instruiu a produzir uma práxis.

O DI se constituiu como uma caixa de ferramentas essencial para esse processo, entretanto como ele é um referencial teórico-metodológico, ético-político inovador também sofre constantes críticas, inclusive, dentro da própria Universidade, que ainda busca legitimar um tipo de conhecimento que se apresentaria puro, pautado no *status* da neutralidade científica. Subverter essa produção de conhecimento cindida e hierarquizada está contemplada no nosso horizonte. Dessa maneira, defendemos a difusão, bem como a junção de forças entre as metodologias contra-hegemônicas. Sustentar a posição de pesquisadora-trabalhadora-intercessora é um enorme desafio, mas também tem nos mostrado o quanto é potente. Assumir esse lugar nos possibilita ir além, uma vez que reconhecemos os limites institucionais, porém não caímos no pessimismo – pautado numa postura de resignação. A partir do processo de formação permanente em campo, prosseguimos, insistimos nas fissuras e fortalecemos o plano de luta, dando forma a uma esperança industriosa e ativa.

Trabalhar, pesquisar e interceder no campo socioassistencial tem sido uma tarefa extremamente complexa, uma vez que as brechas institucionais foram se tornando ainda mais estreitas, o que nos exigiu muita determinação e bravura. Houve um desgaste durante esse processo, tivemos que lidar com situações extremamente desafiadoras, que em alguns momentos no tirou o entusiasmo e a alegria, pois além das adversidades de tempos comuns ao campo da Assistência Social, enfrentamos a particularidade de atuar profissionalmente num CREAS durante uma pandemia e uma crise econômica intensificada pelas decisões de um governo de extrema direita. Reconhecemos que há fertilidade na nossa luta, no nosso engajamento e que essa persistência é muito importante, apostamos que um trabalho pautado na ética da Atenção Psicossocial, pode operar como uma semente que germina e produz efeitos a médio e longo prazo. Pois de acordo com Mexko (2017, p. 125): “o trabalhador-intercessor pode driblar as relações cristalizadas na instituição – que reproduzem formas de dominação e controle da população – e ir construindo junto ao coletivo de trabalhadores novos modos de interceder junto aos sujeitos e à instituição”.

A elaboração dos ensaios exigiu que nos apropriássemos de referenciais teóricos importantes ao campo da crítica e esses materiais substanciaram nossa prática, serviu para fortalecer nosso posicionamento técnico. Nesse sentido, consideramos que houve uma mudança expressiva na nossa postura profissional, pois quando chegamos ao CREAS nos sentíamos inseguros, assustados e impotentes, ao longo do percurso, sustentados por leituras, reflexões e interlocuções com outros intercessores, fomos nos assegurando e percebendo que o caminho se faz andando, que a responsabilidade com o campo não deveria recair apenas sobre nós, uma vez que as demandas e os impasses vivenciados no campo institucional da Assistência Social estão relacionados a uma macroestrutura política e com isso, conseguimos sustentar uma oferta que buscava a singularização das demandas.

Todas as etapas do processo dessa intercessão-pesquisa tiveram sua relevância para nossa formação pessoal e profissional, bem como para o campo de trabalho. A necessidade de nos apropriarmos do Dispositivo Intercessor (DI) nos causou inicialmente um grande impacto, pois nos questionávamos como iríamos apreender os referenciais que o sustentam, considerando o curto período instituído para realização de uma pesquisa de mestrado, mas por intermédio de um processo realizado de forma orgânica desenvolvemos uma compreensão do DI, a partir da própria prática. Isto é, os conceitos teóricos se relacionavam diretamente com as situações vivenciadas no cotidiano, fazendo com que a experiência retratasse espontaneamente os conceitos desenvolvidos teoricamente. Foi por meio da proposta teórico-metodológica que

sustenta o DI, que buscamos aprofundar os impasses vivenciados em campo e, então, passamos a perceber que há um aspecto ideológico que sustenta a ideia de justiça e de direito social.

Durante algum tempo nos perguntamos como o discurso oficial, que é lacunar e ideológico, pode sustentar os nossos fazeres sem provocar incômodos e rupturas, uma vez que após uma leitura e análise crítica, fica evidente a sua fragilidade. O amadurecimento obtido por meio das leituras no permitiu perceber que a repetição discursiva realizada pelos diversos aparelhos, pressupõe que aquilo que está instituído é uma verdade absoluta e imutável. Ou seja, a recorrência das mesmas afirmações, cujo caráter é liberal, imprime em nós – e na nossa subjetividade –, falsas ideias sobre a política, o direito e a justiça. Consideramos que essa intercessão-pesquisa dilacerou algumas de nossas “certezas” e nos permitiu que através da dúvida e da crítica, construíssemos novos percursos.

Percursos, que continuam abertos e prontos para serem desbravados por novos trabalhadores-intercessores. Marx (2011) considerou que

[...] uma pessoa que acabou de aprender uma língua nova costuma retraduzí-la o tempo todo para a sua língua materna; ela, porém, só conseguirá apropriar-se do espírito da nova língua e só será capaz de expressar-se livremente com a ajuda dela quando passar a se mover em seu âmbito sem reminiscências do passado e quando, em seu uso, esquecer a sua língua nativa (p. 26).

Dessa maneira, consideramos que a apropriação do paradigma da atenção psicossocial acontece a partir da ruptura que fazemos com as práticas e com os pressupostos do paradigma clientelista-assistencialista, que atende aos interesses do MPC. É a partir da afirmação e da construção diária de outras formas e possibilidades de ação e atuação que se expressa um novo horizonte. Se apegarmos ao passado não iremos perceber que conforme nos fala a canção: “Que o novo sempre vem”.¹⁴

Apostamos no novo e renovamos a nossa esperança revolucionária através desse processo de trabalho, pesquisa, leitura e escrita, e por isso, queremos que ele tenha continuidade. Escrever tem sido uma experiência muito significativa. Houveram diversas dificuldades para a formulação dos ensaios, para a representação da nossa experiência em palavras, pois enquanto trabalhadores não somos motivados a elaborar teoricamente a nossa prática, enfrentamos alguns impasses na reprodução do cotidiano, era como se houvesse um bloqueio no processo de retratação dessa realidade em palavras, talvez por sua dureza, ou então,

¹⁴ “Como nossos pais” – Elis Regina. Composição de Belchior. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2qqN4cEpPCw>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

pelo fato de ainda existir na ciência hegemônica uma tendência em operar uma assepsia nas experiências e no conteúdo produzidos pelos trabalhadores. Mas, houve uma superação dessa dificuldade e a escrita se tornou uma forma de elaborar e refletir sobre os impasses. Conforme relatou Clarice Lispector: “escrever é uma necessidade”.

Muito próximo ao momento de finalização dessa intercessão-pesquisa, tivemos acesso a um áudio de orientação do Prof. Abílio, no qual ele considerou que “escrever é uma experiência de perda, de separação” e foi muito oportuna essa reflexão. Sentimos que há, nesse processo final, um deslocamento de algo que é nosso, particularmente, nosso. Algo que construímos e que sentimos uma profunda necessidade de ofertar ao mundo, aos nossos colegas, novos trabalhadores-intercessores. Essa intercessão-pesquisa é uma tradução de quem nós fomos e de quem desejamos ser. Recorremos ao poeta brasileiro Ferreira Gullar para definir poeticamente esse nosso estado de emoção e alegria:

Traduzir-se

Uma parte de mim
é todo mundo;
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo.

Uma parte de mim
é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.

Uma parte de mim
pesa, pondera;
outra parte
delira.

Uma parte de mim
almoça e janta;
outra parte
se espanta.

Uma parte de mim
é permanente;
outra parte
se sabe de repente.
Uma parte de mim
é só vertigem;
outra parte,
linguagem.

Traduzir uma parte
na outra parte
— que é uma questão
de vida ou morte —
será arte?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEXKO, S. **Psicologia e Assistência Social**: contribuições da Psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.